

Aula 00

*PC-MS (Perito Criminal - Área 2 -
Biologia) Perícia Ambiental*

Autor:

**André Rocha, Monik Begname de
Castro**

19 de Novembro de 2024

Índice

| | |
|---|-----|
| 1) Considerações Iniciais | 3 |
| 2) Conceitos Iniciais de Licenciamento Ambiental | 4 |
| 3) Competências para Licenciar | 11 |
| 4) Etapas do Licenciamento | 19 |
| 5) Licenças Ambientais | 22 |
| 6) Estudo de Impacto Ambiental e Relatório de Impacto sobre Meio Ambiente (EIA-RIMA) | 29 |
| 7) Questões Comentadas - Conceitos Iniciais de Licenciamento Ambiental - Multibancas | 36 |
| 8) Questões Comentadas - Competências para Licenciar - Multibancas | 48 |
| 9) Questões Comentadas - Etapas do Licenciamento - Multibancas | 65 |
| 10) Questões Comentadas - Licenças Ambientais - Multibancas | 74 |
| 11) Questões Comentadas - Estudo de Impacto Ambiental e Relatório de Impacto sobre Meio Ambiente (EIA-RI) | 91 |
| 12) Lista de Questões - Conceitos Iniciais de Licenciamento Ambiental - Multibancas | 107 |
| 13) Lista de Questões - Competências para Licenciar - Multibancas | 114 |
| 14) Lista de Questões - Etapas do Licenciamento - Multibancas | 124 |
| 15) Lista de Questões - Licenças Ambientais - Multibancas | 129 |
| 16) Lista de Questões - Estudo de Impacto Ambiental e Relatório de Impacto sobre Meio Ambiente (EIA-RIMA) | 139 |
| 17) Questões Comentadas - Licenciamento Ambiental - Cebraspe | 147 |
| 18) Lista de Questões - Licenciamento Ambiental - Cebraspe | 172 |
| 19) Dano Ambiental e Valoração | 184 |
| 20) Questões Comentadas - Dano Ambiental e Valoração - Multibancas | 195 |
| 21) Lista de Questões - Dano Ambiental e Valoração - Multibancas | 207 |



CONSIDERAÇÕES INICIAIS

Olá, Estrategista!

Professor André Rocha passando para dar alguns breves recados em mais uma aula que iniciamos.

Minha ideia é sempre trazer um conteúdo **objetivo** e **direcionado**, sem, contudo, deixar de aprofundar no nível necessário exigido em prova.

Mais do que tornar você um especialista no assunto, meu objetivo é fazer você **assinalar a alternativa correta** em cada questão, aumentando as chances de aprovação. Isso muitas vezes passa não pelo esgotamento do assunto em si, mas pelo foco naquilo que realmente importa e pela identificação de assertivas/alternativas incorretas.

Nesse sentido, a resolução das **questões** do livro digital (PDF) é essencial porque também contém parte da teoria atrelada. Ademais, lembre-se que temos também as videoaulas de apoio, mas o estudo pelo **livro digital** é sempre mais **ativo** e **completo**! Dito isso, já podemos partir para o que interessa: **MUITO FOCO** a partir de agora!

Um forte abraço e uma ótima aula!



Prof. André Rocha



Instagram: @profandrerocha



Telegram: t.me/meioambienteparaconcursos



CONCEITOS INICIAIS SOBRE LICENCIAMENTO AMBIENTAL

No Brasil, a necessidade de autorização governamental para exercer atividades potencialmente prejudiciais ao meio ambiente data do início do século XX. Não obstante, os principais processos de regulamentação ambiental no Brasil surgiram na década de 1970 em virtude do crescimento das atividades econômicas e, conseqüentemente, dos grandes projetos construtivos, como as hidrelétricas e os projetos de expansão territorial rodoviária. Dois exemplos emblemáticos são a construção da rodovia Transamazônica e a barragem de Itaipu.

Nessa época, os estados é que aplicavam regras locais no que tange ao licenciamento ambiental, uma vez que ainda não havia uma legislação federal unificada que tratasse do assunto. Todavia, no início da década de 1980 foi criada, por meio da Lei nº 6.938/81, a **Política Nacional do Meio Ambiente** (PNMA), a qual definiu como um de seus instrumentos o licenciamento e a revisão de atividades efetiva ou potencialmente poluidoras (art. 9º, IV).

Nesse sentido, a mesma lei exige que as atividades de construção, instalação, ampliação e funcionamento de estabelecimentos e atividades utilizadores de recursos ambientais, **efetiva** ou **potencialmente** poluidoras ou capazes, sob qualquer forma, de causar degradação ambiental, dependerão de **prévio licenciamento ambiental** (art. 10).

Impacto Ambiental

Antes de abordar os aspectos mais específicos do licenciamento, é interessante que saibamos a definição de impacto ambiental, trazida pelo art. 1º da Resolução Conama nº 1/86:

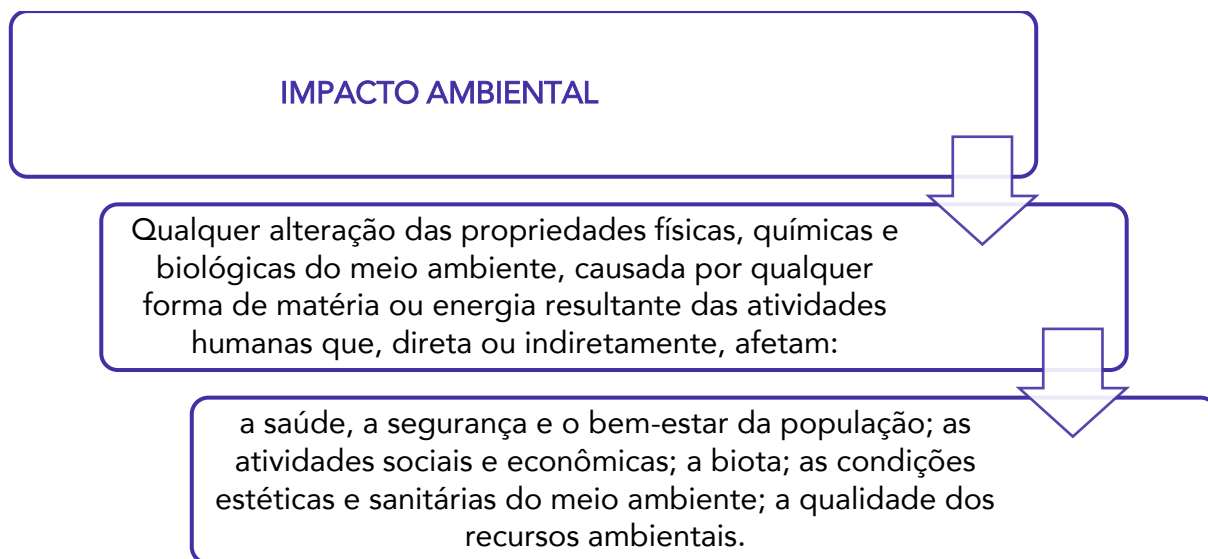
Art. 1º Para efeito desta Resolução, considera-se impacto ambiental **qualquer alteração** das propriedades físicas, químicas e biológicas do meio ambiente, causada por qualquer forma de **matéria** ou **energia** resultante das atividades **humanas** que, direta ou indiretamente, afetam:

- I - a **saúde**, a **segurança** e o **bem-estar** da população;
- II - as atividades **sociais** e **econômicas**;
- III - a **biota**;
- IV - as condições **estéticas** e **sanitárias** do meio ambiente;
- V - a **qualidade** dos **recursos** ambientais.

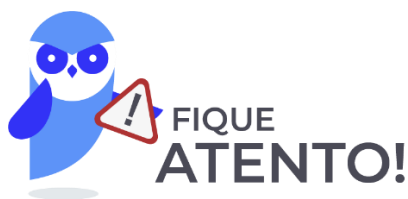
Note que, de acordo com a definição da Res. Conama nº 1/86, o conceito de impacto ambiental está estritamente relacionado ao de atividades **humanas**, não contemplando, a princípio, atividades que sejam resultado de fenômenos meramente naturais.



Não obstante, certos autores defendem que atualmente não há fenômenos puramente naturais, pois todo o comportamento da natureza estaria influenciado pelas modificações antrópicas produzidas ao longo da história humana. Não precisamos entrar neste debate, apenas tenha em mente que, para fins de licenciamento ambiental, a definição da Resolução Conama nº 1/86 utiliza o termo “atividades humanas”.



Sabendo o conceito de impacto ambiental, é interessante conhecer o conceito de **impacto ambiental regional** que é definido pelo art. 1º, IV, da Resolução Conama nº 237/97:



Impacto Ambiental Regional é todo e qualquer impacto ambiental que afete diretamente (área de influência direta do projeto), no todo ou em parte, o território de dois ou mais Estados.

Ainda dentro deste contexto, interessa-nos as definições de impacto ambiental e aspecto ambiental trazidas pela norma **ABNT NBR ISO 14.001/15**, que dispõe sobre os sistemas de gestão ambiental, estabelecendo requisitos com orientações para uso.

Segundo a referida norma:

⇒ **Aspecto ambiental** é o **elemento** das atividades, produtos ou serviços de uma organização, que interage ou pode interagir com o meio ambiente; e



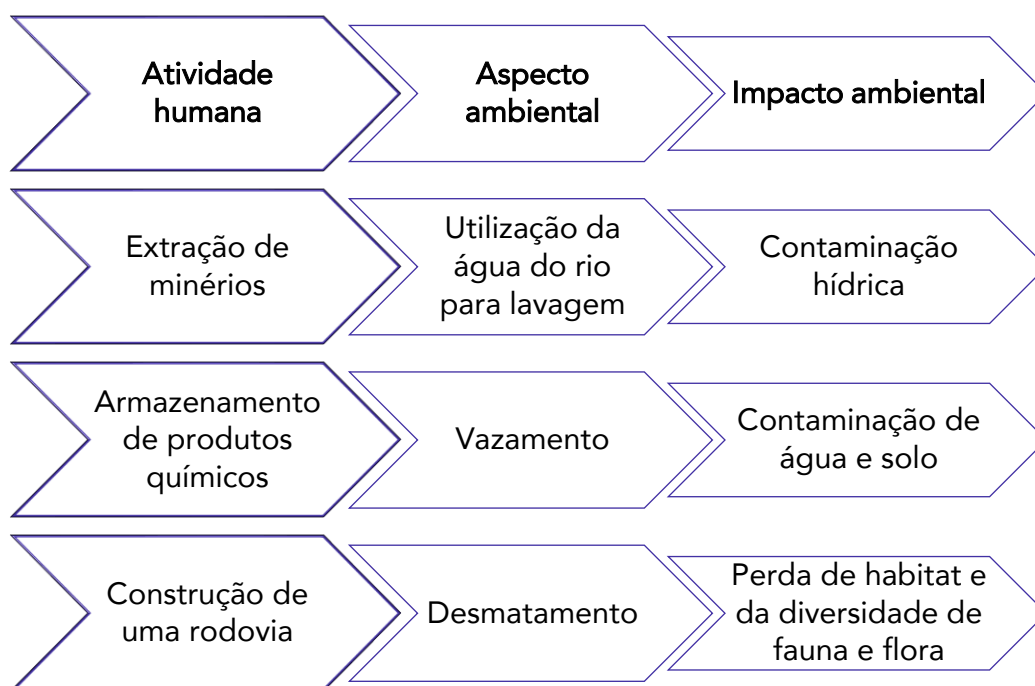
⇒ **Impacto ambiental** é a **modificação** no meio ambiente, tanto adversa como benéfica, total ou parcialmente resultante dos aspectos ambientais de uma organização.

Desse modo, portanto, **aspecto ambiental** pode ser entendido como *o mecanismo através do qual uma ação humana causa um impacto ambiental*¹.

Vamos exemplificar para que você entenda como a diferenciação entre aspecto e impacto ambiental ocorre na prática.

A **atividade** de construção de uma rodovia gera um **aspecto ambiental** de desmatamento da floresta por onde a rodovia irá passar, que gera **impactos ambientais** na fauna e flora existentes naquela floresta, como a perda de habitat e a diminuição da diversidade de espécies.

No esquema abaixo, você encontra alguns exemplos de atividades e seus respectivos aspectos e impactos ambientais. Em seguida, é trazida uma questão de fixação para consolidar o entendimento.



¹ SANCHEZ, Luis Enrique. Avaliação de Impacto Ambiental: conceitos e métodos. São Paulo: Oficina de textos, 2008, p. 33.



(CESGRANRIO/TRANSPETRO - 2011) A NBR ISO 14001/2004, em seu capítulo de termos e definições, estabelece o que é aspecto ambiental, diferenciando-o de impacto ambiental. Segundo essa Norma, na etapa de Planejamento devem ser identificados os aspectos ambientais de suas atividades, produtos e serviços. Um exemplo de aspecto ambiental é

- a) alteração da qualidade do solo no entorno da uma refinaria.
- b) derramamento acidental de um oleoduto que transporta de óleo cru.
- c) contaminação do corpo d'água na área de influência de uma plataforma de petróleo.
- d) escassez de água, em função de um excesso de usuários, na bacia hidrográfica de uma termelétrica.
- e) variação da qualidade do ar de uma bacia em função da instalação de uma destilaria de petróleo

Comentários:

A **alternativa A** está errada, pois a alteração da qualidade do solo decorrente da ação de refinaria é um impacto ambiental, uma vez que modifica o meio ambiente, impactando a fauna e flora locais.

A **alternativa B** está correta e é o nosso gabarito, visto que o mero derramamento acidental de um oleoduto que transporta de óleo cru não configura um impacto ambiental, mas sim um aspecto ambiental que pode levar a diversos impactos, tais como a contaminação da fauna aquática. Se a alternativa tivesse mencionado a contaminação decorrente do derramamento, aí sim teríamos um impacto ambiental.

A **alternativa C** está errada, porque a contaminação de um corpo d'água pode ser considerada um impacto ambiental e não um aspecto ambiental.

A **alternativa D** está errada, uma vez que a citada escassez de água também corresponde a um impacto ambiental.

A **alternativa E** está errada, porquanto a variação da qualidade do ar de uma bacia em função da instalação de uma destilaria de petróleo corresponde a um impacto ambiental, pois já houve a modificação do meio ambiente.

Definição conceitual

Para se entender o que é licenciamento ambiental, reproduz-se a definição apregoada pela Resolução Conama nº 237/97, que regulamenta os aspectos de licenciamento ambiental estabelecidos na PNMA:

Art. 1º (...)

I - Licenciamento Ambiental: procedimento administrativo pelo qual o órgão ambiental competente licencia a localização, instalação, ampliação e a operação de empreendimentos e atividades utilizadoras de recursos ambientais, consideradas efetiva ou potencialmente poluidoras ou daquelas que, sob qualquer forma, possam causar



degradação ambiental, considerando as disposições legais e regulamentares e as normas técnicas aplicáveis ao caso.

O licenciamento ambiental, portanto, é um **procedimento administrativo** ao qual determinadas atividades ou empreendimentos são submetidos para que se ateste sua viabilidade ambiental. Note-se que, para que uma atividade seja submetida ao procedimento de licenciamento, ela deve se enquadrar em, pelo menos, um dos seguintes critérios:

- a) seja **efetivamente** poluidora;
- b) seja **potencialmente** poluidora;
- c) possa, sob qualquer forma, causar **degradação ambiental**.

Caso ela não possua qualquer dessas características, ela poderá ser **dispensada** da exigência de ser submetida ao licenciamento ambiental.

Nesse sentido, o art. 2º da mesma resolução determina:

Art. 2º A localização, construção, instalação, ampliação, modificação e operação de empreendimentos e atividades utilizadoras de recursos ambientais consideradas **efetiva ou potencialmente poluidoras**, bem como os empreendimentos capazes, sob qualquer forma, de causar **degradação ambiental**, dependerão de **prévio** licenciamento do órgão ambiental competente, sem prejuízo de outras licenças legalmente exigíveis.

§ 1º Estão sujeitos ao licenciamento ambiental os empreendimentos e as atividades relacionadas no **anexo 1**, parte integrante desta Resolução.

§ 2º Caberá ao órgão ambiental competente definir os **critérios** de exigibilidade, o detalhamento e a complementação do anexo 1, levando em consideração as especificidades, os riscos ambientais, o porte e outras características do empreendimento ou atividade.

Destaque-se, portanto, que o licenciamento ambiental é um procedimento exigido **previamente** à construção, instalação, ampliação ou funcionamento das atividades. Ele é, pois, um pré-requisito para que a viabilidade ambiental do empreendimento seja atestada.

Em sintonia com o disposto acima, o anexo I da Resolução Conama nº 237/97 relaciona diversas atividades sujeitas ao licenciamento ambiental. No entanto, é muito importante enaltecer o disposto pelo § 2º supracitado: o órgão ambiental competente para realizar o licenciamento pode definir diversos critérios de exigibilidade e detalhamento peculiares em **cada caso**.

Isso quer dizer que certa atividade ou empreendimento pode ser instado a realizar licenciamento **ainda que não** esteja expressamente prevista no anexo I da Resolução.



CURIOSIDADE



A título de curiosidade, recomendo que você abra a Resolução Conama nº 237/97 e constate as atividades listadas no **anexo I**. A lista é grande e não nos cabe reproduzi-la aqui, mas como exemplos de algumas atividades lá presentes, cito:

- extração e tratamento de minerais;
- praticamente todo o tipo de atividade industrial;
- obras civis;
- serviços de energia elétrica e de saneamento;
- transporte e depósito de certos tipos de cargas.

Por fim, é interessante que você saiba que a implantação do empreendimento ou atividade **sem** a autorização do órgão ambiental, quando esta for requerida, enseja a punição do empreendedor, conforme art. 6º da Lei de Crimes Ambientais (Lei nº 9.605/98):

Art. 6º. Construir, reformar, ampliar, instalar ou fazer funcionar, em qualquer parte do território nacional, estabelecimentos, obras ou serviços potencialmente poluidores, sem licença ou autorização dos órgãos ambientais competentes, ou contrariando as normas legais e regulamentares pertinentes:

Pena - detenção, de **um a seis meses**, ou **multa**, ou ambas as penas cumulativamente.

Vamos praticar mais um pouquinho para fixarmos as hipóteses em que o licenciamento ambiental pode ser exigido.





(FCC / MPE-AP – 2012) A Construtora RS possui como projeto a construção de um estabelecimento que, para o seu funcionamento, precisará utilizar recursos ambientais capazes de causar degradação ambiental. Dessa forma, de acordo com a Lei no 6.938/81, referida construção

- a) não dependerá de prévio licenciamento ambiental, pois este somente é necessário se a atividade for potencialmente poluidora.
- b) dependerá de prévio licenciamento ambiental, já que utilizará recursos ambientais capazes, sob qualquer forma, de causar degradação ambiental.
- c) não dependerá de prévio licenciamento ambiental, pois trata-se de construção e o licenciamento ambiental somente é necessário quando há a ampliação de estabelecimentos que causar degradação ambiental.
- d) dependerá de prévio licenciamento ambiental apenas se a atividade for efetivamente poluidora.
- e) dependerá de prévio licenciamento ambiental apenas se o proprietário limitar o uso de toda a sua propriedade para preservar os recursos ambientais.

Comentários:

Acabamos de ver que, para que o licenciamento de uma atividade seja exigido, ela deve se enquadrar em qualquer dos seguintes critérios (Res. Conama nº 237/97, art. 1º, I):

- Seja efetiva poluidora;
- Seja potencialmente poluidora;
- Possa causar degradação ambiental.

Desse modo, temos que:

A **alternativa A** está errada, pois é incorreto afirmar que o prévio licenciamento ambiental é requerido apenas se a atividade for potencialmente poluidora. Afinal, ele também poderá ser exigido se ela for efetivamente poluidora ou puder causar degradação ambiental.

A **alternativa B** está correta e é o nosso gabarito, uma vez que o licenciamento ambiental é exigido no caso de atividades que possam causar degradação ambiental.

A **alternativa C** está errada, pelos mesmo motivos mencionados nas justificativas anteriores.

A **alternativa D** está errada, porque existem outras hipóteses que requerem a realização de licenciamento ambiental além do caso de atividades efetivamente poluidoras.

A **alternativa E** está errada, pois não há qualquer previsão legal ou normativa de que certa atividade somente dependa de prévio licenciamento ambiental se o proprietário limitar o uso de toda a sua propriedade para preservar os recursos ambientais.



COMPETÊNCIAS PARA LICENCIAR

A Constituição Federal de 1988 definiu como sendo de competência **comum** da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios a proteção do meio ambiente, o combate à poluição, a preservação das florestas, da fauna e da flora (CF/1988, art. 23, VI e VII).

Nessa toada, foi editada Lei Complementar nº 140/11, que fixa as normas para a cooperação entre a União, os estados, o Distrito Federal e os municípios nas ações administrativas decorrentes do exercício da competência comum constitucionalmente definida.

Antes de tratarmos sobre a LC nº 140/11 em maiores detalhes, vejamos o que reza o art. 17 do Decreto nº 99.274/90, que regulamenta a Lei nº 6.938/81:

Art. 17. A construção, instalação, ampliação e funcionamento de estabelecimento de atividades utilizadoras de recursos ambientais, consideradas **efetiva ou potencialmente poluidoras**, bem assim os empreendimentos capazes, sob qualquer forma, de causar **degradação ambiental**, dependerão de **prévio licenciamento** do órgão **estadual** competente integrante do Sisnama, sem prejuízo de **outras licenças** legalmente exigíveis.

Note-se, portanto, que o Decreto nº 99.274/90 apontou o órgão **estadual** integrante do SISNAMA como responsável por realizar o licenciamento. De fato, a maior parte dos processos de licenciamento são realizados perante os órgãos estaduais, em que pese a União e os municípios também poderem exercer tal competência em alguns casos. Aqui entra o papel da LC nº 140/11, que levanta algumas situações particulares nas quais o licenciamento ocorrerá perante o órgão federal ou municipal.

Antes de detalharmos as competências de cada ente federativo, é importante frisar que as atividades e empreendimentos são licenciados um **único nível** de competência, conforme estabelecido no art. 7º da Res. Conama nº 237/97 e no art. 13 da LC nº 140/11. Portanto, ainda que determinado ente federativo solicite a outras informações que possam ser pertinentes para a aprovação das licenças, o processo administrativo corre perante apenas um âmbito, seja municipal, estadual ou federal.

Além disso, para que os entes federados possam exercer suas competências licenciatórias, a Res. Conama nº 237/97 exige que eles implementem os **Conselhos de Meio Ambiente**, com caráter deliberativo e participação social e, ainda, possuam **profissionais** legalmente habilitados em seus quadros ou a sua disposição (art. 20).

Competências da União

Em relação às competências federais, dispõe a LC nº 140/11 que, entre diversas outras ações administrativas, compete à **União** promover o licenciamento ambiental dos seguintes empreendimentos e atividades (art. 7º, XIV):

- a) localizados ou desenvolvidos conjuntamente no Brasil e em **país limítrofe**;



- b) localizados ou desenvolvidos no **mar territorial**, na **plataforma continental** ou na **zona econômica exclusiva**;
- c) localizados ou desenvolvidos em **terras indígenas**;
- d) localizados ou desenvolvidos em **unidades de conservação** instituídas pela **União**, exceto em Áreas de Proteção Ambiental (APAs);
- e) localizados ou desenvolvidos em **2 ou mais** Estados;
- f) de **caráter militar**, excetuando-se do licenciamento ambiental, nos termos de ato do Poder Executivo, aqueles previstos no preparo e emprego das Forças Armadas;
- g) destinados a pesquisar, lavar, produzir, beneficiar, transportar, armazenar e dispor material **radioativo**, em qualquer estágio, ou que utilizem **energia nuclear** em qualquer de suas formas e aplicações, mediante parecer da Comissão Nacional de Energia Nuclear (CNEN); ou
- h) que atendam tipologia estabelecida por **ato** do **Poder Executivo**, a partir de proposição da Comissão Tripartite Nacional, assegurada a participação de um membro do Conselho Nacional do Meio Ambiente (CONAMA), e considerados os critérios de porte, potencial poluidor e natureza da atividade ou empreendimento.

Em relação a esta última competência, o parágrafo único do mesmo artigo determina que o licenciamento dos empreendimentos cuja localização compreenda **concomitantemente** áreas das faixas terrestre e marítima da zona costeira será de atribuição da União exclusivamente nos casos previstos em tipologia estabelecida pelo citado **ato** do **Poder Executivo**.

Destaque-se que a Resolução Conama nº 237/97 utiliza o termo "impacto ambiental de âmbito **nacional** ou **regional**" para se referir às hipóteses em que o licenciamento será competência da União. Lembre-se, também, que as competências relativas ao licenciamento promovido no âmbito federal são executadas pelo **Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis** (IBAMA).

Neste ponto, cumpre apresentar a Resolução Conama nº 378/06, a qual define os empreendimentos potencialmente causadores de impacto ambiental nacional ou regional no tocante à exploração de florestas, conforme previsto no antigo Código Florestal (Lei nº 4.771/65).

Resolução Conama nº 378/06

Embora o Código Florestal de 1965 tenha sido substituído por um mais recente (Lei nº 12.651/12), a Res. Conama nº 378/06 continua válida e pode ser cobrada em prova. Além disso, ela é bastante curta e, portanto, é algo que vale a pena ser estudado.

A referida Resolução basicamente determina as competências do **IBAMA** para licenciar as seguintes atividades:

- I - exploração de florestas e formações **sucedoras** que envolvam manejo ou supressão de espécies enquadradas na Convenção sobre Comércio Internacional das Espécies da Flora e Fauna Selvagens em Perigo de Extinção-CITES;



II - exploração de florestas e formações **sucessoras** que envolvam manejo ou supressão de florestas e formações sucessoras em imóveis rurais que abranjam **dois ou mais Estados**;

III - supressão de florestas e outras formas de vegetação nativa em área maior que:

a) **2.000** hectares em imóveis rurais localizados na **Amazônia Legal**;

b) **1.000** hectares em imóveis rurais localizados nas **demais regiões** do país;

IV - supressão de florestas e formações sucessoras em obras ou atividades potencialmente poluidoras licenciadas pelo IBAMA;

V - manejo florestal em área superior a **50 mil** hectares.

A Resolução ainda exige que a exploração de florestas e formações sucessoras deva respeitar as regras e limites dispostos em normas específicas para o bioma (art. 1º, parágrafo único). Ademais, a autorização para manejo ou supressão de florestas e formações sucessoras em zona de amortecimento de unidade de conservação e nas Áreas de Proteção Ambiental (APAs) pode ser concedida pelo órgão competente mediante **prévia manifestação** do órgão responsável por sua administração (art. 3º).

Por fim, a Res. Conama nº 378/06 determina que a autorização para exploração de florestas e formações sucessoras que envolva manejo ou supressão de florestas e formações sucessoras em imóveis rurais numa faixa de **10 quilômetros** no entorno de **terra indígena demarcada** deverá ser precedida de informação georreferenciada à Fundação Nacional do Índio (FUNAI), exceto no caso da **pequena propriedade** rural ou posse ruralfamiliar (art. 4º).

Competências dos Municípios

No que concerne às competências municipais, dispõe a LC nº 140/11 que, entre diversas outras ações administrativas, compete a tais entes promover o licenciamento ambiental dos seguintes empreendimentos e atividades (art. 9º, XIV):

a) que causem ou possam causar impacto ambiental de **âmbito local**, conforme tipologia definida pelos respectivos Conselhos Estaduais de Meio Ambiente, considerados os critérios de porte, potencial poluidor e natureza da atividade; ou

b) localizados em **unidades de conservação** instituídas pelo Município, exceto em Áreas de Proteção Ambiental (APAs).

De modo análogo, a Resolução Conama nº 237/97 (art. 6º) estabelece que a competência pelo licenciamento será do órgão ambiental **municipal** quando os empreendimentos e atividades forem de impacto ambiental **local**. Em tais casos, contudo, devem ser ouvidos os órgãos competentes da União, dos Estados e do Distrito Federal, quando couber.

Além dessas competências municipais expressamente previstas, os Municípios também podem ser responsáveis pelo licenciamento ambiental de atividades que lhe forem **delegadas** pelo Estado por **instrumento legal** ou **convênio** (Res. Conama nº 237/97, art. 6º).



Competências dos Estados e do Distrito Federal

Conforme já mencionado, os Estados são os principais responsáveis pelo licenciamento ambiental. Com efeito, a LC nº 140/11 define que tais entes devem promover o licenciamento de **todas** as atividades ou empreendimentos que não se enquadrem nos casos particulares de competência da União ou dos Municípios mencionados há pouco (art. 8º, XIV).

Ademais, a Resolução Conama nº 237/97 assevera que o órgão ambiental estadual ou do Distrito Federal deverá realizar o licenciamento ambiental dos seguintes empreendimentos e atividades:

- I** - localizados ou desenvolvidos em **mais de um Município** ou em **unidades de conservação** de domínio estadual ou do Distrito Federal;
- II** - localizados ou desenvolvidos nas florestas e demais formas de vegetação natural de **preservação permanente** e em todas as que assim forem consideradas por normas federais, estaduais ou municipais;
- III** - cujos impactos ambientais diretos ultrapassem os limites territoriais de **um ou mais Municípios**;
- IV** – delegados pela União aos Estados ou ao Distrito Federal, por **instrumento legal** ou **convênio**.

Esta última competência se refere ao fato de o IBAMA poder delegar aos Estados o licenciamento de atividade com significativo impacto ambiental de âmbito **regional**, uniformizando, quando possível, as exigências (Res. Conama nº 237/97, art. 4º, § 2º).

Aspectos Complementares

A despeito da divisão de competências trazida há pouco, há que frisar algumas características complementares ao assunto.

Primeiramente, uma relevante exigência trazida pela Res. Conama nº 237/97 é que os entes federativos, para exercerem suas competências licenciatórias, deverão ter implementados os **Conselhos de Meio Ambiente**, com caráter deliberativo e participação social e, ainda, possuir em seus quadros ou a sua disposição **profissionais** legalmente habilitados (art. 20).

Particularmente em relação aos processos de licenciamento ambiental de atividades localizadas em **Unidades de Conservação** (UCs), é relevante destacar que, em regra, o ente responsável pelo licenciamento de tais atividades é aquele que **instituiu** a respectiva UC.

Todavia, constituem exceção a essa regra as **Áreas de Proteção Ambiental** (APAs), nos termos do art. 12 da LC nº 140/11, que determina que o critério do ente federativo instituidor da UC **não** será aplicado a tais categorias. Logo, não é porque, por exemplo, um Município instituiu determinada APA que os licenciamentos de atividades nela localizadas devem ocorrer no âmbito municipal. O mesmo vale para os demais entes.

No caso, o licenciamento em APAs segue a “regra geral” de divisão de competências instituída pela LC nº 140/2011. **Por exemplo**: se for um empreendimento localizado em dois ou mais estados, será



competência da União; se for de âmbito local, será competência municipal; e assim por diante, independentemente de qual ente tenha instituído a APA.

Ainda em relação às Unidades de Conservação, a **Resolução Conama nº 428/10** determina que os procedimentos de licenciamento ambiental de empreendimentos de significativo impacto ambiental que as afetem diretamente ou afetem suas **zonas de amortecimento** só poderão ser concedidos após **autorização** do órgão responsável pela administração da UC ou, no caso das Reservas Particulares de Patrimônio Natural (RPPN), pelo órgão responsável pela sua criação (art. 1º).

Outro aspecto que foi citado brevemente, mas que agora deve ser reforçado, é que em todos os casos, os empreendimentos e atividades são licenciados ou autorizados por um **único ente federativo** (LC nº 140/11, art. 13). Portanto, as competências para licenciar são **mutuamente excludentes**, isto é, o que deve ser licenciado pela União não deve ser licenciado pelos Estados e Municípios e as recíprocas também são verdadeiras. O que determina qual é o ente que deve licenciar, portanto, são os critérios de **porte, potencial poluidor e natureza** da atividade.

Em que pese o processo de licenciamento ser conduzido por um único ente federativo, os demais entes **podem se manifestar** ao órgão responsável pela licença ou autorização, de maneira **não vinculante**, respeitados os prazos e procedimentos do licenciamento ambiental (LC nº 140/11, art. 13, § 1º). Além disso, quando houver necessidade de **supressão de vegetação** decorrente de licenciamentos ambientais, ela deve ser **autorizada** pelo ente federativo licenciador (art. 13, § 2º).

A Resolução Conama nº 237/97 corrobora esse entendimento ao determinar que órgão licenciador deve considerar o **exame técnico** procedido pelos órgãos ambientais dos demais entes, quando couber. Então, por exemplo, em licenciamento realizado pelo IBAMA, devem ser considerados os exames técnicos dos órgãos ambientais dos Estados e Municípios em que se localiza a atividade ou empreendimento.

Ademais, os entes federativos devem atuar em caráter **supletivo** nas ações administrativas de licenciamento e na autorização ambiental, nas seguintes hipóteses (LC nº 140/11, art. 15):

I - inexistindo órgão ambiental capacitado ou conselho de meio ambiente no **Estado** ou no **Distrito Federal**, a **União** deve desempenhar as ações administrativas estaduais ou distritais até a sua criação;

II - inexistindo órgão ambiental capacitado ou conselho de meio ambiente no **Município**, o **Estado** deve desempenhar as ações administrativas municipais até a sua criação; e

III - inexistindo órgão ambiental capacitado ou conselho de meio ambiente no **Estado** e no **Município**, a **União** deve desempenhar as ações administrativas até a sua criação em um daqueles entes federativos.

Veja o esquema a seguir para ajudar na fixação. Em seguida, são trazidas duas questões sobre as competências dos entes federativos em termos de licenciamento ambiental.





ATENÇÃO DECORE!

| Inexistindo órgão ambiental no: | Competência supletiva será do (a): |
|---------------------------------|------------------------------------|
| Estado ou Distrito Federal | União |
| Município | Estado |
| Estado, DF e Município | União |



HORA DE PRATICAR!

(CESGRANRIO / PETROBRAS – 2011) De acordo com a Resolução do Conama nº 237, de 19 de dezembro de 1997, sobre as competências no processo de licenciamento ambiental, é INCORRETO afirmar que

- a) compete ao Ibama o licenciamento ambiental de empreendimentos com significativo impacto ambiental de âmbito nacional ou regional, cujos impactos ambientais diretos ultrapassem os limites territoriais do País.
- b) compete aos órgãos ambientais estaduais o licenciamento ambiental de atividades com significativo impacto ambiental de âmbito regional, que utilizem energia nuclear em qualquer de suas formas e aplicações.
- c) compete ao órgão ambiental estadual o licenciamento ambiental dos empreendimentos e atividades localizados ou desenvolvidos em mais de um município.
- d) o Ibama poderá delegar aos Estados o licenciamento de atividade com significativo impacto ambiental de âmbito regional, ressalvada sua competência supletiva.



e) os empreendimentos e atividades serão licenciados em um único nível de competência.

Comentários:

A **alternativa A** está correta, de acordo com o que determina o art. 4º, I, da Res. Conama nº 237.

A **alternativa B** está errada e é o nosso gabarito, uma vez que a competência descrita é atribuição do IBAMA, conforme o art. 4º, IV, da Resolução Conama nº 237/97.

A **alternativa C** está correta, pois é precisamente o que aponta o art. 5º, I, da Resolução Conama nº 237/97.

A **alternativa D** está correta, consoante o art. 4º, § 2º, da Resolução Conama nº 237/97.

A **alternativa E** está correta, porque é o que dispõe o art. 7º da Resolução Conama nº 237/97.

Mais uma!

(FEPESE/PREFEITURA DE CRICIÚMA-SC - 2019) Sobre licenciamento ambiental, assinale a alternativa correta de acordo com a Lei Complementar nº 140/11.

a) À União compete promover o licenciamento de empreendimentos localizados em Áreas de Proteção Ambiental federais.

b) A depender da extensão e abrangência dos impactos, uma atividade potencialmente degradante ou poluidora pode ser licenciada ambientalmente por mais de um ente federativo.

c) Se inexistir órgão ambiental municipal capacitado, o IBAMA deve licenciar atividades potencialmente degradantes ou poluidoras até sua criação.

d) Aos Estados compete licenciar empreendimentos utilizadores de recursos ambientais, efetiva ou potencialmente poluidores ou capazes, sob qualquer forma, de causar degradação ambiental, cuja competência para licenciar não seja da União ou dos Municípios.

e) O IBAMA pode avocar processo de licenciamento ambiental promovido por outro ente federativo, caso repute inadequado ou equivocado o licenciamento promovido pelo Município ou pelo Estado.

Comentários:

A **alternativa A** está errada, pois as Áreas de Proteção Ambiental constituem-se exceção à regra de que a União deve promover o licenciamento de empreendimentos localizados em unidades de conservação federais (LC nº 140/11, art. 7º, XIX, "d").

A **alternativa B** está errada, porquanto os empreendimentos e atividades devem ser licenciados por um único ente federativo, conforme estabelecido no art. 7º da Res. Conama nº 237/97 e no art. 13 da LC nº 140/11.

A **alternativa C** está errada, pois é o Estado que deve licenciar as atividades potencialmente degradantes ou poluidoras se inexistir órgão ambiental municipal capacitado (LC nº 140/11, art. 15, II).

A **alternativa D** está correta e é o nosso gabarito, em conformidade com o art. 8º, XIV, da Lei Complementar nº 140/11.



A **alternativa E** está errada, porque não há previsão de que o IBAMA possa avocar processo de licenciamento ambiental promovido por outro ente federativo. O que pode haver é uma delegação de atribuições ou de execuções de ações administrativas de um ente federativo a outro, respeitados os requisitos previstos da LC nº 140/11, quais sejam: o ente destinatário da delegação disponha de órgão ambiental capacitado a executar as ações administrativas a serem delegadas e de conselho de meio ambiente (LC nº 140/11, art. 5º).



ETAPAS DO LICENCIAMENTO

Embora a ordem das etapas do licenciamento não seja algo recorrentemente cobrado em provas, é interessante que alguns aspectos relacionados a algumas dessas etapas sejam conhecidos. Nesse sentido, a Resolução Conama nº 237/97 relaciona as seguintes etapas do licenciamento ambiental (art. 10):

I - Definição pelo órgão ambiental competente, com a participação do empreendedor, dos **documentos, projetos e estudos** ambientais, necessários ao início do processo de licenciamento correspondente à licença a ser requerida;

II - **Requerimento da licença** ambiental pelo empreendedor, acompanhado dos documentos, projetos e estudos ambientais pertinentes, dando-se a devida publicidade;

III - **Análise** pelo órgão ambiental competente, integrante do SISNAMA, dos documentos, projetos e estudos ambientais apresentados e a realização de vistorias técnicas, quando necessárias;

IV - Solicitação de **esclarecimentos e complementações** pelo órgão ambiental competente, integrante do SISNAMA, uma única vez, em decorrência da análise dos documentos, projetos e estudos ambientais apresentados, quando couber, podendo haver a reiteração da mesma solicitação caso os esclarecimentos e complementações não tenham sido satisfatórios;

V - **Audiência pública**, quando couber, de acordo com a regulamentação pertinente;

VI - Solicitação de **esclarecimentos e complementações** pelo órgão ambiental competente, decorrentes de audiências públicas, quando couber, podendo haver reiteração da solicitação quando os esclarecimentos e complementações não tenham sido satisfatórios;

VII - Emissão de **parecer técnico conclusivo** e, quando couber, parecer jurídico;

VIII - **Deferimento ou indeferimento** do pedido de licença, dando-se a devida publicidade.

Sobre tais etapas, cabem alguns pontos relevantes:

1) Perceba que há uma **lógica** por trás da sequência das etapas supracitadas. Num primeiro momento, o órgão ambiental deve, com a participação do empreendedor, definir os documentos, projetos e estudos ambientais necessários ao licenciamento.

Nas etapas intermediárias, o empreendedor deve entregar a documentação e os estudos requeridos para o órgão ambiental para que este os analise e, se necessário, peça esclarecimentos e complementações. Além disso, devem ser realizadas audiências públicas quando for o caso, sobre as quais o órgão ambiental pode solicitar novos esclarecimentos.



Por fim, há a emissão do parecer técnico conclusivo e jurídico e o deferimento ou indeferimento do pedido de licença, dando-se a devida publicidade.

2) Os **estudos** necessários ao processo de licenciamento devem ser realizados por profissionais legalmente habilitados, às expensas do **empreendedor**. Isso significa que é o **proponente** da atividade ou empreendimento que deve pagar todas as custas relativas ao licenciamento.

Nesse sentido, o custo de análise para a obtenção da licença ambiental deve ser estabelecido por dispositivo legal, visando o ressarcimento, pelo empreendedor, das despesas realizadas pelo órgão ambiental competente. Ou seja, o órgão licenciador gasta para realizar o processo de licenciamento e depois é ressarcido pelo empreendedor.

3) No procedimento de licenciamento ambiental deve constar, obrigatoriamente, a **certidão da Prefeitura Municipal**, declarando que o local e o tipo de empreendimento ou atividade estão em conformidade com a legislação aplicável ao uso e ocupação do solo e, quando for o caso, a autorização para **supressão de vegetação** e a **outorga** para o uso da água, emitidas pelos órgãos competentes.

4) Podem ser estabelecidos **procedimentos simplificados** para as atividades e empreendimentos de pequeno potencial de impacto ambiental, que devem ser aprovados pelos respectivos Conselhos de Meio Ambiente.

5) Pode ser admitido um **único processo** de licenciamento ambiental para **pequenos empreendimentos** e atividades similares e **vizinhos**.

6) Caso haja alguma solicitação de esclarecimento ou complementação formulada pelo órgão ambiental competente, o empreendedor tem o prazo máximo de **4 meses**, a contar do recebimento da respectiva notificação. Esse prazo, porém, pode ser **prorrogado**, desde que justificado e com a concordância do empreendedor e do órgão ambiental competente.

Caso tal prazo não seja cumprido, o licenciamento fica sujeito à ação do órgão que detenha competência para atuar **supletivamente** e o empreendedor fica sujeito ao **arquivamento** de seu pedido de licença. Uma vez arquivado o processo de licenciamento, poderá ser reaberto mediante **novo requerimento** de licença que deve ser acompanhado de **novo pagamento** de custo de análise.

7) Em relação às **audiências públicas**, a Resolução Conama nº 9/87 determina que possuem a finalidade expor aos interessados o conteúdo do produto em análise, dirimindo dúvidas e recolhendo dos presentes as críticas e sugestões a respeito. Tais audiências devem ocorrer sempre que o órgão de meio ambiente julgar necessário, ou quando for solicitado por **entidade civil**, pelo **Ministério Público**, ou por **50 ou mais** cidadãos.

Por fim, observa-se que dois dos objetos relacionados a essas etapas do licenciamento são as **licenças ambientais** e os **estudos ambientais**, notadamente o Estudo de Impacto Ambiental (EIA) e seu Relatório de Impacto sobre o Meio Ambiente (RIMA). Devido a importância de tais temas, trataremos deles separadamente, a seguir. Não sem antes fazermos uma questão para fixar o entendimento.





(CEBRASPE / TJ-ES – 2011) A Resolução nº 237/1997 do Conselho Nacional do Meio Ambiente estabeleceu roteiro mínimo a ser observado nos processos de licenciamento ambiental, composto de oito etapas, entre as quais se inclui a

- a) apresentação da proposta de plano de monitoramento ambiental da emissão de efluentes.
- b) apresentação da proposta de plano de manejo da área vizinha ao empreendimento.
- c) emissão de parecer técnico conclusivo e, conforme o caso, de parecer jurídico.
- d) assinatura de termo de ajuste de conduta proposto em audiência pública.
- e) redação do termo de referência circunstanciado, acompanhado de laudo pericial, se for o caso.

Comentários:

A **alternativa A** está errada, pois a apresentação da proposta de plano de monitoramento ambiental da emissão de efluentes não é uma das etapas do licenciamento ambiental expressamente previstas pelo art. 10 da Res. Conama nº 237/97.

A **alternativa B** está errada, uma vez que a apresentação da proposta de plano de manejo da área vizinha ao empreendimento também não está relacionada no art. 10 da Res. Conama nº 237/97 como uma das etapas do licenciamento ambiental.

A **alternativa C** está correta e é o nosso gabarito, visto que a emissão de parecer técnico conclusivo e, conforme o caso, de parecer jurídico é uma das etapas do licenciamento ambiental previstas no art. 10 da Res. Conama nº 237/97 (inciso VII).

A **alternativa D** está errada, porquanto a assinatura de termo de ajuste de conduta proposto em audiência pública não está expressamente prevista no art. 10 da Res. Conama nº 237/97 como uma das etapas do licenciamento ambiental.

A **alternativa E** está errada, pelo fato de que a redação do termo de referência circunstanciado, acompanhado de laudo pericial também não corresponde a uma etapa do licenciamento ambiental expressamente prevista no art. 10 da Res. Conama nº 237/97.



LICENÇAS AMBIENTAIS

Se o licenciamento ambiental é um procedimento administrativo, pode-se afirmar que as **licenças ambientais** são **atos administrativos**, conforme definição da Res. Conama nº 237/97 (art. 1º):

II - Licença Ambiental: ato administrativo pelo qual o órgão ambiental competente, estabelece as condições, restrições e medidas de controle ambiental que deverão ser obedecidas pelo empreendedor, pessoa física ou jurídica, para localizar, instalar, ampliar e operar empreendimentos ou atividades utilizadoras dos recursos ambientais consideradas efetiva ou potencialmente poluidoras ou aquelas que, sob qualquer forma, possam causar degradação ambiental.

Ou seja, procedimento como um todo pode ser composto por um ou diversos atos, como é o caso das licenças ambientais.

São as licenças ambientais, portanto, que estabelecem se determinados empreendimentos ou atividades são ambientalmente viáveis e quais as condições, restrições e medidas de controle que devem obedecer para que o sejam.

O Decreto nº 99.274/90 determina a existência das seguintes licenças (art. 19):

I - Licença Prévia (LP), na fase preliminar do planejamento de atividade, contendo requisitos básicos a serem atendidos nas fases de localização, instalação e operação, observados os planos municipais, estaduais ou federais de uso do solo;

II - Licença de Instalação (LI), autorizando o **início da implantação**, de acordo com as especificações constantes do Projeto Executivo aprovado; e

III - Licença de Operação (LO), autorizando, após as verificações necessárias, o início da atividade licenciada e o funcionamento de seus equipamentos de controle de poluição, de acordo com o previsto nas Licenças Prévia e de Instalação.

Analogamente, o art. 8º da Res. Conama nº 237/97 também traz uma descrição das mesmas licenças. Embora a redação trazida pela referida Resolução seja muito semelhante à do Decreto nº 99.274/90, é interessante que você tenha contato com ambas, porque as questões de prova normalmente extraem trechos literais de algum desses diplomas. Segue, portanto, a redação do art. 8º da Res. Conama nº 237/97:

I - Licença Prévia (LP) - concedida na fase preliminar do planejamento do empreendimento ou atividade aprovando sua localização e concepção, atestando a viabilidade ambiental e estabelecendo os requisitos básicos e condicionantes a serem atendidos nas próximas fases de sua implementação;

II - Licença de Instalação (LI) - autoriza a instalação do empreendimento ou atividade de acordo com as especificações constantes dos planos, programas e projetos aprovados, incluindo as medidas de controle ambiental e demais condicionantes, da qual constituem motivo determinante;



III - Licença de Operação (LO) - autoriza a operação da atividade ou empreendimento, após a verificação do efetivo cumprimento do que consta das licenças anteriores, com as medidas de controle ambiental e condicionantes determinados para a operação.

Parágrafo único. As licenças ambientais poderão ser expedidas isolada ou sucessivamente, de acordo com a natureza, características e fase do empreendimento ou atividade.

Desse modo, de modo geral, temos os seguintes aspectos a serem destacados:

A **Licença Prévia (LP)** é emitida na fase **preliminar**, pois visa a atestar a concepção do empreendimento ou atividade sob a óptica de aspectos de localização e a harmonia com dispositivos previstos na legislação local, estadual e federal de uso do solo.

A **Licença de Instalação (LI)**, por sua vez, autoriza o início da **implantação** do empreendimento, representando uma etapa intermediária do processo de licenciamento.

Por fim, a **Licença de Operação (LO)** autoriza o início das **operações** do estabelecimento e dos respectivos equipamentos de controle de poluição, caso haja, em conformidade com as licenças anteriores.

Note, portanto, que cada uma das licenças se destina a uma fase do empreendimento. Sendo assim, se houver início de atividades de implantação e operação antes da expedição das respectivas licenças, os dirigentes dos Órgãos Setoriais do Ibama devem comunicar o fato às **entidades financiadoras** dessas atividades, sem prejuízo da imposição de penalidades, medidas administrativas de interdição, judiciais, de embargo, e outras providências cautelares (Decreto nº 99.274/90, art. 19, § 3º).



OUTROS TIPOS DE LICENÇAS

Muitos alunos perguntam se só existem LP, LI e LO e a resposta é: não! Porém, para fins de concursos, acabam sendo as que costumam cair em prova (regra geral). De todo modo, para não ficarmos na superficialidade, vamos lembrar de alguns outros tipos de licença aqui:

Licença de Alteração: geralmente está condicionada à existência de Licença de Instalação (LI) ou Licença de Operação (LO), concedida quando porventura ocorrer modificação no contrato social do empreendimento, atividade ou obra, ou qualificação de pessoa física.

Licença de Ampliação: pode ser concedida para a realização de ampliações ou ajustes em empreendimento ou atividade já implantados e licenciados.



Licença de Instalação e de Operação (LIO): substitui os procedimentos administrativos do licenciamento de instalação e do licenciamento de operação ordinários, unificando-os. Por meio da LIO, o órgão ambiental autoriza, em uma única fase, a instalação e a operação de atividade ou empreendimento. Deve ser solicitada antes de iniciar-se a implantação do empreendimento ou atividade, estando sua concessão condicionada às medidas e condições de controle ambiental estabelecidas pelo órgão ambiental.

Licença Prévia e de Instalação (LPI): substitui os procedimentos administrativos do licenciamento prévio e do licenciamento de instalação ordinários, unificando-os. Antes de iniciar-se a implantação do empreendimento ou atividade, em uma única fase o órgão ambiental atesta a viabilidade ambiental e autoriza a instalação da atividade ou empreendimento, estabelecendo as condições e medidas de controle ambiental necessárias. Geralmente, é concedida quando a análise de viabilidade ambiental não depender de estudos ambientais, podendo ocorrer simultaneamente à análise dos projetos de implantação.

Licença Ambiental Simplificada (LAS): é concedida antes de iniciar-se a implantação do empreendimento ou atividade e, em uma única fase, atesta a viabilidade ambiental, aprova a localização e autoriza a implantação e a operação de empreendimento ou atividade, estabelecendo as condições e medidas de controle ambiental que deverão ser atendidas. A concessão da LAS geralmente está associada à classificação do empreendimento quanto ao grau de impacto ambiental gerado, sendo aplicada à empreendimentos ou atividades de pequeno ou micro porte e baixo potencial poluidor.

Licença Única (LU): substitui os procedimentos administrativos ordinários do licenciamento prévio, de instalação e operação do empreendimento ou atividade, unificando-os na emissão de uma única licença, exigindo-se as devidas condições e medidas de controle ambiental.

O conceito, a aplicação e os critérios para a dispensa do licenciamento, Licenças de Ampliação, Alteração, LIO, LPI, LAS e LU, como observado **podem variar de estado para estado**, devendo ser observada a legislação estadual, ou municipal, que as regulamentam na esfera de localização do empreendimento ou atividade.

Por fim, vale lembrar que há certos tipos de atividades que podem ter **tipos próprios de licença**, como é o caso das atividades relacionadas à exploração e lavra de jazidas de combustíveis líquidos e gás natural, regulamentadas pela Resolução Conama nº 23/1994, a qual prevê, por exemplo, a **Licença Prévia para Perfuração (LPper)**, autorizando a atividade de perfuração, e a **Licença Prévia de Produção para Pesquisa (LPPro)**, autorizando a produção para pesquisa da viabilidade econômica da jazida.

Voltando às licenças mais convencionais e cobradas em prova, um assunto que é muito cobrado pelas bancas é o **prazo de validade** de cada uma dessas licenças. Nesse aspecto, o art. 18 da Res. Conama nº 237/97 determina o seguinte:

- ⇒ **Licença Prévia:** o prazo de validade deve ser, no mínimo, o estabelecido pelo cronograma de elaboração dos planos, programas e projetos relativos ao empreendimento ou atividade, **não** podendo ser superior a **5 anos**.
- ⇒ **Licença de Instalação:** o prazo de validade deve ser, no mínimo, o estabelecido pelo cronograma de instalação do empreendimento ou atividade, **não** podendo ser superior a **6 anos**.



⇒ **Licença de Operação:** o prazo de validade deve considerar os planos de controle ambiental e será de, no **mínimo, 4 anos** e, no **máximo, 10 anos**.

Aqui cabe um importante adendo. A **Licença de Operação** deve ser sempre renovada para que o estabelecimento continue a operar. Desse modo, durante tal renovação, o órgão ambiental competente pode aumentar ou diminuir o prazo de validade da LO, sempre respeitando os limites supracitados.

A LC nº 140/11 determina que o decurso dos prazos de licenciamento sem a emissão da licença ambiental **não** implica **emissão tácita** nem autoriza a prática de ato que dela dependa ou decorra (art. 14, § 3º).

Entretanto, em relação à renovação das licenças, é muito importante que se saiba que a antecedência mínima para a requerer é de **120 dias** da expiração de seu prazo de validade, ficando este **automaticamente prorrogado** até a manifestação definitiva do órgão ambiental competente (art. 18, § 4º).

Veja o exemplo a seguir.



O Engenheiro Ambiental Roberto Precavido trabalha em uma indústria de alumínio e percebeu que a Licença de Operação de uma unidade está chegando ao final dos seus 7 anos de validade.

Sabendo que o prazo mínimo para requerer a renovação da licença é de **120 dias** antes do fim desse prazo, o Eng. Precavido entra com o requerimento de renovação faltando **150 dias** para o término do prazo de validade.

Contudo, o órgão estadual responsável pelo licenciamento está com falta de servidores em virtude de muitas aposentadorias recentes. Sendo assim, o referido órgão não consegue apreciar o pedido de renovação da licença antes do término do prazo de validade.

Logo, para que a indústria não fique prejudicada, o prazo de validade fica **automaticamente prorrogado** até a manifestação definitiva do órgão licenciador. Caso, após a análise do órgão licenciador, a licença seja renovada, o prazo de renovação conta da data de expiração da licença anterior (e não da data da decisão do órgão!).

É importante destacar que a Res. Conama nº 237/97 prevê que o órgão ambiental competente pode estabelecer prazos de análise **diferenciados** para cada modalidade de licença (LP, LI e LO), em função das **peculiaridades** da atividade ou empreendimento, bem como para a formulação de **exigências complementares**. Esses prazos diferenciados podem ser estabelecidos desde que observados os seguintes



prazos **máximos**, a contar do ato de protocolar o requerimento até seu deferimento ou indeferimento (art. 14):

- ⇒ **6 meses**, nos casos em que **não haja** EIA/RIMA e/ou audiência pública;
- ⇒ **12 meses**, os casos em que **haja** EIA/RIMA e/ou audiência pública.

Frise-se que a contagem desses prazos pode ser **suspensa** durante a elaboração dos estudos ambientais complementares ou preparação de esclarecimentos pelo empreendedor (art. 14, § 1º). Outrossim, tais prazos podem ser alterados, desde que justificados e com a concordância do empreendedor e do órgão ambiental competente (art. 14, § 2º).

A Resolução Conama nº 237/97 ainda estabelece um prazo máximo no qual o empreendedor deve atender esclarecimentos e complementações formuladas pelo órgão ambiental competente: **4 meses**, a contar do recebimento da respectiva notificação (art. 15). Destaque-se que esse prazo também pode ser **prorrogado**, desde que haja justificativa, bem como concordância do empreendedor e do órgão ambiental competente.

Ressalte-se que o não cumprimento dos prazos diferenciados de análise de 6 e 12 meses acima mencionados ou do prazo para atendimento de esclarecimentos de 4 meses sujeita o licenciamento à ação do órgão que detenha competência para atuar **supletivamente** e o empreendedor ao **arquivamento** de seu pedido de licença (art. 16). Não obstante, o arquivamento do processo de licenciamento não impede a apresentação de novo requerimento de licença mediante novo pagamento de custo de análise (art. 17).

Para finalizar o tema das licenças ambientais, você deve saber que o órgão ambiental competente, mediante decisão motivada, pode **modificar** os **condicionantes** e as medidas de controle e adequação, **suspender** ou **cancelar** uma licença expedida (Res. Conama nº 237/97, art. 19). Isso pode ocorrer nas hipóteses de:

- I - **violação** ou inadequação de quaisquer **condicionantes** ou normas legais;
- II - **omissão** ou falsa descrição de **informações** relevantes que subsidiaram a expedição da licença;
- III - superveniência de **graves riscos** ambientais e de saúde.



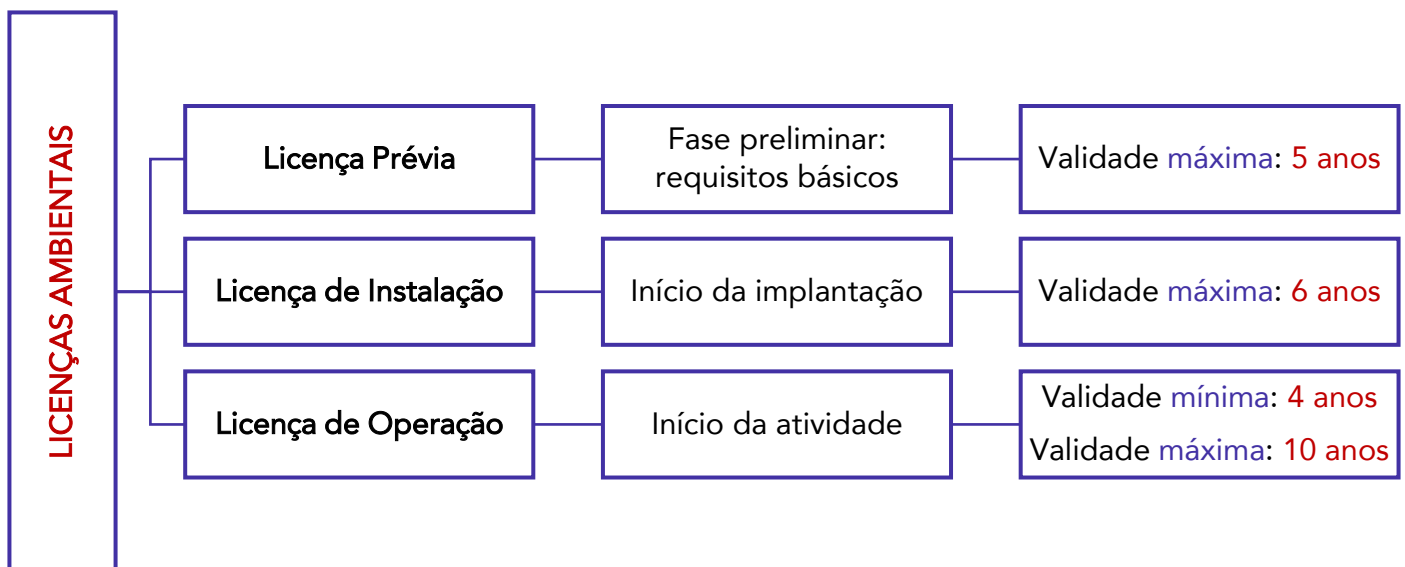
EXEMPLIFICANDO

Uma plataforma de petróleo possui todas as licenças aprovadas pelo IBAMA, que é o órgão ambiental competente para atividades exercidas no mar territorial.

A plataforma já está em operação há 5 anos, mas até o momento não cumpriu certa condicionante imposta pelo IBAMA para a emissão da licença de operação. Essa condicionante referia-se ao fato de, no prazo de até 4 anos, a empresa responsável pela

plataforma teria de investir parte do lucro da venda do petróleo em projetos de geração de energia que aplicassem mecanismos de desenvolvimento limpo.

Como a condicionante não foi cumprida no prazo estabelecido pelo órgão ambiental, este pode suspender ou cancelar a licença de operação que exigiu a referida condicionante.



(FEPESE/FATMA-SC - 2012) Identifique as afirmativas verdadeiras (V) e as falsas (F).

- () Licenciamento ambiental é o ato administrativo pelo qual o órgão ambiental estabelece as condições, restrições e medidas de controle ambiental que deverão ser obedecidas pelo empreendedor.
- () O decurso dos prazos de licenciamento, sem a emissão da licença ambiental, autoriza, de modo precário, a prática de ato que dela dependa ou decorra, até a efetiva apreciação do pedido pelo órgão ambiental competente.
- () Pela sistemática federal, o prazo para análise de cada modalidade de licença ambiental (prévia, instalação e operação) pelo órgão ambiental competente é de seis meses a contar da data do protocolo do requerimento, e até doze meses, se houver EIA/RIMA e/ou audiência pública.



() Uma licença ambiental pode ser suspensa ou cancelada somente se houver violação de suas condicionantes pelo empreendedor.

Assinale a alternativa que indica a sequência correta, de cima para baixo.

- a) V – V – V – V
- b) V – F – V – F
- c) V – F – F – F
- d) F – V – V – F
- e) F – F – V – F

Comentários:

Verifiquemos a veracidade de cada assertiva.

A **primeira assertiva** está errada, uma vez que o licenciamento ambiental não se trata de ato administrativo, mas sim de procedimento administrativo, conforme art. 1º da Res. Conama nº 237/97. Muito cuidado com pegadinhas desse tipo!

A **segunda assertiva** está errada, porque, segundo a Lei Complementar nº 140/11, art. 13, § 3º, o decurso dos prazos de licenciamento sem a emissão da licença ambiental não implica emissão tácita nem autoriza a prática de ato que dela dependa ou decorra.

A **terceira assertiva** está correta, pois obedece ao disposto pelo art. 14 da Res. Conama nº 237/97, isto é, o prazo de análise de 6 meses caso não haja EIA/RIMA e/ou audiência pública e de 12 meses caso haja qualquer um deles.

A **quarta assertiva** está errada, pois são três as hipóteses que ensejam a possibilidade de suspensão ou cancelamento de uma licença ambiental (Res. Conama nº 237/97, art. 19):

- I - violação ou inadequação de quaisquer condicionantes ou normas legais;
- II - omissão ou falsa descrição de informações relevantes que subsidiaram a expedição da licença; e
- III - superveniência de graves riscos ambientais e de saúde.

Desse modo, a sequência correta de cima para baixo é F-F-V-F, sendo correta a **alternativa E**, nosso gabarito.



ESTUDOS AMBIENTAIS E EIA/RIMA

Quando estudamos as etapas do licenciamento, foi mostrado que o órgão licenciador pode exigir diversas medidas por parte do empreendedor/proponente. Uma das principais exigências feitas são os **estudos ambientais**. Segundo a Res. Conama nº 237/97, tais documentos são todos e quaisquer estudos relativos aos aspectos ambientais relacionados à localização, instalação, operação e ampliação de uma atividade ou empreendimento, apresentado como **subsídio** para a análise da licença requerida.

Para ter o pedido de licença analisado, os órgãos ambientais emitem o chamado **Termo de Referência** (TR), que é um documento que informa as diretrizes para a elaboração dos estudos ambientais. Para agilizar o processo, o empreendedor pode apresentar uma proposta de TR para que o órgão ambiental aprove. Esse documento orienta a equipe técnica, define o conteúdo, a abrangência e os métodos a serem utilizados para cada tipo de empreendimento a ser avaliado.

No Brasil, apesar da existência de alguns estudos ambientais comuns exigidos na maioria dos estados, o conteúdo dos estudos ambientais, e a fase do licenciamento em que poderão ser solicitados, podem variar de estado para estado, de acordo com legislações e procedimentos próprios. Em muitos estados, o estudo ambiental é substituído por uma listagem de documentos pré-determinados de acordo com a atividade e porte do empreendimento.

A título de curiosidade, alguns dos estudos que podem ser exigidos são: Estudo de Impacto Ambiental (EIA), Plano de Controle Ambiental (PCA), Relatório Ambiental Preliminar (RAP), Relatório de Controle Ambiental (RCA), Estudo de Impacto de Vizinhança (EIV), Relatório Ambiental Simplificado (RAS), Plano de Recuperação de Área Degradada (PRAD), Análise Preliminar de Risco (APR), entre outros.

O **Relatório Ambiental Simplificado (RAS)**, por exemplo, pode ser exigido no licenciamento ambiental de empreendimentos de impacto ambiental de pequeno porte, e normalmente apresenta a caracterização do empreendimento, o diagnóstico ambiental da região onde este se localizará, os impactos ambientais e respectivas medidas de controle.

Já o **Relatório de Controle Ambiental (RCA)** é solicitado para empreendimentos ou atividades que não gerem impactos ambientais significativos, sendo seu conteúdo estabelecido caso a caso. Este estudo apresenta a localização frente ao plano diretor municipal, a caracterização da região de instalação do empreendimento, alvarás e documentos similares, além do plano de controle ambiental, contendo fontes de poluição ou degradação e suas medidas de controle.

Por sua vez, o **Plano de Controle Ambiental (PCA)** envolve todos os projetos executivos, citados no licenciamento prévio do empreendimento ou atividade, propostos para mitigação dos impactos ambientais.

Seguramente, o mais conhecido desses estudos (e praticamente o único cobrado em provas) é o **Estudo de Impacto Ambiental** (EIA) e seu respectivo **Relatório de Impacto sobre o Meio Ambiente** (RIMA).



Pode-se afirmar que a existência do EIA e do RIMA foi já prevista na própria Constituição Federal, a qual atribui ao poder público o dever de exigir tais documentos no caso de atividade potencialmente causadora de significativa degradação do meio Ambiente:

Art. 225. Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações.

§ 1º Para assegurar a efetividade desse direito, incumbe ao Poder Público:

(...)

IV - exigir, na forma da lei, para instalação de obra ou atividade potencialmente causadora de significativa degradação do meio ambiente, **estudo prévio de impacto ambiental**, a que se dará publicidade;

Nesse contexto, a Res. Conama nº 237/97 corrobora e detalha essa disposição constitucional, estabelecendo que:

Art. 3º - A licença ambiental para empreendimentos e atividades consideradas efetiva ou potencialmente causadoras de significativa degradação do meio dependerá de prévio **estudo de impacto ambiental** e respectivo **relatório de impacto sobre o meio ambiente** (EIA/RIMA), ao qual dar-se-á publicidade, garantida a realização de audiências públicas, quando couber, de acordo com a regulamentação.

Portanto, percebe-se que o EIA e o RIMA são exigidos no caso de atividades consideradas efetiva ou potencialmente causadoras de **significativa** degradação do meio. Sendo assim, atividades que não se enquadrem nessa definição podem ser dispensadas da exigência do EIA/RIMA e ser licenciadas por meio de estudos mais simplificados.

Desse modo, o art. 2º da Res. Conama nº 1/86 traz alguns exemplos de atividades que devem elaborar EIA/RIMA:

I - **Estradas** de rodagem com **duas ou mais faixas** de rolamento;

II - **Ferrovias**;

III - **Portos** e terminais de minério, petróleo e produtos químicos;

IV - **Aeroportos**;

V - **Oleodutos**, gasodutos, minerodutos, troncos coletores e emissários de esgotos sanitários;

VI - Linhas de transmissão de energia elétrica, acima de **230 KV**;



- VII** - Obras hidráulicas para exploração de recursos hídricos, tais como: barragem para fins hidrelétricos, acima de **10 MW**, de saneamento ou de irrigação, abertura de canais para navegação, drenagem e irrigação, retificação de cursos d'água, abertura de barras e embocaduras, transposição de bacias, diques;
- VIII** - Extração de combustível **fóssil** (petróleo, xisto, carvão);
- IX** - Extração de **minério**, inclusive os da classe II, definidas no Código de Mineração;
- X** - **Aterros sanitários**, processamento e destino final de resíduos tóxicos ou perigosos;
- XI** - Usinas de geração de **eletricidade**, qualquer que seja a fonte de energia primária, acima de **10 MW**;
- XII** - Complexo e unidades **industriais** e **agroindustriais** (petroquímicos, siderúrgicos, cloroquímicos, destilarias de álcool, hulha, extração e cultivo de recursos hídricos hidróbios);
- XIII** - Distritos industriais e zonas estritamente industriais - **ZEI**;
- XIV** - Exploração econômica de **madeira** ou de **lenha**, em áreas acima de **100 hectares** ou menores, quando atingir áreas significativas em termos percentuais ou de importância do ponto de vista ambiental;
- XV** - **Projetos urbanísticos**, acima de **100 hectares** ou em áreas consideradas de relevante interesse ambiental a critério da SEMA e dos órgãos municipais e estaduais competentes;
- XVI** - Qualquer atividade que utilizar **carvão vegetal**, derivados ou produtos similares, em quantidade superior a **dez** toneladas por dia;
- XVII** - **Projetos Agropecuários** que contemplem áreas acima de **1.000 hectares** ou menores, neste caso, quando se tratar de áreas significativas em termos percentuais ou de importância do ponto de vista ambiental, inclusive nas áreas de proteção ambiental.
- XVIII** - Empreendimentos potencialmente lesivos ao **patrimônio espeleológico** nacional.

Reitero que esta listagem é meramente **exemplificativa**! Com efeito, o órgão ambiental pode exigir EIA/RIMA para qualquer atividade que possua o potencial de causar **significativo** impacto no meio ambiente, ainda que não conste nessa ou noutra lista.

Apesar de a maioria das bancas examinadoras não cobrarem detalhes da lista acima, algumas provas mais exigentes podem exigir tal conhecimento. Portanto, dê uma lida geral nesse rol, sobretudo nos termos destacados. Além disso, revise essa lista sempre que estudar este assunto para fixar os termos na memória de longo prazo.

Em relação à diferença entre um EIA e um RIMA, não tem segredo, mas muita gente ainda possui conceitos equivocados sobre o assunto, então vamos lá!



Estudo de Impacto Ambiental

O **Estudo de Impacto Ambiental** (EIA), também chamado Estudo Prévio de Impacto Ambiental, é um **documento técnico** sobre estado inicial do ambiente em que será realizada a atividade sujeita a licenciamento, descrevendo **detalhadamente** as razões que motivaram a escolha daquele local, as modificações socioambientais que o projeto acarretará, os impactos ambientais possíveis, as medidas mitigadoras propostas, as eventuais compensações necessárias, entre outros aspectos.

De acordo com o art. 5º da Res. Conama nº 1/86, a elaboração do EIA deverá seguir as seguintes diretrizes gerais:

I - Contemplar todas as **alternativas tecnológicas** e de **localização** do projeto, confrontando-as com a hipótese de não execução do projeto;

II - Identificar e avaliar sistematicamente os **impactos ambientais** gerados nas fases de implantação e operação da atividade;

III - Definir os limites da área geográfica a ser direta ou indiretamente afetada pelos impactos, denominada **área de influência** do projeto, considerando, em todos os casos, a bacia hidrográfica na qual se localiza;

IV - Considerar os **planos** e **programas governamentais**, propostos e em implantação na área de influência do projeto, e sua compatibilidade.

Outrossim, o art. 6º da mesma resolução determina que o EIA deve desenvolver, no mínimo, as seguintes atividades técnicas:

I - Diagnóstico ambiental da área de influência do projeto completa descrição e análise dos recursos ambientais e suas interações, tal como existem, de modo a caracterizar a situação ambiental da área, antes da implantação do projeto, considerando:

a) o meio físico - o subsolo, as águas, o ar e o clima, destacando os recursos minerais, a topografia, os tipos e aptidões do solo, os corpos d'água, o regime hidrológico, as correntes marinhas, as correntes atmosféricas;

b) o meio biológico e os ecossistemas naturais - a fauna e a flora, destacando as espécies indicadoras da qualidade ambiental, de valor científico e econômico, raras e ameaçadas de extinção e as áreas de preservação permanente;

c) o meio socioeconômico - o uso e ocupação do solo, os usos da água e a socioeconomia, destacando os sítios e monumentos arqueológicos, históricos e culturais da comunidade, as relações de dependência entre a sociedade local, os recursos ambientais e a potencial utilização futura desses recursos.

II - Análise dos impactos ambientais do projeto e de suas alternativas, através de identificação, previsão da magnitude e interpretação da importância dos prováveis impactos relevantes, discriminando: os impactos positivos e negativos (benéficos e adversos), diretos e indiretos, imediatos e a médio e longo



prazos, temporários e permanentes; seu grau de reversibilidade; suas propriedades cumulativas e sinérgicas; a distribuição dos ônus e benefícios sociais.

III - Definição das **medidas mitigadoras** dos impactos negativos, entre elas os equipamentos de controle e sistemas de tratamento de despejos, avaliando a eficiência de cada uma delas.

IV - Elaboração do programa de **acompanhamento** e **monitoramento** dos impactos positivos e negativos, indicando os fatores e parâmetros a serem considerados.

Relatório de Impacto sobre o Meio Ambiente

Por sua vez, o **Relatório de Impacto sobre o Meio Ambiente (RIMA)** nada mais é do que um **relatório gerencial público** que confere **transparência** ao EIA ao adotar uma linguagem **acessível**, didática e **objetiva**, destinada ao público em geral.

A Res. Conama nº 1/86 determina que o RIMA deve refletir as conclusões do EIA e conter, no mínimo (art. 9º):

I - Os **objetivos e justificativas** do projeto, sua relação e compatibilidade com as políticas setoriais, planos e programas governamentais;

II - A descrição do projeto e suas **alternativas tecnológicas e locais**, especificando para cada um deles, nas fases de construção e operação a área de influência, as matérias primas, e mão-de-obra, as fontes de energia, os processos e técnicas operacionais, os prováveis efluentes, emissões, resíduos e perdas de energia, os empregos diretos e indiretos a serem gerados;

III - A **síntese** dos **resultados** dos estudos de diagnósticos ambiental da área de influência do projeto;

IV - A descrição dos prováveis **impactos ambientais** da implantação e operação da atividade, considerando o projeto, suas alternativas, os horizontes de tempo de incidência dos impactos e indicando os métodos, técnicas e critérios adotados para sua identificação, quantificação e interpretação;

V - A caracterização da **qualidade ambiental** futura da área de influência, comparando as diferentes situações da adoção do projeto e suas alternativas, bem como com a hipótese de sua não realização;

VI - A descrição do efeito esperado das **medidas mitigadoras** previstas em relação aos impactos negativos, mencionando aqueles que não puderem ser evitados, e o grau de alteração esperado;

VII - O programa de **acompanhamento** e **monitoramento** dos impactos;

VIII - Recomendação quanto à **alternativa mais favorável** (conclusões e comentários de ordem geral).

Ademais, determina o parágrafo único do art. 9º que o RIMA deve ser apresentado de forma **objetiva** e **adequada** a sua compreensão, sendo que as informações devem ser traduzidas em linguagem **acessível**, ilustradas por mapas, cartas, quadros, gráficos e demais técnicas de comunicação visual, de modo que se possam entender as vantagens e desvantagens do projeto, bem como todas as consequências ambientais de sua implementação.



Nesse sentido, a ideia é que o RIMA seja acessível ao público. Logo, respeitado o sigilo industrial, as cópias do RIMA devem permanecer à disposição dos interessados, nos centros de documentação ou bibliotecas, físicas ou digitais, dos órgãos licenciadores (Res. Conama nº 1/86, art. 11).

Percebam, portanto, as semelhanças e diferenças entre o EIA e o RIMA. Em termos de **conteúdo** mínimo que eles devem apresentar, eles são bastante parecidos. Nesse sentido, em geral as bancas consideram **incorreto** dizer que o RIMA é um resumo do EIA.

Na verdade, o que muda, basicamente, é a **forma** como esse conteúdo é apresentado. No EIA, a informação é tratada de maneira mais **técnica**, com todos os meandros que a complexidade do caso exige, ao passo que, no RIMA, essa informação técnica é “traduzida” para uma linguagem mais **acessível** e **objetiva**.





| EIA | RIMA |
|--|--------------------------------|
| documento técnico | relatório gerencial |
| descrição de modo detalhado | descrição acessível e objetiva |
| considera todos os impactos e alternativas possíveis | confere transparência ao EIA |

Para finalizar, duas informações relevantes trazidas pelo art. 8º da Res. Conama nº 1/86:

- 1) Conforme todo o processo de licenciamento ambiental, todas as **despesas** e custos referentes à realização do EIA e produção do RIMA correm por conta dos **proponentes**, isto é, dos empreendedores que pretendem implementar a atividade;
- 2) O EIA e o RIMA devem ser fornecidos em pelo menos **5 cópias**.



QUESTÕES COMENTADAS – CONCEITOS INICIAIS DE LICENCIAMENTO AMBIENTAL - MULTIBANCAS



1. (FUNDATEC/PREFEITURA DE IVOTI-RS - 2021) Sobre o licenciamento ambiental, regulamentado pela Resolução nº 237/1997 do CONAMA, assinale a alternativa correta.

a) A localização, construção, instalação, ampliação, modificação e operação de empreendimentos e atividades utilizadoras de recursos ambientais consideradas efetiva ou potencialmente poluidoras, bem como os empreendimentos capazes, sob qualquer forma, de causar degradação ambiental, dependerão de prévio licenciamento do órgão ambiental competente, sem prejuízo de outras licenças legalmente exigíveis.

b) Compete ao IBAMA, ouvidos os órgãos competentes dos Estados e do Distrito Federal, quando couber, o licenciamento ambiental de empreendimentos e atividades de impacto ambiental local e daquelas que lhe forem delegadas pelo Estado por instrumento legal ou convênio.

c) Os empreendimentos e atividades poderão ser licenciados em mais de um nível de competência.

d) O IBAMA definirá, quando necessário, licenças ambientais específicas, observadas a natureza, características e peculiaridades da atividade ou empreendimento e, ainda, a compatibilização do processo de licenciamento com as etapas de planejamento, implantação e operação.

e) No procedimento de licenciamento ambiental poderá constar, facultativamente, a certidão da Prefeitura Municipal, declarando que o local e o tipo de empreendimento ou atividade estão em conformidade com a legislação aplicável ao uso e ocupação do solo e, quando for o caso, a autorização para supressão de vegetação e a outorga para o uso da água, emitidas pelos órgãos competentes, a critério do órgão licenciador.

Comentários

A **alternativa A** está **correta** e é o nosso gabarito. A banca trouxe a cópia literal do caput art. 2º da Res. Conama nº 237/97:

Art. 2º - A localização, construção, instalação, ampliação, modificação e operação de empreendimentos e atividades utilizadoras de recursos ambientais consideradas efetiva ou potencialmente poluidoras, bem como os empreendimentos capazes, sob qualquer forma, de causar degradação ambiental, dependerão de prévio licenciamento do órgão ambiental competente, sem prejuízo de outras licenças legalmente exigíveis.

A **alternativa B** está **errada**. A competência, nesse caso, é do órgão ambiental municipal, não do IBAMA, nos termos do art. 6º, da Res. Conama nº 237/97:



Art. 6º - Compete ao órgão ambiental municipal, ouvidos os órgãos competentes da União, dos Estados e do Distrito Federal, quando couber, o licenciamento ambiental de empreendimentos e atividades de impacto ambiental local e daquelas que lhe forem delegadas pelo Estado por instrumento legal ou convênio.

A **alternativa C** está errada, porque os empreendimentos e atividades devem ser licenciados em um **único nível** de competência, nos termos do art. 7º da Res. Conama nº 237/97.

A **alternativa D** está errada, pois se trata de previsão de competência do Conama, não do Ibama, nos termos do art. 9º da Res. nº 237/97:

Art. 9º - O CONAMA definirá, quando necessário, licenças ambientais específicas, observadas a natureza, características e peculiaridades da atividade ou empreendimento e, ainda, a compatibilização do processo de licenciamento com as etapas de planejamento, implantação e operação.

A **alternativa E** está errada. Não se trata de uma faculdade, mas, sim, de uma obrigatoriedade, nos termos do art. 10, § 1º, da Res. Conama nº 237/97:

*§ 1º - No procedimento de licenciamento ambiental deverá constar, **obrigatoriamente**, a certidão da Prefeitura Municipal, declarando que o local e o tipo de empreendimento ou atividade estão em conformidade com a legislação aplicável ao uso e ocupação do solo e, quando for o caso, a autorização para supressão de vegetação e a outorga para o uso da água, emitidas pelos órgãos competentes.*

2. (FUNDATEC/PREFEITURA DE VACARIA-RS - 2021) Analise as seguintes assertivas acerca do licenciamento ambiental e assinale a alternativa correta.

I. O licenciamento ambiental compreende o procedimento administrativo pelo qual o órgão ambiental competente licencia a localização, instalação, ampliação e a operação de empreendimentos e atividades utilizadoras de recursos ambientais, consideradas efetiva ou potencialmente poluidoras ou daquelas que, sob qualquer forma, possam causar degradação ambiental, considerando as disposições legais e regulamentares e as normas técnicas aplicáveis ao caso.

II. A licença ambiental para empreendimentos e atividades consideradas efetiva ou potencialmente causadoras de significativa degradação do meio dependerá de prévio estudo de impacto ambiental e respectivo relatório de impacto sobre o meio ambiente (EIA/RIMA), ao qual dar-se-á publicidade, garantida a realização de audiências públicas, quando couber, de acordo com a regulamentação.

III. Os entes federados poderão exercer suas competências licenciatórias independentemente da implementação dos Conselhos de Meio Ambiente, com caráter deliberativo e participação social ou possuírem em seus quadros ou a sua disposição profissionais legalmente habilitados.

- a) Todas estão corretas.
- b) Todas estão incorretas.
- c) Apenas III está correta.
- d) Apenas I e II estão corretas.



e) Apenas II e III estão corretas.

Comentários

O primeiro item está **correto**, por aplicação do art. 1º, I, da Res. Conama nº 237/97.

O segundo item está **correto**, conforme determinado no. 3º, caput, da Res. nº 237/97.

O terceiro item está **errado**. Os entes federados devem implementar os Conselhos de Meio Ambiente, conforme se depreende do art. 20 da Res. Conama nº237/97:

Art. 20 - Os entes federados, para exercerem suas competências licenciatórias, deverão ter implementados os Conselhos de Meio Ambiente, com caráter deliberativo e participação social e, ainda, possuir em seus quadros ou a sua disposição profissionais legalmente habilitados.

Portanto, apenas os itens I e II estão corretos e a **alternativa D** é o nosso gabarito.

3. (CEBRASPE/PGE-PB - 2021) No que se refere ao licenciamento ambiental, julgue os itens a seguir.

I. Licenciamento ambiental é o procedimento administrativo pelo qual o órgão ambiental competente licencia a localização, a instalação, a ampliação e a operação de empreendimentos e atividades utilizadoras de recursos ambientais consideradas efetiva ou potencialmente poluidoras ou daquelas que, sob qualquer forma, possam causar degradação ambiental, considerando-se as disposições legais e regulamentares e as normas técnicas aplicáveis ao caso.

II. Todo empreendimento é passível de licenciamento ambiental.

III. É possível o licenciamento ambiental tácito quando o órgão ambiental competente permanece inerte quanto à expedição da licença.

Assinale a opção correta.

- a) Apenas o item I está certo.
- b) Apenas o item II está certo.
- c) Apenas o item III está certo.
- d) Apenas os itens I e II estão certos.
- e) Apenas os itens II e III estão certos.

Comentários

O primeiro item está **correto**, por aplicação do art. 1º, I, da Res. Conama nº 237/97.

O segundo item está **errado**. Nem todo empreendimento é passível de licenciamento, mas apenas aqueles considerados efetiva ou potencialmente poluidores, bem como os empreendimentos capazes, sob qualquer forma, de causar degradação ambiental.

O terceiro item está **errado**. O decurso dos prazos de licenciamento sem a emissão da licença ambiental **não** implica emissão tácita nem autoriza a prática de ato que dela dependa ou decorra.



Portanto, apenas o item I está correto e a **alternativa A** e é o nosso gabarito.

4. (FADESP/CÂMARA DE MARABÁ-PA – 2021) Desde 1981, de acordo com a Lei Federal 6.938/81, o Licenciamento Ambiental tornou-se obrigatório em todo o território nacional e as atividades efetivas ou potencialmente poluidoras não podem funcionar sem o devido licenciamento (FIRJAN, 2004). Sobre o licenciamento ambiental é correto afirmar que é um

a) dos princípios da Política Nacional de Meio Ambiente.

b) objetivo da Política Nacional de Meio Ambiente.

c) instrumento da Política Nacional de Meio Ambiente.

d) elemento de orientação aos órgãos federais para a concessão de licença a empreendimentos potencialmente poluidores, nas esferas da União, Estados e Municípios.

e) mecanismo de controle e fiscalização do uso dos recursos naturais, segundo as orientações gerais da Política Nacional de Educação Ambiental.

Comentários

No início da década de 1980 foi criada, por meio da Lei nº 6.938/81, a **Política Nacional do Meio Ambiente** (PNMA), a qual definiu como um de seus instrumentos o licenciamento e a revisão de atividades efetiva ou potencialmente poluidoras (art. 9º, IV).

Dessa maneira, a **alternativa C** está correta e é o nosso gabarito.

5. (MS CONCURSOS/PREFEITURA DE SÃO FRANCISCO DO GUAPORÉ-RO - 2021) Assinale a alternativa correta, em relação ao licenciamento ambiental, determinado na Resolução do Conama nº 237/1997.

a) Somente a localização de empreendimentos e atividades utilizadoras de recursos ambientais dependem de prévia avaliação do órgão ambiental competente.

b) Pode ser exigido prévio estudo de impacto ambiental e respectivo relatório de impacto sobre o meio ambiente (EIA/RIMA), em conjunto com outros estudos ambientais, para empreendimentos causadores de significativa degradação do meio ambiente.

c) Empreendimentos e atividades com significativo impacto ambiental localizados, ou desenvolvidos, em dois, ou mais municípios, compete ao Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis – IBAMA, emitir a licença.

d) Caberá ao órgão ambiental competente definir os critérios de exigibilidade e o detalhamento, levando em consideração as especificidades, os riscos ambientais, o porte e outras características do empreendimento, ou atividade.

Comentários

A **alternativa A** está errada, pois a instalação, ampliação e a operação dos empreendimentos e atividades utilizadoras de recursos ambientais também exigem licenciamento.



A **alternativa B** está errada, pois não é uma “possibilidade”, mas sim uma obrigação! Ou seja, a licença ambiental para empreendimentos e atividades consideradas efetiva ou potencialmente causadoras de significativa degradação do meio depende de prévio estudo de impacto ambiental e respectivo relatório de impacto sobre o meio ambiente (EIA/RIMA).

A **alternativa C** está errada, visto que se trata de competência do órgão estadual, não do Ibama.

A **alternativa D** está correta e é o nosso gabarito. Inteligência do art. 2º, § 2º:

Caberá ao órgão ambiental competente definir os critérios de exigibilidade, o detalhamento e a complementação do anexo 1, levando em consideração as especificidades, os riscos ambientais, o porte e outras características do empreendimento ou atividade.

6. (CEBRASPE/CODEVASF – 2021) Julgue o item a seguir, à luz da Política Nacional de Resíduos Sólidos, da Política Nacional de Recursos Hídricos e da Política Nacional do Meio Ambiente.

É exigido prévio licenciamento ambiental para o funcionamento de estabelecimentos que utilizem recursos ambientais efetiva ou potencialmente poluidores.

Comentários

Segundo a própria definição de licenciamento ambiental, trata-se de procedimento administrativo pelo qual o órgão ambiental competente licencia a localização, instalação, ampliação e a operação de empreendimentos e atividades utilizadoras de recursos ambientais, consideradas efetiva ou potencialmente poluidoras ou daquelas que, sob qualquer forma, possam causar degradação ambiental, considerando as disposições legais e regulamentares e as normas técnicas aplicáveis ao caso.

Portanto, a questão está correta.

7. (IBADE/PREFEITURA DE SÃO FELIPE D’OESTE-RO – 2020) De acordo com a Resolução nº 237/97, “o ato administrativo pelo qual o órgão ambiental competente, estabelece as condições, restrições e medidas de controle ambiental que deverão ser obedecidas pelo empreendedor, pessoa física ou jurídica, para localizar, instalar, ampliar e operar empreendimentos ou atividades utilizadoras dos recursos ambientais consideradas efetiva ou potencialmente poluidoras ou aquelas que, sob qualquer forma, possam causar degradação ambiental”, é definição de:

- a) Impacto ambiental.
- b) Estudos ambientais.
- c) Impacto ambiental regional.
- d) Licença ambiental.
- e) Análise de risco ambiental.

Comentários

Se o licenciamento ambiental é um procedimento administrativo, pode-se afirmar que as licenças ambientais são atos administrativos, conforme definição da Res. Conama nº 237/97 (art. 1º):



II - Licença Ambiental: ato administrativo pelo qual o órgão ambiental competente, estabelece as condições, restrições e medidas de controle ambiental que deverão ser obedecidas pelo empreendedor, pessoa física ou jurídica, para localizar, instalar, ampliar e operar empreendimentos ou atividades utilizadoras dos recursos ambientais consideradas efetiva ou potencialmente poluidoras ou aquelas que, sob qualquer forma, possam causar degradação ambiental.

Dessa maneira, a **alternativa D** está correta e é o nosso gabarito.

8. (FUNRIO/PREFEITURA DE MOZ – 2019) Leia com atenção:

“Procedimento administrativo pelo qual o órgão ambiental competente licencia a localização, instalação, ampliação e a operação de empreendimentos e atividades utilizadoras de recursos ambientais, consideradas efetiva ou potencialmente poluidoras ou daquelas que, sob qualquer forma, possam causar degradação ambiental, considerando as disposições legais e regulamentares e as normas técnicas aplicáveis ao caso.”

O trecho acima apresenta a definição segundo a resolução 237/97 do CONAMA, referente:

- a) Ao Espaço Ambiental.
- b) Ao Licenciamento Ambiental.
- c) Aos Estudos Ambientais.
- d) Ao Impacto Ambiental Regional.
- e) A Licença de Utilidade

Comentários

A Resolução Conama nº 237/97 traz quatro definições bastante importante em provas. Vamos explorá-las para que não haja dúvidas quanto a elas.

A **alternativa A** está errada, por ausência de previsão de definição de "espaço ambiental" pela referida Resolução.

A **alternativa B** está correta e é o nosso gabarito, pois traz exatamente a definição de licenciamento ambiental conceituada pelo art. 1º da Res. Conama nº 237/97.

A **alternativa C** está errada, porquanto a definição de estudos ambientais da Resolução Conama nº 237/97 é a seguinte (art. 1º):

Art. 1º Para efeito desta Resolução são adotadas as seguintes definições:

(...)

III - Estudos Ambientais: são todos e quaisquer estudos relativos aos aspectos ambientais relacionados à localização, instalação, operação e ampliação de uma atividade ou empreendimento, apresentado são todos e quaisquer estudos relativos aos aspectos ambientais relacionados à localização, instalação, operação e ampliação de uma atividade ou empreendimento, apresentado como subsídio para a análise da licença requerida, tais



como: relatório ambiental, plano e projeto de controle ambiental, relatório ambiental preliminar, diagnóstico ambiental, plano de manejo, plano de recuperação de área degradada e análise preliminar de risco.

A **alternativa D** está errada, porque a definição de estudos ambientais da Resolução Conama nº 237/97 é a seguinte (art. 1º):

Art. 1º. Para efeito desta Resolução são adotadas as seguintes definições:

(...)

IV – Impacto Ambiental Regional: é todo e qualquer impacto ambiental que afete diretamente (área de influência direta do projeto), no todo ou em parte, o território de dois ou mais Estados.

Por fim, a **alternativa E** está errada, por falta de previsão de definição de "Licença de Utilidade" pela Resolução Conama nº 237/97.

9. (OBJETIVA/PREFEITURA DE CHAPECÓ - 2019) - Para efeito da Resolução do CONAMA nº 01/1986, considera-se impacto ambiental qualquer alteração das propriedades físicas, químicas e biológicas do meio ambiente, causada por qualquer forma de matéria ou energia resultante das atividades humanas que, direta ou indiretamente, afetam, entre outras:

I. A saúde, a segurança e o bem-estar da população.

II. O capital estrangeiro.

III. A qualidade dos recursos ambientais.

Estão CORRETOS:

- a) Somente os itens I e II.
- b) Somente os itens I e III.
- c) Somente os itens II e III.
- d) Todos os itens.

Comentários

Questão bastante direta que cobra a definição de impacto ambiental trazida pelo art. 1º da Resolução Conama nº 1/86.

O **item I** está correto, pois é a transcrição do inciso I do art. 1º da Resolução Conama nº 1/86.

O **item II** está errado, pois não há previsão de que a alteração do capital estrangeiro seja considerada impacto ambiental.

O **item III** está correto, porque é a transcrição do inciso V do art. 1º da Resolução Conama nº 1/86.



Perceba que era possível acertar a questão mesmo não lembrando integralmente da definição de impacto ambiental da Res. Conama nº 1/86, mas utilizando-se do bom senso.

Portanto, apenas os itens **I** e **III** estão corretos, sendo a **alternativa B** o nosso gabarito.

10. (OBJETIVA/PREFEITURA DE CHAPECÓ - 2019) De acordo com a Resolução CONAMA nº 237/1997, o procedimento administrativo pelo qual o órgão ambiental competente licencia a localização, a instalação, a ampliação e a operação de empreendimentos e atividades utilizadoras de recursos ambientais, consideradas efetivas ou potencialmente poluidoras, ou daquelas que, sob qualquer forma, possam causar degradação ambiental, considerando as disposições legais e regulamentares e as normas técnicas aplicáveis ao caso, é denominado de:

- a) Licença Ambiental.
- b) Impacto Ambiental Regional.
- c) Licenciamento Ambiental.
- d) Estudos Ambientais.

Comentários

A **alternativa A** está errada, pois as licenças ambientais não são procedimentos administrativos, mas apenas atos administrativos pelo qual o órgão ambiental competente estabelece as condições, restrições e medidas de controle ambiental que deverão ser obedecidas pelo empreendedor, conforme definição da Res. Conama nº 237/97, art. 1º, II.

A **alternativa B** está errada, uma vez que impacto ambiental regional é todo e qualquer impacto ambiental que afete diretamente (área de influência direta do projeto), no todo ou em parte, o território de dois ou mais Estados (Res. Conama nº 237/97, art. 1º, IV).

A **alternativa C** está correta e é o nosso gabarito, porque traz a definição exata de licenciamento ambiental prevista na Res. Conama nº 237/97, art. 10, I. Lembre-se de sempre relacionar o termo "licenciamento" com "procedimento administrativo". Fazendo isso você já matava a questão.

A **alternativa D** está errada, porquanto estudo ambiental é todo e qualquer estudo relativos aos aspectos ambientais relacionados à localização, instalação, operação e ampliação de uma atividade ou empreendimento, apresentado como subsídio para a análise da licença requerida (Res. Conama nº 237/97, art. 1º, III).

11. (CETREDE/PREFEITURA DE JUAZEIRO DO NORTE-CE - 2019) Sobre o licenciamento ambiental, leia atentamente as afirmações a seguir e marque (V) para as VERDADEIRAS e (F) para as FALSAS.

() A licença de instalação, com prazo de validade de 10 anos, autoriza a instalação do empreendimento.

() É uma exigência legal e uma ferramenta do poder público para o controle ambiental.



() O processo de avaliação de impacto ambiental é vinculado ao licenciamento ambiental, que é, primariamente, de competência estadual.

() Compete ao IBAMA o licenciamento ambiental dos empreendimentos e das atividades localizados ou desenvolvidos em mais de um município.

Marque a alternativa que indica a sequência CORRETA.

a) V – V – V – V.

b) F – F – V – V.

c) V – V – F – V.

d) V – F – V – F.

e) F – V – V – F.

Comentários

Mais uma questão que cobra entendimento acerca das licenças ambientais. Julguemos a validade de cada assertiva.

A **primeira assertiva** está errada, porque a validade da licença de instalação não é de 10 anos. Seu prazo máximo de validade é de 6 anos, segundo a Res. Conama nº 237/97, art. 18, II.

A **segunda assertiva** está correta, uma vez que a necessidade do licenciamento ambiental é prevista pela legislação e está relacionada ao controle, por parte do poder público, de atividades que possam causar impactos ambientais.

A **terceira assertiva** está correta. Conforme estudamos durante a aula, no Brasil, o processo de **avaliação de impacto ambiental** é vinculado ao licenciamento ambiental. Este, por sua vez, pode até ser conduzido pela União ou pelos Municípios, em certos casos, mas geralmente é conduzido pelo órgão ambiental estadual.

A **quarta assertiva** está errada, uma vez que o licenciamento ambiental de atividades desenvolvidas em mais de um município é de competência dos Estados, consoante o art. 5º, I, da Res. Conama nº 237/97.

Portanto, a sequência correta é F-V-V-F, sendo a **alternativa E** o nosso gabarito.

12. (GESTÃO CONCURSO/EMATER-MG – 2018) Avalie o que se afirma que o Conselho Nacional de Meio Ambiente - CONAMA define, no uso das atribuições e competências que lhe são conferidas pela Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981, regulamentadas pelo Decreto nº 99.274, de 06 de junho de 1990.

I. Licenciamento Ambiental: procedimento administrativo pelo qual o órgão ambiental competente licencia a localização, a instalação, a ampliação e a operação de empreendimentos e atividades utilizadoras de recursos ambientais, consideradas efetiva ou potencialmente poluidoras ou daquelas que, sob qualquer forma, possam causar degradação ambiental, considerando as disposições legais e regulamentares e as normas técnicas aplicáveis ao caso.



II. Licença Ambiental: ato administrativo pelo qual o órgão ambiental competente estabelece as condições, as restrições e as medidas de controle ambiental que deverão ser obedecidas pelo empreendedor, pessoa física ou jurídica, para localizar, instalar, ampliar e operar empreendimentos ou atividades utilizadoras dos recursos ambientais consideradas efetiva ou potencialmente poluidoras ou aquelas que, sob qualquer forma, possam causar degradação ambiental.

III. Estudos Ambientais: são todos e quaisquer estudos relativos aos aspectos ambientais relacionados à localização, à instalação, à operação e à ampliação de uma atividade ou empreendimento, apresentados como subsídio para a análise da licença requerida, tais como: relatório ambiental, plano e projeto de controle ambiental, relatório ambiental preliminar, diagnóstico ambiental, plano de manejo, plano de recuperação de área degradada e análise preliminar de risco.

IV. Impacto Ambiental Regional: é todo e qualquer impacto ambiental que afete diretamente (área de influência direta do projeto), no todo ou em parte, o território de dois ou mais municípios.

Está correto apenas o que se afirma em

- a) I.
- b) II e IV.
- c) III e IV.
- d) I, II e III.

Comentários

A questão cobra as importantes definições de licenciamento ambiental, licença ambiental, estudos ambientais e impacto ambiental regional trazidas pela Resolução Conama nº 237/97, em seu art. 1º. Recordemos tais definições:

Art. 1º Para efeito desta Resolução são adotadas as seguintes definições:

I - Licenciamento Ambiental: procedimento administrativo pelo qual o órgão ambiental competente licencia a localização, instalação, ampliação e a operação de empreendimentos e atividades utilizadoras de recursos ambientais, consideradas efetiva ou potencialmente poluidoras ou daquelas que, sob qualquer forma, possam causar degradação ambiental, considerando as disposições legais e regulamentares e as normas técnicas aplicáveis ao caso.

II - Licença Ambiental: ato administrativo pelo qual o órgão ambiental competente, estabelece as condições, restrições e medidas de controle ambiental que deverão ser obedecidas pelo empreendedor, pessoa física ou jurídica, para localizar, instalar, ampliar e operar empreendimentos ou atividades utilizadoras dos recursos ambientais consideradas efetiva ou potencialmente poluidoras ou aquelas que, sob qualquer forma, possam causar degradação ambiental.



III - Estudos Ambientais: são todos e quaisquer estudos relativos aos aspectos ambientais relacionados à localização, instalação, operação e ampliação de uma atividade ou empreendimento, apresentado como subsídio para a análise da licença requerida, tais como: relatório ambiental, plano e projeto de controle ambiental, relatório ambiental preliminar, diagnóstico ambiental, plano de manejo, plano de recuperação de área degradada e análise preliminar de risco.

IV – Impacto Ambiental Regional: é todo e qualquer impacto ambiental que afete diretamente (área de influência direta do projeto), no todo ou em parte, o território de dois ou mais Estados.

Dessa maneira, fica fácil verificarmos as correções das assertivas.

A **assertiva I** está **correta**, pois transcreve o inciso I do art. 1º da Res. Conama nº 237/97.

A **assertiva II** também está **correta** por trazer a literalidade do inciso II do art. 1º da Res. Conama nº 237/97.

A **assertiva III**, por sua vez, está **correta**, correspondendo ao inciso III do art. 1º da Res. Conama nº 237/97.

A **assertiva IV**, por fim, está **errada**, pois peca no final da frase, visto que o impacto ambiental regional abrange uma área de influência de dois ou mais Estados e não dois ou mais Municípios.

Portanto, apenas as afirmações **I, II e III** estão corretas, sendo a **alternativa D** o nosso gabarito.

13. (FGV/INEA-RJ – 2013) A fábrica de sabonetes Cheiro Bom Ltda. foi construída há 10 anos sobre um terreno onde funcionou, por 30 anos, um posto de gasolina, cuja atividade contaminou o solo da área e seu entorno, de forma perigosa à saúde.

Em razão do caso exemplificado, assinale a afirmativa correta.

a) A fábrica de sabonetes não tem qualquer obrigação de remediar a área contaminada, porque a degradação ambiental, no momento da transferência dominial, não é automaticamente repassada ao adquirente do bem imóvel.

b) A fábrica de sabonetes estará desobrigada a remediar o solo da área contaminada e seu entorno pois, no curso do licenciamento ambiental, celebrou Termo de Ajustamento de Conduta, com base na Lei Estadual n. 3.467/00, visando à adoção de medidas compensatórias relacionadas aos danos ambientais oriundos da contaminação.

c) A fábrica de sabonetes, ainda que já possua licença ambiental válida, será obrigada pelo órgão ambiental competente a adotar medidas que promovam a remediação de toda a área contaminada, de forma a minimizar ou anular os riscos ambientais.

d) A fábrica de sabonetes, construída há 10 anos, poderá continuar funcionando, já que a obrigação de elaborar um EIA-RIMA e de se submeter a licenciamento prescreveu.



e) A fábrica de sabonetes possui licença de operação válida e, por isso, o órgão ambiental competente só poderá obrigá-la a adotar medidas de remediação da área contaminada no momento da renovação de sua licença.

Comentários

Esta questão não tem tanto a ver com licenciamento ambiental, mas optei por deixar aqui para aprofundar este ponto. As obrigações de reparação de dano ambiental possuem natureza *propter rem*, ou seja, transmitem-se ao sucesso. Assim, mesmo a fábrica de colchões não tendo sido responsável pelo dano ambiental causado, pode ser obrigada a recuperar o meio ambiente.

Assim, a **alternativa C** está **correta** e é o nosso gabarito.



QUESTÕES COMENTADAS – COMPETÊNCIAS PARA LICENCIAR - MULTIBANCAS



1. (CEBRASPE/PETROBRÁS – 2022) Acerca do licenciamento ambiental, julgue o item a seguir.

É da competência do IBAMA o licenciamento ambiental para a produção de petróleo e gás natural realizada no ambiente marinho e em zona de transição terra-mar.

Comentários

Segundo o art. 7º, XIV, "b", da LC nº 140/2011, é ação administrativa da união promover o licenciamento ambiental de empreendimentos e atividades localizados ou desenvolvidos no mar territorial, na plataforma continental ou na zona econômica exclusiva.

Logo, questão **correta**.

2. (CEBRASPE/IBAMA – 2022) Acerca de competências ambientais e crimes ambientais, julgue o item a seguir.

Um estado da Federação terá competência para promover, no âmbito do seu território, o licenciamento ambiental de atividade utilizadora de recursos ambientais e potencialmente poluidora, desde que o respectivo conselho estadual do meio ambiente defina, previamente, a tipologia da atividade como causadora de impacto ambiental regional.

Comentários

Isso não é exigido para os estados, mas sim para o licenciamento no âmbito municipal (art. 9º, XIV, "a").

Questão **errada**.

3. (CEBRASPE/IBAMA – 2022) Acerca de licenciamento ambiental, julgue o item subsequente.

É indelegável aos estados a competência do IBAMA para o licenciamento de atividade com significativo impacto ambiental de âmbito regional.

Comentários

Na verdade, o Ibama, ressalvada sua competência supletiva, pode sim delegar aos estados o licenciamento de atividade com significativo impacto ambiental de âmbito regional, uniformizando, quando possível, as exigências (Res. Conama nº 237/97, art. 4º, § 2º).



Questão **errada**.

4. (CEBRASPE/IBAMA – 2022) A respeito da Política Nacional do Meio Ambiente, dos crimes ambientais, da proteção da vegetação nativa, das competências ambientais e das disposições do Regimento Interno do IBAMA, julgue o item seguinte.

Inexistindo no estado órgão ambiental capacitado, o governo deverá consultar o Ministério Público antes de emitir licenças ambientais.

Comentários

Segundo a Lei Complementar nº 140/2011, inexistindo órgão ambiental capacitado no estado, a União deve desempenhar as ações administrativas estaduais ou distritais:

Art. 15. Os entes federativos devem atuar em caráter supletivo nas ações administrativas de licenciamento e na autorização ambiental, nas seguintes hipóteses:

I - inexistindo órgão ambiental capacitado ou conselho de meio ambiente no Estado ou no Distrito Federal, a União deve desempenhar as ações administrativas estaduais ou distritais até a sua criação;

II - inexistindo órgão ambiental capacitado ou conselho de meio ambiente no Município, o Estado deve desempenhar as ações administrativas municipais até a sua criação; e

III - inexistindo órgão ambiental capacitado ou conselho de meio ambiente no Estado e no Município, a União deve desempenhar as ações administrativas até a sua criação em um daqueles entes federativos.

Portanto, a questão está **errada**.

5. (CEBRASPE/PGE-AL – 2021) Compete ao Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA) o licenciamento ambiental localizado em
- mais de um município ou em unidades de conservação de domínio estadual ou do Distrito Federal.
 - floresta de vegetação natural de preservação permanente.
 - área cujo impacto ambiental direto ultrapasse os limites territoriais de um ou mais municípios.
 - área delegada pela União por convênio aos estados ou ao Distrito Federal.
 - zona econômica exclusiva ou desenvolvido em parceria com país limítrofe.

Comentários

A **alternativa A** está **errada**. Se for mais de um município e não ultrapassar o território do estado, a competência será **estadual**, não do Ibama. O mesmo em relação às UCs estaduais e do DF, exceto APAs.

A **alternativa B** está **errada**. O fato do empreendimento estar localizado em floresta de vegetação natural de preservação permanente não é considerado determinante para definição da competência para licenciar.

A **alternativa C** está **errada**, pois, nesse caso, a competência será estadual.



A **alternativa D** está errada. Ora, se houve delegação aos estados ou DF, a competência será de seus órgãos respectivos, não do Ibama.

A **alternativa E** está correta e é o nosso gabarito. Conforme a LC nº 140/11:

Art. 7º São ações administrativas da União:

XIV - promover o licenciamento ambiental de empreendimentos e atividades:

a) localizados ou desenvolvidos conjuntamente no Brasil e em país limítrofe;

b) localizados ou desenvolvidos no mar territorial, na plataforma continental ou na zona econômica exclusiva;

6. (FCC/PGE-GO – 2021) Foram submetidos ao licenciamento ambiental conduzido pelo Estado de Goiás cinco empreendimentos com absoluta sinergia entre eles e que serão instalados em áreas limítrofes. Neste cenário, o órgão licenciador

a) poderá realizar um único licenciamento, desde que haja a instituição de uma Sociedade de Propósito Específico (SPE) para garantir o cumprimento das obrigações ambientais.

b) deverá conduzir um licenciamento para cada empreendimento e, ao final, emitir uma única licença para todos os empreendimentos com a instituição de solidariedade em relação às obrigações ambientais.

c) poderá conduzir um único licenciamento considerando o conjunto de empreendimentos.

d) está obrigado a abrir um processo de licenciamento para cada empreendimento isoladamente considerado, ainda que haja sinergia entre eles.

e) está obrigado a abrir um processo de licenciamento para cada empreendimento, mas deverá considerar a sinergia existente entre eles.

Comentários

Segundo o § 2º do art. 12 da Res. Conama nº 237/97:

§ 2º - **Poderá ser admitido um único processo de licenciamento ambiental para pequenos empreendimentos e atividades similares e vizinhos ou para aqueles integrantes de planos de desenvolvimento aprovados, previamente, pelo órgão governamental competente, desde que definida a responsabilidade legal pelo conjunto de empreendimentos ou atividades.**

Logo, a **alternativa C** está correta e é o nosso gabarito.

7. (FGV/IMBEL – 2021) A Resolução CONAMA 237/97 estabelece que o licenciamento ambiental em áreas localizadas em terras indígenas deve ser realizado pela(o)

a) FUNAI.

b) IBAMA.

c) Órgão Ambiental do Estado.



- d) Ministério do Meio Ambiente.
- e) Órgão Ambiental competente da localidade.

Comentários

Pessoal, falou em terras indígenas, sempre a competências será da União (neste caso, por meio do Ibama!).

Logo, a **alternativa B** está correta e é o nosso gabarito.

8. (IESES/PREFEITURA DE PALHOÇAS-SC - 2021) No Brasil, a avaliação de impacto ambiental e o licenciamento de atividades efetiva ou potencialmente poluidoras constituem instrumentos para a execução da Política Nacional de Meio Ambiente, Lei nº 6.938, editada em 31 de agosto de 1981. Segundo a Lei Complementar 140/2011, que regula elementos sobre o licenciamento ambiental, leia atentamente as alternativas a seguir:

I. A atuação supletiva é a ação do ente da Federação que visa a auxiliar no desempenho das atribuições decorrentes das competências comuns, quando solicitado pelo ente federativo originariamente detentor das atribuições definidas nesta Lei Complementar.

II. Os entes federativos podem valer-se de Comissão Tripartite Nacional, Comissões Tripartites Estaduais e Comissão Bipartite do Distrito Federal; como instrumento de cooperação institucional nas ações administrativas decorrentes do exercício da competência comum relativas à proteção das paisagens naturais notáveis, à proteção do meio ambiente, ao combate à poluição em qualquer de suas formas e à preservação das florestas, da fauna e da flora.

III. Inexistindo órgão ambiental capacitado ou conselho de meio ambiente no Município, a União deve desempenhar as ações administrativas municipais até a sua criação;

IV. Compete ao órgão responsável pelo licenciamento ou autorização, conforme o caso, de um empreendimento ou atividade, lavrar auto de infração ambiental e instaurar processo administrativo para a apuração de infrações à legislação ambiental cometidas pelo empreendimento ou atividade licenciada ou autorizada.

A sequência de afirmativas corretas é:

- a) Apenas as alternativas II e III estão corretas.
- b) Apenas as alternativas II e IV estão corretas.
- c) Apenas as alternativas I, II e IV estão corretas.
- d) Apenas as alternativas I e IV estão corretas.

Comentários

O item I está errado, pois trouxe a ideia de atuação subsidiária, não supletiva.

O item II está correto. Conforme art. 4º da LC nº 140/2011, os entes federativos podem se valer, entre outros, de Comissão Tripartite Nacional, Comissões Tripartites Estaduais e Comissão Bipartite do Distrito Federal.



O item III está **errado**, porque é o órgão estadual que irá desempenhar tais funções até a criação, não a União.

O item IV está **correto**, Segundo o art. 17 da LC nº 140/2011, compete ao órgão responsável pelo licenciamento ou autorização, conforme o caso, de um empreendimento ou atividade, lavrar auto de infração ambiental e instaurar processo administrativo para a apuração de infrações à legislação ambiental cometidas pelo empreendimento ou atividade licenciada ou autorizada.

Sendo assim, as assertivas II e IV estão corretas e **alternativa B** é o nosso gabarito.

9. (CEV=URCA/PREFEITURA DE CRATO-CE – 2021) Promover Licenciamento Ambiental de empreendimentos e atividades (Lei Complementar nº 140/2011) localizados ou desenvolvidos em terras indígenas pertencentes a dois Municípios do mesmo Estado é ação administrativa:

- a) Dos dois Municípios.
- b) De um dos Municípios onde houver Órgão Licenciador instituído.
- c) De um dos Municípios com Conselho Ambiental instituído a mais tempo.
- d) Do Estado.
- e) Da União.

Comentários

Para responder a questão, necessário conhecimento do art. 7º, XIV, "c", da LC n. 140/2011, que preceitua:

Art. 7º São ações administrativas da União:

XIV - promover o licenciamento ambiental de empreendimentos e atividades:

c) localizados ou desenvolvidos em terras indígenas;

Portanto, trata-se de ação administrativa da União, de modo que a **alternativa E** é o nosso gabarito.

10. (INSTITUTO AOCP/PREFEITURA DE NOVO HAMBURGO-RS – 2020) O licenciamento ambiental de empreendimentos e atividades com significativo impacto ambiental, de âmbito nacional ou regional, deve ser solicitado

- a) à Secretaria do Meio Ambiente.
- b) ao Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis.
- c) ao Ministério do Meio Ambiente.
- d) às Prefeituras da área abrangida no projeto.
- e) à Secretaria do Estado que abrange o projeto.

Comentários



A Resolução Conama nº 237/97 utiliza o termo “impacto ambiental de âmbito nacional ou regional” para se referir às hipóteses em que o licenciamento será competência da **União**. Lembre-se, também, que as competências relativas ao licenciamento promovido no âmbito federal são executadas pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA).

Portanto, a **alternativa B** está **correta** e é o nosso gabarito.

11. (FGV/PREFEITURA DE SALVADOR-BA – 2019) Das atividades listadas a seguir, indique a que deve ter seu licenciamento ambiental realizado pelo Município de Salvador.

- a) A localizada em unidades de conservação instituídas pelo Estado.
- b) A de caráter militar.
- c) A que possa causar impacto ambiental de âmbito local.
- d) A desenvolvida em terras indígenas.
- e) A localizada no mar territorial.

Comentários

Os empreendimentos e atividades que deverão ser licenciados pelo Município estão previstos no art. 9º, XIV, da LC 140/2011:

Art. 9º São ações administrativas dos Municípios:

XIV - observadas as atribuições dos demais entes federativos previstas nesta Lei Complementar, promover o licenciamento ambiental das atividades ou empreendimentos:

*a) que causem ou possam causar **impacto ambiental de âmbito local**, conforme tipologia definida pelos respectivos Conselhos Estaduais de Meio Ambiente, considerados os critérios de porte, potencial poluidor e natureza da atividade; ou*

*b) localizados em **unidades de conservação instituídas pelo Município**, exceto em Áreas de Proteção Ambiental (APAs);*

Assim, a **alternativa C** está **correta** e é o nosso gabarito.

Vejamos a incorreção das demais alternativas:

A **alternativa A** está **errada**, pois trouxe uma hipótese de licenciamento de competência, em regra, estadual.

A **alternativa B** está **errada**, pois trouxe uma hipótese de licenciamento de competência da União.

A **alternativa D** está **errada**, porque também trouxe uma hipótese de licenciamento de competência da União.



A **alternativa E** está errada, visto que também é competência da União promover o licenciamento ambiental de empreendimentos e atividades localizados ou desenvolvidos no mar territorial, na plataforma continental ou na zona econômica exclusiva (art. 7º, XIV, b).

12. (CEBRASPE/MPE-PI – 2019) Uma empresa que utiliza recursos ambientais efetivamente poluidores pretende construir um empreendimento em uma unidade de conservação do tipo área de proteção ambiental, criada por decreto estadual e localizada no mar territorial.

Nessa situação, para o desenvolvimento de suas atividades, a empresa deverá requerer o licenciamento ambiental

- a) no IBAMA.
- b) na Secretaria Estadual de Meio Ambiente.
- c) na Secretaria Municipal de Meio Ambiente.
- d) no Ministério do Meio Ambiente.
- e) no Instituto Chico Mendes de Biodiversidade.

Comentários

Foi estudado que o licenciamento ambiental é, majoritariamente, um processo que ocorre em âmbito estadual. Contudo, em determinadas situações, pode haver licenciamento ambiental promovido pelo órgão federal (IBAMA) ou por órgãos municipais, quando a área de influência do empreendimento for reduzida.

Em relação às competências federais, dispõe a LC nº 140/11 que, entre diversas outras ações administrativas, compete à União promover o licenciamento ambiental dos seguintes empreendimentos e atividades (art. 7º, XIV):

- a) localizados ou desenvolvidos conjuntamente no Brasil e em país limítrofe;
- b) localizados ou desenvolvidos no mar territorial, na plataforma continental ou na zona econômica exclusiva;
- c) localizados ou desenvolvidos em terras indígenas;
- d) localizados ou desenvolvidos em unidades de conservação instituídas pela União, exceto em Áreas de Proteção Ambiental (APAs);
- e) localizados ou desenvolvidos em 2 ou mais Estados;
- f) de caráter militar, excetuando-se do licenciamento ambiental, nos termos de ato do Poder Executivo, aqueles previstos no preparo e emprego das Forças Armadas;
- g) destinados a pesquisar, lavar, produzir, beneficiar, transportar, armazenar e dispor material radioativo, em qualquer estágio, ou que utilizem energia nuclear em qualquer de suas formas e aplicações, mediante parecer da Comissão Nacional de Energia Nuclear (CNEN); ou



h) que atendam tipologia estabelecida por ato do Poder Executivo, a partir de proposição da Comissão Tripartite Nacional, assegurada a participação de um membro do Conselho Nacional do Meio Ambiente (CONAMA), e considerados os critérios de porte, potencial poluidor e natureza da atividade ou empreendimento;

Portanto, a princípio, atividades localizadas no mar territorial, como aponta a questão, devem ser licenciadas pelo IBAMA.

Mas será que o fato de o local ser uma área de proteção ambiental criada por decreto estadual interfere nessa competência? A resposta é **negativa!**

Isso porque, conforme vimos em aula, a Lei Complementar nº 140/11 dispõe, em seu art. 12:

Art. 12. Para fins de licenciamento ambiental de atividades ou empreendimentos utilizadores de recursos ambientais, efetiva ou potencialmente poluidores ou capazes, sob qualquer forma, de causar degradação ambiental, e para autorização de supressão e manejo de vegetação, o critério do ente federativo instituidor da unidade de conservação não será aplicado às Áreas de Proteção Ambiental (APAs).

Logo, neste caso, pouco importa que o ente estadual tenha instituído a APA, sendo o IBAMA o responsável pelo licenciamento.

Portanto, a **alternativa A** está **correta** e é nosso gabarito.

13. (FGV/AL-RO – 2018) Leia o fragmento a seguir.

Os empreendimentos potencialmente causadores de danos ambientais serão licenciados _____, competência que não impede o exercício pelos entes federativos da atribuição comum de _____, sendo certo que o decurso dos prazos de licenciamento, sem a emissão da licença ambiental, _____.

Assinale a opção cujos termos completam, corretamente, as lacunas do fragmento acima.

- a) por um único ente federativo – fiscalização - não implica emissão tácita da licença
- b) pelo Estado e Município onde localizado o dano – fiscalização – autoriza o início das atividades
- c) pela União e Estado onde localizado o dano – exigir o estudo prévio de impacto – implica emissão tácita da licença
- d) pela União, Estado e Município onde localizado o dano - exigir o estudo prévio de impacto - autoriza o início das atividades
- e) pela União e Município onde localizado o dano – condicionar a supressão de vegetação - não implica emissão tácita da licença

Comentários

Recordemos a redação de alguns trechos da LC nº 140/2011:



Art. 13. Os empreendimentos e atividades são licenciados ou autorizados, ambientalmente, por um único ente federativo, em conformidade com as atribuições estabelecidas nos termos desta Lei Complementar.

Art. 14.

§ 3º O decurso dos prazos de licenciamento, sem a emissão da licença ambiental, não implica emissão tácita nem autoriza a prática de ato que dela dependa ou decorra, mas instaura a competência supletiva referida no art. 15.

Art. 17.

§ 3º O disposto no caput deste artigo não impede o exercício pelos entes federativos da atribuição comum de fiscalização da conformidade de empreendimentos e atividades efetiva ou potencialmente poluidoras ou utilizadores de recursos naturais com a legislação ambiental em vigor, prevalecendo o auto de infração ambiental lavrado por órgão que detenha a atribuição de licenciamento ou autorização a que se refere o caput.

Portanto, a **alternativa A** está **correta** e é o nosso gabarito.

14. (FCC/PREFEITURA DE MACAPÁ – 2018) Considere um processo de licenciamento ambiental de empreendimento que se deseja instalar na divisa entre dois Municípios de um mesmo Estado. Um Município tem 1/3 da população do outro e 30% mais indústrias. O empreendimento pode causar significativa degradação ambiental. Neste caso, o

- a) licenciamento deve ser realizado pelo Município mais populoso independentemente do número de indústrias existentes.
- b) licenciamento deve ser realizado pelo Município mais industrializado.
- c) licenciamento deve ser realizado pelo órgão ambiental estadual ou do Distrito Federal.
- d) EIA/RIMA não é necessário se o empreendimento for licenciado no Município mais industrializado.
- e) EIA/RIMA deve ser realizado independentemente do local de instalação e a participação da sociedade não é obrigatória.

Comentários

Vamos lembrar o que a Resolução Conama nº 237/97 prevê em seu art. 5º:

Art. 5º Compete ao órgão ambiental estadual ou do Distrito Federal o licenciamento ambiental dos empreendimentos e atividades:

I - localizados ou desenvolvidos em mais de um Município ou em unidades de conservação de domínio estadual ou do Distrito Federal;

II - localizados ou desenvolvidos nas florestas e demais formas de vegetação natural de preservação permanente relacionadas no artigo 2º da Lei nº 4.771, de 15 de setembro de 1965, e em todas as que assim forem consideradas por normas federais, estaduais ou municipais;



III - cujos impactos ambientais diretos ultrapassem os limites territoriais de um ou mais Municípios;

IV – delegados pela União aos Estados ou ao Distrito Federal, por instrumento legal ou convênio.

Desta feita, temos que:

A **alternativa A** está errada. Não há previsão de que a competência de realizar o licenciamento ambiental seja definida pelo número de habitantes do ente federativo, tampouco pelo número de indústrias existentes no local.

A **alternativa B** está errada. Não há previsão de que a competência de realizar o licenciamento ambiental seja definida pelo nível de industrialização do ente federativo.

A **alternativa C** está correta, em conformidade com a Resolução Conama nº 237/97, art. 8º, I, transcrita acima. A meu ver, essa alternativa só peca ao mencionar o Distrito Federal. Em que pese ele ser considerado no art. 5º supracitado, a questão afirma claramente que o empreendimento se encontrava na divisa de dois Municípios e sabemos que o DF não pode ser dividido em municípios, em vista de expressa vedação constitucional (CF 1988, art. 32).

A **alternativa D** está errada, por falta de previsão em qualquer diploma legal ou infralegal de que o EIA/RIMA não seja necessário se o empreendimento for licenciado no Município mais industrializado.

▪ A **alternativa E** está errada. Lembre-se que a área de influência do projeto é bastante importante para a elaboração do EIA/RIMA, sendo incorreto afirmar que este deve ser realizado independentemente do local de instalação do empreendimento.

15. (FCC/CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL – 2018) Em termos de Licenciamento Ambiental, é correto afirmar:

a) A renovação das licenças ambientais deve ser requerida com 90 dias de antecedência, ficando esta prorrogada até a manifestação definitiva do órgão ambiental competente.

b) O decurso de prazo de licenciamento acarreta a emissão tácita da licença ambiental, quando o empreendedor ou responsável pela atividade tiver cumprido todos os requisitos exigidos para o licenciamento da respectiva atividade.

c) Os empreendimentos e atividades são licenciados ou autorizados, ambientalmente, por um único ente federativo.

d) A manifestação dos entes políticos interessados no procedimento de licenciamento ambiental somente é franqueada como medida subsidiária ou suplementar, mediante prévia autorização do ente competente.

e) Cada ente político deve realizar o licenciamento ambiental de sua área de abrangência, sendo que os empreendimentos ou atividades que possam potencialmente causar dano ao meio ambiente somente são licenciados por um único ente federativo em situações excepcionais.

Comentários



A **alternativa A** está errada, porque a Lei Complementar nº 140/11, art. 14, § 4º, exige que a renovação de licenças ambientais deve ser requerida com antecedência mínima de **120 dias** da expiração de seu prazo de validade, fixado na respectiva licença, ficando este automaticamente prorrogado até a manifestação definitiva do órgão ambiental competente.

A **alternativa B** está errada. Nos termos da Lei Complementar 140/11, art. 13, § 3º, o decurso dos prazos de licenciamento, sem a emissão da licença ambiental, não implica emissão tácita nem autoriza a prática de ato que dela dependa ou decorra.

A **alternativa C** está correta, porque é exatamente isso o que determina o caput do art. 13 da LC nº 140/11.

A **alternativa D** está errada, porquanto a LC nº 140/11, art. 13, § 1º, dispõe que os demais entes federativos interessados podem se manifestar ao órgão responsável pela licença ou autorização, de maneira não vinculante, respeitados os prazos e procedimentos do licenciamento ambiental. Portanto, não há que se falar em autorização do ente competente.

A **alternativa E** está errada. Em conformidade com o caput do art. 13 da LC nº 140/11, os empreendimentos e atividades são licenciados ou autorizados, ambientalmente, por um único ente federativo.

16. (FCC/CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL – 2018) O Estudo de Impacto Ambiental e o Relatório de Impacto Ambiental são instrumentos da política nacional do Meio Ambiente, e tem por objetivo delimitar o âmbito de exploração das atividades potencialmente capazes de acarretar dano ao bem ambiental, e, como consequência, nortear as autoridades públicas nas concessões das licenças ambientais. Assim, nos termos da Resolução 237/1997 do CONAMA que trata do assunto:

a) Compete ao órgão ambiental do Distrito Federal o licenciamento ambiental dos empreendimentos e atividades delegados pela União, por instrumento legal ou convênio, e as ações administrativas previstas para os Estados e Municípios, desde que observados os critérios previstos em legislação complementar posterior.

b) Os empreendimentos e atividades serão licenciados por qualquer das três esferas do Poder Público, em um único nível de competência ou concomitantemente, quando necessário.

c) As licenças ambientais de instalação e operação poderão ser expedidas isolada ou sucessivamente, de acordo com a natureza, características e fase do empreendimento ou atividade, mas a licença prévia só pode ser concedida isoladamente, devendo o início das atividades aguardar a finalização dessa fase inicial do procedimento de licenciamento ambiental.

d) Os estudos necessários ao processo de licenciamento deverão ser realizados por profissionais legalmente habilitados, às expensas do poder público, ficando a cargo do empreendedor o custo do Relatório de Impacto Ambiental.

e) A licença ambiental para empreendimentos e atividades consideradas efetiva ou potencialmente causadoras de significativa degradação do meio dependerá de prévio estudo de impacto ambiental e respectivo relatório de impacto sobre o meio ambiente (EIA/RIMA), ao qual será resguardado o sigilo na fase de licença-prévia, para preservação da livre concorrência, garantindo-se, em contrapartida, a realização de audiências públicas, quando couber, de acordo com a regulamentação.



Comentários

A **alternativa A** está correta e é o nosso gabarito, porque é precisamente o que determina o art. 5º, IV da Res. Conama nº 237/97.

A **alternativa B** está errada, visto que os empreendimentos e atividades são licenciados em um único nível de competência (Res. Conama nº 237/97, art. 7º), conforme ressaltado durante a aula.

A **alternativa C** está errada, uma vez que o parágrafo único do art. 8º da citada Resolução aponta que as licenças ambientais podem ser expedidas isolada ou sucessivamente, de acordo com a natureza, características e fase do empreendimento ou atividade. Portanto, não há ressalva quanto à licença prévia.

A **alternativa D** está errada, pois os custos dos estudos necessários ao processo de licenciamento correm às custas do proponente/empreendedor (Resolução Conama nº 237/97, art. 11).

A **alternativa E** está errada, considerando que se deve dar publicidade ao EIA/RIMA, conforme art. 3º da Resolução Conama nº 237/97.

17. (ACEP/PREFEITURA DE ARACATI-CE - 2018) Acerca do processo de licenciamento ambiental, assinale a alternativa correta.

a) O licenciamento de empreendimentos considerados pelo órgão ambiental licenciador de significativo impacto ambiental, com fundamento em Estudo de Impacto Ambiental e respectivo Relatório de Impacto Ambiental (EIA/RIMA), e que afetem Unidade de Conservação (UC) específica, só poderá ser concedido após autorização do órgão responsável pela administração da UC.

b) A renovação de licenças ambientais deve ser requerida com antecedência mínima de 150 (cento e cinquenta) dias da expiração do prazo de validade, fixado na respectiva licença, ficando este automaticamente prorrogado até a manifestação definitiva do órgão ambiental competente.

c) Os empreendimentos e atividades são licenciados ou autorizados, ambientalmente, por um único ente federativo, em conformidade com as atribuições estabelecidas em Lei, no entanto a supressão de vegetação deverá ser autorizada pelo órgão ambiental do município, pois trata-se de um impacto local.

d) Em relação à proteção das paisagens naturais notáveis, à proteção do meio ambiente, e ao combate à poluição constituem como um dos objetivos fundamentais da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios garantir a uniformidade da política ambiental para todo o País, portanto desconsiderando as peculiaridades regionais e locais.

Comentários

A **alternativa A** está correta e é o nosso gabarito, pois é exatamente isso que prevê o art. 1º da Resolução Conama nº 428/10.

A **alternativa B** está errada, uma vez que o prazo mínimo para o requerimento de renovação das licenças ambientais é de 120 (e não 150) dias da expiração de seu prazo de validade. O mesmo dispositivo legal ainda prevê que tal prazo fica automaticamente prorrogado até a manifestação definitiva do órgão ambiental competente (art. 14, § 4º).



A **alternativa C** está errada, porque quando há necessidade de supressão de vegetação decorrente de licenciamentos ambientais, ela deve ser autorizada pelo ente federativo licenciador, conforme entendimento da Lei Complementar nº 140/11, art. 13, § 2º.

A **alternativa D** está errada, na medida em que o respeito às peculiaridades regionais e locais é um objetivo fundamental a que os entes federativos devem obedecer quando do exercício de sua competência comum de proteção ao meio ambiente (Lei Complementar nº 140/11, art. 3º, IV).

18. (ACEP/PREFEITURA DE ARACATI-CE - 2018) Acerca do processo de licenciamento ambiental, assinale a alternativa correta.

a) O licenciamento de empreendimentos considerados pelo órgão ambiental licenciador de significativo impacto ambiental, com fundamento em Estudo de Impacto Ambiental e respectivo Relatório de Impacto Ambiental (EIA/RIMA), e que afetem Unidade de Conservação (UC) específica, só poderá ser concedido após autorização do órgão responsável pela administração da UC.

b) A renovação de licenças ambientais deve ser requerida com antecedência mínima de 150 (cento e cinquenta) dias da expiração do prazo de validade, fixado na respectiva licença, ficando este automaticamente prorrogado até a manifestação definitiva do órgão ambiental competente.

c) Os empreendimentos e atividades são licenciados ou autorizados, ambientalmente, por um único ente federativo, em conformidade com as atribuições estabelecidas em Lei, no entanto a supressão de vegetação deverá ser autorizada pelo órgão ambiental do município, pois trata-se de um impacto local.

d) Em relação à proteção das paisagens naturais notáveis, à proteção do meio ambiente, e ao combate à poluição constituem como um dos objetivos fundamentais da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios garantir a uniformidade da política ambiental para todo o País, portanto desconsiderando as peculiaridades regionais e locais.

Comentários

A **alternativa A** está correta e é o nosso gabarito, pois é exatamente isso que prevê o art. 1º da Resolução Conama nº 428/10.

A **alternativa B** está errada, uma vez que o prazo mínimo para o requerimento de renovação das licenças ambientais é de 120 (e não 150) dias da expiração de seu prazo de validade. O mesmo dispositivo legal ainda prevê que tal prazo fica automaticamente prorrogado até a manifestação definitiva do órgão ambiental competente (art. 14, § 4º).

A **alternativa C** está errada, porque quando há necessidade de supressão de vegetação decorrente de licenciamentos ambientais, ela deve ser autorizada pelo ente federativo licenciador, conforme entendimento da Lei Complementar nº 140/11, art. 13, § 2º.

A **alternativa D** está errada, na medida em que o respeito às peculiaridades regionais e locais é um objetivo fundamental a que os entes federativos devem obedecer quando do exercício de sua competência comum de proteção ao meio ambiente (Lei Complementar nº 140/11, art. 3º, IV).



19. (ACEP/PREFEITURA DE ARACATI-CE - 2018) Sobre as competências e formas de cooperação entre a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios nas ações administrativas decorrentes do exercício da competência comum relativas à proteção das paisagens naturais notáveis, à proteção do meio ambiente, ao combate à poluição em qualquer de suas formas e à preservação das florestas, da fauna e da flora, assinale a alternativa correta.

a) Observadas as atribuições dos demais entes federativos, cabe ao Município promover o licenciamento ambiental das atividades ou empreendimentos que causem ou possam causar impacto ambiental de âmbito local, conforme tipologia definida pelos respectivos Conselhos Municipais de Meio Ambiente, considerados os critérios de porte, potencial poluidor e natureza da atividade.

b) São instrumentos de cooperação institucional: consórcio público, convênios, acordos de cooperação técnica, fundos públicos e privados, e delegação de atribuições e de execução de ações administrativas.

c) Observadas as atribuições dos demais entes federativos, cabe ao Estado promover o licenciamento ambiental das atividades ou empreendimentos localizados ou desenvolvidos em terras indígenas.

d) A única exigência para que possa ocorrer delegação de ações administrativas entre entes federativos é o ente destinatário da delegação dispor de órgão ambiental capacitado para executar as ações administrativas a serem delegadas. Considera-se órgão ambiental capacitado aquele que possui técnicos próprios ou em consórcio, devidamente habilitados e em número compatível com a demanda das ações administrativas a serem delegadas.

Comentários

A **alternativa A** está errada, porque são os Conselhos Estaduais (e não Municipais) de Meio Ambiente que definem a tipologia que caracteriza o impacto ambiental de âmbito local, de acordo com a Lei Complementar nº 140/11, art. 9º, XIV, "a".

A **alternativa B** está correta e é o nosso gabarito, pois todos os instrumentos de cooperação institucional que elenca estão previstos no art. 4º da Lei Complementar nº 140/11.

A **alternativa C** está errada, uma vez que o licenciamento ambiental das atividades ou empreendimentos localizados ou desenvolvidos em terras indígenas é competência da União e não dos Estados (LC nº 140/11, art. 7º, XIV, "c").

A **alternativa D** está errada, porque, além da existência de órgão ambiental capacitado a executar as ações administrativas a serem delegadas, é exigida, também, a existência de conselho de meio ambiente, consoante o art. 5º da LC nº 140/11.

20. (FADESP/PREFEITURA DE CAPADAMA-PA - 2018) Será construído um aproveitamento hidrelétrico em um rio que se encontra em terras dos estados do Pará e do Mato Grosso. Nessa situação, o licenciamento ambiental do empreendimento deve ser realizado no âmbito do(s)

a) órgãos ambientais dos estados do Pará e do Mato Grosso.

b) Conselho Nacional de Meio Ambiente (CONAMA).

c) Ministério do Meio Ambiente (MMA).



d) Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA).

Comentários

A **alternativa A** está errada. Como o empreendimento será construído em um rio que se localiza em dois ou mais Estados, a competência para o licenciamento será federal, de acordo com o art. 7º, XIV, "e", da Lei Complementar nº 140/11.

A **alternativa B** está errada, pois não compete ao CONAMA realização de licenciamento ambiental, uma vez que se trata de órgão meramente consultivo e deliberativo.

A **alternativa C** está errada, uma vez que o Ministério do Meio Ambiente é o órgão central do Sisnama, não realizando o procedimento conhecido por licenciamento ambiental.

A **alternativa D** está correta e é o nosso gabarito. Uma vez que o licenciamento de empreendimentos localizados ou desenvolvidos em dois ou mais Estados compete ao órgão federal competente, resta-nos lembrar que esse órgão é o IBAMA, órgão executor do SISNAMA em nível federal.

21. (SELECON/PREFEITURA DE CUIABÁ – 2018) Sob a ótica dos impactos ambientais causados pelos processos construtivos, existe todo um procedimento preconizado para gestão dos resíduos. Com relação ao licenciamento ambiental, existe uma legislação específica que disciplina todo processo.

Com relação a essa afirmativa, é correto afirmar:

a) Estudos Ambientais são todos e quaisquer estudos relativos aos aspectos ambientais relacionados a localização, instalação, operação e ampliação de uma atividade ou empreendimento, apresentados como subsídio para a análise da licença requerida, tais como relatório ambiental, plano e projeto de controle ambiental, relatório ambiental preliminar, diagnóstico ambiental, plano de manejo, plano de recuperação de área degradada e análise preliminar de risco.

b) A licença ambiental para empreendimentos e atividades consideradas efetivas ou potencialmente causadoras de significativa degradação do meio dependerá de prévio estudo de impacto ambiental e respectivo relatório de impacto sobre o meio ambiente (EIA/RIMA), ao qual se dará publicidade, garantida a realização de audiências públicas, quando couber, de acordo com a regulamentação.

c) Compete ao Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - IBAMA, órgão executor do SISNAMA, o licenciamento ambiental a que se refere o artigo 10 da Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981, de empreendimentos e atividades com significativo impacto ambiental de âmbito nacional ou regional.

d) O IBAMA, ressalvada sua competência supletiva, não poderá delegar aos Estados o licenciamento de atividade com significativo impacto ambiental de âmbito regional, uniformizando, quando possível, as exigências.

Comentários

A **alternativa A** está correta, porque está em perfeita consonância com a definição de "estudos ambientais" dada pela Resolução Conama nº 237/97, art. 1º, III.



A **alternativa B** está correta, visto ser a transcrição literal do caput do art. 3º da Resolução Conama nº 237/97.

A **alternativa C** está correta, pois é exatamente o que prevê o caput do art. 4º da Resolução Conama nº 237/97.

A **alternativa D** está errada, porquanto a Resolução Conama nº 237/97, art. 4º, §2º, determina justamente o oposto: o IBAMA poderá delegar aos Estados o licenciamento de atividade com significativo impacto ambiental de âmbito regional, uniformizando, quando possível, as exigências.

Perceba que há três alternativas corretas e uma incorreta, sendo que a questão solicitou a alternativa correta. Foi um equívoco da banca, que deveria ter pedido a alternativa incorreta, uma vez que considerou a **alternativa D** como o gabarito.

Não obstante, a banca não anulou a questão, para a tristeza dos candidatos. Infelizmente esse tipo de coisa ainda acontece, principalmente com bancas menos expressivas.

22. (FGV/CODEBA - 2016) Com a finalidade de iniciar atividade industrial de produção de móveis, João, empresário individual, procura advogado para orientá-lo acerca dos procedimentos administrativos prévios às obras.

Sobre o licenciamento ambiental necessário para o início das obras, na qualidade de advogado de João, assinale a afirmativa correta.

a) A obtenção de licença ambiental é necessária perante o Município e o Estado onde o empreendimento será instalado, tendo em vista o princípio da proteção integral.

b) O licenciamento ambiental deve ser procedido exclusivamente pelo Estado caso o potencial impacto se dê em unidade de conservação estadual, exceto em Áreas de Preservação Ambiental.

c) O licenciamento ambiental será feito, em regra, pelo IBAMA, contando com atuação supletiva e subsidiária técnica e administrativa de entidades estaduais e municipais do local do empreendimento.

d) O licenciamento prévio será sempre procedido pelo IBAMA. Já as licenças de instalação e de operação se darão pelo Estado ou Município, de acordo com o potencial do impacto ambiental.

e) O licenciamento ambiental somente será necessário caso o empreendimento se dê em Unidade de Conservação ou Área de Preservação Permanente, por aplicação do princípio da prevenção.

Comentários

Segundo o art. 8º, XV, da Lei Complementar nº 140/2011, é ação administrativa dos estados promover o licenciamento ambiental de atividades ou empreendimentos localizados ou desenvolvidos em unidades de conservação instituídas pelo Estado, exceto em Áreas de Proteção Ambiental (APAs).

Assim, a **alternativa B** está correta e é o nosso gabarito.

23. (FGV/TJ-PA - 2009) No que se refere a Licenciamento Ambiental, assinale a alternativa correta.



a) O licenciamento do órgão ambiental estadual estará vinculado aos estudos técnicos procedidos pelos órgãos ambientais dos municípios, uma vez que lhe compete o licenciamento ambiental dos empreendimentos e atividades cujos impactos ambientais diretos ultrapassem os limites territoriais de um ou mais Municípios.

b) Os municípios, para exercerem suas competências licenciatórias, deverão ter implementados os Conselhos de Meio Ambiente, com caráter deliberativo e participação social e, ainda, possuir em seus quadros ou a sua disposição, profissionais legalmente habilitados.

c) As atividades utilizadoras de recursos ambientais, consideradas efetiva e potencialmente poluidoras dependerão de prévio licenciamento do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis - IBAMA, e de órgão estadual competente, em caráter supletivo, sem prejuízo de outras licenças exigíveis.

d) A legislação ambiental estadual e municipal pode prever prazos de vigência das licenças diferentes dos estabelecidos pelas diretrizes federais básicas, constantes na Resolução do CONAMA n.º 237/97, se as peculiaridades regionais e locais assim exigirem.

e) O Poder Público expedirá a chamada *Licença Prévia* para autorizar a instalação de empreendimento ou atividade, de acordo com as especificações constantes dos planos, programas e projetos aprovados, incluindo as medidas de controle ambiental.

Comentários

A **alternativa A** está errada. Não há essa vinculação necessária, a banca simplesmente inventou isso.

A **alternativa B** está correta e é o nosso gabarito. É o que determina o art. 20 da Resolução Conama nº 237/1997.

A **alternativa C** está errada, porque o licenciamento ambiental ocorre em um único âmbito federativo!

A **alternativa D** está errada, pois a legislação federal deverá ser obedecida.

A **alternativa E** está errada, visto que é a licença de instalação (não a prévia) que autoriza a instalação.



QUESTÕES COMENTADAS – ETAPAS DO LICENCIAMENTO - MULTIBANCAS



1. (CEBRASPE/MPE-SC – 2021) Uma empresa pretende instalar, em determinado município, uma indústria que trabalhará com extração de cerâmica e produção de telhas. Para tanto, ela solicitou o licenciamento ambiental ao órgão de meio ambiente do estado.

A respeito da situação hipotética apresentada e dos aspectos legais a ela relacionados, julgue o item a seguir.

Para que seja viável o licenciamento da atividade em questão, a prefeitura do município deverá declarar, mediante certidão, que o local e o tipo de empreendimento estão em conformidade com a legislação aplicável ao uso e à ocupação do solo. Considerando as disposições da legislação ambiental brasileira, julgue o item que se segue.

Comentários

Segundo o art. 10, § 1º, da Resolução Conama nº 237/97:

§ 1º – No procedimento de licenciamento ambiental deverá constar, obrigatoriamente, a certidão da Prefeitura Municipal, declarando que o local e o tipo de empreendimento ou atividade estão em conformidade com a legislação aplicável ao uso e ocupação do solo e, quando for o caso, a autorização para supressão de vegetação e a outorga para o uso da água, emitidas pelos órgãos competentes.

Logo, a questão está correta.

2. (CEBRASPE/MPE-CE – 2020) Considerando as disposições da legislação ambiental brasileira, julgue o item que se segue.

Durante o procedimento de licenciamento ambiental de uma atividade ou empreendimento, é obrigatória a realização de audiência pública, de acordo com a regulamentação pertinente.

Comentários

A Resolução Conama nº 237/97 menciona, como uma das etapas do licenciamento ambiental, a realização de “audiência pública, quando couber, de acordo com a regulamentação pertinente”.

Nesse sentido, a Resolução Conama nº 9/87 determina que as audiências públicas devem ocorrer sempre que o órgão de meio ambiente julgar necessário, ou quando for solicitado por entidade civil, pelo Ministério Público, ou por 50 ou mais cidadãos. Ou seja, não é sempre que irá acontecer.



Logo, a questão está **errada**.

3. (FCC/TJ-MS – 2020) A audiência pública no processo de licenciamento ambiental

- a) é obrigatória, independentemente do grau de impacto do empreendimento ou da atividade licenciada.
- b) deve ser realizada no início do processo de licenciamento ambiental para colheita de críticas e sugestões e, ao final do processo, para a respectiva devolutiva.
- c) será realizada na sede do órgão ambiental responsável pelo licenciamento ambiental.
- d) não obriga o órgão responsável pelo licenciamento ambiental a acolher as contribuições dela decorrentes, desde que apresente justificativa.
- e) ocorre em momento anterior à elaboração do EIA-RIMA.

Comentários

Segundo a Resolução Conama nº 9/87, as audiências públicas devem ocorrer sempre que o órgão de meio ambiente julgar necessário, ou quando for solicitado por entidade civil, pelo Ministério Público, ou por 50 ou mais cidadãos.

Ou seja, não é sempre que irá acontecer. Elas possuem a finalidade expor aos interessados o conteúdo do produto em análise, dirimindo dúvidas e recolhendo dos presentes as críticas e sugestões a respeito.

O acolhimento das proposições feitas nas audiências não é obrigatório, então, a **alternativa D** está **correta** é o nosso gabarito.

4. (IBFC/IDAM - 2019) A Resolução CONAMA 237/1997 dispõe sobre a revisão e a complementação dos procedimentos e critérios utilizados para Licenciamento Ambiental, regulamentando os aspectos estabelecidos na Política Nacional de Meio Ambiente.

As sentenças a seguir são as etapas previstas na Resolução CONAMA 237/1997 e encontram-se fora de ordem. Coloque-as na ordem cronológica para que obedeça às etapas de Licenciamento Ambiental.

I. Análise pelo órgão ambiental competente, integrante do SISNAMA, dos documentos, projetos e estudos ambientais apresentados e a realização de vistorias técnicas, quando necessárias e solicitação de esclarecimentos e complementações pelo órgão ambiental competente, integrante do SISNAMA.

II. Audiência pública, quando couber, de acordo com a regulamentação pertinente e solicitação de esclarecimentos e complementações pelo órgão ambiental competente, decorrentes de audiências públicas, quando couber, podendo haver reiteração da solicitação quando os esclarecimentos e complementações.



III. Emissão de parecer técnico conclusivo e, quando couber, parecer jurídico.

IV. Requerimento da licença ambiental pelo empreendedor, acompanhado dos documentos, projetos e estudos ambientais pertinentes, dando-se a devida publicidade.

V. Deferimento ou indeferimento do pedido de licença, dando-se a devida publicidade.

VI. Definição pelo órgão ambiental competente, com a participação do empreendedor, dos documentos, projetos e estudos ambientais, necessários ao início do processo de licenciamento correspondente à licença a ser requerida.

Assinale a alternativa que obedeça a ordem cronológica prevista em lei.

- a) IV, VI, I, III, II, V
- b) VI, IV, I, II, III, V
- c) II, V, IV, VI, III, I
- d) I, II, IV, III, VI, V

Comentários

A questão cobra conhecimento sobre o art. 10 da Res. Conama nº 237/97, que relaciona as etapas do licenciamento ambiental. Segue a transcrição do referido artigo para que você relembre:

Art. 10. O procedimento de licenciamento ambiental obedecerá às seguintes etapas:

I - Definição pelo órgão ambiental competente, com a participação do empreendedor, dos documentos, projetos e estudos ambientais, necessários ao início do processo de licenciamento correspondente à licença a ser requerida;

II - Requerimento da licença ambiental pelo empreendedor, acompanhado dos documentos, projetos e estudos ambientais pertinentes, dando-se a devida publicidade;

III - Análise pelo órgão ambiental competente, integrante do SISNAMA, dos documentos, projetos e estudos ambientais apresentados e a realização de vistorias técnicas, quando necessárias;

IV - Solicitação de esclarecimentos e complementações pelo órgão ambiental competente, integrante do SISNAMA, uma única vez, em decorrência da análise dos documentos, projetos e estudos ambientais apresentados, quando couber, podendo haver a reiteração da mesma solicitação caso os esclarecimentos e complementações não tenham sido satisfatórios;

V - Audiência pública, quando couber, de acordo com a regulamentação pertinente;

VI - Solicitação de esclarecimentos e complementações pelo órgão ambiental competente, decorrentes de audiências públicas, quando couber, podendo haver reiteração da solicitação quando os esclarecimentos e complementações não tenham sido satisfatórios;



VII - Emissão de parecer técnico conclusivo e, quando couber, parecer jurídico;

VIII - Deferimento ou indeferimento do pedido de licença, dando-se a devida publicidade.

Perceba que há uma lógica por trás do sequenciamento acima.

Num primeiro momento, o órgão ambiental irá, com a participação do empreendedor, definir os documentos, projetos e estudos ambientais necessários ao licenciamento.

Nas etapas intermediárias, o empreendedor entrega a documentação e os estudos requeridos para o órgão ambiental, que irá analisá-los e, se necessário, pedir esclarecimentos e complementações.

Além disso, são realizadas audiências públicas quando for o caso, sobre as quais o órgão ambiental pode solicitar novos esclarecimentos.

Por fim, há emissão de parecer técnico conclusivo e jurídico e o deferimento ou indeferimento do pedido de licença, dando-se publicidade.

Uma dica para responder este tipo de questão, que traz ordens muito distintas de assertivas, é lançar mão da técnica de eliminação das alternativas mais claramente incorretas. Neste caso, por exemplo, se você lembrasse que as duas últimas etapas do processo de licenciamento são, respectivamente, a emissão do parecer técnico conclusivo e o deferimento ou indeferimento do pedido de licença, você já chegaria à **alternativa B**, nosso gabarito.

5. (IDECAN/INSTITUTO FEDERAL-PB - 2019) A Resolução CONAMA nº 001/1986 enuncia que ao se determinar a execução do estudo de impacto ambiental e apresentação do RIMA, o órgão estadual competente ou o IBAMA ou, quando couber o Município, determinará o prazo para recebimento dos comentários a serem feitos pelos órgãos públicos e demais interessados e, sempre que julgar necessário, promoverá a realização de audiência pública para informação sobre o projeto e seus impactos ambientais e discussão do RIMA. A audiência pública retrocitada, de acordo com a Resolução CONAMA nº 9/1987, será promovida por órgão de meio ambiente competente para tanto:

- I. sempre que julgar necessário;
- II. quando solicitada pelo ministério público;
- III. quando solicitada por determinação do Ibama;
- IV. quando solicitada por 40 ou mais cidadãos.

Assinale



- a) se somente os itens I e II estiverem corretos.
- b) se somente os itens I, II e III estiverem corretos.
- c) se somente os itens II, III e IV estiverem corretos.
- d) se somente os itens III e IV estiverem corretos.
- e) se somente o item IV estiver correto.

Comentários

Conforme vimos durante a aula, a Resolução Conama nº 9/87, art. 2º, determina que as audiências públicas possuem a finalidade expor aos interessados o conteúdo do produto em análise, dirimindo dúvidas e recolhendo dos presentes as críticas e sugestões a respeito. Tais audiências devem ocorrer sempre que o órgão de meio ambiente julgar necessário, ou quando for solicitado por entidade civil, pelo Ministério Público, ou por 50 ou mais cidadãos.

Destarte, temos que:

O **item I** está **correto**, pois sempre que julgar necessário o órgão ambiental competente pode solicitar a realização de audiências públicas.

O **item II** está **correto**, visto que o Ministério Público possui legitimidade para requerer a ocorrência de audiências públicas.

O **item III** está **errado**, uma vez que a Conama menciona apenas "órgão ambiental", podendo ou não ser o Ibama (depende de qual ente irá licenciar). Se a banca trouxesse uma situação específica em que o Ibama licenciasse, tudo bem, mas ela faz alusão expressa à redação da própria Resolução Conama nº 9/1987, então temos de considerar de forma genérica mesmo.

O **item IV**, por fim, está **errado**, dado que o número mínimo de cidadãos que devem requerer a ocorrência da audiência pública é de 50 e não 40.

Portanto, estão corretos os itens I e II, sendo a **alternativa A** o nosso gabarito.

6. (FGV/AL-RO – 2018) Leia o fragmento a seguir.

Os empreendimentos potencialmente causadores de danos ambientais serão licenciados _____, competência que não impede o exercício pelos entes federativos da atribuição comum de _____, sendo certo que o decurso dos prazos de licenciamento, sem a emissão da licença ambiental, _____.

Assinale a opção cujos termos completam, corretamente, as lacunas do fragmento acima.

- a) por um único ente federativo – fiscalização - não implica emissão tácita da licença.
- b) pelo Estado e Município onde localizado o dano – fiscalização – autoriza o início das atividades.



c) pela União e Estado onde localizado o dano – exigir o estudo prévio de impacto – implica emissão tácita da licença.

d) pela União, Estado e Município onde localizado o dano - exigir o estudo prévio de impacto - autoriza o início das atividades.

e) pela União e Município onde localizado o dano – condicionar a supressão de vegetação - não implica emissão tácita da licença.

Comentários

Tanto a Resolução Conama nº 237/97 quanto a LC nº 140/11 asseveram que os empreendimentos e atividades devem ser licenciados em um único nível de competência. Daí já se conclui que o nosso gabarito é a **alternativa A**.

Frise-se que a LC nº 140/11 dispõe que o licenciamento em um único órgão licenciador não impede o exercício pelos entes federativos da atribuição comum de fiscalização da conformidade de empreendimentos e atividades efetiva ou potencialmente poluidores ou utilizadores de recursos naturais com a legislação ambiental em vigor.

Por derradeiro, o decurso dos prazos de licenciamento, sem a emissão da licença ambiental, não implica emissão tácita nem autoriza a prática de ato que dela dependa ou decorra, nos termos do art. 13, § 3º, da referida Lei Complementar.

7. (FADESP/PREFEITURA DE CAPADAMA-PA - 2018) A lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981, dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente e, em seu art. art. 10, apresenta o seguinte caput: O procedimento de licenciamento ambiental obedecerá às seguintes etapas:

I – definição pelo órgão ambiental competente, com a participação do empreendedor, dos documentos, projetos e estudos ambientais necessários ao início do processo de licenciamento correspondente à licença a ser requerida;

II - requerimento da licença ambiental pelo empreendedor, dando-se a devida publicidade;

III – análise pelo órgão ambiental competente, integrante do SISNAMA, dos documentos, projetos e estudos ambientais apresentados e realização de vistorias técnicas, quando necessárias;

IV - audiência pública, necessária no início do processo, de acordo com a regulamentação pertinente;

V - solicitação de esclarecimentos e complementações pelo órgão ambiental competente, decorrentes de audiências públicas, quando couber, podendo haver reiteração da solicitação quando os esclarecimentos e complementações não tenham sido satisfatórios;

VI – emissão de parecer técnico conclusivo anexado ao parecer jurídico:

Estão corretos os itens:

a) I, III e IV.

b) I, II e VI.



- c) I, III e V.
- d) I, II e IV.

Comentários

Pessoal, esta questão foi **anulada** por parte da banca pois o seu comando menciona expressamente o art. 10 da Lei nº 6.938/81, quando na verdade o correto seria aludir ao art. 10 da Resolução Conama nº 237/97.

De qualquer maneira, analisemos os itens, um a um.

O **item I** está **correto**, porque é previsto no art. 10, I, da Resolução Conama nº 237/97 como uma das etapas do licenciamento ambiental.

O **item II** está **correto**, pois é previsto no art. 10, II, da Resolução Conama nº 237/97 como uma das etapas do licenciamento ambiental.

O **item III** está **correto**, porque também é previsto no art. 10, III, da Resolução Conama nº 237/97 como uma das etapas do licenciamento ambiental.

O **item IV**, na minha visão, está **errado**, pois não há previsão, na Res. Conama nº 237/97, de que a audiência pública deva acontecer no início do processo.

O **item V**, por sua vez, está **correto**, por estar condizente com o inciso VI do art. 10 da Resolução Conama nº 237/97.

O **item VI**, por fim, está **errado**, pois não há previsão de que o parecer técnico conclusivo deva ser anexado ao parecer jurídico.

8. (GESTÃO CONCURSO/EMATER-MG – 2018) A Constituição Federal de 1988, em seu Art. 225, preconiza que “todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações.”

Nesse mesmo sentido, o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (2016, p.2) defende que “o licenciamento ambiental é um importante instrumento de gestão da Política Nacional de Meio Ambiente. Por meio dele, a administração pública busca exercer o necessário controle sobre as atividades humanas que interferem nas condições ambientais.”

A sequência dos principais passos do licenciamento ambiental está corretamente indicada em

- a) licença prévia / licença de instalação / licença de operação.
- b) licença de instalação / análise de impactos / medidas mitigadoras.
- c) análise de impactos / licença de autorização de instalação / vistoria do local da obra.
- d) estudo de medidas mitigadoras / licença prévia / planejamento de políticas ambientais.



Comentários

Na minha visão, esta questão foi mal formulada, a despeito de ser possível respondê-la por entender o que a banca examinadora quis dizer.

A questão indaga sobre os passos do licenciamento ambiental e não sobre a ordem de emissão das licenças ambientais. Uma coisa é diferente da outra, pois, como vimos, o licenciamento ambiental é todo o procedimento administrativo perante o qual as atividades se submetem para serem consideradas ambientalmente viáveis. Em contrapartida, as licenças ambientais são atos administrativos que atestam essa viabilidade em certas fases do empreendimento.

Na verdade, para se responder corretamente tema acerca das etapas do licenciamento ambiental, deveria se recorrer ao art. 10 da Resolução Conama nº 237/97:

Art. 10 - O procedimento de licenciamento ambiental obedecerá às seguintes etapas:

I - Definição pelo órgão ambiental competente, com a participação do empreendedor, dos documentos, projetos e estudos ambientais, necessários ao início do processo de licenciamento correspondente à licença a ser requerida;

II - Requerimento da licença ambiental pelo empreendedor, acompanhado dos documentos, projetos e estudos ambientais pertinentes, dando-se a devida publicidade;

III - Análise pelo órgão ambiental competente, integrante do SISNAMA, dos documentos, projetos e estudos ambientais apresentados e a realização de vistorias técnicas, quando necessárias;

IV - Solicitação de esclarecimentos e complementações pelo órgão ambiental competente, integrante do SISNAMA, uma única vez, em decorrência da análise dos documentos, projetos e estudos ambientais apresentados, quando couber, podendo haver a reiteração da mesma solicitação caso os esclarecimentos e complementações não tenham sido satisfatórios;

V - Audiência pública, quando couber, de acordo com a regulamentação pertinente;

VI - Solicitação de esclarecimentos e complementações pelo órgão ambiental competente, decorrentes de audiências públicas, quando couber, podendo haver reiteração da solicitação quando os esclarecimentos e complementações não tenham sido satisfatórios;

VII - Emissão de parecer técnico conclusivo e, quando couber, parecer jurídico;

VIII - Deferimento ou indeferimento do pedido de licença, dando-se a devida publicidade.

Note que a emissão das licenças é apenas uma das etapas do processo de licenciamento. Contudo, como nenhuma das alternativas da questão se mostrou adequada quanto às etapas supramencionadas, era possível deduzir que a banca examinadora restringiu o processo de licenciamento às emissões das licenças ambientais.



Nesse sentido, a ordem de emissão das licenças é: primeiramente Licença Prévia, depois Licença de Instalação e, por fim, Licença de Operação. Nosso gabarito é, portanto, a **alternativa A**.



QUESTÕES COMENTADAS – LICENÇAS AMBIENTAIS - MULTIBANCAS



1. (CEBRASPE/DPE-PA - 2022) O ato administrativo pelo qual o órgão ambiental competente estabelece as condições, restrições e medidas de controle ambiental que deverão ser obedecidas pelo empreendedor, pessoa física ou jurídica, para localizar, instalar, ampliar e operar empreendimentos ou atividades utilizadoras dos recursos ambientais consideradas efetiva ou potencialmente poluidoras ou aquelas que, sob qualquer forma, possam causar degradação ambiental, é normativamente definido como
 - a) estudo de impacto ambiental.
 - b) licença ambiental.
 - c) licenciamento ambiental.
 - d) licença de instalação.
 - e) relatório de impacto sobre o meio ambiente.

Comentários

O ato administrativo é a própria licença ambiental!

Portanto, a **alternativa B** está correta é o nosso gabarito.

2. (FAURGS/SES-RS - 2022) A Resolução CONAMA nº 237/97 regulamenta os aspectos de licenciamento ambiental estabelecidos na Política Nacional do Meio Ambiente. Sobre essa resolução, analise as afirmações seguintes.

I - A Licença de Instalação (LI) é concedida na fase preliminar do planejamento do empreendimento ou da atividade, aprovando sua localização e sua concepção, atestando a viabilidade ambiental e estabelecendo os requisitos básicos e condicionantes a serem atendidos nas fases seguintes de sua implementação.

II - A Licença de Operação (LO) autoriza a operação da atividade ou empreendimento após a verificação do efetivo cumprimento do que consta das licenças anteriores, com as medidas de controle ambiental e condicionantes determinados para a operação.

III- Compete ao órgão ambiental municipal, ouvidos os órgãos competentes da União, dos Estados e do Distrito Federal, quando couber, o licenciamento ambiental de empreendimentos e



atividades de impacto ambiental local e daquelas que lhe forem delegadas pelo Estado por instrumento legal ou convênio.

Quais estão corretas?

- a) Apenas I.
- b) Apenas II.
- c) Apenas III.
- d) Apenas I e II.
- e) Apenas II e III.

Comentários

O item I está **errado**. A licença concedida na fase preliminar do planejamento é a Licença Prévia. A Licença de Instalação autoriza o início da instalação.

O item II está **correto**. A Licença de Operação (LO) autoriza o início da atividade licenciada e o funcionamento de seus equipamentos de controle de poluição!

O item III está **correto**. A Resolução Conama nº 237/97 (art. 6º) estabelece que a competência pelo licenciamento será do órgão ambiental municipal quando os empreendimentos e atividades forem de impacto ambiental local. Em tais casos, contudo, devem ser ouvidos os órgãos competentes da União, dos Estados e do Distrito Federal, quando couber.

Sendo assim, os itens II e III são **corretos** e a **alternativa E** está **correta** e é nosso gabarito

3. (CEBRASPE/ICMBIO – 2022) Com relação às ações administrativas relativas à proteção das paisagens naturais notáveis, à proteção do meio ambiente, ao combate à poluição e à preservação das florestas, da fauna e da flora, julgue o item a seguir.

Os órgãos licenciadores devem observar os prazos estabelecidos para tramitação dos processos de licenciamento, sob pena de, decorridos os prazos sem a emissão de licença ambiental, implicar sua a emissão tácita.

Comentários

Segundo o § 3º do art. 14 da LC nº 140/2011, o decurso dos prazos de licenciamento, sem a emissão da licença ambiental, **não** implica emissão tácita nem autoriza a prática de ato que dela dependa ou decorra.

Logo, a questão está **errada**.

4. (CEBRASPE/IBAMA – 2022) Acerca de licenciamento ambiental, julgue o item subsequente.

A licença prévia ambiental autoriza a imediata instalação de empreendimento de produção de fundidos de ferro e aço de acordo com as especificações constantes dos planos, programas e projetos aprovados pelo órgão ambiental competente.



Comentários

Pessoal, é a licença de instalação que autoriza a instalação, não a prévia!

Logo, a questão está **errada**.

5. (INSTITUTO AOCP/ITEP-RN – 2021) Sobre a Licença Ambiental Prévia (LP), é correto afirmar que

- a) é concedida na fase preliminar do planejamento do empreendimento ou atividade.
- b) autoriza a instalação do empreendimento ou atividade de acordo com as especificações.
- c) autoriza a operação da atividade ou empreendimento.
- d) é concedida durante a execução do empreendimento ou atividade.
- e) autoriza a instalação do empreendimento ou atividade sem a necessidade de medidas de controle ambiental.

Comentários

A **alternativa A** está **correta** e é nosso gabarito. Inteligência do art. 8º, I, da Res. Conama nº 237/97:

Art. 8º - O Poder Público, no exercício de sua competência de controle, expedirá as seguintes licenças:

I - Licença Prévia (LP) - concedida na fase preliminar do planejamento do empreendimento ou atividade aprovando sua localização e concepção, atestando a viabilidade ambiental e estabelecendo os requisitos básicos e condicionantes a serem atendidos nas próximas fases de sua implementação;

A **alternativa B** está **errada**. A banca trouxe características da LI - Licença de Instalação.

A **alternativa C** está **errada**. A banca trouxe características da LO - Licença de Operação.

A **alternativa D** está **errada**. A LP é concedida na fase preliminar do planejamento do empreendimento ou atividade, não durante a execução.

A **alternativa E** está **errada**. Na verdade, é a LI que autoriza a instalação do empreendimento ou atividade.

6. (UNESC/PGM-CRICIÚMA-SC – 2021) Sobre o licenciamento ambiental, a Resolução nº 237/97 do CONAMA determina que:

- a) O órgão ambiental competente pode revisar o licenciamento mediante decisão motivada, modificando os condicionantes e as medidas de controle e adequação, podendo ainda suspender ou cancelar uma licença expedida.
- b) A Licença Prévia autoriza a instalação da atividade, ou empreendimento, em concordância com as especificações constantes nos planos, programas, e projetos aprovado, devendo ter como prazo mínimo o cronograma de instalação do empreendimento, ou atividade.
- c) No momento da renovação, a Licença de Operação (LO) apenas pode ser prorrogada por prazo e validade inferior ao previamente concedido.



d) A implementação de regras mais restritivas em momento posterior à concessão da licença, obriga o licenciado a realizar a adequação aos novos padrões estabelecidos, cabendo indenização caso a atividade seja suspensa.

e) A licença é ato pelo qual o órgão administrativo estabelece restrições e medidas de controle ambiental que deverão ser obedecidas pelo empreendedor, pessoa física ou jurídica, constituindo direito adquirido após sua concessão.

Comentários

A **alternativa A** está **correta** e é nosso gabarito. Inteligência do art. 19, que assevera que o órgão ambiental competente, mediante decisão motivada, poderá modificar os condicionantes e as medidas de controle e adequação, suspender ou cancelar uma licença expedida, quando ocorrer:

I - violação ou inadequação de quaisquer condicionantes ou normas legais;

II - omissão ou falsa descrição de informações relevantes que subsidiaram a expedição da licença;

III - superveniência de graves riscos ambientais e de saúde.

A **alternativa B** está **errada**. A banca trouxe características da LI - Licença de Instalação.

A **alternativa C** está **errada**. Na renovação da Licença de Operação (LO) de uma atividade ou empreendimento, o órgão ambiental competente poderá, mediante decisão motivada, **aumentar ou diminuir** o seu prazo de validade.

A **alternativa D** está **errada**. Não há a previsão desse direito à indenização.

A **alternativa E** está **errada**. Não há direito adquirido! Inclusive, o órgão ambiental pode suspender ou cancelar a licença concedida.

7. (CEBRASPE/MPE-SC – 2021) Uma empresa pretende instalar, em determinado município, uma indústria que trabalhará com extração de cerâmica e produção de telhas. Para tanto, ela solicitou o licenciamento ambiental ao órgão de meio ambiente do estado.

A respeito da situação hipotética apresentada e dos aspectos legais a ela relacionados, julgue o item a seguir.

O órgão estadual de meio ambiente deverá expedir licença de instalação caso conclua pela viabilidade ambiental do empreendimento.

Comentários

A licença que atesta a viabilidade ambiental do empreendimento é a prévia, não a de instalação!

Logo, a questão está **errada**.



8. (FUNDEP/PREFEITURA DE BARRA DOS COCAIS-MG – 2020) No contexto do licenciamento ambiental, sabe-se que o órgão ambiental competente deve estabelecer as condições legais a serem obedecidas pelo proprietário quando este quer abrir um estabelecimento. Para cada fase no processo de abertura do empreendimento existe uma licença específica.

Qual é o tipo de licença que permite a realização da atividade e empreendimento, após o cumprimento de etapas anteriores, com medidas de controle ambiental e condicionantes determinados para a execução?

- a) Licença prévia.
- b) Licença de instalação.
- c) Licença de operação.
- d) Licença de manutenção.

Comentários

Conforme definição do art. 8º da Res. Conama nº 237/97, é a Licença de Operação (LO) que autoriza a operação da atividade ou empreendimento, após a verificação do efetivo cumprimento do que consta das licenças anteriores, com as medidas de controle ambiental e condicionantes determinados para a operação.

Portanto, a **alternativa C** está correta e é nosso gabarito.

9. (COSEAC/UFF – 2019) Em relação ao licenciamento ambiental são feitas as afirmativas abaixo.
- I - É um instrumento que encontra amparo nas leis nº 6.938/81 e na Resolução CONAMA nº 237/1997.
 - II - Todos os entes federativos têm o poder e o dever de, através de seus órgãos ambientais, analisar e decidir sobre a concessão do licenciamento ambiental ou não.
 - III - Via de regra, são os órgãos ambientais estaduais que realizam o licenciamento ambiental.
 - IV - A licença ambiental possui três fases: preparatória, prévia e de operação.
 - V - A renovação da licença de operação deverá ser feita com antecedência mínima de 100 dias da expiração de seu prazo de validade.

Das afirmativas acima, estão corretas apenas:

- a) I, II e V.
- b) I, III e V.
- c) I, II e III.
- d) II, IV e V.
- e) III, IV e V.

Comentários

Analisemos cada assertiva.



A **assertiva I** está **correta**, pois a Lei nº 6.935/81 define o licenciamento ambiental como um dos instrumentos da Política Nacional do Meio Ambiente (art. 9º). A Resolução Conama nº 237/97, por sua vez, regulamenta os aspectos de licenciamento ambiental estabelecidos na PNMA.

A **assertiva II** está **correta**. Ainda que o licenciamento ambiental seja, em regra, conduzido pelo órgão estadual, em certas situações a competência poderá ser exercida pelo IBAMA, em âmbito federal, ou mesmo pelo órgão municipal, caso a área de influência do empreendimento seja local, em conformidade com a LC nº 140/11.

A **assertiva III** está **correta**, vide justificativa anterior. Com efeito, a Lei nº 6.938/81 prevê o licenciamento ambiental como uma competência estadual (art. 8º, I).

A **assertiva IV** está **errada**, porquanto a Res. Conama nº 237/97 estabelece três tipos de licença: Licença Prévia, Licença de Instalação e Licença de Operação.

A **assertiva V** está **errada**, porque a Res. Conama nº 237/97 prevê que a antecedência mínima para a renovação da LO é de 120 dias da expiração de seu prazo de validade (art. 18, § 4º).

Desse modo, apenas as assertivas **I, II e III** estão corretas, sendo a **alternativa C** o nosso gabarito.

10. (OBJETIVA/PREFEITURA DE CHAPECÓ - 2019) Com base na Resolução CONAMA nº 237/1997, assinalar a alternativa que preenche as lacunas abaixo CORRETAMENTE:

O prazo de validade da Licença de Operação (LO) deverá considerar os planos de controle ambiental e será de, no mínimo, ____ anos e de, no máximo, ____ anos.

- a) 6; 10
- b) 4; 10
- c) 6; 12
- d) 4; 8

Comentários

A questão cobra conhecimento sobre as licenças ambientais, especialmente sobre a Licença de Operação e os prazos mínimos e máximos de validade da mesma, trazidos pelo art. 18 da Resolução Conama nº 237/97. Vamos rememorar os prazos envolvidos em cada licença.

A **licença prévia** possui prazo de validade máximo de **5 anos**.

A **licença de instalação** possui prazo de validade máximo de **6 anos**.

A **licença de operação**, por sua vez, possui dois prazos de validade expressamente mencionados pela Res. Conama nº 237/97: o **mínimo**, de **4 anos** e o **máximo**, de **10 anos**.

Portanto, o nosso gabarito, isto é, a opção que traz os valores que corretamente completam as lacunas é a **alternativa B**.



11. (OBJETIVA/PREFEITURA DE CHAPECÓ - 2019) Em relação à licença prévia, marcar C para as afirmativas Certas, E para as Erradas e, após, assinalar a alternativa que apresenta a sequência CORRETA:

() É ela que atestará a viabilidade ambiental do empreendimento, aprovará sua localização e concepção e definirá as medidas mitigadoras e compensatórias dos impactos negativos do projeto.

() Deve ser solicitada na fase final do planejamento da atividade.

- a) C - C.
- b) E - C.
- c) C - E.
- d) E - E.

Comentários

Questão que exige conhecimentos acerca das licenças ambientais, notadamente da licença prévia, cuja definição é trazida pelo art. 19 do Decreto nº 99.274/90 e pelo art. 8º da Resolução Conama nº 237/97.

Você deve se recordar que a licença prévia é aquela relativa à fase preliminar do planejamento de atividade, contendo requisitos básicos a serem atendidos nas fases de localização, instalação e operação, observados os planos municipais, estaduais ou federais de uso do solo.

Desse modo, a **primeira assertiva** da questão está **correta**, uma vez que é a licença prévia que atesta a viabilidade ambiental do empreendimento, aprovando sua localização e concepção e definindo as medidas mitigadoras e compensatórias dos impactos negativos do projeto.

Em contrapartida, a **segunda assertiva** está **errada**, uma vez que a LP é solicitada na fase preliminar do projeto e não na fase final.

Portanto, o nosso gabarito é a **alternativa C**.

12. (OBJETIVA/PREFEITURA DE CHAPECÓ - 2019) O prazo de validade da licença de instalação será, no mínimo, igual ao estabelecido pelo cronograma de instalação do empreendimento ou da atividade, não podendo ser superior a:

- a) Um ano.
- b) Quatro anos.
- c) Cinco anos.
- d) Seis anos.

Comentários

Mais uma questão que cobra entendimento acerca dos prazos das licenças ambientais, especificamente da licença de instalação.



Vamos lembrar que a licença de instalação é aquela que autoriza o início da implantação do empreendimento, de acordo com as especificações constantes do projeto executivo aprovado (Dec. nº 99.274/90, art. 19, II). Além disso, o prazo de validade da LI deve ser, no mínimo, o estabelecido pelo cronograma de instalação do empreendimento ou atividade, não podendo ser superior a **6 anos** (Res. Conama nº 237/97, art. 18,II).

Portanto, o nosso gabarito é a **alternativa D**, estando as demais incorretas.

13. (OBJETIVA/PREFEITURA DE CHAPECÓ - 2019) A licença de operação possui três características básicas:

I. É concedida antes da verificação, pelo órgão ambiental, do efetivo cumprimento das condicionantes estabelecidas nas licenças anteriores (prévia e de instalação).

II. Contém as medidas de controle ambiental (padrões ambientais) que servirão de limite para o funcionamento do empreendimento ou da atividade.

III. Especifica as condicionantes determinadas para a operação do empreendimento, cujo cumprimento é obrigatório, sob pena de suspensão ou cancelamento da operação.

Estão CORRETOS:

- a) Somente os itens I e II.
- b) Somente os itens I e III.
- c) Somente os itens II e III.
- d) Todos os itens.

Comentários

O **item I** está errado, porque a licença de operação só pode ser concedida após a verificação, pelo órgão ambiental, do efetivo cumprimento das condicionantes estabelecidas nas licenças anteriores (prévia e de instalação).

O **item II** está correto. Assim como as demais licenças, a LO deve conter as medidas de controle ambiental que servirão de limite para o funcionamento do empreendimento ou da atividade (Res. Conama nº 237/97, art. 8º, III).

O **item III** está correto, uma vez que a LO de fato especifica as condicionantes determinadas para a operação do empreendimento, cujo cumprimento é obrigatório. Assim, o órgão ambiental pode modificar os condicionantes e as medidas de controle e adequação, suspender ou cancelar uma licença expedida, quando ocorrer (Res. Conama nº 237/97, art. 19):

I - violação ou inadequação de quaisquer condicionantes ou normas legais;

II - omissão ou falsa descrição de informações relevantes que subsidiaram a expedição da licença;

III - superveniência de graves riscos ambientais e de saúde.



Logo, apenas os itens II e III estão corretos, sendo a **alternativa C** o nosso gabarito.

14. (CRESCER/PREFEITURA DE JIJOCA DE JERICOACOARA-CE - 2019) Na renovação da licença de operação, é facultado ao órgão ambiental, mediante justificativa, aumentar ou reduzir seu prazo de validade, mantendo os limites mínimo e máximo de:

- a) Quatro e dez anos.
- b) Três e oito anos.
- c) Cinco de dez anos.
- d) Quatro e oito anos.

Comentários

Outra questão sobre as licenças ambientais e seus respectivos prazos de validade. Perceba, pois, a importância desse assunto, que é muito cobrado em provas, a despeito de sua pouca complexidade.

Lembre-se que a licença de operação possui a função de autorizar a operação da atividade ou empreendimento, após a verificação do efetivo cumprimento do que consta das licenças anteriores, com as medidas de controle ambiental e condicionantes determinados para a operação (Res. Conama nº 237/97, art. 8º, III).

Ademais, o prazo de validade da LO deve considerar os planos de controle ambiental e deve ser de, no mínimo, **4 anos** e, no máximo, **10 anos**, conforme o art. 18, III, da Res. Conama nº 237/97, art. 8º, III.

Desse modo, a única alternativa que traz corretamente tais prazos é a **alternativa A**, nosso gabarito.

15. (CRESCER/PREFEITURA DE JIJOCA DE JERICOACOARA-CE - 2019) Assinale a alternativa que **NÃO** apresenta um tipo de licença ambiental.

- a) Licença de operação.
- b) Licença de instalação.
- c) Licença prévia.
- d) Licença de recuperação.

Comentários

A **alternativa A** está correta, porque a licença de operação é uma licença ambiental emitida quando da autorização para o início da atividade licenciada e após a verificação do cumprimento das condicionantes exigidas pelas licenças anteriores (licença prévia e licença de operação).

A **alternativa B** está correta, uma vez que a licença de instalação é uma licença ambiental emitida para autorizar a instalação do empreendimento ou atividade, de acordo com as especificações constantes dos planos, programas e projetos aprovados.



A **alternativa C** está correta, pois a licença prévia é uma licença ambiental emitida quando da fase preliminar do planejamento do empreendimento, aprovando sua localização e concepção, bem como atestando a viabilidade ambiental da atividade.

A **alternativa D** está errada e é o nosso gabarito, em vista da ausência de previsão legal ou infralegal de existência de uma licença de recuperação ambiental. Pode até ser que algum Estado ou Município do Brasil tenha implementado uma licença com esse nome dentro de sua respectiva política ambiental, mas, nesse caso, não se trataria de um caso geral considerado pela legislação federal, conforme é cobrado majoritariamente nas provas de concursos.

16. (UESPI/PREFEITURA DE TIMON - MA - 2019) O órgão ambiental competente expedirá, conforme o caso, a licença ambiental que é caracterizada por fases de implantação dos empreendimentos ou atividades. Marque a alternativa CORRETA.

a) Licença Prévia (LP) é dada na fase preliminar do planejamento do empreendimento ou atividade, sendo dispensada nesta etapa a certidão da Prefeitura Municipal, declarando que o local e o tipo de empreendimento ou atividade estão em conformidade com a legislação aplicável ao uso e ocupação do solo.

b) Licença de Instalação (LI) não autoriza o início da implantação do empreendimento ou atividade, demandando, obrigatoriamente, a elaboração de um EIA/RIMA.

c) Licença de Operação (LO) autoriza, após as verificações necessárias, o início das obras de construção do empreendimento ou instalação atividades.

d) Licença de Instalação (LI) autoriza a instalação do empreendimento ou atividade de acordo com as especificações constantes dos planos, programas e projetos aprovados, incluindo as medidas de controle ambiental, e demais condicionantes.

e) Licença de Operação (LO) só autoriza o início do empreendimento ou atividades durante o prazo necessário de análise do EIA/RIMA.

Comentários

A **alternativa A** está errada, pois a certidão da prefeitura municipal é um requisito essencial dentro do processo de licenciamento ambiental, conforme o art. 10, § 1º, da Res. Conama nº 237/97.

A **alternativa B** está errada, porque o EIA/RIMA somente é requerido quando a atividade ou o empreendimento tiver potencial de causar impactos ambientais significativos. Ou seja, a LI pode ser emitida independentemente da elaboração ou não de um EIA/RIMA.

A **alternativa C** está errada, uma vez que a licença de operação autoriza a operação da atividade ou empreendimento, após a verificação do efetivo cumprimento do que consta das licenças anteriores, com as medidas de controle ambiental e condicionantes determinados para a operação (Res. Conama nº 237/97, art. 8º, III). A instalação das atividades é autorizada pela licença de instalação operação (Res. Conama nº 237/97, art. 8º, II).

A **alternativa D** está correta é o nosso gabarito, pois, de fato, a licença de instalação autoriza a instalação do empreendimento ou atividade de acordo com as especificações constantes dos planos, programas e projetos aprovados, incluindo as medidas de controle ambiental, e demais condicionantes (Res. Conama nº 237/97, art. 8º, II).



A **alternativa E** está errada, haja vista não haver a previsão legal para que a licença de operação só autorize o início do empreendimento ou atividades durante o prazo necessário de análise do EIA/RIMA.

17. (FCC/PREFEITURA DE MACAPÁ – 2018) O licenciamento ambiental de atividades ou empreendimentos é regido por uma série de critérios técnicos, avaliação de projetos e caracterização das atividades. Uma das legislações que tratam e definem critérios sobre o assunto é a Resolução CONAMA nº 237/1997. Considere as definições abaixo sobre o assunto.

I. Licença Prévia (LP) – concedida na fase preliminar do planejamento do empreendimento ou atividade aprovando sua localização e concepção, atestando a viabilidade ambiental e estabelecendo os requisitos básicos e condicionantes a serem atendidos nas próximas fases de sua implementação.

II. Licença de Instalação (LI) – autoriza a instalação do empreendimento ou atividade de acordo com as especificações constantes dos planos, programas e projetos aprovados, incluindo as medidas de controle ambiental e demais condicionantes, da qual constituem motivo determinante.

III. Licença de Operação (LO) – autoriza a operação da atividade ou empreendimento, após a verificação do efetivo cumprimento do que consta das licenças anteriores, com as medidas de controle ambiental e condicionantes determinados para a operação.

Está correto o que se afirma em

- a) III, apenas.
- b) I e III, apenas.
- c) II e III, apenas.
- d) I e II, apenas.
- e) I, II e III.

Comentários

É muito importante que você, **Estrategista**, saiba diferenciar cada uma das licenças ambientais. Nesse sentido, perceba que todas as três definições apresentadas pela questão se correspondem corretamente às definidas pela Resolução Conama nº 237/97, art. 8º:

Art. 8º O Poder Público, no exercício de sua competência de controle, expedirá as seguintes licenças:

I - Licença Prévia (LP) - concedida na fase preliminar do planejamento do empreendimento ou atividade aprovando sua localização e concepção, atestando a viabilidade ambiental e estabelecendo os requisitos básicos e condicionantes a serem atendidos nas próximas fases de sua implementação;

II - Licença de Instalação (LI) - autoriza a instalação do empreendimento ou atividade de acordo com as especificações constantes dos planos, programas e projetos aprovados,



incluindo as medidas de controle ambiental e demais condicionantes, da qual constituem motivo determinante;

III - Licença de Operação (LO) - autoriza a operação da atividade ou empreendimento, após a verificação do efetivo cumprimento do que consta das licenças anteriores, com as medidas de controle ambiental e condicionantes determinados para a operação.

Portanto, os itens I, II e III estão **corretos**, sendo a **alternativa E** o nosso gabarito.

18. (VUNESP/TJ-RS – 2018) Quanto ao licenciamento ambiental, assinale a alternativa correta.

- a) O prazo de validade da Licença Prévia (LP) não pode ser superior a 3 (três) anos.
- b) A renovação da Licença de Operação (LO) de uma atividade ou empreendimento deverá ser requerida com antecedência mínima de 120 (cento e vinte) dias da expiração de seu prazo de validade, fixado na respectiva licença.
- c) Considera-se Impacto Ambiental Regional todo e qualquer impacto ambiental que afete diretamente (a área de influência direta do projeto), no todo ou em parte, o território de dois ou mais Municípios.
- d) O arquivamento do processo de licenciamento não impedirá a apresentação de novo requerimento de licença, ficando isento de novo pagamento de custo de análise.
- e) O prazo de validade da Licença de Instalação (LI) deverá ser o estabelecido pelo cronograma de instalação do empreendimento ou atividade, não podendo ser superior a 5 (cinco) anos.

Comentários

Todas as alternativas podem ser respondidas com base na Resolução Conama nº 237/97, segundo a qual:

A **alternativa A** está errada, pois o prazo de validade da Licença Prévia não pode ser superior a 5 anos (art. 18, I).

A **alternativa B** está correta, conforme o que determina o art. 18, § 4º.

A **alternativa C** está errada, uma vez que impacto ambiental regional é todo e qualquer impacto ambiental que afete diretamente (área de influência direta do projeto), no todo ou em parte, o território de dois ou mais Estados (art. 1º, IV).

A **alternativa D** está errada, dado que o arquivamento do processo de licenciamento não impede a apresentação de novo requerimento de licença, mediante novo pagamento de custo de análise (art. 17).

A **alternativa E** está errada, porquanto o art. 18, II, dispõe que o prazo de validade da Licença de Instalação (LI) deve ser, no mínimo, o estabelecido pelo cronograma de instalação do empreendimento ou atividade, não podendo ser superior a 6 anos.



19. (ACEP/PREFEITURA DE ARACATI-CE - 2018) Em relação ao licenciamento ambiental, assinale a alternativa correta.

a) A Licença Prévia (LP) é a etapa de planejamento da atividade, em que se autoriza a instalação após averiguar o funcionamento dos equipamentos e já se estabelece o controle de poluição ou degradação ambiental.

b) A Licença de Operação (LO) autoriza o início das obras de implantação, conforme as especificações constantes no projeto executivo aprovado e os planos de mitigação da degradação ambiental.

c) A Licença Prévia (LP) é a etapa do planejamento da atividade, contendo requisitos básicos a serem atendidos nas fases de localização, instalação e operação, observados os planos municipais, estaduais ou federais de uso do solo.

d) A Licença de Operação (LO) autoriza o início das obras de implantação, após as verificações necessárias, o início da atividade licenciada e o funcionamento dos equipamentos de controle de poluição, de acordo com o previsto nas Licenças Prévia e de Instalação.

Comentários

A **alternativa A** está errada, pois a Licença Prévia é aquela concedida na fase preliminar do planejamento de atividade, contendo requisitos básicos a serem atendidos nas fases de localização, instalação e operação, observados os planos municipais, estaduais ou federais de uso do solo. Ela não autoriza a instalação do empreendimento como menciona a alternativa.

A **alternativa B** está errada, porque é a Licença de Instalação (e não a de operação) que autoriza o início da implantação, conforme as especificações constantes no projeto executivo aprovado.

A **alternativa C** está correta e é o nosso gabarito, porque está em pleno acordo com as definições de licença prévia da Res. Conama nº 237/97, art. 8º, I, e do Decreto nº 99.274/90, art. 19, I.

A **alternativa D** está errada, porque menciona que a LO é aquela que autoriza o início das obras de implantação, sendo que, na verdade, ela autoriza a operação da atividade ou empreendimento

20. (CETREDE/PREFEITURA DE CANINDÉ-PE - 2018) Sobre o processo de licenciamento ambiental, analise as afirmativas a seguir.

I. Na esfera federal, o CONAMA é o responsável pelo licenciamento de atividades desenvolvidas em mais de um Estado.

II. O órgão ambiental estabelece os prazos e os especifica na licença, de acordo com os parâmetros estabelecidos na Resolução CONAMA 237/97.

III. O processo de licenciamento ambiental é constituído de três tipos de licenças: preliminar, de instalação e de operação.

IV. A licença de operação deverá ser requerida quando o empreendimento, ou sua ampliação está instalado e pronto para operar (licenciamento preventivo) ou para regularizar a situação de atividades em operação (licenciamento corretivo).

Marque a opção que apresenta as afirmativas CORRETAS.



- a) I – II – III – IV.
- b) I – III – IV.
- c) II – III – IV.
- d) I – III.
- e) II – IV.

Comentários

Analisemos a veracidade de cada item:

O **item I** está errado, pois é o IBAMA que possui competência executiva para promover o licenciamento ambiental a nível federal, o qual é exigido para atividades desenvolvidas em dois ou mais Estados (Lei Complementar nº 140/11, art. 7º, XIV, "e"). Ainda que você não tenha estudado o assunto, fixe: o Conselho Nacional do Meio Ambiente (CONAMA) é o órgão consultivo e deliberativo do Sistema Nacional do Meio Ambiente (SISNAMA) e não possui funções executoras.

O **item II** está correto, porque o art. 14 da Resolução Conama nº 237/97 prevê que o órgão ambiental competente possa estabelecer prazos de análise para cada modalidade de licença em função das peculiaridades da atividade ou empreendimento, bem como para a formulação de exigências complementares.

O **item III** está errado, pois a primeira licença é chamada prévia e não preliminar. Na minha opinião, sobrou um pouco de preciosismo da banca neste item, uma vez que "preliminar" pode ser considerado sinônimo de "prévia". De qualquer maneira, tenha em mente que, em geral, as bancas consideram os nomes expressamente trazidos pelos dispositivos legais ou normativos, isto é, a sua literalidade.

O **item IV** está correto. Ainda que atribuir ao licenciamento a condição de preventivo ou corretivo não seja uma previsão expressamente trazida pela legislação, nós estudamos que a licença de operação pode ser requerida para o início da operação do estabelecimento ou então pode ser renovada para que a atividade continue a operar.

Desse modo, apenas os itens II e IV estão corretos, sendo a **alternativa E** o nosso gabarito

21. (INSTITUTO MACHADO DE ASSIS/PREFEITURA DE CAXIAS-MA - 2018) Licenciamento ambiental é o procedimento administrativo destinado a licenciar atividades ou empreendimentos utilizadores de recursos ambientais, efetiva ou potencialmente poluidores ou capazes, sob qualquer forma, de causar degradação ambiental. Nas afirmações a seguir assinale aquela que não é verdadeira:

a) A renovação da Licença de Operação deve ser requerida com antecedência mínima de 120 (cento e vinte) dias da expiração de seu prazo de validade, ficando automaticamente prorrogada até a manifestação final do IBAMA.

b) O IBAMA poderá estabelecer prazos de validade específicos para a Licença de Operação de empreendimentos ou atividades que, por sua natureza e peculiaridades, estejam sujeitos a encerramento ou modificação em prazos inferiores.



c) Os empreendimentos em não conformidade com o licenciamento ambiental estarão enquadrados nos termos da Lei, que prevê pena de detenção de um a seis meses e multa ou ambas as penas cumulativamente.

d) Quanto aos prazos de validade de cada modalidade de licença, eles são especificados no respectivo documento, levando em consideração que o prazo de validade da Licença de Operação deverá ser, no mínimo, o do cronograma de instalação do empreendimento ou atividade, não podendo ser superior a 6 (seis) anos.

Comentários

A **alternativa A** está correta, consoante expressamente previsto pela Resolução Conama nº 237/97, art. 18, § 4º.

A **alternativa B** está correta, pois a Res. Conama nº 237/97 prevê que o órgão ambiental competente pode estabelecer prazos de análise diferenciados para cada modalidade de licença (LP, LI e LO), em função das peculiaridades da atividade ou empreendimento, bem como para a formulação de exigências complementares.

A **alternativa C** está correta, conforme art. 6º da Lei de Crimes Ambientais (Lei nº 9.605/98):

Art. 6º. Construir, reformar, ampliar, instalar ou fazer funcionar, em qualquer parte do território nacional, estabelecimentos, obras ou serviços potencialmente poluidores, sem licença ou autorização dos órgãos ambientais competentes, ou contrariando as normas legais e regulamentares pertinentes:

Pena - detenção, de **um a seis meses**, ou **multa**, ou ambas as penas cumulativamente.

A **alternativa D** está errada e é o nosso gabarito. O prazo de validade da LO deve considerar os planos de controle ambiental, sendo de, no mínimo, 4 anos e, no máximo, 10 anos, conforme o art. 18 da Res. Conama nº 237/97.

22. (IBFC/POLÍTICA CIENTÍFICA-PR – 2017) Para cada etapa do processo de licenciamento ambiental, é necessária a licença adequada: no planejamento de um empreendimento ou de uma atividade, a licença prévia (LP); na construção da obra, a licença de instalação (LI) e, na operação ou funcionamento, a licença de operação (LO). Assinale a alternativa correta.

a) A LO autoriza a instalação do empreendimento ou atividade, com a concomitante aprovação dos detalhamentos e cronogramas de implementação dos planos e programas de controle ambiental.

b) A LI autoriza o interessado a iniciar a operação do empreendimento. Tem por finalidade aprovar a forma proposta de convívio do empreendimento com o meio ambiente, durante um tempo finito, equivalente aos seus primeiros anos de operação.

c) LP é concedida na fase preliminar do planejamento do empreendimento ou atividade aprovando sua localização e concepção, atestando a viabilidade ambiental e estabelecendo requisitos básicos para próximas fases.

d) A LO não possui validade, uma vez que os empreendimentos que a obtêm se comprometem a manter os programas de controle ambiental e realizar, periodicamente, a avaliação de seus resultados.



e) O prazo de validade da LO será, no mínimo, igual ao estabelecido pelo cronograma de instalação do empreendimento ou atividade, não podendo ser superior a seis anos, de acordo com o artigo 18, inciso II, da Resolução Conama nº 237, de 1997.

Comentários

A **alternativa A** está errada. A LO autoriza a operação da atividade ou empreendimento após a verificação do efetivo cumprimento do que consta das licenças anteriores, com as medidas de controle ambiental e condicionantes determinados para a operação.

A **alternativa B** está errada, pois a licença que autoriza o início da operação do empreendimento é a Licença de Operação. A LI autoriza a instalação do empreendimento ou atividade de acordo com as especificações constantes dos planos, programas e projetos aprovados, incluindo as medidas de controle ambiental e demais condicionantes.

A **alternativa C** está correta, conforme justificativa da alternativa anterior.

A **alternativa D** está errada, haja vista todas as licenças terem prazos de validade. No caso da LO, este prazo é de, no mínimo, 4 anos e de, no máximo, 10 anos.

A **alternativa E**, por fim, está errada, pois é o prazo de validade da Licença de Instalação que deverá ser, no mínimo, o estabelecido pelo cronograma de instalação do empreendimento ou atividade, não podendo ser superior a 6 anos.

23. (FGV/CODEBA - 2016) No processo de licenciamento ambiental é concedida, na fase preliminar do planejamento do empreendimento, uma licença aprovando sua localização e concepção, estabelecendo os requisitos básicos e condicionantes a serem atendidos nas próximas fases de sua implementação.

Essa licença é denominada

- a) licença primária.
- b) licença de operação.
- c) licença de viabilidade.
- d) licença prévia.
- e) licença de instalação.

Comentários

É a Licença Prévia (LP) que é concedida na fase preliminar do planejamento do empreendimento ou atividade, aprovando sua localização e concepção, atestando a viabilidade ambiental e estabelecendo os requisitos básicos e condicionantes a serem atendidos nas próximas fases de sua implementação.

Assim, a **alternativa D** está correta e é nosso gabarito.



Já a Licença de Instalação (LI) autoriza o início da instalação do empreendimento ou atividade de acordo com as especificações constantes dos planos, programas e projetos executivos aprovados, incluindo as medidas de controle ambiental e demais condicionantes, da qual constituem motivo determinante.

Por fim, a Licença de Operação (LO) autoriza a operação da atividade, obra ou empreendimento, após a verificação do efetivo cumprimento das exigências das licenças anteriores (LP e LI), bem como do adequado funcionamento das medidas de controle ambiental, equipamentos de controle de poluição e demais condicionantes determinados para a operação.

24. (FGV/PREFEITURA DE FLORIANÓPOLIS-SC - 2014) Em relação aos tipos de licenças ambientais, a Resolução CONAMA nº 237 define a licença concedida na fase preliminar do planejamento do empreendimento ou atividade, aprovando sua localização e concepção, atestando a viabilidade ambiental e estabelecendo os requisitos básicos e condicionantes a serem atendidos nas próximas fases de sua implementação, como licença:

- a) de instalação;
- b) de localização;
- c) de operação;
- d) prévia;
- e) básica.

Comentários

É a Licença Prévia (LP) que é concedida na fase preliminar do planejamento do empreendimento ou atividade, aprovando sua localização e concepção, atestando a viabilidade ambiental e estabelecendo os requisitos básicos e condicionantes a serem atendidos nas próximas fases de sua implementação.

Assim, a **alternativa D** está **correta** e é nosso gabarito.

Já a Licença de Instalação (LI) autoriza o início da instalação do empreendimento ou atividade de acordo com as especificações constantes dos planos, programas e projetos executivos aprovados, incluindo as medidas de controle ambiental e demais condicionantes, da qual constituem motivo determinante.

Por fim, a Licença de Operação (LO) autoriza a operação da atividade, obra ou empreendimento, após a verificação do efetivo cumprimento das exigências das licenças anteriores (LP e LI), bem como do adequado funcionamento das medidas de controle ambiental, equipamentos de controle de poluição e demais condicionantes determinados para a operação.



QUESTÕES COMENTADAS – ESTUDO DE IMPACTO AMBIENTAL E RELATÓRIO DE IMPACTO SOBRE MEIO AMBIENTE (EIA-RIMA) - MULTIBANCAS



1. (CEBRASPE/PETROBRÁS – 2022) Acerca de licenciamento ambiental, julgue o item a seguir.

O estudo de impacto ambiental deve conter, necessariamente, o diagnóstico ambiental da área de influência do projeto, a análise dos impactos ambientais e a definição das medidas mitigadoras dos impactos negativos ao meio ambiente.

Comentários

O art. 6º da resolução CONAMA 001/86 determina que o EIA deve desenvolver, no mínimo, as seguintes atividades técnicas:

I - Diagnóstico ambiental da área de influência do projeto completa descrição e análise dos recursos ambientais e suas interações, tal como existem, de modo a caracterizar a situação ambiental da área, antes da implantação do projeto,

II - Análise dos impactos ambientais do projeto e de suas alternativas, através de identificação, previsão da magnitude e interpretação da importância dos prováveis impactos relevantes, discriminando: os impactos positivos e negativos (benéficos e adversos), diretos e indiretos, imediatos e a médio e longo prazos, temporários e permanentes; seu grau de reversibilidade; suas propriedades cumulativas e sinérgicas; a distribuição dos ônus e benefícios sociais.

III - Definição das medidas mitigadoras dos impactos negativos, entre elas os equipamentos de controle e sistemas de tratamento de despejos, avaliando a eficiência de cada uma delas.

IV - Elaboração do programa de acompanhamento e monitoramento dos impactos positivos e negativos, indicando os fatores e parâmetros a serem considerados.

Logo, a questão está correta.

2. (CEBRASPE/IBAMA – 2022) Acerca de licenciamento ambiental, julgue o item subsequente.

Para fins de elaboração do EIA-RIMA, o meio físico envolve o subsolo, as águas, o ar e o clima.

Comentários



Segundo o art. 6º da Res. Conama nº 001/1986, o estudo de impacto ambiental deve sim abranger o meio físico, isto é, o subsolo, as águas, o ar e o clima, destacando os recursos minerais, a topografia, os tipos e aptidões do solo, os corpos d'água, o regime hidrológico, as correntes marinhas, as correntes atmosféricas;

Portanto, a questão está **correta**.

3. (CEBRASPE/MPE-SC – 2021) Uma empresa pretende instalar, em determinado município, uma indústria que trabalhará com extração de cerâmica e produção de telhas. Para tanto, ela solicitou o licenciamento ambiental ao órgão de meio ambiente do estado.

A respeito da situação hipotética apresentada e dos aspectos legais a ela relacionados, julgue o item a seguir.

Antes da expedição da licença, o órgão estadual de meio ambiente deverá desenvolver o estudo prévio de impacto ambiental (EIA) e emitir o respectivo relatório de impacto ambiental (RIMA), para evitar, mitigar e compensar os impactos ambientais do empreendimento.

Comentários

Não é o órgão ambiental que desenvolve o EIA, mas sim o proponente do projeto (empreendedor).

Desse modo, a questão está **errada**.

4. (FUNDATEC/PREFEITURA DE CANDELÁRIA-RS – 2021) Dependerá de elaboração de Estudo de Impacto Ambiental e respectivo Relatório de Impacto Ambiental – RIMA o licenciamento de atividades modificadoras do meio ambiente, EXCETO:

- a) Obras hidráulicas para exploração de recursos hídricos, como barragem para fins hidrelétricos com capacidade superior a 10MW.
- b) Usinas de geração de eletricidade, qualquer que seja a fonte de energia primária, acima de 10MW.
- c) Exploração econômica de madeira ou de lenha, em áreas acima de 100 hectares ou menores, quando atingir áreas significativas em termos percentuais ou de importância do ponto de vista ambiental.
- d) Projetos urbanísticos, acima de 100 ha ou em áreas consideradas de relevante interesse ambiental.
- e) Projetos agropecuários que contemplem áreas acima de 1.000 ha ou menores, neste caso, quando se tratar de áreas significativas em termos percentuais ou de importância do ponto de vista ambiental, exceto nas áreas de proteção ambiental.

Comentários

A única alternativa que está incondizente com o art. 2º da Res. Conama nº 1/86 é a **alternativa E** (nosso gabarito).

Isso porque, segundo o inciso XVII do referido dispositivo, o EIA/RIMA é exigido para projetos Agropecuários que contemplem áreas acima de 1.000 ha. ou menores, neste caso, quando se tratar de áreas significativas em termos percentuais ou de importância do ponto de vista ambiental, **inclusive nas áreas de proteção ambiental**.



5. (INSTITUTO AOCP/PREFEITURA DE NOVO HAMBURGO-RS – 2020) O licenciamento de atividades modificadoras do meio ambiente, tais como a extração de combustível fóssil e a extração de minério, depende da elaboração

- a) de plano de manejo e estudo ambiental da área.
- b) de estudo de impacto ambiental e plano de manejo de recursos minerais e hídricos.
- c) do plano estratégico de exploração ambiental e relatório de impacto ambiental.
- d) do planejamento da exploração de recursos ambientais e plano de manejo.
- e) do estudo de impacto ambiental e respectivo relatório de impacto ambiental.

Comentários

O art. 2º da Res. Conama nº 1/86 traz alguns exemplos de atividades que devem elaborar EIA/RIMA, entre as quais a extração de combustível fóssil (petróleo, xisto, carvão), nos termos do inciso VIII.

Desse modo, a **alternativa E** está correta e é o nosso gabarito.

6. (CEBRASPE/MPE-PI – 2019) O estudo prévio de impacto ambiental

- a) é previsto expressamente na Constituição Federal de 1988.
- b) é exigível em todos os procedimentos de licenciamento ambiental.
- c) deve ser apresentado somente depois de concedida a licença de instalação.
- d) deve ser dispensado sempre que ocorrer uma audiência pública sobre o empreendimento.
- e) é exclusivo e dispensa o relatório de impacto ao meio ambiente.

Comentários

A **alternativa A** está correta e é o nosso gabarito. Lembre-se que o art. 225, § 1º, IV da nossa Carta Magna afirma que, para assegurar a efetividade do direito ao meio ambiente, incumbe ao Poder Público exigir, na forma da lei, para instalação de obra ou atividade potencialmente causadora de significativa degradação do meio ambiente, estudo prévio de impacto ambiental, a que se dará publicidade.

A **alternativa B** está errada, pois peca ao afirmar que o estudo prévio de impacto ambiental é exigível para todos de licenciamento ambiental. Estudamos que ele é requerido quando o impacto ambiental for significativo, podendo ser exigidos outros tipos de estudos mais simplificados em outros casos.

A **alternativa C** está errada, porque afirma que o estudo prévio de impacto ambiental deve ser apresentado após a concessão da LI. Tal estudo deve ser realizado previamente às emissões das licenças ambientais.

A **alternativa D** está errada, porquanto considera a audiência pública uma justificativa para a dispensa do estudo prévio de impacto ambiental. Na verdade, a audiência pública é apenas uma das etapas exigidas nos processos de licenciamento ambiental (Res. Conama nº 237/97, art. 10).



A **alternativa E**, por fim, também está errada, haja vista que o estudo prévio de impacto ambiental (também conhecido por EIA) pode ser complementado por outros estudos ambientais e sempre deve vir acompanhado pelo Relatório de Impacto ao Meio Ambiente (RIMA).

7. (OBJETIVA/PREFEITURA DE CHAPECÓ - 2019) Sobre o RIMA, analisar os itens abaixo:

I. É um resumo do estudo de impacto ambiental.

II. Oferece informações essenciais para que a população tenha conhecimento das vantagens e desvantagens do projeto e as consequências ambientais de sua implementação.

III. É um relatório gerencial.

Estão CORRETOS:

- a) Somente os itens I e II.
- b) Somente os itens I e III.
- c) Somente os itens II e III.
- d) Todos os itens.

Comentários

Questão que deixou muita gente indecisa na hora da prova. Você também ficou com dúvidas? Vamos saná-las, pois!

O **item I** foi considerado errado. Lembre-se que o RIMA deve apresentar as mesmas informações do EIA, mas com uma linguagem mais acessível. Todavia, a Res. Conama nº 1/86 determina que o RIMA deve conter, entre outros itens, a síntese dos resultados dos estudos de diagnóstico ambiental da área de influência do projeto (art. 9º, III). Ademais, o RIMA deve ter uma linguagem objetiva, ou seja, é natural que este documento possua uma extensão mais reduzida do que o EIA.

Por isso, alguma banca pode ter o entendimento de que, de certa forma, o RIMA traga aspectos resumidos do EIA. De qualquer maneira, afirmar pura e simplesmente que o RIMA é um resumo do EIA realmente parece um exagero, pois não é assim que ele é definido pela lei ou pela doutrina.

O **item II** está correto. De fato, o RIMA possui a intenção de dar transparência ao processo de licenciamento ambiental, oferecendo informações públicas para que a população afetada participe do processo e tenha conhecimento de suas particularidades e impactos ambientais/sociais.

O **item III** foi considerado correto, mas também despertou dúvidas. Isso porque nem Res. Conama nº 237/97, nem qualquer outro diploma legal ou infralegal traz expressamente o termo "gerencial" para se referenciar ao RIMA. Este termo é utilizado pela doutrina, que diferencia o EIA do RIMA, atribuindo ao primeiro um caráter técnico e ao segundo um caráter gerencial.

Portanto, apenas os itens II e III estão corretos e a **alternativa C** é o nosso gabarito.



8. (IAUPE/PREFEITURA DE PETROLINA - 2019) Algumas atividades modificadoras do meio ambiente dependem da elaboração do estudo de impacto ambiental – EIA e o respectivo relatório de impacto ambiental – RIMA, a serem submetidos à aprovação do órgão competente. Sobre isso, analise os itens a seguir:

I. Estradas de rodagem com uma ou mais faixas de rolamento

II. Ferrovias

III. Linhas de transmissão de energia elétrica acima de 230KV

IV. Projetos urbanísticos acima de 50ha

V. Qualquer atividade que utilize carvão vegetal em quantidade superior a cinco toneladas por dia

Estão CORRETOS apenas

- a) I e IV.
- b) I e V.
- c) II e III.
- d) IV e V.
- e) I, IV e V.

Comentários

A questão exige conhecimento acerca das atividades que exigem a elaboração do EIA/RIMA e apresenta algumas alternativas extraídas do art. 2º da Res. Conama nº 1/86. Vamos relembrar essa relação:

I - Estradas de rodagem com **duas ou mais faixas** de rolamento;

II - Ferrovias;

III - Portos e terminais de minério, **petróleo** e produtos químicos;

IV – Aeroportos;

V - Oleodutos, gasodutos, minerodutos, troncos coletores e **emissários** de esgotos sanitários;

VI - Linhas de transmissão de energia elétrica, acima de **230KV**;

VII - Obras hidráulicas para exploração de recursos hídricos, tais como: **barragem** para fins hidrelétricos, acima de **10MW**, de saneamento ou de irrigação, abertura de canais para navegação, drenagem e irrigação, retificação de cursos d'água, abertura de barras e embocaduras, transposição de bacias, diques;

VIII - Extração de combustível **fóssil** (petróleo, xisto, carvão);



- IX - **Extração de minério**, inclusive os da classe II, definidas no Código de Mineração;
- X - **Aterros sanitários**, processamento e destino final de resíduos tóxicos ou perigosos;
- XI - **Usinas** de geração de **eletricidade**, qualquer que seja a fonte de energia primária, acima de **10MW**;
- XII - Complexo e **unidades industriais e agroindustriais** (petroquímicos, siderúrgicos, cloroquímicos, destilarias de álcool, hulha, extração e cultivo de recursos hídricos hidróbios);
- XIII - Distritos industriais e zonas estritamente industriais - **ZEI**;
- XIV - Exploração econômica de **madeira** ou de **lenha**, em áreas acima de **100 hectares** ou menores, quando atingir áreas significativas em termos percentuais ou de importância do ponto de vista ambiental;
- XV - **Projetos urbanísticos**, acima de **100 ha** ou em áreas consideradas de relevante interesse ambiental a critério da SEMA e dos órgãos municipais e estaduais competentes estaduais ou municipais¹;
- XVI - Qualquer atividade que utilizar **carvão vegetal**, derivados ou produtos similares, em quantidade superior a dez toneladas por dia;
- XVII - **Projetos Agropecuários** que contemplem áreas acima de **1.000 ha**. ou menores, neste caso, quando se tratar de áreas significativas em termos percentuais ou de importância do ponto de vista ambiental, inclusive nas áreas de proteção ambiental.
- XVIII - Empreendimentos potencialmente lesivos ao **patrimônio espeleológico** nacional.

De acordo com a literalidade da relação acima, temos que:

O **item I** está errado, porque são as estradas de rodagem com duas ou mais faixas de rolamento que ensejam a elaboração do EIA/RIMA (inciso I).

O **item II** está correto, consoante inciso II.

O **item III** está correto, conforme o inciso VI.

O **item IV** está errado, haja vista que são os projetos urbanísticos acima de 100 hectares que ensejam a elaboração de EIA/RIMA (inciso XV).

O **item V** está errado, porquanto são as atividades que utilizem carvão vegetal em quantidade superior a 10 (não 5) toneladas por dia que ensejam a elaboração do EIA/RIMA (inciso XVI).

O problema da questão, no meu entendimento, é que a lista de atividades do art. 2º da Res. Conama nº 1/86 é meramente exemplificativa. Com efeito, o órgão ambiental pode exigir EIA/RIMA para qualquer



atividade que possua o potencial de causar significativo impacto no meio ambiente, ainda que não conste nessa ou noutra lista.

Logo, é possível, por exemplo, que seja exigido EIA/RIMA para a construção de uma estrada de rodagem com apenas uma faixa de rolamento ou então para um projeto urbanístico de 50 hectares, se o órgão ambiental entender que tais empreendimentos têm o potencial de causar significativo impacto no meio ambiente.

O mais correto seria a questão ter mencionado expressamente o rol exemplificativo da Res. Conama nº 1/86, mas, como não o fez, foi preciso considerar a literalidade da referida norma. De acordo com este entendimento, apenas os itens II e III estão corretos, sendo a **alternativa C** o nosso gabarito.

9. (IAUPE/PREFEITURA DE PETROLINA - 2019) No Estudo de Impacto Ambiental – EIA, é preciso desenvolver um mínimo de atividades técnicas. Sobre esse assunto, analise os itens abaixo:

I. Prognóstico ambiental da área de influência do projeto.

II. Diagnóstico ambiental da área de influência do projeto.

III. Análise dos aspectos ambientais dos projetos.

IV. Elaboração do programa de acompanhamento e monitoramento dos impactos ambientais.

V. Análise dos processos ambientais.

Está(ão) CORRETO(S)

- a) I.
- b) II e IV.
- c) III.
- d) V.
- e) I, III e V.

Comentários

A questão cobra as atividades mínimas que devem constar do EIA, relacionadas no art. 6º da Resolução Conama nº 1/86.

O **item I** está errado, porque não há previsão de que o EIA deve abranger um prognóstico, mas sim um diagnóstico ambiental da área de influência do projeto (art. 6º, I).

O **item II** está correto, conforme previsto no inciso I do art. 6º.

O **item III** está errado, pois não há previsão de que o EIA contemple análise dos aspectos ambientais, mas sim dos impactos ambientais (art. 6º, II).

O **item IV** está correto, de acordo com o inciso IV do art. 6º.

O **item V** está errado, por ausência de previsão no art. 6º da Res. Conama nº 1/86.



Portanto, estão corretos apenas os itens II e IV, sendo a **alternativa B** o nosso gabarito.

10. (INSTITUTO AOCP/ITEP-RN – 2018) Um indivíduo foi convidado por uma empresa para realizar um RIMA (Relatório de Impacto Ambiental) que visa à instalação de uma barragem em um rio localizado entre dois municípios.

Segundo a Resolução do CONAMA nº1/1986, alterada pelas Resoluções nº 11/1986, nº 5/1987 e nº 237/1997, deverão constar no relatório, EXCETO

- a) um diagnóstico ambiental da área de implantação do projeto considerando: o meio físico, o meio biológico e o meio socioeconômico.
- b) um programa de acompanhamento e monitoramento dos impactos positivos e negativos.
- c) uma indicação de sigilo durante o período de análise técnica do RIMA.
- d) mapas, cartas, quadros, gráficos e demais técnicas de comunicação visual, que esclareçam todas as consequências ambientais de sua implementação.
- e) os objetivos e as justificativas do projeto, sua relação e compatibilidade com as políticas setoriais, planos e programas governamentais.

Comentários

A Res. Conama nº 1/86 (art. 9º) determina o que o RIMA deve, minimamente, conter. Tais competências são a seguir reproduzidas.

Art. 9º O relatório de impacto ambiental - RIMA refletirá as conclusões do estudo de impacto ambiental e conterá, no mínimo:

I - Os objetivos e justificativas do projeto, sua relação e compatibilidade com as políticas setoriais, planos e programas governamentais;

II - A descrição do projeto e suas alternativas tecnológicas e locacionais, especificando para cada um deles, nas fases de construção e operação a área de influência, as matérias primas, e mão-de-obra, as fontes de energia, os processos e técnicas operacionais, os prováveis efluentes, emissões, resíduos e perdas de energia, os empregos diretos e indiretos a serem gerados;

III - A síntese dos resultados dos estudos de diagnósticos ambiental da área de influência do projeto;

IV - A descrição dos prováveis impactos ambientais da implantação e operação da atividade, considerando o projeto, suas alternativas, os horizontes de tempo de incidência



dos impactos e indicando os métodos, técnicas e critérios adotados para sua identificação, quantificação e interpretação;

V - A caracterização da qualidade ambiental futura da área de influência, comparando as diferentes situações da adoção do projeto e suas alternativas, bem como com a hipótese de sua não realização;

VI - A descrição do efeito esperado das medidas mitigadoras previstas em relação aos impactos negativos, mencionando aqueles que não puderem ser evitados, e o grau de alteração esperado;

VII - O programa de acompanhamento e monitoramento dos impactos;

VIII - Recomendação quanto à alternativa mais favorável (conclusões e comentários de ordem geral).

Parágrafo único. O RIMA deve ser apresentado de forma objetiva e adequada a sua compreensão. As informações devem ser traduzidas em linguagem acessível, ilustradas por mapas, cartas, quadros, gráficos e demais técnicas de comunicação visual, de modo que se possam entender as vantagens e desvantagens do projeto, bem como todas as consequências ambientais de sua implementação.

Em relação às alternativas, tem-se que:

A **alternativa A** está correta, consoante o art. 6º, I, da Res. Conama nº 1/86.

A **alternativa B** está correta, em vista do inciso VII do art. 9º da referida Resolução.

A **alternativa C** está errada e é o nosso gabarito, uma vez que o RIMA é um relatório que busca conferir transparência ao procedimento de licenciamento ambiental, não havendo que se falar em sigilo durante o período de análise técnica do Relatório.

A **alternativa D** está correta, porque está em conformidade com o parágrafo único supratranscrito.

A **alternativa E**, por sua vez, está correta, de acordo com o inciso I do art. 9º.

11. (ACEP/PREFEITURA DE ARACATI-CE - 2018) O Estudo de Impacto Ambiental (EIA) e o Relatório de Impacto Ambiental (RIMA), foram regulamentados a partir da Resolução nº 001, de 23 de janeiro de 1986, como importantes instrumentos de controle e licenciamento ambiental de empreendimentos e atividades urbana ou rurais. Sobre o assunto, é correto afirmar que:

a) dependem de Estudo de Impacto Ambiental e de Relatório de Impacto Ambiental (RIMA) projetos urbanísticos acima de 10 ha ou em áreas consideradas de relevante interesse ambiental.

b) usinas de geração de eletricidade, com fontes de energia secundária e que estejam acima de 10 MW, dependem de Estudo de Impacto Ambiental e de Relatório de Impacto Ambiental (RIMA).

c) Estudo de Impacto Ambiental e Relatório de Impacto Ambiental (RIMA) são obrigatórios para todas as atividades de exploração econômica de madeira ou de lenha.



d) dependem de Estudo de Impacto Ambiental e de Relatório de Impacto Ambiental (RIMA) projetos Agropecuários que contemplem áreas acima de 1.000 ha, ou menores quando forem áreas de importância ambiental.

Comentários

A questão cobra o art. 2º da Res. Conama nº 1/86 traz alguns exemplos de atividades que devem elaborar EIA/RIMA. De acordo com a literalidade desse dispositivo normativo, tem-se que:

A **alternativa A** está errada, porque os projetos urbanísticos que devem elaborar EIA/RIMA são os acima de 100 hectares (e não 10) ou em áreas consideradas de relevante interesse ambiental, conforme inciso XV.

A **alternativa B** está errada, pois são as usinas de geração de eletricidade acima de 10 MW, qualquer que seja a fonte de energia primária, e não secundária (inciso XI).

A **alternativa C** está errada, uma vez que não são todas as atividades de exploração econômica de madeira e lenha que exigem EIA/RIMA, mas apenas as localizadas em áreas acima de 100 hectares. Caso atinjam áreas menores, a exigência do EIA e do RIMA ocorre se tais áreas forem significativas em termos percentuais ou de importância do ponto de vista ambiental (inciso XIV).

A **alternativa D** está correta e é o nosso gabarito, pois coaduna-se perfeitamente com o disposto no inciso XVII do referido artigo.

12. (ACEP/PREFEITURA DE ARACATI-CE - 2018) À luz da Política Nacional de Meio Ambiente e das Resoluções do CONAMA, assinale a alternativa correta sobre o Estudo de Impacto Ambiental:

a) O Estudo de Impacto Ambiental, deve atender à legislação e aos princípios e objetivos da Lei de Política Nacional do Meio Ambiente, considerando planos e programas governamentais, propostos ou em implantação na área de influência do projeto.

b) Apesar do Estudo de Impacto Ambiental ser prévio à implantação do empreendimento, o efetivo impacto ocorre com a operação das atividades, portanto a avaliação dos impactos ambientais iniciará com o começo da operação.

c) Diagnóstico, análise dos impactos ambientais e definição das ações mitigadoras são todas as etapas do Estudo de Impacto Ambiental.

d) Os custos com Relatório de Impacto Ambiental serão divididos, proporcionalmente, entre dono do terreno, proponente do projeto e órgão licenciador.

Comentários

A **alternativa A** está correta e é o nosso gabarito, porque está em consonância com o caput e o inciso IV do art. 5º da Res. Conama nº 1/86.

A **alternativa B** está errada. Considera-se que o Estudo de Impacto Ambiental (EIA) é prévio porque ele é prévio mesmo, oras! Durante a aula, estudamos sobre a necessidade de os estudos ambientais serem realizados antecipadamente à implantação da atividade ou empreendimentos, dado o caráter preventivo que a avaliação de impacto e o licenciamento ambiental possuem.



A **alternativa C** está errada. Ainda que o diagnóstico, a análise dos impactos ambientais e a definição das ações mitigadoras sejam as etapas do EIA, segundo o art. 6º da Res. Conama nº 1/86, ainda há mais duas etapas finais expressamente trazidas por esse dispositivo: a definição das medidas mitigadoras dos impactos negativos e a elaboração do programa de acompanhamento e monitoramento dos impactos positivos e negativos.

A **alternativa D** está errada, uma vez que a Res. Conama nº 237/97, art. 8º, prevê que todas as despesas e custos referentes à realização do estudo de impacto ambiental e elaboração do RIMA correrão por conta do proponente do projeto

13. (FADESP/PREFEITURA DE CAPADEMA-PA - 2018) Considere as seguintes atividades modificadoras do meio ambiente:

I. portos;

II. ferrovias;

III. aeroportos;

IV. estradas de rodagem com duas faixas de rolamento.

Dependerá de elaboração de estudo de impacto ambiental (EIA) e respectivo relatório de impacto ambiental (RIMA), a serem submetidos à aprovação do órgão ambiental competente, o licenciamento das atividades

a) II e III.

b) I e IV.

c) II, III e IV.

d) I, II, III e IV.

Comentários

A questão cobra o art. 2º da Res. Conama nº 1/86, o qual relaciona alguns exemplos de atividades que devem elaborar EIA/RIMA. Recordemos referida lista:

I - Estradas de rodagem com **duas ou mais faixas** de rolamento;

II - Ferrovias;

III - Portos e terminais de minério, petróleo e produtos químicos;

IV – Aeroportos;

V - Oleodutos, gasodutos, minerodutos, troncos coletores e emissários de esgotos sanitários;

VI - Linhas de transmissão de energia elétrica, acima de **230 KV**;



- VII** - Obras hidráulicas para exploração de recursos hídricos, tais como: barragem para fins hidrelétricos, acima de **10 MW**, de saneamento ou de irrigação, abertura de canais para navegação, drenagem e irrigação, retificação de cursos d'água, abertura de barras e embocaduras, transposição de bacias, diques;
- VIII** - Extração de combustível **fóssil** (petróleo, xisto, carvão);
- IX** - Extração de **minério**, inclusive os da classe II, definidas no Código de Mineração;
- X** - **Aterros sanitários**, processamento e destino final de resíduos tóxicos ou perigosos;
- XI** - Usinas de geração de **eletricidade**, qualquer que seja a fonte de energia primária, acima de **10 MW**;
- XII** - Complexo e unidades **industriais** e **agroindustriais** (petroquímicos, siderúrgicos, cloroquímicos, destilarias de álcool, hulha, extração e cultivo de recursos hídricos hidróbios);
- XIII** - Distritos industriais e zonas estritamente industriais - **ZEI**;
- XIV** - Exploração econômica de **madeira** ou de **lenha**, em áreas acima de **100 hectares** ou menores, quando atingir áreas significativas em termos percentuais ou de importância do ponto de vista ambiental;
- XV** - **Projetos urbanísticos**, acima de **100 hectares** ou em áreas consideradas de relevante interesse ambiental a critério da SEMA e dos órgãos municipais e estaduais competentes estaduais ou municipais¹;
- XVI** - Qualquer atividade que utilizar **carvão vegetal**, derivados ou produtos similares, em quantidade superior a **dez** toneladas por dia;
- XVII** - **Projetos Agropecuários** que contemplem áreas acima de **1.000 hectares** ou menores, neste caso, quando se tratar de áreas significativas em termos percentuais ou de importância do ponto de vista ambiental, inclusive nas áreas de proteção ambiental.
- XVIII** - Empreendimentos potencialmente lesivos ao **patrimônio espeleológico** nacional.

Assim, temos que:

O **item I** está correto, pois corresponde ao inciso III do art. 2º.

O **item II** está correto, correspondendo ao inciso II do art. 2º.

O **item III** está correto, sendo previsto pelo inciso IV do art. 2º.

O **item IV** está correto, diante do inciso I do art. 2º.

Desse modo, estão corretos os itens I, II, III e IV, sendo a **alternativa D** o nosso gabarito.



14. (INSTITUTO MACHADO DE ASSIS/PREFEITURA DE CAXIAS-MA - 2018) Com relação aos instrumentos de avaliação de impacto ambiental, Estudo de Impacto Ambiental (EIA) e o Relatório de Impacto Ambiental (RIMA), assinale a alternativa incorreta:

a) O EIA/RIMA cumpre o princípio da publicidade, pois permite a participação pública na aprovação de um processo de licenciamento ambiental que contenha esse tipo de estudo, através de audiências públicas com a comunidade que será afetada pela instalação do projeto.

b) A obrigação da elaboração de um estudo de Avaliação de Impacto Ambiental (AIA), na forma de um EIA/RIMA, é imposta apenas para algumas atividades com potencial altamente poluidor pelos órgãos licenciadores competentes (estadual, municipal e o IBAMA) e pela legislação pertinente como a Resolução CONAMA nº 001 de 1986, no âmbito do processo de licenciamento ambiental.

c) O Estudo de Impacto Ambiental e o Relatório de Impacto sobre o Meio Ambiente são um conjunto, e a diferença entre esses dois documentos é que apenas o EIA é de acesso público, pois o RIMA contém maior número de informações sigilosas a respeito da atividade. Assim, o texto do EIA deve ser mais acessível ao público e instruído por mapas, quadros, gráficos e tantas outras técnicas quantas forem necessárias ao entendimento claro das consequências ambientais do projeto.

d) O conteúdo de um EIA/RIMA é estipulado por termo de referências dos órgãos ambientais competentes e pela legislação pertinente.

Comentários

A **alternativa A** está correta. De fato, as audiências públicas tem a finalidade de conferir publicidade e participação social ao processo de licenciamento ambiental.

A **alternativa B** está correta, a despeito da legislação não utilizar o termo "potencial altamente poluidor" para se referir às atividades que carecem de EIA/RIMA. O termo utilizado, na verdade, é "potencial causador de significativa degradação ambiental".

A **alternativa C** está errada e é o nosso gabarito, uma vez que trocou as características do EIA e do RIMA. Percebam, portanto, as semelhanças e diferenças entre o EIA e o RIMA. Em termos de conteúdo mínimo que eles devem apresentar, eles são bastante parecidos. Na verdade, o que muda, basicamente, é a forma como esse conteúdo é apresentado. No EIA, a informação é tratada de maneira mais técnica, com todos os meandros que a complexidade do caso exige, ao passo que, no RIMA, essa informação técnica é "traduzida" para uma linguagem mais acessível e objetiva.

A **alternativa D** está correta, porquanto o conteúdo dos Estudos de Impacto Ambiental é definido conjuntamente pelo empreendedor e o órgão ambiental competente, baseados na legislação aplicável.

15. (CS-UFG/CELG-GT – 2017) Determinada empresa consulta o órgão ambiental para obter informações sobre exigências para o processo de licenciamento ambiental de uma ferrovia, no que tange à apresentação do Estudo de Impacto ambiental e seu respectivo relatório (EIA/RIMA). Levando em conta os instrumentos legais que regulamentam o EIA/RIMA, deve-se considerar o seguinte:



a) o EIA/RIMA é um estudo amplo, integrante do licenciamento ambiental, destinado a avaliar os impactos ao meio ambiente natural, sem a abordagem dos impactos aos meios artificial e cultural, pois eles não integram o conceito de meio ambiente.

b) o EIA/RIMA é um estudo ambiental simplificado, exigido em todas as atividades e empreendimentos modificadores do meio ambiente, devendo ser apresentados e aprovados na etapa de obtenção da Licença de Instalação.

c) o EIA/RIMA, tendo em vista o respeito ao sigilo industrial, não será acessível ao público, sendo a consulta restrita às audiências públicas.

d) a licença ambiental para empreendimentos e atividades consideradas efetiva ou potencialmente causadoras de significativa degradação do meio dependerá de prévio estudo de impacto ambiental e respectivo relatório de impacto sobre o meio ambiente (EIA/RIMA).

Comentários

A **alternativa A** está errada. O EIA/RIMA deve estabelecer um diagnóstico ambiental da área de influência do empreendimento, caracterizando o meio físico, biológico e socioeconômico, bem como a análise dos impactos ambientais, das respectivas medidas mitigadoras e do acompanhamento e monitoramento necessários.

A **alternativa B** está errada, porque o EIA/RIMA é um estudo completo, não simplificado. Quando a atividade a ser implementada não produzir impactos efetiva ou potencialmente significativos, outros estudos mais simplificados poderão ser exigidos.

A **alternativa C** está errada, pois, em razão do princípio da publicidade, deve haver a disponibilização dos EIA sob uma linguagem acessível e objetiva. Afinal, conforme estudamos durante a aula, esta é exatamente essa a função primordial do RIMA.

A **alternativa D** está correta, em consonância com o que dispõe o art. 3º da Res. Conama nº 237/97.

16. (FGV/PREFEITURA DE OSASCO-SP – 2014) Em alguns processos de licenciamento ambiental, o órgão ambiental licenciador solicita que o empreendedor elabore o Termo de Referência (TR), reservando-se apenas o papel de julgá-lo e aprová-lo. Este Termo de Referência:

a) visa estabelecer as referências econômicas que devem ser consideradas no licenciamento;

b) consiste em um instrumento para analisar as possíveis consequências negativas do empreendimento, das atividades humanas ou das forças da natureza para a sociedade;

c) é o estudo detalhado de todos os componentes ambientais e que servirão de base para o Relatório de Impacto Ambiental;

d) visa estabelecer diretrizes, conteúdo e abrangência do estudo exigido do empreendedor e é o instrumento orientador da elaboração de qualquer tipo de estudo ambiental;

e) é determinado pela Resolução CONAMA nº 006, de 16/09/87, e tem por objetivo apresentar um detalhamento de todos os custos referentes ao empreendimento, bem como das medidas de mitigação.

Comentários



Para ter o pedido de licença analisado, os órgãos ambientais emitem o chamado **Termo de Referência** (TR), que é um documento que informa as diretrizes para a elaboração dos estudos ambientais. Para agilizar o processo, o empreendedor pode apresentar uma proposta de TR para que o órgão ambiental aprove. Esse documento orienta a equipe técnica, define o conteúdo, a abrangência e os métodos a serem utilizados para cada tipo de empreendimento a ser avaliado.

Basicamente, esse documento possui o estabelece diretrizes, conteúdo e abrangência do estudo exigido do empreendedor, bem como orienta a elaboração dos estudos ambientais.

Desse modo, a **alternativa D** está **correta** e é o nosso gabarito.

17. (FGV/TJ-AP – 2008) Analise as afirmativas a seguir:

I. Iniciar a construção, a instalação, a ampliação, a reforma ou o funcionamento de estabelecimentos, obras ou serviços potencialmente poluidores sem a prévia obtenção de licença ambiental constitui infração administrativa ambiental.

II. Compete aos órgãos ambientais estaduais competentes o licenciamento ambiental de atividades localizadas ou desenvolvidas em dois ou mais Estados.

III. O Estudo Prévio de Impacto Ambiental e seu respectivo Relatório de Impacto Ambiental (EIA/Rima) devem ser exigidos e apresentados antes da concessão da Licença Prévia, fase do licenciamento ambiental em que é analisada a localização e viabilidade ambiental do projeto.

IV. As audiências públicas realizadas no âmbito dos procedimentos de licenciamento ambiental destinam-se a fornecer informações sobre o projeto e seus impactos ambientais, bem como a possibilitar a discussão e o debate sobre o Relatório de Impacto Ambiental. As críticas e sugestões manifestadas durante as audiências públicas vinculam a decisão do órgão ambiental competente a respeito da concessão da licença ambiental ou do seu indeferimento.

Assinale:

- a) se somente as afirmativas I e II estiverem corretas.
- b) se somente as afirmativas I e III estiverem corretas.
- c) se somente as afirmativas II e IV estiverem corretas.
- d) se somente as afirmativas III e IV estiverem corretas.
- e) se todas as afirmativas estiverem corretas.

Comentários

O **item I** está **correto**. É considerado crime e também infração administrativa, prevista no art. 66 do Decreto nº 6.514/2008 (não visto nesta aula).

O **item II** está **errado**. Segundo o art. 7º da LC 140/2011, XIV, é competência da União promover o licenciamento ambiental de empreendimentos e atividades localizados ou desenvolvidos em 2 ou mais estados (alínea "e").



O **item III** está correto. Conforme vimos em aula, os estudos são apresentados antes da licença prévia.

O **item IV** está errado, pois as críticas e sugestões não vinculam a decisão, servem apenas como suporte.

Desse modo, estão corretos os itens I e III, sendo a **alternativa B** o nosso gabarito.



LISTA DE QUESTÕES – CONCEITOS INICIAIS DE LICENCIAMENTO AMBIENTAL - MULTIBANCAS



1. (FUNDATEC/PREFEITURA DE IVOTI-RS - 2021) Sobre o licenciamento ambiental, regulamentado pela Resolução nº 237/1997 do CONAMA, assinale a alternativa correta.

a) A localização, construção, instalação, ampliação, modificação e operação de empreendimentos e atividades utilizadoras de recursos ambientais consideradas efetiva ou potencialmente poluidoras, bem como os empreendimentos capazes, sob qualquer forma, de causar degradação ambiental, dependerão de prévio licenciamento do órgão ambiental competente, sem prejuízo de outras licenças legalmente exigíveis.

b) Compete ao IBAMA, ouvidos os órgãos competentes dos Estados e do Distrito Federal, quando couber, o licenciamento ambiental de empreendimentos e atividades de impacto ambiental local e daquelas que lhe forem delegadas pelo Estado por instrumento legal ou convênio.

c) Os empreendimentos e atividades poderão ser licenciados em mais de um nível de competência.

d) O IBAMA definirá, quando necessário, licenças ambientais específicas, observadas a natureza, características e peculiaridades da atividade ou empreendimento e, ainda, a compatibilização do processo de licenciamento com as etapas de planejamento, implantação e operação.

e) No procedimento de licenciamento ambiental poderá constar, facultativamente, a certidão da Prefeitura Municipal, declarando que o local e o tipo de empreendimento ou atividade estão em conformidade com a legislação aplicável ao uso e ocupação do solo e, quando for o caso, a autorização para supressão de vegetação e a outorga para o uso da água, emitidas pelos órgãos competentes, a critério do órgão licenciador.

2. (FUNDATEC/PREFEITURA DE VACARIA-RS - 2021) Analise as seguintes assertivas acerca do licenciamento ambiental e assinale a alternativa correta.

I. O licenciamento ambiental compreende o procedimento administrativo pelo qual o órgão ambiental competente licencia a localização, instalação, ampliação e a operação de empreendimentos e atividades utilizadoras de recursos ambientais, consideradas efetiva ou potencialmente poluidoras ou daquelas que, sob qualquer forma, possam causar degradação ambiental, considerando as disposições legais e regulamentares e as normas técnicas aplicáveis ao caso.

II. A licença ambiental para empreendimentos e atividades consideradas efetiva ou potencialmente causadoras de significativa degradação do meio dependerá de prévio estudo de impacto ambiental e respectivo relatório de impacto sobre o meio ambiente (EIA/RIMA), ao qual dar-se-á publicidade, garantida a realização de audiências públicas, quando couber, de acordo com a regulamentação.



III. Os entes federados poderão exercer suas competências licenciatórias independentemente da implementação dos Conselhos de Meio Ambiente, com caráter deliberativo e participação social ou possuem em seus quadros ou a sua disposição profissionais legalmente habilitados.

- a) Todas estão corretas.
- b) Todas estão incorretas.
- c) Apenas III está correta.
- d) Apenas I e II estão corretas.
- e) Apenas II e III estão corretas.

3. (CEBRASPE/PGE-PB - 2021) No que se refere ao licenciamento ambiental, julgue os itens a seguir.

I. Licenciamento ambiental é o procedimento administrativo pelo qual o órgão ambiental competente licencia a localização, a instalação, a ampliação e a operação de empreendimentos e atividades utilizadoras de recursos ambientais consideradas efetiva ou potencialmente poluidoras ou daquelas que, sob qualquer forma, possam causar degradação ambiental, considerando-se as disposições legais e regulamentares e as normas técnicas aplicáveis ao caso.

II. Todo empreendimento é passível de licenciamento ambiental.

III. É possível o licenciamento ambiental tácito quando o órgão ambiental competente permanece inerte quanto à expedição da licença.

Assinale a opção correta.

- a) Apenas o item I está certo.
- b) Apenas o item II está certo.
- c) Apenas o item III está certo.
- d) Apenas os itens I e II estão certos.
- e) Apenas os itens II e III estão certos.

4. (FADESP/CÂMARA DE MARABÁ-PA – 2021) Desde 1981, de acordo com a Lei Federal 6.938/81, o Licenciamento Ambiental tornou-se obrigatório em todo o território nacional e as atividades efetivas ou potencialmente poluidoras não podem funcionar sem o devido licenciamento (FIRJAN, 2004). Sobre o licenciamento ambiental é correto afirmar que é um

- a) dos princípios da Política Nacional de Meio Ambiente.
- b) objetivo da Política Nacional de Meio Ambiente.
- c) instrumento da Política Nacional de Meio Ambiente.
- d) elemento de orientação aos órgãos federais para a concessão de licença a empreendimentos potencialmente poluidores, nas esferas da União, Estados e Municípios.
- e) mecanismo de controle e fiscalização do uso dos recursos naturais, segundo as orientações gerais da Política Nacional de Educação Ambiental.



5. (MS CONCURSOS/PREFEITURA DE SÃO FRANCISCO DO GUAPORÉ-RO - 2021) Assinale a alternativa correta, em relação ao licenciamento ambiental, determinado na Resolução do Conama nº 237/1997.

a) Somente a localização de empreendimentos e atividades utilizadoras de recursos ambientais dependem de prévia avaliação do órgão ambiental competente.

b) Pode ser exigido prévio estudo de impacto ambiental e respectivo relatório de impacto sobre o meio ambiente (EIA/RIMA), em conjunto com outros estudos ambientais, para empreendimentos causadores de significativa degradação do meio ambiente.

c) Empreendimentos e atividades com significativo impacto ambiental localizados, ou desenvolvidos, em dois, ou mais municípios, compete ao Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis – IBAMA, emitir a licença.

d) Caberá ao órgão ambiental competente definir os critérios de exigibilidade e o detalhamento, levando em consideração as especificidades, os riscos ambientais, o porte e outras características do empreendimento, ou atividade.

6. (CEBRASPE/CODEVASF – 2021) Julgue o item a seguir, à luz da Política Nacional de Resíduos Sólidos, da Política Nacional de Recursos Hídricos e da Política Nacional do Meio Ambiente.

É exigido prévio licenciamento ambiental para o funcionamento de estabelecimentos que utilizem recursos ambientais efetiva ou potencialmente poluidores.

7. (IBADE/PREFEITURA DE SÃO FELIPE D'OESTE-RO – 2020) De acordo com a Resolução nº 237/97, "o ato administrativo pelo qual o órgão ambiental competente, estabelece as condições, restrições e medidas de controle ambiental que deverão ser obedecidas pelo empreendedor, pessoa física ou jurídica, para localizar, instalar, ampliar e operar empreendimentos ou atividades utilizadoras dos recursos ambientais consideradas efetiva ou potencialmente poluidoras ou aquelas que, sob qualquer forma, possam causar degradação ambiental", é definição de:

a) Impacto ambiental.

b) Estudos ambientais.

c) Impacto ambiental regional.

d) Licença ambiental.

e) Análise de risco ambiental.

8. (FUNRIO/PREFEITURA DE MOZ – 2019) Leia com atenção:

"Procedimento administrativo pelo qual o órgão ambiental competente licencia a localização, instalação, ampliação e a operação de empreendimentos e atividades utilizadoras de recursos ambientais, consideradas efetiva ou potencialmente poluidoras ou daquelas que, sob qualquer forma, possam causar degradação ambiental, considerando as disposições legais e regulamentares e as normas técnicas aplicáveis ao caso."



O trecho acima apresenta a definição segundo a resolução 237/97 do CONAMA, referente:

- a) Ao Espaço Ambiental.
- b) Ao Licenciamento Ambiental.
- c) Aos Estudos Ambientais.
- d) Ao Impacto Ambiental Regional.
- e) A Licença de Utilidade

9. (OBJETIVA/PREFEITURA DE CHAPECÓ - 2019) - Para efeito da Resolução do CONAMA nº 01/1986, considera-se impacto ambiental qualquer alteração das propriedades físicas, químicas e biológicas do meio ambiente, causada por qualquer forma de matéria ou energia resultante das atividades humanas que, direta ou indiretamente, afetam, entre outras:

- I. A saúde, a segurança e o bem-estar da população.
- II. O capital estrangeiro.
- III. A qualidade dos recursos ambientais.

Estão CORRETOS:

- a) Somente os itens I e II.
- b) Somente os itens I e III.
- c) Somente os itens II e III.
- d) Todos os itens.

10. (OBJETIVA/PREFEITURA DE CHAPECÓ - 2019) De acordo com a Resolução CONAMA nº 237/1997, o procedimento administrativo pelo qual o órgão ambiental competente licencia a localização, a instalação, a ampliação e a operação de empreendimentos e atividades utilizadoras de recursos ambientais, consideradas efetivas ou potencialmente poluidoras, ou daquelas que, sob qualquer forma, possam causar degradação ambiental, considerando as disposições legais e regulamentares e as normas técnicas aplicáveis ao caso, é denominado de:

- a) Licença Ambiental.
- b) Impacto Ambiental Regional.
- c) Licenciamento Ambiental.
- d) Estudos Ambientais.

11. (CETREDE/PREFEITURA DE JUAZEIRO DO NORTE-CE - 2019) Sobre o licenciamento ambiental, leia atentamente as afirmações a seguir e marque (V) para as VERDADEIRAS e (F) para as FALSAS.



- () A licença de instalação, com prazo de validade de 10 anos, autoriza a instalação do empreendimento.
- () É uma exigência legal e uma ferramenta do poder público para o controle ambiental.
- () O processo de avaliação de impacto ambiental é vinculado ao licenciamento ambiental, que é, primariamente, de competência estadual.
- () Compete ao IBAMA o licenciamento ambiental dos empreendimentos e das atividades localizados ou desenvolvidos em mais de um município.

Marque a alternativa que indica a sequência CORRETA.

- a) V – V – V – V.
- b) F – F – V – V.
- c) V – V – F – V.
- d) V – F – V – F.
- e) F – V – V – F.
12. (GESTÃO CONCURSO/EMATER-MG – 2018) Avalie o que se afirma que o Conselho Nacional de Meio Ambiente - CONAMA define, no uso das atribuições e competências que lhe são conferidas pela Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981, regulamentadas pelo Decreto nº 99.274, de 06 de junho de 1990.
- I. Licenciamento Ambiental: procedimento administrativo pelo qual o órgão ambiental competente licencia a localização, a instalação, a ampliação e a operação de empreendimentos e atividades utilizadoras de recursos ambientais, consideradas efetiva ou potencialmente poluidoras ou daquelas que, sob qualquer forma, possam causar degradação ambiental, considerando as disposições legais e regulamentares e as normas técnicas aplicáveis ao caso.
- II. Licença Ambiental: ato administrativo pelo qual o órgão ambiental competente estabelece as condições, as restrições e as medidas de controle ambiental que deverão ser obedecidas pelo empreendedor, pessoa física ou jurídica, para localizar, instalar, ampliar e operar empreendimentos ou atividades utilizadoras dos recursos ambientais consideradas efetiva ou potencialmente poluidoras ou aquelas que, sob qualquer forma, possam causar degradação ambiental.
- III. Estudos Ambientais: são todos e quaisquer estudos relativos aos aspectos ambientais relacionados à localização, à instalação, à operação e à ampliação de uma atividade ou empreendimento, apresentados como subsídio para a análise da licença requerida, tais como: relatório ambiental, plano e projeto de controle ambiental, relatório ambiental preliminar, diagnóstico ambiental, plano de manejo, plano de recuperação de área degradada e análise preliminar de risco.
- IV. Impacto Ambiental Regional: é todo e qualquer impacto ambiental que afete diretamente (área de influência direta do projeto), no todo ou em parte, o território de dois ou mais municípios.



Está correto apenas o que se afirma em

- a) I.
- b) II e IV.
- c) III e IV.
- d) I, II e III.

13. (FGV/INEA-RJ – 2013) A fábrica de sabonetes Cheiro Bom Ltda. foi construída há 10 anos sobre um terreno onde funcionou, por 30 anos, um posto de gasolina, cuja atividade contaminou o solo da área e seu entorno, de forma perigosa à saúde.

Em razão do caso exemplificado, assinale a afirmativa correta.

a) A fábrica de sabonetes não tem qualquer obrigação de remediar a área contaminada, porque a degradação ambiental, no momento da transferência dominial, não é automaticamente repassada ao adquirente do bem imóvel.

b) A fábrica de sabonetes estará desobrigada a remediar o solo da área contaminada e seu entorno pois, no curso do licenciamento ambiental, celebrou Termo de Ajustamento de Conduta, com base na Lei Estadual n. 3.467/00, visando à adoção de medidas compensatórias relacionadas aos danos ambientais oriundos da contaminação.

c) A fábrica de sabonetes, ainda que já possua licença ambiental válida, será obrigada pelo órgão ambiental competente a adotar medidas que promovam a remediação de toda a área contaminada, de forma a minimizar ou anular os riscos ambientais.

d) A fábrica de sabonetes, construída há 10 anos, poderá continuar funcionando, já que a obrigação de elaborar um EIA-RIMA e de se submeter a licenciamento prescreveu.

e) A fábrica de sabonetes possui licença de operação válida e, por isso, o órgão ambiental competente só poderá obrigá-la a adotar medidas de remediação da área contaminada no momento da renovação de sua licença.



GABARITO



GABARITO

- | | | | |
|----|---------|-----|---|
| 1. | A | 8. | B |
| 2. | D | 9. | B |
| 3. | A | 10. | C |
| 4. | C | 11. | E |
| 5. | D | 12. | D |
| 6. | CORRETA | 13. | C |
| 7. | D | | |



LISTA DE QUESTÕES – COMPETÊNCIAS PARA LICENCIAR - MULTIBANCAS



1. (CEBRASPE/PETROBRÁS – 2022) Acerca do licenciamento ambiental, julgue o item a seguir.

É da competência do IBAMA o licenciamento ambiental para a produção de petróleo e gás natural realizada no ambiente marinho e em zona de transição terra-mar.

2. (CEBRASPE/IBAMA – 2022) Acerca de competências ambientais e crimes ambientais, julgue o item a seguir.

Um estado da Federação terá competência para promover, no âmbito do seu território, o licenciamento ambiental de atividade utilizadora de recursos ambientais e potencialmente poluidora, desde que o respectivo conselho estadual do meio ambiente defina, previamente, a tipologia da atividade como causadora de impacto ambiental regional.

3. (CEBRASPE/IBAMA – 2022) Acerca de licenciamento ambiental, julgue o item subsequente.

É indelegável aos estados a competência do IBAMA para o licenciamento de atividade com significativo impacto ambiental de âmbito regional.

4. (CEBRASPE/IBAMA – 2022) A respeito da Política Nacional do Meio Ambiente, dos crimes ambientais, da proteção da vegetação nativa, das competências ambientais e das disposições do Regimento Interno do IBAMA, julgue o item seguinte.

Inexistindo no estado órgão ambiental capacitado, o governo deverá consultar o Ministério Público antes de emitir licenças ambientais.

5. (CEBRASPE/PGE-AL – 2021) Compete ao Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA) o licenciamento ambiental localizado em

- a) mais de um município ou em unidades de conservação de domínio estadual ou do Distrito Federal.
- b) floresta de vegetação natural de preservação permanente.
- c) área cujo impacto ambiental direto ultrapasse os limites territoriais de um ou mais municípios.
- d) área delegada pela União por convênio aos estados ou ao Distrito Federal.
- e) zona econômica exclusiva ou desenvolvido em parceria com país limítrofe.



6. (FCC/PGE-GO – 2021) Foram submetidos ao licenciamento ambiental conduzido pelo Estado de Goiás cinco empreendimentos com absoluta sinergia entre eles e que serão instalados em áreas limítrofes. Neste cenário, o órgão licenciador

a) poderá realizar um único licenciamento, desde que haja a instituição de uma Sociedade de Propósito Específico (SPE) para garantir o cumprimento das obrigações ambientais.

b) deverá conduzir um licenciamento para cada empreendimento e, ao final, emitir uma única licença para todos os empreendimentos com a instituição de solidariedade em relação às obrigações ambientais.

c) poderá conduzir um único licenciamento considerando o conjunto de empreendimentos.

d) está obrigado a abrir um processo de licenciamento para cada empreendimento isoladamente considerado, ainda que haja sinergia entre eles.

e) está obrigado a abrir um processo de licenciamento para cada empreendimento, mas deverá considerar a sinergia existente entre eles.

7. (FGV/IMBEL – 2021) A Resolução CONAMA 237/97 estabelece que o licenciamento ambiental em áreas localizadas em terras indígenas deve ser realizado pela(o)

a) FUNAI.

b) IBAMA.

c) Órgão Ambiental do Estado.

d) Ministério do Meio Ambiente.

e) Órgão Ambiental competente da localidade.

8. (IESES/PREFEITURA DE PALHOÇAS-SC - 2021) No Brasil, a avaliação de impacto ambiental e o licenciamento de atividades efetiva ou potencialmente poluidoras constituem instrumentos para a execução da Política Nacional de Meio Ambiente, Lei nº 6.938, editada em 31 de agosto de 1981. Segundo a Lei Complementar 140/2011, que regula elementos sobre o licenciamento ambiental, leia atentamente as alternativas a seguir:

I. A atuação supletiva é a ação do ente da Federação que visa a auxiliar no desempenho das atribuições decorrentes das competências comuns, quando solicitado pelo ente federativo originariamente detentor das atribuições definidas nesta Lei Complementar.

II. Os entes federativos podem valer-se de Comissão Tripartite Nacional, Comissões Tripartites Estaduais e Comissão Bipartite do Distrito Federal; como instrumento de cooperação institucional nas ações administrativas decorrentes do exercício da competência comum relativas à proteção das paisagens naturais notáveis, à proteção do meio ambiente, ao combate à poluição em qualquer de suas formas e à preservação das florestas, da fauna e da flora.

III. Inexistindo órgão ambiental capacitado ou conselho de meio ambiente no Município, a União deve desempenhar as ações administrativas municipais até a sua criação;



IV. Compete ao órgão responsável pelo licenciamento ou autorização, conforme o caso, de um empreendimento ou atividade, lavrar auto de infração ambiental e instaurar processo administrativo para a apuração de infrações à legislação ambiental cometidas pelo empreendimento ou atividade licenciada ou autorizada.

A sequência de afirmativas corretas é:

- a) Apenas as alternativas II e III estão corretas.
- b) Apenas as alternativas II e IV estão corretas.
- c) Apenas as alternativas I, II e IV estão corretas.
- d) Apenas as alternativas I e IV estão corretas.

9. (CEV=URCA/PREFEITURA DE CRATO-CE – 2021) Promover Licenciamento Ambiental de empreendimentos e atividades (Lei Complementar nº 140/2011) localizados ou desenvolvidos em terras indígenas pertencentes a dois Municípios do mesmo Estado é ação administrativa:

- a) Dos dois Municípios.
- b) De um dos Municípios onde houver Órgão Licenciador instituído.
- c) De um dos Municípios com Conselho Ambiental instituído a mais tempo.
- d) Do Estado.
- e) Da União.

10. (INSTITUTO AOCP/PREFEITURA DE NOVO HAMBURGO-RS – 2020) O licenciamento ambiental de empreendimentos e atividades com significativo impacto ambiental, de âmbito nacional ou regional, deve ser solicitado

- a) à Secretaria do Meio Ambiente.
- b) ao Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis.
- c) ao Ministério do Meio Ambiente.
- d) às Prefeituras da área abrangida no projeto.
- e) à Secretaria do Estado que abrange o projeto.

11. (FGV/PREFEITURA DE SALVADOR-BA – 2019) Das atividades listadas a seguir, indique a que deve ter seu licenciamento ambiental realizado pelo Município de Salvador.

- a) A localizada em unidades de conservação instituídas pelo Estado.
- b) A de caráter militar.
- c) A que possa causar impacto ambiental de âmbito local.
- d) A desenvolvida em terras indígenas.
- e) A localizada no mar territorial.



12. (CEBRASPE/MPE-PI – 2019) Uma empresa que utiliza recursos ambientais efetivamente poluidores pretende construir um empreendimento em uma unidade de conservação do tipo área de proteção ambiental, criada por decreto estadual e localizada no mar territorial.

Nessa situação, para o desenvolvimento de suas atividades, a empresa deverá requerer o licenciamento ambiental

- a) no IBAMA.
- b) na Secretaria Estadual de Meio Ambiente.
- c) na Secretaria Municipal de Meio Ambiente.
- d) no Ministério do Meio Ambiente.
- e) no Instituto Chico Mendes de Biodiversidade.

13. (FGV/AL-RO – 2018) Leia o fragmento a seguir.

Os empreendimentos potencialmente causadores de danos ambientais serão licenciados _____, competência que não impede o exercício pelos entes federativos da atribuição comum de _____, sendo certo que o decurso dos prazos de licenciamento, sem a emissão da licença ambiental, _____.

Assinale a opção cujos termos completam, corretamente, as lacunas do fragmento acima.

- a) por um único ente federativo – fiscalização - não implica emissão tácita da licença
- b) pelo Estado e Município onde localizado o dano – fiscalização – autoriza o início das atividades
- c) pela União e Estado onde localizado o dano – exigir o estudo prévio de impacto – implica emissão tácita da licença
- d) pela União, Estado e Município onde localizado o dano - exigir o estudo prévio de impacto - autoriza o início das atividades
- e) pela União e Município onde localizado o dano – condicionar a supressão de vegetação - não implica emissão tácita da licença

14. (FCC/PREFEITURA DE MACAPÁ – 2018) Considere um processo de licenciamento ambiental de empreendimento que se deseja instalar na divisa entre dois Municípios de um mesmo Estado. Um Município tem 1/3 da população do outro e 30% mais indústrias. O empreendimento pode causar significativa degradação ambiental. Neste caso, o

- a) licenciamento deve ser realizado pelo Município mais populoso independentemente do número de indústrias existentes.
- b) licenciamento deve ser realizado pelo Município mais industrializado.
- c) licenciamento deve ser realizado pelo órgão ambiental estadual ou do Distrito Federal.



- d) EIA/RIMA não é necessário se o empreendimento for licenciado no Município mais industrializado.
- e) EIA/RIMA deve ser realizado independentemente do local de instalação e a participação da sociedade não é obrigatória.

15. (FCC/CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL – 2018) Em termos de Licenciamento Ambiental, é correto afirmar:

- a) A renovação das licenças ambientais deve ser requerida com 90 dias de antecedência, ficando esta prorrogada até a manifestação definitiva do órgão ambiental competente.
- b) O decurso de prazo de licenciamento acarreta a emissão tácita da licença ambiental, quando o empreendedor ou responsável pela atividade tiver cumprido todos os requisitos exigidos para o licenciamento da respectiva atividade.
- c) Os empreendimentos e atividades são licenciados ou autorizados, ambientalmente, por um único ente federativo.
- d) A manifestação dos entes políticos interessados no procedimento de licenciamento ambiental somente é franqueada como medida subsidiária ou suplementar, mediante prévia autorização do ente competente.
- e) Cada ente político deve realizar o licenciamento ambiental de sua área de abrangência, sendo que os empreendimentos ou atividades que possam potencialmente causar dano ao meio ambiente somente são licenciados por um único ente federativo em situações excepcionais.

16. (FCC/CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL – 2018) O Estudo de Impacto Ambiental e o Relatório de Impacto Ambiental são instrumentos da política nacional do Meio Ambiente, e tem por objetivo delimitar o âmbito de exploração das atividades potencialmente capazes de acarretar dano ao bem ambiental, e, como consequência, nortear as autoridades públicas nas concessões das licenças ambientais. Assim, nos termos da Resolução 237/1997 do CONAMA que trata do assunto:

- a) Compete ao órgão ambiental do Distrito Federal o licenciamento ambiental dos empreendimentos e atividades delegados pela União, por instrumento legal ou convênio, e as ações administrativas previstas para os Estados e Municípios, desde que observados os critérios previstos em legislação complementar posterior.
- b) Os empreendimentos e atividades serão licenciados por qualquer das três esferas do Poder Público, em um único nível de competência ou concomitantemente, quando necessário.
- c) As licenças ambientais de instalação e operação poderão ser expedidas isolada ou sucessivamente, de acordo com a natureza, características e fase do empreendimento ou atividade, mas a licença prévia só pode ser concedida isoladamente, devendo o início das atividades aguardar a finalização dessa fase inicial do procedimento de licenciamento ambiental.
- d) Os estudos necessários ao processo de licenciamento deverão ser realizados por profissionais legalmente habilitados, às expensas do poder público, ficando a cargo do empreendedor o custo do Relatório de Impacto Ambiental.



e) A licença ambiental para empreendimentos e atividades consideradas efetiva ou potencialmente causadoras de significativa degradação do meio dependerá de prévio estudo de impacto ambiental e respectivo relatório de impacto sobre o meio ambiente (EIA/RIMA), ao qual será resguardado o sigilo na fase de licença-prévia, para preservação da livre concorrência, garantindo-se, em contrapartida, a realização de audiências públicas, quando couber, de acordo com a regulamentação.

17. (ACEP/PREFEITURA DE ARACATI-CE - 2018) Acerca do processo de licenciamento ambiental, assinale a alternativa correta.

a) O licenciamento de empreendimentos considerados pelo órgão ambiental licenciador de significativo impacto ambiental, com fundamento em Estudo de Impacto Ambiental e respectivo Relatório de Impacto Ambiental (EIA/RIMA), e que afetem Unidade de Conservação (UC) específica, só poderá ser concedido após autorização do órgão responsável pela administração da UC.

b) A renovação de licenças ambientais deve ser requerida com antecedência mínima de 150 (cento e cinquenta) dias da expiração do prazo de validade, fixado na respectiva licença, ficando este automaticamente prorrogado até a manifestação definitiva do órgão ambiental competente.

c) Os empreendimentos e atividades são licenciados ou autorizados, ambientalmente, por um único ente federativo, em conformidade com as atribuições estabelecidas em Lei, no entanto a supressão de vegetação deverá ser autorizada pelo órgão ambiental do município, pois trata-se de um impacto local.

d) Em relação à proteção das paisagens naturais notáveis, à proteção do meio ambiente, e ao combate à poluição constituem como um dos objetivos fundamentais da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios garantir a uniformidade da política ambiental para todo o País, portanto desconsiderando as peculiaridades regionais e locais.

18. (ACEP/PREFEITURA DE ARACATI-CE - 2018) Acerca do processo de licenciamento ambiental, assinale a alternativa correta.

a) O licenciamento de empreendimentos considerados pelo órgão ambiental licenciador de significativo impacto ambiental, com fundamento em Estudo de Impacto Ambiental e respectivo Relatório de Impacto Ambiental (EIA/RIMA), e que afetem Unidade de Conservação (UC) específica, só poderá ser concedido após autorização do órgão responsável pela administração da UC.

b) A renovação de licenças ambientais deve ser requerida com antecedência mínima de 150 (cento e cinquenta) dias da expiração do prazo de validade, fixado na respectiva licença, ficando este automaticamente prorrogado até a manifestação definitiva do órgão ambiental competente.

c) Os empreendimentos e atividades são licenciados ou autorizados, ambientalmente, por um único ente federativo, em conformidade com as atribuições estabelecidas em Lei, no entanto a supressão de vegetação deverá ser autorizada pelo órgão ambiental do município, pois trata-se de um impacto local.

d) Em relação à proteção das paisagens naturais notáveis, à proteção do meio ambiente, e ao combate à poluição constituem como um dos objetivos fundamentais da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios garantir a uniformidade da política ambiental para todo o País, portanto desconsiderando as peculiaridades regionais e locais.



19. (ACEP/PREFEITURA DE ARACATI-CE - 2018) Sobre as competências e formas de cooperação entre a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios nas ações administrativas decorrentes do exercício da competência comum relativas à proteção das paisagens naturais notáveis, à proteção do meio ambiente, ao combate à poluição em qualquer de suas formas e à preservação das florestas, da fauna e da flora, assinale a alternativa correta.

a) Observadas as atribuições dos demais entes federativos, cabe ao Município promover o licenciamento ambiental das atividades ou empreendimentos que causem ou possam causar impacto ambiental de âmbito local, conforme tipologia definida pelos respectivos Conselhos Municipais de Meio Ambiente, considerados os critérios de porte, potencial poluidor e natureza da atividade.

b) São instrumentos de cooperação institucional: consórcio público, convênios, acordos de cooperação técnica, fundos públicos e privados, e delegação de atribuições e de execução de ações administrativas.

c) Observadas as atribuições dos demais entes federativos, cabe ao Estado promover o licenciamento ambiental das atividades ou empreendimentos localizados ou desenvolvidos em terras indígenas.

d) A única exigência para que possa ocorrer delegação de ações administrativas entre entes federativos é o ente destinatário da delegação dispor de órgão ambiental capacitado para executar as ações administrativas a serem delegadas. Considera-se órgão ambiental capacitado aquele que possui técnicos próprios ou em consórcio, devidamente habilitados e em número compatível com a demanda das ações administrativas a serem delegadas.

20. (FADESP/PREFEITURA DE CAPADAMA-PA - 2018) Será construído um aproveitamento hidrelétrico em um rio que se encontra em terras dos estados do Pará e do Mato Grosso. Nessa situação, o licenciamento ambiental do empreendimento deve ser realizado no âmbito do(s)

a) órgãos ambientais dos estados do Pará e do Mato Grosso.

b) Conselho Nacional de Meio Ambiente (CONAMA).

c) Ministério do Meio Ambiente (MMA).

d) Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA).

21. (SELECON/PREFEITURA DE CUIABÁ – 2018) Sob a ótica dos impactos ambientais causados pelos processos construtivos, existe todo um procedimento preconizado para gestão dos resíduos. Com relação ao licenciamento ambiental, existe uma legislação específica que disciplina todo processo.

Com relação a essa afirmativa, é correto afirmar:

a) Estudos Ambientais são todos e quaisquer estudos relativos aos aspectos ambientais relacionados a localização, instalação, operação e ampliação de uma atividade ou empreendimento, apresentados como subsídio para a análise da licença requerida, tais como relatório ambiental, plano e projeto de controle ambiental, relatório ambiental preliminar, diagnóstico ambiental, plano de manejo, plano de recuperação de área degradada e análise preliminar de risco.

b) A licença ambiental para empreendimentos e atividades consideradas efetivas ou potencialmente causadoras de significativa degradação do meio dependerá de prévio estudo de impacto ambiental e



respectivo relatório de impacto sobre o meio ambiente (EIA/RIMA), ao qual se dará publicidade, garantida a realização de audiências públicas, quando couber, de acordo com a regulamentação.

c) Compete ao Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - IBAMA, órgão executor do SISNAMA, o licenciamento ambiental a que se refere o artigo 10 da Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981, de empreendimentos e atividades com significativo impacto ambiental de âmbito nacional ou regional.

d) O IBAMA, ressalvada sua competência supletiva, não poderá delegar aos Estados o licenciamento de atividade com significativo impacto ambiental de âmbito regional, uniformizando, quando possível, as exigências.

22. (FGV/CODEBA - 2016) Com a finalidade de iniciar atividade industrial de produção de móveis, João, empresário individual, procura advogado para orientá-lo acerca dos procedimentos administrativos prévios às obras.

Sobre o licenciamento ambiental necessário para o início das obras, na qualidade de advogado de João, assinale a afirmativa correta.

a) A obtenção de licença ambiental é necessária perante o Município e o Estado onde o empreendimento será instalado, tendo em vista o princípio da proteção integral.

b) O licenciamento ambiental deve ser procedido exclusivamente pelo Estado caso o potencial impacto se dê em unidade de conservação estadual, exceto em Áreas de Preservação Ambiental.

c) O licenciamento ambiental será feito, em regra, pelo IBAMA, contando com atuação supletiva e subsidiária técnica e administrativa de entidades estaduais e municipais do local do empreendimento.

d) O licenciamento prévio será sempre procedido pelo IBAMA. Já as licenças de instalação e de operação se darão pelo Estado ou Município, de acordo com o potencial do impacto ambiental.

e) O licenciamento ambiental somente será necessário caso o empreendimento se dê em Unidade de Conservação ou Área de Preservação Permanente, por aplicação do princípio da prevenção.

23. (FGV/TJ-PA - 2009) No que se refere a Licenciamento Ambiental, assinale a alternativa correta.

a) O licenciamento do órgão ambiental estadual estará vinculado aos estudos técnicos procedidos pelos órgãos ambientais dos municípios, uma vez que lhe compete o licenciamento ambiental dos empreendimentos e atividades cujos impactos ambientais diretos ultrapassem os limites territoriais de um ou mais Municípios.

b) Os municípios, para exercerem suas competências licenciatórias, deverão ter implementados os Conselhos de Meio Ambiente, com caráter deliberativo e participação social e, ainda, possuir em seus quadros ou a sua disposição, profissionais legalmente habilitados.

c) As atividades utilizadoras de recursos ambientais, consideradas efetiva e potencialmente poluidoras dependerão de prévio licenciamento do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis - IBAMA, e de órgão estadual competente, em caráter supletivo, sem prejuízo de outras licenças exigíveis.



d) A legislação ambiental estadual e municipal pode prever prazos de vigência das licenças diferentes dos estabelecidos pelas diretrizes federais básicas, constantes na Resolução do CONAMA n.º 237/97, se as peculiaridades regionais e locais assim exigirem.

e) O Poder Público expedirá a chamada *Licença Prévia* para autorizar a instalação de empreendimento ou atividade, de acordo com as especificações constantes dos planos, programas e projetos aprovados, incluindo as medidas de controle ambiental.



GABARITO



GABARITO

1. CORRETA
2. ERRADA
3. ERRADA
4. ERRADA
5. E
6. C
7. B
8. B

9. E
10. B
11. C
12. A
13. A
14. C
15. C
16. A

17. A
18. A
19. B
20. D
21. D
22. B
23. B



LISTA DE QUESTÕES – ETAPAS DO LICENCIAMENTO - MULTIBANCAS



1. (CEBRASPE/MPE-SC – 2021) Uma empresa pretende instalar, em determinado município, uma indústria que trabalhará com extração de cerâmica e produção de telhas. Para tanto, ela solicitou o licenciamento ambiental ao órgão de meio ambiente do estado.

A respeito da situação hipotética apresentada e dos aspectos legais a ela relacionados, julgue o item a seguir.

Para que seja viável o licenciamento da atividade em questão, a prefeitura do município deverá declarar, mediante certidão, que o local e o tipo de empreendimento estão em conformidade com a legislação aplicável ao uso e à ocupação do solo. Considerando as disposições da legislação ambiental brasileira, julgue o item que se segue.

2. (CEBRASPE/MPE-CE – 2020) Considerando as disposições da legislação ambiental brasileira, julgue o item que se segue.

Durante o procedimento de licenciamento ambiental de uma atividade ou empreendimento, é obrigatória a realização de audiência pública, de acordo com a regulamentação pertinente.

3. (FCC/TJ-MS – 2020) A audiência pública no processo de licenciamento ambiental

a) é obrigatória, independentemente do grau de impacto do empreendimento ou da atividade licenciada.

b) deve ser realizada no início do processo de licenciamento ambiental para colheita de críticas e sugestões e, ao final do processo, para a respectiva devolutiva.

c) será realizada na sede do órgão ambiental responsável pelo licenciamento ambiental.

d) não obriga o órgão responsável pelo licenciamento ambiental a acolher as contribuições dela decorrentes, desde que apresente justificativa.

e) ocorre em momento anterior à elaboração do EIA-RIMA.

4. (IBFC/IDAM - 2019) A Resolução CONAMA 237/1997 dispõe sobre a revisão e a complementação dos procedimentos e critérios utilizados para Licenciamento Ambiental, regulamentando os aspectos estabelecidos na Política Nacional de Meio Ambiente.



As sentenças a seguir são as etapas previstas na Resolução CONAMA 237/1997 e encontram-se fora de ordem. Coloque-as na ordem cronológica para que obedeça às etapas de Licenciamento Ambiental.

I. Análise pelo órgão ambiental competente, integrante do SISNAMA, dos documentos, projetos e estudos ambientais apresentados e a realização de vistorias técnicas, quando necessárias e solicitação de esclarecimentos e complementações pelo órgão ambiental competente, integrante do SISNAMA.

II. Audiência pública, quando couber, de acordo com a regulamentação pertinente e solicitação de esclarecimentos e complementações pelo órgão ambiental competente, decorrentes de audiências públicas, quando couber, podendo haver reiteração da solicitação quando os esclarecimentos e complementações.

III. Emissão de parecer técnico conclusivo e, quando couber, parecer jurídico.

IV. Requerimento da licença ambiental pelo empreendedor, acompanhado dos documentos, projetos e estudos ambientais pertinentes, dando-se a devida publicidade.

V. Deferimento ou indeferimento do pedido de licença, dando-se a devida publicidade.

VI. Definição pelo órgão ambiental competente, com a participação do empreendedor, dos documentos, projetos e estudos ambientais, necessários ao início do processo de licenciamento correspondente à licença a ser requerida.

Assinale a alternativa que obedeça a ordem cronológica prevista em lei.

a) IV, VI, I, III, II, V

b) VI, IV, I, II, III, V

c) II, V, IV, VI, III, I

d) I, II, IV, III, VI, V

5. (IDECAN/INSTITUTO FEDERAL-PB - 2019) A Resolução CONAMA nº 001/1986 enuncia que ao se determinar a execução do estudo de impacto ambiental e apresentação do RIMA, o órgão estadual competente ou o IBAMA ou, quando couber o Município, determinará o prazo para recebimento dos comentários a serem feitos pelos órgãos públicos e demais interessados e, sempre que julgar necessário, promoverá a realização de audiência pública para informação sobre o projeto e seus impactos ambientais e discussão do RIMA. A audiência pública retrocitada, de acordo com a Resolução CONAMA nº 9/1987, será promovida por órgão de meio ambiente competente para tanto:

I. sempre que julgar necessário;

II. quando solicitada pelo ministério público;

III. quando solicitada por determinação do Ibama;



IV. quando solicitada por 40 ou mais cidadãos.

Assinale

- a) se somente os itens I e II estiverem corretos.
- b) se somente os itens I, II e III estiverem corretos.
- c) se somente os itens II, III e IV estiverem corretos.
- d) se somente os itens III e IV estiverem corretos.
- e) se somente o item IV estiver correto.

6. (FGV/AL-RO – 2018) Leia o fragmento a seguir.

Os empreendimentos potencialmente causadores de danos ambientais serão licenciados _____, competência que não impede o exercício pelos entes federativos da atribuição comum de _____, sendo certo que o decurso dos prazos de licenciamento, sem a emissão da licença ambiental, _____.

Assinale a opção cujos termos completam, corretamente, as lacunas do fragmento acima.

- a) por um único ente federativo – fiscalização - não implica emissão tácita da licença.
- b) pelo Estado e Município onde localizado o dano – fiscalização – autoriza o início das atividades.
- c) pela União e Estado onde localizado o dano – exigir o estudo prévio de impacto – implica emissão tácita da licença.
- d) pela União, Estado e Município onde localizado o dano - exigir o estudo prévio de impacto - autoriza o início das atividades.
- e) pela União e Município onde localizado o dano – condicionar a supressão de vegetação - não implica emissão tácita da licença.

7. (FADESP/PREFEITURA DE CAPADAMA-PA - 2018) A lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981, dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente e, em seu art. art. 10, apresenta o seguinte caput: O procedimento de licenciamento ambiental obedecerá às seguintes etapas:

I – definição pelo órgão ambiental competente, com a participação do empreendedor, dos documentos, projetos e estudos ambientais necessários ao início do processo de licenciamento correspondente à licença a ser requerida;

II - requerimento da licença ambiental pelo empreendedor, dando-se a devida publicidade;

III – análise pelo órgão ambiental competente, integrante do SISNAMA, dos documentos, projetos e estudos ambientais apresentados e realização de vistorias técnicas, quando necessárias;

IV - audiência pública, necessária no início do processo, de acordo com a regulamentação pertinente;



V - solicitação de esclarecimentos e complementações pelo órgão ambiental competente, decorrentes de audiências públicas, quando couber, podendo haver reiteração da solicitação quando os esclarecimentos e complementações não tenham sido satisfatórios;

VI – emissão de parecer técnico conclusivo anexado ao parecer jurídico:

Estão corretos os itens:

- a) I, III e IV.
- b) I, II e VI.
- c) I, III e V.
- d) I, II e IV.

8. (GESTÃO CONCURSO/EMATER-MG – 2018) A Constituição Federal de 1988, em seu Art. 225, preconiza que “todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações.”

Nesse mesmo sentido, o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (2016, p.2) defende que “o licenciamento ambiental é um importante instrumento de gestão da Política Nacional de Meio Ambiente. Por meio dele, a administração pública busca exercer o necessário controle sobre as atividades humanas que interferem nas condições ambientais.”

A sequência dos principais passos do licenciamento ambiental está corretamente indicada em

- a) licença prévia / licença de instalação / licença de operação.
- b) licença de instalação / análise de impactos / medidas mitigadoras.
- c) análise de impactos / licença de autorização de instalação / vistoria do local da obra.
- d) estudo de medidas mitigadoras / licença prévia / planejamento de políticas ambientais.



GABARITO



GABARITO

1. CORRETA
2. ERRADA
3. D
4. B

5. A
6. A
7. ANULADA
8. A



LISTA DE QUESTÕES – LICENÇAS AMBIENTAIS - MULTIBANCAS



- (CEBRASPE/DPE-PA - 2022) O ato administrativo pelo qual o órgão ambiental competente estabelece as condições, restrições e medidas de controle ambiental que deverão ser obedecidas pelo empreendedor, pessoa física ou jurídica, para localizar, instalar, ampliar e operar empreendimentos ou atividades utilizadoras dos recursos ambientais consideradas efetiva ou potencialmente poluidoras ou aquelas que, sob qualquer forma, possam causar degradação ambiental, é normativamente definido como

 - estudo de impacto ambiental.
 - licença ambiental.
 - licenciamento ambiental.
 - licença de instalação.
 - relatório de impacto sobre o meio ambiente.
- (FAURGS/SES-RS - 2022) A Resolução CONAMA nº 237/97 regulamenta os aspectos de licenciamento ambiental estabelecidos na Política Nacional do Meio Ambiente. Sobre essa resolução, analise as afirmações seguintes.

I - A Licença de Instalação (LI) é concedida na fase preliminar do planejamento do empreendimento ou da atividade, aprovando sua localização e sua concepção, atestando a viabilidade ambiental e estabelecendo os requisitos básicos e condicionantes a serem atendidos nas fases seguintes de sua implementação.

II - A Licença de Operação (LO) autoriza a operação da atividade ou empreendimento após a verificação do efetivo cumprimento do que consta das licenças anteriores, com as medidas de controle ambiental e condicionantes determinados para a operação.

III- Compete ao órgão ambiental municipal, ouvidos os órgãos competentes da União, dos Estados e do Distrito Federal, quando couber, o licenciamento ambiental de empreendimentos e atividades de impacto ambiental local e daquelas que lhe forem delegadas pelo Estado por instrumento legal ou convênio.

Quais estão corretas?

 - Apenas I.
 - Apenas II.
 - Apenas III.



- d) Apenas I e II.
- e) Apenas II e III.

3. (CEBRASPE/ICMBIO – 2022) Com relação às ações administrativas relativas à proteção das paisagens naturais notáveis, à proteção do meio ambiente, ao combate à poluição e à preservação das florestas, da fauna e da flora, julgue o item a seguir.

Os órgãos licenciadores devem observar os prazos estabelecidos para tramitação dos processos de licenciamento, sob pena de, decorridos os prazos sem a emissão de licença ambiental, implicar sua a emissão tácita.

4. (CEBRASPE/IBAMA – 2022) Acerca de licenciamento ambiental, julgue o item subsequente.

A licença prévia ambiental autoriza a imediata instalação de empreendimento de produção de fundidos de ferro e aço de acordo com as especificações constantes dos planos, programas e projetos aprovados pelo órgão ambiental competente.

5. (INSTITUTO AOCP/ITEP-RN – 2021) Sobre a Licença Ambiental Prévia (LP), é correto afirmar que

- a) é concedida na fase preliminar do planejamento do empreendimento ou atividade.
- b) autoriza a instalação do empreendimento ou atividade de acordo com as especificações.
- c) autoriza a operação da atividade ou empreendimento.
- d) é concedida durante a execução do empreendimento ou atividade.
- e) autoriza a instalação do empreendimento ou atividade sem a necessidade de medidas de controle ambiental.

6. (UNESC/PGM-CRICIÚMA-SC – 2021) Sobre o licenciamento ambiental, a Resolução nº 237/97 do CONAMA determina que:

- a) O órgão ambiental competente pode revisar o licenciamento mediante decisão motivada, modificando os condicionantes e as medidas de controle e adequação, podendo ainda suspender ou cancelar uma licença expedida.
- b) A Licença Prévia autoriza a instalação da atividade, ou empreendimento, em concordância com as especificações constantes nos planos, programas, e projetos aprovado, devendo ter como prazo mínimo o cronograma de instalação do empreendimento, ou atividade.
- c) No momento da renovação, a Licença de Operação (LO) apenas pode ser prorrogada por prazo e validade inferior ao previamente concedido.
- d) A implementação de regras mais restritivas em momento posterior à concessão da licença, obriga o licenciado a realizar a adequação aos novos padrões estabelecidos, cabendo indenização caso a atividade seja suspensa.
- e) A licença é ato pelo qual o órgão administrativo estabelece restrições e medidas de controle ambiental que deverão ser obedecidas pelo empreendedor, pessoa física ou jurídica, constituindo direito adquirido após sua concessão



7. (CEBRASPE/MPE-SC – 2021) Uma empresa pretende instalar, em determinado município, uma indústria que trabalhará com extração de cerâmica e produção de telhas. Para tanto, ela solicitou o licenciamento ambiental ao órgão de meio ambiente do estado.

A respeito da situação hipotética apresentada e dos aspectos legais a ela relacionados, julgue o item a seguir.

O órgão estadual de meio ambiente deverá expedir licença de instalação caso conclua pela viabilidade ambiental do empreendimento.

8. (FUNDEP/PREFEITURA DE BARRA DOS COCAIS-MG – 2020) No contexto do licenciamento ambiental, sabe-se que o órgão ambiental competente deve estabelecer as condições legais a serem obedecidas pelo proprietário quando este quer abrir um estabelecimento. Para cada fase no processo de abertura do empreendimento existe uma licença específica.

Qual é o tipo de licença que permite a realização da atividade e empreendimento, após o cumprimento de etapas anteriores, com medidas de controle ambiental e condicionantes determinados para a execução?

- a) Licença prévia.
- b) Licença de instalação.
- c) Licença de operação.
- d) Licença de manutenção.

9. (COSEAC/UFF – 2019) Em relação ao licenciamento ambiental são feitas as afirmativas abaixo.

I - É um instrumento que encontra amparo nas leis nº 6.938/81 e na Resolução CONAMA nº 237/1997.

II - Todos os entes federativos têm o poder e o dever de, através de seus órgãos ambientais, analisar e decidir sobre a concessão do licenciamento ambiental ou não.

III - Via de regra, são os órgãos ambientais estaduais que realizam o licenciamento ambiental.

IV - A licença ambiental possui três fases: preparatória, prévia e de operação.

V - A renovação da licença de operação deverá ser feita com antecedência mínima de 100 dias da expiração de seu prazo de validade.

Das afirmativas acima, estão corretas apenas:

- a) I, II e V.
- b) I, III e V.



- c) I, II e III.
- d) II, IV e V.
- e) III, IV e V.

10. (OBJETIVA/PREFEITURA DE CHAPECÓ - 2019) Com base na Resolução CONAMA nº 237/1997, assinalar a alternativa que preenche as lacunas abaixo CORRETAMENTE:

O prazo de validade da Licença de Operação (LO) deverá considerar os planos de controle ambiental e será de, no mínimo, ____ anos e de, no máximo, ____ anos.

- a) 6; 10
- b) 4; 10
- c) 6; 12
- d) 4; 8

11. (OBJETIVA/PREFEITURA DE CHAPECÓ - 2019) Em relação à licença prévia, marcar C para as afirmativas Certas, E para as Erradas e, após, assinalar a alternativa que apresenta a sequência CORRETA:

() É ela que atestará a viabilidade ambiental do empreendimento, aprovará sua localização e concepção e definirá as medidas mitigadoras e compensatórias dos impactos negativos do projeto.

() Deve ser solicitada na fase final do planejamento da atividade.

- a) C - C.
- b) E - C.
- c) C - E.
- d) E - E.

12. (OBJETIVA/PREFEITURA DE CHAPECÓ - 2019) O prazo de validade da licença de instalação será, no mínimo, igual ao estabelecido pelo cronograma de instalação do empreendimento ou da atividade, não podendo ser superior a:

- a) Um ano.
- b) Quatro anos.
- c) Cinco anos.
- d) Seis anos.



13. (OBJETIVA/PREFEITURA DE CHAPECÓ - 2019) A licença de operação possui três características básicas:

I. É concedida antes da verificação, pelo órgão ambiental, do efetivo cumprimento das condicionantes estabelecidas nas licenças anteriores (prévia e de instalação).

II. Contém as medidas de controle ambiental (padrões ambientais) que servirão de limite para o funcionamento do empreendimento ou da atividade.

III. Especifica as condicionantes determinadas para a operação do empreendimento, cujo cumprimento é obrigatório, sob pena de suspensão ou cancelamento da operação.

Estão CORRETOS:

a) Somente os itens I e II.

b) Somente os itens I e III.

c) Somente os itens II e III.

d) Todos os itens.

14. (CRESCER/PREFEITURA DE JIJOCA DE JERICOACOARA-CE - 2019) Na renovação da licença de operação, é facultado ao órgão ambiental, mediante justificativa, aumentar ou reduzir seu prazo de validade, mantendo os limites mínimo e máximo de:

a) Quatro e dez anos.

b) Três e oito anos.

c) Cinco de dez anos.

d) Quatro e oito anos.

15. (CRESCER/PREFEITURA DE JIJOCA DE JERICOACOARA-CE - 2019) Assinale a alternativa que **NÃO** apresenta um tipo de licença ambiental.

a) Licença de operação.

b) Licença de instalação.

c) Licença prévia.

d) Licença de recuperação.

16. (UESPI/PREFEITURA DE TIMON - MA - 2019) O órgão ambiental competente expedirá, conforme o caso, a licença ambiental que é caracterizada por fases de implantação dos empreendimentos ou atividades. Marque a alternativa CORRETA.

a) Licença Prévia (LP) é dada na fase preliminar do planejamento do empreendimento ou atividade, sendo dispensada nesta etapa a certidão da Prefeitura Municipal, declarando que o local e o tipo de empreendimento ou atividade estão em conformidade com a legislação aplicável ao uso e ocupação do solo.



b) Licença de Instalação (LI) não autoriza o início da implantação do empreendimento ou atividade, demandando, obrigatoriamente, a elaboração de um EIA/RIMA.

c) Licença de Operação (LO) autoriza, após as verificações necessárias, o início das obras de construção do empreendimento ou instalação atividades.

d) Licença de Instalação (LI) autoriza a instalação do empreendimento ou atividade de acordo com as especificações constantes dos planos, programas e projetos aprovados, incluindo as medidas de controle ambiental, e demais condicionantes.

e) Licença de Operação (LO) só autoriza o início do empreendimento ou atividades durante o prazo necessário de análise do EIA/RIMA.

17. (FCC/PREFEITURA DE MACAPÁ – 2018) O licenciamento ambiental de atividades ou empreendimentos é regido por uma série de critérios técnicos, avaliação de projetos e caracterização das atividades. Uma das legislações que tratam e definem critérios sobre o assunto é a Resolução CONAMA nº 237/1997. Considere as definições abaixo sobre o assunto.

I. Licença Prévia (LP) – concedida na fase preliminar do planejamento do empreendimento ou atividade aprovando sua localização e concepção, atestando a viabilidade ambiental e estabelecendo os requisitos básicos e condicionantes a serem atendidos nas próximas fases de sua implementação.

II. Licença de Instalação (LI) – autoriza a instalação do empreendimento ou atividade de acordo com as especificações constantes dos planos, programas e projetos aprovados, incluindo as medidas de controle ambiental e demais condicionantes, da qual constituem motivo determinante.

III. Licença de Operação (LO) – autoriza a operação da atividade ou empreendimento, após a verificação do efetivo cumprimento do que consta das licenças anteriores, com as medidas de controle ambiental e condicionantes determinados para a operação.

Está correto o que se afirma em

- a) III, apenas.
- b) I e III, apenas.
- c) II e III, apenas.
- d) I e II, apenas.
- e) I, II e III.

18. (VUNESP/TJ-RS – 2018) Quanto ao licenciamento ambiental, assinale a alternativa correta.

a) O prazo de validade da Licença Prévia (LP) não pode ser superior a 3 (três) anos.

b) A renovação da Licença de Operação (LO) de uma atividade ou empreendimento deverá ser requerida com antecedência mínima de 120 (cento e vinte) dias da expiração de seu prazo de validade, fixado na respectiva licença.



c) Considera-se Impacto Ambiental Regional todo e qualquer impacto ambiental que afete diretamente (a área de influência direta do projeto), no todo ou em parte, o território de dois ou mais Municípios.

d) O arquivamento do processo de licenciamento não impedirá a apresentação de novo requerimento de licença, ficando isento de novo pagamento de custo de análise.

e) O prazo de validade da Licença de Instalação (LI) deverá ser o estabelecido pelo cronograma de instalação do empreendimento ou atividade, não podendo ser superior a 5 (cinco) anos.

19. (ACEP/PREFEITURA DE ARACATI-CE - 2018) Em relação ao licenciamento ambiental, assinale a alternativa correta.

a) A Licença Prévia (LP) é a etapa de planejamento da atividade, em que se autoriza a instalação após averiguar o funcionamento dos equipamentos e já se estabelece o controle de poluição ou degradação ambiental.

b) A Licença de Operação (LO) autoriza o início das obras de implantação, conforme as especificações constantes no projeto executivo aprovado e os planos de mitigação da degradação ambiental.

c) A Licença Prévia (LP) é a etapa do planejamento da atividade, contendo requisitos básicos a serem atendidos nas fases de localização, instalação e operação, observados os planos municipais, estaduais ou federais de uso do solo.

d) A Licença de Operação (LO) autoriza o início das obras de implantação, após as verificações necessárias, o início da atividade licenciada e o funcionamento dos equipamentos de controle de poluição, de acordo com o previsto nas Licenças Prévia e de Instalação.

20. (CETREDE/PREFEITURA DE CANINDÉ-PE - 2018) Sobre o processo de licenciamento ambiental, analise as afirmativas a seguir.

I. Na esfera federal, o CONAMA é o responsável pelo licenciamento de atividades desenvolvidas em mais de um Estado.

II. O órgão ambiental estabelece os prazos e os especifica na licença, de acordo com os parâmetros estabelecidos na Resolução CONAMA 237/97.

III. O processo de licenciamento ambiental é constituído de três tipos de licenças: preliminar, de instalação e de operação.

IV. A licença de operação deverá ser requerida quando o empreendimento, ou sua ampliação está instalado e pronto para operar (licenciamento preventivo) ou para regularizar a situação de atividades em operação (licenciamento corretivo).

Marque a opção que apresenta as afirmativas CORRETAS.

a) I – II – III – IV.

b) I – III – IV.

c) II – III – IV.



- d) I – III.
- e) II – IV.

21. (INSTITUTO MACHADO DE ASSIS/PREFEITURA DE CAXIAS-MA - 2018) Licenciamento ambiental é o procedimento administrativo destinado a licenciar atividades ou empreendimentos utilizadores de recursos ambientais, efetiva ou potencialmente poluidores ou capazes, sob qualquer forma, de causar degradação ambiental. Nas afirmações a seguir assinale aquela que não é verdadeira:

a) A renovação da Licença de Operação deve ser requerida com antecedência mínima de 120 (cento e vinte) dias da expiração de seu prazo de validade, ficando automaticamente prorrogada até a manifestação final do IBAMA.

b) O IBAMA poderá estabelecer prazos de validade específicos para a Licença de Operação de empreendimentos ou atividades que, por sua natureza e peculiaridades, estejam sujeitos a encerramento ou modificação em prazos inferiores.

c) Os empreendimentos em não conformidade com o licenciamento ambiental estarão enquadrados nos termos da Lei, que prevê pena de detenção de um a seis meses e multa ou ambas as penas cumulativamente.

d) Quanto aos prazos de validade de cada modalidade de licença, eles são especificados no respectivo documento, levando em consideração que o prazo de validade da Licença de Operação deverá ser, no mínimo, o do cronograma de instalação do empreendimento ou atividade, não podendo ser superior a 6 (seis) anos.

22. (IBFC/POLÍTICA CIENTÍFICA-PR – 2017) Para cada etapa do processo de licenciamento ambiental, é necessária a licença adequada: no planejamento de um empreendimento ou de uma atividade, a licença prévia (LP); na construção da obra, a licença de instalação (LI) e, na operação ou funcionamento, a licença de operação (LO). Assinale a alternativa correta.

a) A LO autoriza a instalação do empreendimento ou atividade, com a concomitante aprovação dos detalhamentos e cronogramas de implementação dos planos e programas de controle ambiental.

b) A LI autoriza o interessado a iniciar a operação do empreendimento. Tem por finalidade aprovar a forma proposta de convívio do empreendimento com o meio ambiente, durante um tempo finito, equivalente aos seus primeiros anos de operação.

c) LP é concedida na fase preliminar do planejamento do empreendimento ou atividade aprovando sua localização e concepção, atestando a viabilidade ambiental e estabelecendo requisitos básicos para próximas fases.

d) A LO não possui validade, uma vez que os empreendimentos que o obtêm se comprometem a manter os programas de controle ambiental e realizar, periodicamente, a avaliação de seus resultados.



e) O prazo de validade da LO será, no mínimo, igual ao estabelecido pelo cronograma de instalação do empreendimento ou atividade, não podendo ser superior a seis anos, de acordo com o artigo 18, inciso II, da Resolução Conama nº 237, de 1997.

23. (FGV/CODEBA - 2016) No processo de licenciamento ambiental é concedida, na fase preliminar do planejamento do empreendimento, uma licença aprovando sua localização e concepção, estabelecendo os requisitos básicos e condicionantes a serem atendidos nas próximas fases de sua implementação.

Essa licença é denominada

- a) licença primária.
 - b) licença de operação.
 - c) licença de viabilidade.
 - d) licença prévia.
 - e) licença de instalação.
24. (FGV/PREFEITURA DE FLORIANÓPOLIS-SC - 2014) Em relação aos tipos de licenças ambientais, a Resolução CONAMA nº 237 define a licença concedida na fase preliminar do planejamento do empreendimento ou atividade, aprovando sua localização e concepção, atestando a viabilidade ambiental e estabelecendo os requisitos básicos e condicionantes a serem atendidos nas próximas fases de sua implementação, como licença:
- a) de instalação;
 - b) de localização;
 - c) de operação;
 - d) prévia;
 - e) básica.



GABARITO



GABARITO

1. B
2. E
3. ERRADA
4. ERRADA
5. A
6. A
7. ERRADA
8. C

9. C
10. B
11. C
12. D
13. C
14. A
15. D
16. D

17. E
18. B
19. C
20. E
21. D
22. C
23. D
24. D



LISTA DE QUESTÕES – ESTUDO DE IMPACTO AMBIENTAL E RELATÓRIO DE IMPACTO SOBRE MEIO AMBIENTE (EIA-RIMA) - MULTIBANCAS



1. (CEBRASPE/PETROBRÁS – 2022) Acerca de licenciamento ambiental, julgue o item a seguir.

O estudo de impacto ambiental deve conter, necessariamente, o diagnóstico ambiental da área de influência do projeto, a análise dos impactos ambientais e a definição das medidas mitigadoras dos impactos negativos ao meio ambiente.

2. (CEBRASPE/IBAMA – 2022) Acerca de licenciamento ambiental, julgue o item subsequente.

Para fins de elaboração do EIA-RIMA, o meio físico envolve o subsolo, as águas, o ar e o clima.

3. (CEBRASPE/MPE-SC – 2021) Uma empresa pretende instalar, em determinado município, uma indústria que trabalhará com extração de cerâmica e produção de telhas. Para tanto, ela solicitou o licenciamento ambiental ao órgão de meio ambiente do estado.

A respeito da situação hipotética apresentada e dos aspectos legais a ela relacionados, julgue o item a seguir.

Antes da expedição da licença, o órgão estadual de meio ambiente deverá desenvolver o estudo prévio de impacto ambiental (EIA) e emitir o respectivo relatório de impacto ambiental (RIMA), para evitar, mitigar e compensar os impactos ambientais do empreendimento.

4. (FUNDATEC/PREFEITURA DE CANDELÁRIA-RS – 2021) Dependerá de elaboração de Estudo de Impacto Ambiental e respectivo Relatório de Impacto Ambiental – RIMA o licenciamento de atividades modificadoras do meio ambiente, EXCETO:

- a) Obras hidráulicas para exploração de recursos hídricos, como barragem para fins hidrelétricos com capacidade superior a 10MW.
- b) Usinas de geração de eletricidade, qualquer que seja a fonte de energia primária, acima de 10MW.
- c) Exploração econômica de madeira ou de lenha, em áreas acima de 100 hectares ou menores, quando atingir áreas significativas em termos percentuais ou de importância do ponto de vista ambiental.
- d) Projetos urbanísticos, acima de 100 ha ou em áreas consideradas de relevante interesse ambiental.



e) Projetos agropecuários que contemplem áreas acima de 1.000 ha ou menores, neste caso, quando se tratar de áreas significativas em termos percentuais ou de importância do ponto de vista ambiental, exceto nas áreas de proteção ambiental.

5. (INSTITUTO AOCP/PREFEITURA DE NOVO HAMBURGO-RS – 2020) O licenciamento de atividades modificadoras do meio ambiente, tais como a extração de combustível fóssil e a extração de minério, depende da elaboração

- a) de plano de manejo e estudo ambiental da área.
- b) de estudo de impacto ambiental e plano de manejo de recursos minerais e hídricos.
- c) do plano estratégico de exploração ambiental e relatório de impacto ambiental.
- d) do planejamento da exploração de recursos ambientais e plano de manejo.
- e) do estudo de impacto ambiental e respectivo relatório de impacto ambiental.

6. (CEBRASPE/MPE-PI – 2019) O estudo prévio de impacto ambiental

- a) é previsto expressamente na Constituição Federal de 1988.
- b) é exigível em todos os procedimentos de licenciamento ambiental.
- c) deve ser apresentado somente depois de concedida a licença de instalação.
- d) deve ser dispensado sempre que ocorrer uma audiência pública sobre o empreendimento.
- e) é exclusivo e dispensa o relatório de impacto ao meio ambiente.

7. (OBJETIVA/PREFEITURA DE CHAPECÓ - 2019) Sobre o RIMA, analisar os itens abaixo:

I. É um resumo do estudo de impacto ambiental.

II. Oferece informações essenciais para que a população tenha conhecimento das vantagens e desvantagens do projeto e as consequências ambientais de sua implementação.

III. É um relatório gerencial.

Estão CORRETOS:

- a) Somente os itens I e II.
- b) Somente os itens I e III.
- c) Somente os itens II e III.
- d) Todos os itens.

8. (IAUPE/PREFEITURA DE PETROLINA - 2019) Algumas atividades modificadoras do meio ambiente dependem da elaboração do estudo de impacto ambiental – EIA e o respectivo relatório de impacto ambiental – RIMA, a serem submetidos à aprovação do órgão competente. Sobre isso, analise os itens a seguir:



- I. Estradas de rodagem com uma ou mais faixas de rolamento
- II. Ferrovias
- III. Linhas de transmissão de energia elétrica acima de 230KV
- IV. Projetos urbanísticos acima de 50ha
- V. Qualquer atividade que utilize carvão vegetal em quantidade superior a cinco toneladas por dia

Estão CORRETOS apenas

- a) I e IV.
 - b) I e V.
 - c) II e III.
 - d) IV e V.
 - e) I, IV e V.
9. (IAUPE/PREFEITURA DE PETROLINA - 2019) No Estudo de Impacto Ambiental – EIA, é preciso desenvolver um mínimo de atividades técnicas. Sobre esse assunto, analise os itens abaixo:
- I. Prognóstico ambiental da área de influência do projeto.
 - II. Diagnóstico ambiental da área de influência do projeto.
 - III. Análise dos aspectos ambientais dos projetos.
 - IV. Elaboração do programa de acompanhamento e monitoramento dos impactos ambientais.
 - V. Análise dos processos ambientais.

Está(ão) CORRETO(S)

- a) I.
 - b) II e IV.
 - c) III.
 - d) V.
 - e) I, III e V.
10. (INSTITUTO AOCP/ITEP-RN – 2018) Um indivíduo foi convidado por uma empresa para realizar um RIMA (Relatório de Impacto Ambiental) que visa à instalação de uma barragem em um rio localizado entre dois municípios.

Segundo a Resolução do CONAMA nº1/1986, alterada pelas Resoluções nº 11/1986, nº 5/1987 e nº 237/1997, deverão constar no relatório, EXCETO

- a) um diagnóstico ambiental da área de implantação do projeto considerando: o meio físico, o meio biológico e o meio socioeconômico.
- b) um programa de acompanhamento e monitoramento dos impactos positivos e negativos.



- c) uma indicação de sigilo durante o período de análise técnica do RIMA.
- d) mapas, cartas, quadros, gráficos e demais técnicas de comunicação visual, que esclareçam todas as consequências ambientais de sua implementação.
- e) os objetivos e as justificativas do projeto, sua relação e compatibilidade com as políticas setoriais, planos e programas governamentais.

11. (ACEP/PREFEITURA DE ARACATI-CE - 2018) O Estudo de Impacto Ambiental (EIA) e o Relatório de Impacto Ambiental (RIMA), foram regulamentados a partir da Resolução nº 001, de 23 de janeiro de 1986, como importantes instrumentos de controle e licenciamento ambiental de empreendimentos e atividades urbana ou rurais. Sobre o assunto, é correto afirmar que:

- a) dependem de Estudo de Impacto Ambiental e de Relatório de Impacto Ambiental (RIMA) projetos urbanísticos acima de 10 ha ou em áreas consideradas de relevante interesse ambiental.
- b) usinas de geração de eletricidade, com fontes de energia secundária e que estejam acima de 10 MW, dependem de Estudo de Impacto Ambiental e de Relatório de Impacto Ambiental (RIMA).
- c) Estudo de Impacto Ambiental e Relatório de Impacto Ambiental (RIMA) são obrigatórios para todas as atividades de exploração econômica de madeira ou de lenha.
- d) dependem de Estudo de Impacto Ambiental e de Relatório de Impacto Ambiental (RIMA) projetos Agropecuários que contemplem áreas acima de 1.000 ha, ou menores quando forem áreas de importância ambiental.

12. (ACEP/PREFEITURA DE ARACATI-CE - 2018) À luz da Política Nacional de Meio Ambiente e das Resoluções do CONAMA, assinale a alternativa correta sobre o Estudo de Impacto Ambiental:

- a) O Estudo de Impacto Ambiental, deve atender à legislação e aos princípios e objetivos da Lei de Política Nacional do Meio Ambiente, considerando planos e programas governamentais, propostos ou em implantação na área de influência do projeto.
- b) Apesar do Estudo de Impacto Ambiental ser prévio à implantação do empreendimento, o efetivo impacto ocorre com a operação das atividades, portanto a avaliação dos impactos ambientais iniciará com o começo da operação.
- c) Diagnóstico, análise dos impactos ambientais e definição das ações mitigadoras são todas as etapas do Estudo de Impacto Ambiental.
- d) Os custos com Relatório de Impacto Ambiental serão divididos, proporcionalmente, entre dono do terreno, proponente do projeto e órgão licenciador.

13. (FADESP/PREFEITURA DE CAPADAMA-PA - 2018) Considere as seguintes atividades modificadoras do meio ambiente:

- I. portos;
- II. ferrovias;
- III. aeroportos;
- IV. estradas de rodagem com duas faixas de rolamento.



Dependerá de elaboração de estudo de impacto ambiental (EIA) e respectivo relatório de impacto ambiental (RIMA), a serem submetidos à aprovação do órgão ambiental competente, o licenciamento das atividades

- a) II e III.
- b) I e IV.
- c) II, III e IV.
- d) I, II, III e IV.

14. (INSTITUTO MACHADO DE ASSIS/PREFEITURA DE CAXIAS-MA - 2018) Com relação aos instrumentos de avaliação de impacto ambiental, Estudo de Impacto Ambiental (EIA) e o Relatório de Impacto Ambiental (RIMA), assinale a alternativa incorreta:

a) O EIA/RIMA cumpre o princípio da publicidade, pois permite a participação pública na aprovação de um processo de licenciamento ambiental que contenha esse tipo de estudo, através de audiências públicas com a comunidade que será afetada pela instalação do projeto.

b) A obrigação da elaboração de um estudo de Avaliação de Impacto Ambiental (AIA), na forma de um EIA/RIMA, é imposta apenas para algumas atividades com potencial altamente poluidor pelos órgãos licenciadores competentes (estadual, municipal e o IBAMA) e pela legislação pertinente como a Resolução CONAMA nº 001 de 1986, no âmbito do processo de licenciamento ambiental.

c) O Estudo de Impacto Ambiental e o Relatório de Impacto sobre o Meio Ambiente são um conjunto, e a diferença entre esses dois documentos é que apenas o EIA é de acesso público, pois o RIMA contém maior número de informações sigilosas a respeito da atividade. Assim, o texto do EIA deve ser mais acessível ao público e instruído por mapas, quadros, gráficos e tantas outras técnicas quantas forem necessárias ao entendimento claro das consequências ambientais do projeto.

d) O conteúdo de um EIA/RIMA é estipulado por termo de referências dos órgãos ambientais competentes e pela legislação pertinente.

15. (CS-UFG/CELG-GT – 2017) Determinada empresa consulta o órgão ambiental para obter informações sobre exigências para o processo de licenciamento ambiental de uma ferrovia, no que tange à apresentação do Estudo de Impacto ambiental e seu respectivo relatório (EIA/RIMA). Levando em conta os instrumentos legais que regulamentam o EIA/RIMA, deve-se considerar o seguinte:

a) o EIA/RIMA é um estudo amplo, integrante do licenciamento ambiental, destinado a avaliar os impactos ao meio ambiente natural, sem a abordagem dos impactos aos meios artificial e cultural, pois eles não integram o conceito de meio ambiente.

b) o EIA/RIMA é um estudo ambiental simplificado, exigido em todas as atividades e empreendimentos modificadores do meio ambiente, devendo ser apresentados e aprovados na etapa de obtenção da Licença de Instalação.

c) o EIA/RIMA, tendo em vista o respeito ao sigilo industrial, não será acessível ao público, sendo a consulta restrita às audiências públicas.



d) a licença ambiental para empreendimentos e atividades consideradas efetiva ou potencialmente causadoras de significativa degradação do meio dependerá de prévio estudo de impacto ambiental e respectivo relatório de impacto sobre o meio ambiente (EIA/RIMA).

16. (FGV/PREFEITURA DE OSASCO-SP – 2014) Em alguns processos de licenciamento ambiental, o órgão ambiental licenciador solicita que o empreendedor elabore o Termo de Referência (TR), reservando-se apenas o papel de julgá-lo e aprová-lo. Este Termo de Referência:

- a) visa estabelecer as referências econômicas que devem ser consideradas no licenciamento;
- b) consiste em um instrumento para analisar as possíveis consequências negativas do empreendimento, das atividades humanas ou das forças da natureza para a sociedade;
- c) é o estudo detalhado de todos os componentes ambientais e que servirão de base para o Relatório de Impacto Ambiental;
- d) visa estabelecer diretrizes, conteúdo e abrangência do estudo exigido do empreendedor e é o instrumento orientador da elaboração de qualquer tipo de estudo ambiental;
- e) é determinado pela Resolução CONAMA nº 006, de 16/09/87, e tem por objetivo apresentar um detalhamento de todos os custos referentes ao empreendimento, bem como das medidas de mitigação.

17. (FGV/TJ-AP – 2008) Analise as afirmativas a seguir:

I. Iniciar a construção, a instalação, a ampliação, a reforma ou o funcionamento de estabelecimentos, obras ou serviços potencialmente poluidores sem a prévia obtenção de licença ambiental constitui infração administrativa ambiental.

II. Compete aos órgãos ambientais estaduais competentes o licenciamento ambiental de atividades localizadas ou desenvolvidas em dois ou mais Estados.

III. O Estudo Prévio de Impacto Ambiental e seu respectivo Relatório de Impacto Ambiental (EIA/Rima) devem ser exigidos e apresentados antes da concessão da Licença Prévia, fase do licenciamento ambiental em que é analisada a localização e viabilidade ambiental do projeto.

IV. As audiências públicas realizadas no âmbito dos procedimentos de licenciamento ambiental destinam-se a fornecer informações sobre o projeto e seus impactos ambientais, bem como a possibilitar a discussão e o debate sobre o Relatório de Impacto Ambiental. As críticas e sugestões manifestadas durante as audiências públicas vinculam a decisão do órgão ambiental competente a respeito da concessão da licença ambiental ou do seu indeferimento.

Assinale:

- a) se somente as afirmativas I e II estiverem corretas.
- b) se somente as afirmativas I e III estiverem corretas.
- c) se somente as afirmativas II e IV estiverem corretas.



d) se somente as afirmativas III e IV estiverem corretas.

e) se todas as afirmativas estiverem corretas.



GABARITO



GABARITO

- | | | |
|------------|-------|-------|
| 1. CORRETA | 7. C | 13. D |
| 2. CORRETA | 8. C | 14. C |
| 3. ERRADA | 9. B | 15. D |
| 4. E | 10. C | 16. D |
| 5. E | 11. D | 17. B |
| 6. A | 12. A | |



QUESTÕES COMENTADAS – LICENCIAMENTO AMBIENTAL - CEBRASPE



1. (CEBRASPE/CAGEPA - 2024) No que se refere ao plano diretor e ao licenciamento ambiental, assinale a opção correta.

a) O licenciamento ambiental para empreendimentos em aglomerações urbanas fronteiriças ou em empreendimentos localizados ou desenvolvidos em dois ou mais estados deve ser realizado por um consórcio formado por órgãos municipais ou estaduais.

b) Os estudos ambientais, entre os quais o EIA/RIMA, devem ser realizados na fase de licença prévia, quando se definem as exigências que devem ser cumpridas para a concessão das licenças seguintes.

c) Fica a cargo dos municípios o licenciamento de atividades com significativo impacto ambiental que afetem diretamente a saúde, a segurança e o bem-estar da população.

d) O licenciamento ambiental ocorre em três etapas de licenças sucessivas; a licença de instalação define o início da atividade licenciada e o funcionamento de seus equipamentos de controle de poluição.

e) São exigidos estudos de impacto ambiental para projetos de parcelamento acima de 250 ha em áreas consideradas de relevante interesse ambiental.

Comentários

A **alternativa A** está errada. Lembre-se do princípio da predominância do interesse aplicável ao licenciamento ambiental. Se se trata de licenciamento de empreendimentos que envolvem dois ou mais estados ou áreas fronteiriças, trata-se de competência federal. Ademais, lembre-se que as atividades ou empreendimentos são autorizados ou licenciados somente por um único ente federativo (LC nº 140/2011, art. 13), não havendo que se falar em consórcio entre entes federativos.

A **alternativa B** está correta e é o nosso gabarito. Os estudos ambientais sempre possuem caráter preventivo, então devem ser realizados na fase da licença prévia, mais precisamente antes da sua emissão.

A **alternativa C** está errada. Não há qualquer previsão de que os municípios devam licenciar atividades de significativo impacto. Aos municípios cabe licenciar atividades de âmbito local e empreendimentos e atividades que sejam localizados ou sejam desenvolvidos em unidades de conservação instituídas pelo próprio município, exceto APAs (LC nº 140/2011, art. 9º, XIV). Como normalmente as atividades com significativo impacto ambiental extrapolam o âmbito local, elas costumam ser licenciadas pelos órgãos ambientais estaduais ou federais.

A **alternativa D** está errada, pois a Licença de Instalação (LI) autoriza a construção e a instalação do empreendimento, não o início da operação, o que somente ocorre com a Licença de Operação (LO).



A **alternativa E** está errada. Segundo o art. 2º, XV, da Resolução Conama nº 001/1986, exige-se EIA/RIMA para projetos urbanísticos acima de 100 ha (não 250) ou em áreas consideradas de relevante interesse ambiental.

2. (CEBRASPE/TCE-AC - 2024) Julgue o item a seguir, relativo ao licenciamento ambiental, com base na Resolução CONAMA n.º 237/1997.

Para atividade de lavra de material radioativo em área situada em apenas um estado da Federação, o licenciamento será emitido pelo órgão estadual competente.

Comentários

Para lembrar das competências do licenciamento previstas na LC nº 140/2011, facilita muito lembrar de algumas palavras-chave. Falou em empreendimentos localizados no mar territorial, na plataforma continental, na zona econômica-exclusiva, em terras indígenas, em áreas fronteiriças, em dois ou mais estados, falou de competência da União. Da mesma forma, qualquer atividade com material radioativo também será competência da União (não do estado, como afirma a questão), nos termos do art. 7º:

Art. 7º São ações administrativas da União:

(...)

XIV - promover o licenciamento ambiental de empreendimentos e atividades:

- a) localizados ou desenvolvidos conjuntamente no Brasil e em país limítrofe;*
- b) localizados ou desenvolvidos no mar territorial, na plataforma continental ou na zona econômica exclusiva;*
- c) localizados ou desenvolvidos em terras indígenas;*
- d) localizados ou desenvolvidos em unidades de conservação instituídas pela União, exceto em Áreas de Proteção Ambiental (APAs);*
- e) localizados ou desenvolvidos em 2 (dois) ou mais Estados;*
- f) de caráter militar, excetuando-se do licenciamento ambiental, nos termos de ato do Poder Executivo, aqueles previstos no preparo e emprego das Forças Armadas, conforme disposto na Lei Complementar no 97, de 9 de junho de 1999;*
- g) destinados a pesquisar, lavrar, produzir, beneficiar, transportar, armazenar e dispor material radioativo, em qualquer estágio, ou que utilizem energia nuclear em qualquer de suas formas e aplicações, mediante parecer da Comissão Nacional de Energia Nuclear (Cnen); ou*
- h) que atendam tipologia estabelecida por ato do Poder Executivo, a partir de proposição da Comissão Tripartite Nacional, assegurada a participação de um membro do Conselho Nacional do Meio Ambiente (Conama), e considerados os critérios de porte, potencial poluidor e natureza da atividade ou empreendimento.*



Gabarito: errado.

3. (CEBRASPE/TCE-AC - 2024) Julgue o item a seguir, relativo ao licenciamento ambiental, com base na Resolução CONAMA n.º 237/1997.

No caso hipotético da implantação de uma rodovia no Acre, cujo traçado adentre o Parque Nacional da Serra do Divisor, o licenciamento ambiental seria de responsabilidade do IBAMA.

Comentários

A Lei Complementar nº 140/2011 determina que empreendimentos que sejam desenvolvidos ou estejam localizados em Unidades de Conservação federais, exceto APAs, são licenciados pela União. O Ibama é o órgão licenciador da União.

Gabarito: certo.

4. (CEBRASPE/TCE-AC - 2024) Julgue o item a seguir, relativo ao licenciamento ambiental, com base na Resolução CONAMA n.º 237/1997.

A renovação da licença de operação para atividade de beneficiamento de borracha natural deve ser requerida pelo empreendedor com antecedência mínima de sessenta dias da expiração do prazo de validade da respectiva licença.

Comentários

Falou em renovação de licenças ambientais, lembre-se do prazo de 120 dias (não 60) previsto no art. 14 da LC nº 140/2011:

Art. 14. Os órgãos licenciadores devem observar os prazos estabelecidos para tramitação dos processos de licenciamento.

(...)

§ 4º A renovação de licenças ambientais deve ser requerida com antecedência mínima de 120 (cento e vinte) dias da expiração de seu prazo de validade, fixado na respectiva licença, ficando este automaticamente prorrogado até a manifestação definitiva do órgão ambiental competente.

Lembrando que o STF, na ADI 4757/DF deu interpretação conforme à Constituição Federal a esse § 4º para estabelecer que a omissão ou mora administrativa imotivada e desproporcional na manifestação definitiva sobre os pedidos de renovação de licenças ambientais instaura a competência supletiva dos demais entes federados nas ações administrativas de licenciamento e na autorização ambiental.

Gabarito: errado.

5. (CEBRASPE/PREFEITURA DE MOSSORÓ-RN - 2024) Julgue o item subsequente, referente à Resolução CONAMA n.º 237/1997.



A licença de instalação é concedida na fase preliminar do planejamento do empreendimento ou atividade, atestando a viabilidade ambiental e estabelecendo os requisitos básicos e condicionantes a serem atendidos nas próximas fases de sua implementação.

Comentários

A descrição da assertiva se refere à Licença Prévia (LP), que atesta a viabilidade ambiental. A Licença de Instalação (LI) é concedida após a LP e autoriza a instalação do empreendimento.

Gabarito: errado.

6. (CEBRASPE/PREFEITURA DE MOSSORÓ-RN - 2024) Julgue o item subsequente, referente à Resolução CONAMA n.º 237/1997.

Na renovação da licença de operação, o órgão ambiental competente poderá diminuir o seu prazo de validade, após avaliação do desempenho ambiental da atividade.

Comentários

A licença de operação (LO) possui um prazo de validade mínimo de quatro anos e máximo de dez anos, conforme prevê o art. 18, III, da Resolução Conama nº 237/1997. Então, quando da renovação da LO, o órgão ambiental de fato poderá aumentar ou diminuir o prazo desde que de forma justificada e obedecendo esses limites.

Gabarito: certo.

7. (CEBRASPE/PREFEITURA DE MOSSORÓ-RN - 2024) Julgue o item subsequente, referente à Resolução CONAMA n.º 237/1997.

As licenças ambientais devem ser expedidas exclusivamente de forma sucessiva de acordo com a natureza, as características ou a fase do empreendimento ou atividade.

Comentários

Segundo a Resolução Conama nº 237/1997, art. 8º, parágrafo único, as licenças ambientais poderão ser expedidas isolada ou sucessivamente, de acordo com a natureza, características e fase do empreendimento ou atividade. Logo, não é "exclusivamente" de forma sucessiva.

Aliás, geralmente palavras muito limitantes ou genéricas, como "somente", "apenas" e "exclusivamente" tornam a assertiva incorreta.

Gabarito: errado.

8. (CEBRASPE/CÂMARA DE MACEIÓ-AL- 2024) Em relação ao licenciamento ambiental e ao estudo de impacto ambiental (EIA), julgue o item a seguir com base nas Resoluções n.º 1/1986 e n.º 237/1997 do Conselho Nacional do Meio Ambiente (CONAMA).



Um empreendimento pode ser licenciado por mais de um ente federativo, caso em que cada um deles deverá emitir uma certidão que declare que o local e o tipo de empreendimento estão em conformidade com a legislação que disciplina o uso e a ocupação do solo.

Comentários

Os empreendimentos e atividades são sempre licenciados ou autorizados por um único ente federativo. Qualquer assertiva que dê a entender que pode haver licenciamento conjunto entre dois ou mais entes está errada.

Gabarito: errado.

- 9. (CEBRASPE/CÂMARA DE MACEIÓ-AL- 2024) A respeito da responsabilidade ambiental, da gestão de florestas públicas, conforme disposto na Lei n.º 11.284/2006, e do Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza (SNUC), consoante dispõe a Lei n.º 9.985/2000, julgue o item a seguir.**

Conforme a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça (STJ), erro na concessão de licença ambiental configura fato de terceiro capaz de interromper o nexo causal na reparação por eventuais danos ao meio ambiental.

Comentários

O STJ já decidiu que o erro na concessão de licença ambiental não configura fato de terceiro capaz de interromper o nexo causal na reparação por lesão ao meio ambiente (Info 671).

Em outras palavras, se houve qualquer erro na concessão da licença e, posteriormente, houve dano ambiental causado pelo empreendimento, o nexo causal entre a comissão da infração e suas consequências não ficará prejudicado em razão de excludentes de responsabilidade, como é o caso de fatos de terceiros, caso fortuito ou força maior. Assim, nesse caso, a empresa poderá ser responsabilizada pelos danos causados.

Gabarito: errado.

- 10. (CEBRASPE/MP-GO - 2024) Considerando o licenciamento ambiental e o disposto na legislação ambiental, julgue o item a seguir.**

Para a concessão da licença prévia e da autorização para supressão da vegetação, deve-se observar cada modalidade de licenciamento ambiental e atender suas peculiaridades.

Comentários

Questão meio estranha, mas que não possui incorreção. É evidente que a correta observação das modalidades de licenciamento ambiental e de suas peculiaridades é essencial para que a autorização para supressão de vegetação esteja devidamente embasada em critérios técnicos e legais, evitando irregularidades ou danos ambientais indevidos.

Gabarito: certo.



11. (CEBRASPE/MP-GO - 2024) Considerando o licenciamento ambiental e o disposto na legislação ambiental, julgue o item a seguir.

De acordo com a Resolução CONAMA n.º 237/1997, a licença prévia é concedida no ato de instalação do empreendimento ou atividade de acordo com as especificações constantes dos planos, programas e projetos aprovados, incluindo-se as medidas de controle ambiental e demais condicionantes.

Comentários

A licença que é concedida no ato de instalação é a licença de...INSTALAÇÃO, claro! Não a licença prévia.

Gabarito: errado.

12. (CEBRASPE/MP-GO - 2024) Julgue o item seguinte, que trata da legislação ambiental aplicada a obras e serviços de engenharia.

A competência para licenciamento ambiental de instalação de empreendimentos com impacto local é do órgão ambiental estadual, que poderá delegá-la ao município por instrumento legal ou convênio.

Comentários

Licenciamento de impacto/âmbito local é competência dos municípios, conforme dispõe o inciso XIV do art. 9º da LC nº 140/2011. Claro que se o município não possuir condições de licenciar, como um órgão e servidores capacitados para tal, o estado irá atuar supletivamente. Mas é errado dizer que já se trataria de competência estadual.

Gabarito: errado.

13. (CEBRASPE/MP-GO - 2024) Com relação aos aspectos culturais, ambientais e institucionais do estado do Tocantins, julgue o item subsequente.

O controle ambiental efetuado pelo registro de reservas legais e o licenciamento ambiental são obrigações legais, sendo o último uma ação posterior à instalação de qualquer atividade potencialmente poluidora do meio ambiente.

Comentários

Lembre-se de que o licenciamento ambiental é um instrumento preventivo, então deve ser aplicado previamente à consolidação das atividades potencialmente poluidoras, não de forma posterior.

Gabarito: errado.

14. (CEBRASPE/PREFEITURA DE CACHOEIRO DE ITAPEMIRIM-ES - 2024) Com relação à PNMA, ao CONAMA e aos instrumentos de gestão de recursos hídricos, julgue o item subsequente.

O licenciamento ambiental consiste em procedimento administrativo pelo qual o órgão competente autoriza e regulamenta a localização, instalação, ampliação e operação de empreendimentos e atividades que utilizem recursos ambientais que possam poluir ou degradar o meio ambiente.



Comentários

É isso mesmo! Recordemos a definição de licenciamento ambiental previsto na LC nº 140/2011 (art. 2º, I):

procedimento administrativo destinado a licenciar atividades ou empreendimentos utilizadores de recursos ambientais, efetiva ou potencialmente poluidores ou capazes, sob qualquer forma, de causar degradação ambiental;

Agora, vejamos a definição trazida pela Resolução Conama nº 237/1997 (art. 1º, I):

procedimento administrativo pelo qual o órgão ambiental competente licencia a localização, instalação, ampliação e a operação de empreendimentos e atividades utilizadoras de recursos ambientais consideradas efetiva ou potencialmente poluidoras ou daquelas que, sob qualquer forma, possam causar degradação ambiental, considerando as disposições legais e regulamentares e as normas técnicas aplicáveis ao caso;

São definições distintas, mas ambas corretas.

Gabarito: certo.

15. (CEBRASPE/INPI - 2024) Julgue o item subsequente, à luz das resoluções do CONAMA e da legislação ambiental vigente.

Quando o impacto ambiental de âmbito regional de uma obra pública for significativo, o IBAMA estará impedido de delegar o licenciamento para estados da Federação.

Comentários

Segundo o § 2º do art. 4º da Resolução Conama nº 237/1997, o Ibama, ressalvada sua competência supletiva, poderá, sim, delegar aos estados o licenciamento de atividade com significativo impacto ambiental de âmbito regional, uniformizando, quando possível, as exigências.

Gabarito: errado.

16. (CEBRASPE/INPI - 2024) Julgue o item subsequente, à luz das resoluções do CONAMA e da legislação ambiental vigente.

No licenciamento de um empreendimento potencialmente poluidor, o início das obras está condicionado à obtenção da licença de instalação.

Comentários

É isso mesmo! A Licença de Instalação (LI) autoriza a instalação do empreendimento ou atividade de acordo com as especificações constantes dos planos, programas e projetos aprovados, incluindo as medidas de controle ambiental e demais condicionantes, da qual constituem motivo determinante.

Gabarito: certo.



17. (CEBRASPE/SEFIN FORTALEZA - 2023) Com base na Resolução do CONAMA n.º 237/1997, julgue o item a seguir, a respeito de licenciamento ambiental.

A licença prévia é concedida durante a fase de execução do empreendimento, atestando sua viabilidade ambiental e definindo requisitos e condicionantes básicos para as etapas futuras.

Comentários

De fato a licença prévia atesta a viabilidade ambiental e define requisitos e condicionantes básicos as etapas futuras, mas ela não é concedida durante a fase de execução do empreendimento, mas sim previamente à execução.

Gabarito: errado.

18. (CEBRASPE/SEFIN FORTALEZA - 2023) Com base na Resolução do CONAMA n.º 237/1997, julgue o item a seguir, a respeito de licenciamento ambiental.

A licença de operação autoriza a instalação do empreendimento ou da atividade de acordo com as especificações constantes em planos, programas e projetos aprovados.

Comentários

A licença que autoriza a instalação é a licença de...INSTALAÇÃO! A licença de operação autoriza o início da operação do empreendimento já instalado.

Gabarito: errado.

19. (CEBRASPE/PREFEITURA DE SÃO CRISTÓVÃO-SE - 2023) A respeito dos procedimentos gerais de licenciamento ambiental, julgue os seguintes itens.

I - Na fase do requerimento da licença prévia, podem ser solicitados o estudo de impacto ambiental e o relatório de controle ambiental que auxiliam na identificação de possíveis impactos ambientais do projeto.

II - O empreendedor, como interessado direto, é o principal responsável por monitorar, depois de expedida a licença de operação, o cumprimento das condicionantes determinadas nas licenças anteriormente concedidas ao longo do processo de instalação.

III - O prazo de validade da licença de operação, a ser expedida a critério do órgão ambiental licenciador, é de quatro a dez anos, improrrogáveis.

Assinale a opção correta.

- a) Nenhum item está certo.
- b) Apenas o item I está certo.
- c) Apenas os itens II e III estão certos.
- d) Todos os itens estão certos.



Comentários

O item I está correto. Qualquer tipo de estudo aplicável ao caso será solicitado pelo órgão ambiental na primeira fase do processo de licenciamento, para emissão da licença prévia.

O item II está errado. Apesar de o órgão ambiental poder exigir automonitoramento de certas atividades por parte do empreendedor, é incorreto afirmar que este é o principal responsável por fazê-lo, porque é o próprio órgão ambiental que possui a incumbência de monitorar e fiscalizar tais atividades e empreendimentos licenciados.

O item III está errado, pois a licença de operação pode, sim, ser prorrogada.

Gabarito: alternativa B.

20. (CEBRASPE/PREFEITURA DE SÃO CRISTÓVÃO-SE - 2023) O procedimento administrativo pelo qual o órgão ambiental competente licencia a localização, a instalação, a ampliação e a operação de empreendimentos e atividades utilizadoras de recursos ambientais, consideradas efetiva ou potencialmente poluidoras, considerando as disposições legais e regulamentares e as normas técnicas aplicáveis ao caso, é denominado

- a) licença ambiental.
- b) impacto ambiental.
- c) licenciamento ambiental.
- d) estudos ambientais.

Comentários

Questão conceitual, bem tranquila.

Trata-se da definição de licenciamento ambiental prevista na Res. Conama nº 237/1997, art. 1º:

I - Licenciamento Ambiental: procedimento administrativo pelo qual o órgão ambiental competente licencia a localização, instalação, ampliação e a operação de empreendimentos e atividades utilizadoras de recursos ambientais, consideradas efetiva ou potencialmente poluidoras ou daquelas que, sob qualquer forma, possam causar degradação ambiental, considerando as disposições legais e regulamentares e as normas técnicas aplicáveis ao caso.

Não confundir o licenciamento ambiental, que é o procedimento administrativo como um todo, com as licenças ambientais, que são atos administrativos dentro desse procedimento:

II - Licença Ambiental: ato administrativo pelo qual o órgão ambiental competente, estabelece as condições, restrições e medidas de controle ambiental que deverão ser obedecidas pelo empreendedor, pessoa física ou jurídica, para localizar, instalar, ampliar e operar empreendimentos ou atividades utilizadoras dos recursos ambientais consideradas efetiva ou potencialmente poluidoras ou aquelas que, sob qualquer forma, possam causar degradação ambiental.

Gabarito: alternativa C.



21. (CEBRASPE/PREFEITURA DE SÃO CRISTÓVÃO-SE - 2023) Acerca da descentralização dos procedimentos de licenciamento ambiental, assinale a opção correta.

- a) Cabe aos estados o licenciamento ambiental de atividades ou empreendimentos localizados ou desenvolvidos em áreas de proteção ambiental (APA).
- b) Incumbe ao município autorizar a supressão de vegetação em decorrência de licenciamentos ambientais dentro da sua circunscrição, mesmo quando o licenciamento for concedido pelo estado.
- c) Compete à União promover o licenciamento ambiental de empreendimentos e atividades localizados ou desenvolvidos em terras indígenas.
- d) Mais de um ente federativo poderá conceder, concomitantemente, licença ou autorização ambiental a empreendimentos e atividades.

Comentários

A **alternativa A** está errada. Não há qualquer previsão que empreendimentos em APAs devem ser licenciados pelos estados. A competência vai depender de cada caso, devendo-se observar o porte, natureza e potencial poluidor do empreendimento.

A **alternativa B** está errada, pois, no caso de licenciamento estadual, o próprio estado irá autorizar a supressão de vegetação dele decorrente (LC nº 140/2011, art. 8º, XVI, "c"). Inclusive, a norma prevê que a supressão de vegetação decorrente de licenciamentos ambientais é autorizada pelo ente federativo licenciador (art. 13, § 2º).

A **alternativa C** está correta e é o nosso gabarito. Lembre-se dos termos-chave relativos aos licenciamentos de competência da União (terras indígenas, mar territorial, zona econômica-exclusiva, plataforma continental etc.).

A **alternativa D** está errada, uma vez que as licenças ou autorizações são concedidas sempre por um único ente federativo (LC nº 140/2011), devendo-se obedecer às prescrições da Lei Complementar nº 140/2011 para se decidir qual ente é competente em cada caso.

22. (CEBRASPE/PREFEITURA DE SÃO CRISTÓVÃO-SE - 2023) No processo de licenciamento ambiental de uma atividade, a realização de audiência pública foi solicitada pelo Ministério Público e por um grupo de cidadãos. A licença foi concedida sem a realização da audiência, apesar de a solicitação ter sido feita dentro do prazo estabelecido em lei.

Nessa situação hipotética, a licença ambiental

- a) deve ser cancelada e um novo processo de licenciamento deve ser iniciado.
- b) não é válida, nos termos da lei.
- c) é válida, porquanto não depende da realização da audiência.
- d) deve ser suspensa até a realização da audiência.

Comentários

Segundo a Resolução Conama nº 09/1987, sempre que julgar necessário, ou quando for solicitado por entidade civil, pelo Ministério Público, ou por 50 ou mais cidadãos, o órgão de meio ambiente deve



promove a realização de audiência pública. Assim, no caso de haver solicitação de audiência pública e na hipótese do Órgão Estadual não realizá-la, a licença concedida não terá validade (art. 2º, § 2º).

Então, no caso em tela, a licença não é válida, o que nos aproxima da alternativa B. Contudo, a banca pecou na frase "nos termos da lei", porque não se trata de lei, mas sim Resolução Conama. Apesar dessa imprecisão, a banca manteve o gabarito letra B.

Gabarito: alternativa B.

23. (CEBRASPE/PGE-RR - 2023) A respeito das competências ambientais, das licenças ambientais, da gestão de recursos hídricos e do Sistema Nacional do Meio Ambiente (SISNAMA), julgue o item que se segue.

Conforme a Resolução n.º 237/1997 do Conselho Nacional do Meio Ambiente (CONAMA), caberá ao município definir situações que demandam licença ambiental específica, dadas a natureza, as características e as peculiaridades da atividade ou do empreendimento.

Comentários

Na verdade, essa é uma competência do Conselho Nacional do Meio Ambiente (Conama), não do município, conforme prevê o art. 9º da Res. Conama n.º 237/1997:

Art. 9º O CONAMA definirá, quando necessário, licenças ambientais específicas, observadas a natureza, características e peculiaridades da atividade ou empreendimento e, ainda, a compatibilização do processo de licenciamento com as etapas de planejamento, implantação e operação.

Gabarito: errado.

24. (CEBRASPE/PGE-PA - 2023) A Lei Complementar n.º 140/2011 fixou normas para o exercício da competência comum dos entes federados em matérias relativas à proteção das paisagens naturais notáveis, à proteção do meio ambiente, ao combate à poluição em qualquer de suas formas e à preservação das florestas, da fauna e da flora. Considerando as disposições da Lei Complementar n.º 140/2011, assinale a opção correta a respeito da competência estadual em matéria de licenciamento e fiscalização ambiental.

a) Nos casos de licenciamento ambiental fora da competência estadual, em observância ao princípio da unidade do licenciamento ambiental, o estado poderá manifestar-se de forma vinculante sobre a possibilidade de liberação da atividade ou do empreendimento.

b) É vedado que um ente federativo delegue a outro a execução de ações administrativas das atividades previstas na Lei Complementar n.º 140/2011.

c) Compete aos estados aprovar o manejo e a supressão de vegetação, de florestas e de formações sucessoras em florestas públicas estaduais ou unidades de conservação do estado, exceto em áreas de proteção ambiental.

d) O estado deve atuar em caráter subsidiário nas ações administrativas de licenciamento e na autorização ambiental quando inexistir órgão ambiental capacitado ou conselho de meio ambiente no município.



e) Compete aos estados promover o licenciamento ambiental de empreendimentos e atividades localizados ou desenvolvidos em terras indígenas situadas em seus territórios.

Comentários

A **alternativa A** está errada. Os empreendimentos e atividades são licenciados ou autorizados, ambientalmente, por um único ente federativo. De fato, os demais entes federativos interessados podem manifestar-se ao órgão responsável pela licença ou autorização, mas sempre de maneira não vinculante, ou seja, tal manifestação não vincula a decisão do órgão licenciador, ele não precisa seguir tal manifestação.

A **alternativa B** está errada. Segundo o art. 5º da LC nº 140/2011, o ente federativo pode, sim, delegar, mediante convênio, a execução de ações administrativas a ele atribuídas naquela lei, desde que o ente destinatário da delegação disponha de órgão ambiental capacitado a executar as ações administrativas a serem delegadas e de conselho de meio ambiente.

A **alternativa C** está correta e é o nosso gabarito, conforme dispõe o art. 8º, XVI, da LC nº 140/2011:

Art. 8º São ações administrativas dos Estados:

(...)

XVI - aprovar o manejo e a supressão de vegetação, de florestas e formações sucessoras em:

a) florestas públicas estaduais ou unidades de conservação do Estado, exceto em Áreas de Proteção Ambiental (APAs);

b) imóveis rurais, observadas as atribuições previstas no inciso XV do art. 7º; e

c) atividades ou empreendimentos licenciados ou autorizados, ambientalmente, pelo Estado;

A **alternativa D** está errada, pois, nesse caso, a atuação seria supletiva, não subsidiária (art. 15).

Não confunda:

Atuação supletiva: ação do ente da Federação que se substitui ao ente federativo originariamente detentor das atribuições, nas hipóteses definidas na Lei Complementar nº 140/2011.

Atuação subsidiária: ação do ente da Federação que visa a auxiliar no desempenho das atribuições decorrentes das competências comuns, quando solicitado pelo ente federativo originariamente detentor das atribuições definidas na Lei Complementar nº 140/2011.

Não havendo órgão capacitado ou conselho no município, o estado irá substituí-lo nas atribuições originariamente a ele previstas.

A **alternativa E** está errada, pois o licenciamento em terras indígenas é de competência da União (art. 7º, XIV).

25. (CEBRASPE/PGE-SE - 2023) Considere-se que, no âmbito do licenciamento ambiental, determinado ato de órgão ambiental competente aprove, na fase preliminar do planejamento de um empreendimento, sua localização e concepção, atestando sua viabilidade ambiental e estabelecendo



os requisitos básicos e as condicionantes a serem atendidos nas próximas fases de sua implementação.

O ato descrito na hipótese precedente é denominado

- a) autorização.
- b) licença prévia.
- c) homologação.
- d) licença de instalação.
- e) licença de operação.

Comentários

Bem tranquila, certo?

É a Licença Prévia (LP) que é concedida na fase preliminar do planejamento do empreendimento ou atividade aprovando sua localização e concepção, atestando a viabilidade ambiental e estabelecendo os requisitos básicos e condicionantes a serem atendidos nas próximas fases de sua implementação.

Gabarito: alternativa B.

26. (CEBRASPE/MP-SC - 2023) Acerca do estudo de impacto ambiental (EIA) e do licenciamento ambiental, julgue o item seguinte.

Em unidades de conservação estaduais, exceto em áreas de proteção ambiental (APA), o licenciamento ambiental compete aos estados.

Comentários

Quando se tratar de empreendimentos ou atividades localizados ou desenvolvidos em unidades de conservação, a regra é a do ente instituidor da unidade. Então, se foi o estado que criou a unidade, ele que irá licenciar. A exceção são as APAs mesmo, para as quais deverá se observar a predominância do interesse:

Art. 8º São ações administrativas dos Estados:

(...)

XV - promover o licenciamento ambiental de atividades ou empreendimentos localizados ou desenvolvidos em unidades de conservação instituídas pelo Estado, exceto em Áreas de Proteção Ambiental (APAs);

Gabarito: certo.

27. (CEBRASPE/MP-SC - 2023) Acerca do estudo de impacto ambiental (EIA) e do licenciamento ambiental, julgue o item seguinte.



O EIA é requisito para o licenciamento de atividades ou de empreendimentos que possam, potencial ou efetivamente, causar significativa degradação da qualidade ambiental.

Comentários

Trata-se de previsão constitucional das mais importantes:

Art. 225

§ 1º Para assegurar a efetividade desse direito, incumbe ao Poder Público:

(...)

IV - exigir, na forma da lei, para instalação de obra ou atividade potencialmente causadora de significativa degradação do meio ambiente, estudo prévio de impacto ambiental, a que se dará publicidade;

Gabarito: certo.

28. (CEBRASPE/MP-SC - 2023) Acerca do estudo de impacto ambiental (EIA) e do licenciamento ambiental, julgue o item seguinte.

Desde que haja previsão em lei estadual, estará dispensado o licenciamento ambiental estadual ou municipal se as atividades ou os empreendimentos estiverem localizados em zonas urbanas consolidadas.

Comentários

O entendimento do STF (ADI 4529/MT) é que é inconstitucional norma estadual que cria dispensa do licenciamento ambiental para atividade potencialmente causadora de significativa degradação do meio ambiente, por invadir a competência legislativa geral da União (art. 24, VI, §§ 1º e 2º, da CF/88) e violar o direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado (art. 225, § 1º, IV, da CF/88).

Gabarito: errado.

29. (CEBRASPE/MP-SC - 2023) Acerca do estudo de impacto ambiental (EIA) e do licenciamento ambiental, julgue o item seguinte.

O objetivo precípua do EIA é subsidiar eventual responsabilização civil ou penal mediante a quantificação dos danos ambientais causados pelo poluidor.

Comentários

Precípua significa principal. Dizer que o principal objetivo do EIA é subsidiar responsabilização do poluidor é errado, pois o EIA consiste em instrumento preventivo de danos ambientais, enquanto a responsabilização é aplicada após a ocorrência da infração.

Gabarito: errado.

30. (CEBRASPE/AGU - 2023) Considerando-se as ações de cooperação previstas na Lei Complementar n.º 140/2011, é correto afirmar que as atividades localizadas no mar territorial e caracterizadas como



efetiva ou potencialmente poluidoras ou capazes, sob qualquer forma, de causar degradação ambiental sujeitam-se ao controle ambiental mediante

- a) licenciamento pela entidade ambiental federal.
- b) licenciamento conjunto entre a entidade ambiental federal e, quando existente, o órgão da polícia estadual ambiental responsável pela fiscalização da zona costeira.
- c) licenciamento conjunto entre o órgão ambiental estadual e o órgão ambiental municipal.
- d) licenciamento pelo órgão ambiental estadual.
- e) licenciamento pela entidade ambiental federal e autorização vinculante pelos órgãos ambientais estadual e municipal.

Comentários

Para lembrar das competências do licenciamento previstas na LC nº 140/2011, facilita muito lembrar de algumas palavras-chave. Falou em empreendimentos localizados no mar territorial, na plataforma continental, na zona econômica-exclusiva, em terras indígenas, em áreas fronteiriças, em dois ou mais estados, com material radioativo, falou de competência da União, nos termos do art. 7º:

Art. 7º São ações administrativas da União:

(...)

XIV - promover o licenciamento ambiental de empreendimentos e atividades:

- a) localizados ou desenvolvidos conjuntamente no Brasil e em país limítrofe;*
- b) localizados ou desenvolvidos no mar territorial, na plataforma continental ou na zona econômica exclusiva;***
- c) localizados ou desenvolvidos em terras indígenas;*
- d) localizados ou desenvolvidos em unidades de conservação instituídas pela União, exceto em Áreas de Proteção Ambiental (APAs);*
- e) localizados ou desenvolvidos em 2 (dois) ou mais Estados;*
- f) de caráter militar, excetuando-se do licenciamento ambiental, nos termos de ato do Poder Executivo, aqueles previstos no preparo e emprego das Forças Armadas, conforme disposto na Lei Complementar no 97, de 9 de junho de 1999;*
- g) destinados a pesquisar, lavrar, produzir, beneficiar, transportar, armazenar e dispor material radioativo, em qualquer estágio, ou que utilizem energia nuclear em qualquer de suas formas e aplicações, mediante parecer da Comissão Nacional de Energia Nuclear (Cnen); ou*
- h) que atendam tipologia estabelecida por ato do Poder Executivo, a partir de proposição da Comissão Tripartite Nacional, assegurada a participação de um membro do Conselho Nacional do Meio Ambiente*



(Conama), e considerados os critérios de porte, potencial poluidor e natureza da atividade ou empreendimento.

Gabarito: alternativa A.

31. (CEBRASPE/AGU - 2023) Considerando o art. 225 da Constituição Federal de 1988 (CF) e a jurisprudência do STF pertinente à possibilidade de licenciamento ambiental para atividade potencialmente poluidora, julgue os itens seguintes.

I A dispensa estadual do licenciamento de atividade impactante viola o direito fundamental ao meio ambiente ecologicamente equilibrado e configura inobservância dos princípios da proibição de retrocesso em matéria socioambiental, da prevenção e da precaução.

II A definição das atividades passíveis de licenciamento ambiental está prevista em resolução do Conselho Nacional do Meio Ambiente (CONAMA).

III A Constituição Federal de 1988 exige que seja realizado estudo prévio de impacto ambiental para a instalação de uma atividade potencialmente causadora de significativa degradação do meio ambiente, a exemplo da mineração.

Assinale a opção correta.

- a) Apenas o item II está certo.
- b) Apenas o item III está certo.
- c) Apenas os itens I e II estão certos.
- d) Apenas os itens I e III estão certos.
- e) Todos os itens estão certos.

Comentários

O item I está correto. O entendimento do STF (ADI 4529/MT) é que é inconstitucional norma estadual que cria dispensa do licenciamento ambiental para atividade potencialmente causadora de significativa degradação do meio ambiente, por invadir a competência legislativa geral da União (art. 24, VI, §§ 1º e 2º, da CF/88) e violar o direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado (art. 225, § 1º, IV, da CF/88).

O item II está correto, vide Anexo I da Resolução nº 237/1997.

O item III está correto, uma vez que o artigo 225, § 1º, IV, da CF/88 estabelece a incumbência do Poder Público de exigir a realização de estudo prévio de impacto ambiental para a instalação de obra ou atividade potencialmente causadora de significativa degradação ambiental. De forma complementar, a Resolução Conama nº 001/1986 lista diversas atividades sujeitas ao EIA/RIMA, entre as quais a de mineração.

Gabarito: alternativa E.

32. (CEBRASPE/PETROBRÁS – 2022) Acerca de licenciamento ambiental, julgue o item a seguir.



O estudo de impacto ambiental deve conter, necessariamente, o diagnóstico ambiental da área de influência do projeto, a análise dos impactos ambientais e a definição das medidas mitigadoras dos impactos negativos ao meio ambiente.

Comentários

O art. 6º da resolução CONAMA 001/86 determina que o EIA deve desenvolver, no mínimo, as seguintes atividades técnicas:

I - Diagnóstico ambiental da área de influência do projeto completa descrição e análise dos recursos ambientais e suas interações, tal como existem, de modo a caracterizar a situação ambiental da área, antes da implantação do projeto,

II - Análise dos impactos ambientais do projeto e de suas alternativas, através de identificação, previsão da magnitude e interpretação da importância dos prováveis impactos relevantes, discriminando: os impactos positivos e negativos (benéficos e adversos), diretos e indiretos, imediatos e a médio e longo prazos, temporários e permanentes; seu grau de reversibilidade; suas propriedades cumulativas e sinérgicas; a distribuição dos ônus e benefícios sociais.

III - Definição das medidas mitigadoras dos impactos negativos, entre elas os equipamentos de controle e sistemas de tratamento de despejos, avaliando a eficiência de cada uma delas.

IV - Elaboração do programa de acompanhamento e monitoramento dos impactos positivos e negativos, indicando os fatores e parâmetros a serem considerados.

Gabarito: certo.

33. (CEBRASPE/IBAMA – 2022) Acerca de licenciamento ambiental, julgue o item subsequente.

Para fins de elaboração do EIA-RIMA, o meio físico envolve o subsolo, as águas, o ar e o clima.

Comentários

Segundo o art. 6º da Res. Conama nº 001/1986, o estudo de impacto ambiental deve sim abranger o meio físico, isto é, o subsolo, as águas, o ar e o clima, destacando os recursos minerais, a topografia, os tipos e aptidões do solo, os corpos d'água, o regime hidrológico, as correntes marinhas, as correntes atmosféricas;

Gabarito: certo.

34. (CEBRASPE/PGE-PB - 2021) No que se refere ao licenciamento ambiental, julgue os itens a seguir.

I. Licenciamento ambiental é o procedimento administrativo pelo qual o órgão ambiental competente licencia a localização, a instalação, a ampliação e a operação de empreendimentos e atividades utilizadoras de recursos ambientais consideradas efetiva ou potencialmente poluidoras ou daquelas que, sob qualquer forma, possam causar degradação ambiental, considerando-se as disposições legais e regulamentares e as normas técnicas aplicáveis ao caso.

II. Todo empreendimento é passível de licenciamento ambiental.



III. É possível o licenciamento ambiental tácito quando o órgão ambiental competente permanece inerte quanto à expedição da licença.

Assinale a opção correta.

- a) Apenas o item I está certo.
- b) Apenas o item II está certo.
- c) Apenas o item III está certo.
- d) Apenas os itens I e II estão certos.
- e) Apenas os itens II e III estão certos.

Comentários

O primeiro item está **correto**, por aplicação do art. 1º, I, da Res. Conama nº 237/97.

O segundo item está **errado**. Nem todo empreendimento é passível de licenciamento, mas apenas aqueles considerados efetiva ou potencialmente poluidores, bem como os empreendimentos capazes, sob qualquer forma, de causar degradação ambiental.

O terceiro item está **errado**. O decurso dos prazos de licenciamento sem a emissão da licença ambiental **não** implica emissão tácita nem autoriza a prática de ato que dela dependa ou decorra.

Gabarito: alternativa A.

35. (CEBRASPE/PETROBRÁS – 2022) Acerca do licenciamento ambiental, julgue o item a seguir.

É da competência do IBAMA o licenciamento ambiental para a produção de petróleo e gás natural realizada no ambiente marinho e em zona de transição terra-mar.

Comentários

Segundo o art. 7º, XIV, “b”, da LC nº 140/2011, é ação administrativa da união promover o licenciamento ambiental de empreendimentos e atividades localizados ou desenvolvidos no mar territorial, na plataforma continental ou na zona econômica exclusiva.

Gabarito: certo.

36. (CEBRASPE/IBAMA – 2022) Acerca de competências ambientais e crimes ambientais, julgue o item a seguir.

Um estado da Federação terá competência para promover, no âmbito do seu território, o licenciamento ambiental de atividade utilizadora de recursos ambientais e potencialmente poluidora, desde que o respectivo conselho estadual do meio ambiente defina, previamente, a tipologia da atividade como causadora de impacto ambiental regional.

Comentários



Isso não é exigido para os estados, mas sim para o licenciamento no âmbito municipal (art. 9º, XIV, "a").

Gabarito: errado.

37. (CEBRASPE/IBAMA – 2022) Acerca de licenciamento ambiental, julgue o item subsequente.

É indelegável aos estados a competência do IBAMA para o licenciamento de atividade com significativo impacto ambiental de âmbito regional.

Comentários

Na verdade, o Ibama, ressalvada sua competência supletiva, pode sim delegar aos estados o licenciamento de atividade com significativo impacto ambiental de âmbito regional, uniformizando, quando possível, as exigências (Res. Conama nº 237/97, art. 4º, § 2º).

Gabarito: errado.

38. (CEBRASPE/IBAMA – 2022) A respeito da Política Nacional do Meio Ambiente, dos crimes ambientais, da proteção da vegetação nativa, das competências ambientais e das disposições do Regimento Interno do IBAMA, julgue o item seguinte.

Inexistindo no estado órgão ambiental capacitado, o governo deverá consultar o Ministério Público antes de emitir licenças ambientais.

Comentários

Segundo a Lei Complementar nº 140/2011, inexistindo órgão ambiental capacitado no estado, a União deve desempenhar as ações administrativas estaduais ou distritais:

Art. 15. Os entes federativos devem atuar em caráter supletivo nas ações administrativas de licenciamento e na autorização ambiental, nas seguintes hipóteses:

I - inexistindo órgão ambiental capacitado ou conselho de meio ambiente no Estado ou no Distrito Federal, a União deve desempenhar as ações administrativas estaduais ou distritais até a sua criação;

II - inexistindo órgão ambiental capacitado ou conselho de meio ambiente no Município, o Estado deve desempenhar as ações administrativas municipais até a sua criação; e

III - inexistindo órgão ambiental capacitado ou conselho de meio ambiente no Estado e no Município, a União deve desempenhar as ações administrativas até a sua criação em um daqueles entes federativos.

Gabarito: errado.

39. (CEBRASPE/DPE-PA - 2022) O ato administrativo pelo qual o órgão ambiental competente estabelece as condições, restrições e medidas de controle ambiental que deverão ser obedecidas pelo empreendedor, pessoa física ou jurídica, para localizar, instalar, ampliar e operar empreendimentos ou atividades utilizadoras dos recursos ambientais consideradas efetiva ou potencialmente



poluidoras ou aquelas que, sob qualquer forma, possam causar degradação ambiental, é normativamente definido como

- a) estudo de impacto ambiental.
- b) licença ambiental.
- c) licenciamento ambiental.
- d) licença de instalação.
- e) relatório de impacto sobre o meio ambiente.

Comentários

O ato administrativo é a própria licença ambiental!

Gabarito: alternativa B.

- 40. (CEBRASPE/ICMBIO – 2022) Com relação às ações administrativas relativas à proteção das paisagens naturais notáveis, à proteção do meio ambiente, ao combate à poluição e à preservação das florestas, da fauna e da flora, julgue o item a seguir.**

Os órgãos licenciadores devem observar os prazos estabelecidos para tramitação dos processos de licenciamento, sob pena de, decorridos os prazos sem a emissão de licença ambiental, implicar sua a emissão tácita.

Comentários

Segundo o § 3º do art. 14 da LC nº 140/2011, o decurso dos prazos de licenciamento, sem a emissão da licença ambiental, **não** implica emissão tácita nem autoriza a prática de ato que dela dependa ou decorra.

Gabarito: errado.

- 41. (CEBRASPE/IBAMA – 2022) Acerca de licenciamento ambiental, julgue o item subsequente.**

A licença prévia ambiental autoriza a imediata instalação de empreendimento de produção de fundidos de ferro e aço de acordo com as especificações constantes dos planos, programas e projetos aprovados pelo órgão ambiental competente.

Comentários

É a licença de instalação que autoriza a instalação do empreendimento, não a licença prévia.

Gabarito: errado.

- 42. (CEBRASPE/CODEVASF – 2021) Julgue o item a seguir, à luz da Política Nacional de Resíduos Sólidos, da Política Nacional de Recursos Hídricos e da Política Nacional do Meio Ambiente.**

É exigido prévio licenciamento ambiental para o funcionamento de estabelecimentos que utilizem recursos ambientais efetiva ou potencialmente poluidores.



Comentários

Segundo a própria definição de licenciamento ambiental, trata-se de procedimento administrativo pelo qual o órgão ambiental competente licencia a localização, instalação, ampliação e a operação de empreendimentos e atividades utilizadoras de recursos ambientais, consideradas efetiva ou potencialmente poluidoras ou daquelas que, sob qualquer forma, possam causar degradação ambiental, considerando as disposições legais e regulamentares e as normas técnicas aplicáveis ao caso.

Gabarito: certo.

43. (CEBRASPE/PGE-AL – 2021) Compete ao Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA) o licenciamento ambiental localizado em

- a) mais de um município ou em unidades de conservação de domínio estadual ou do Distrito Federal.
- b) floresta de vegetação natural de preservação permanente.
- c) área cujo impacto ambiental direto ultrapasse os limites territoriais de um ou mais municípios.
- d) área delegada pela União por convênio aos estados ou ao Distrito Federal.
- e) zona econômica exclusiva ou desenvolvido em parceria com país limítrofe.

Comentários

A **alternativa A** está errada. Se for mais de um município e não ultrapassar o território do estado, a competência será **estadual**, não do Ibama. O mesmo em relação às UCs estaduais e do DF, exceto APAs.

A **alternativa B** está errada. O fato do empreendimento estar localizado em floresta de vegetação natural de preservação permanente não é considerado determinante para definição da competência para licenciar.

A **alternativa C** está errada, pois, nesse caso, a competência será estadual.

A **alternativa D** está errada. Ora, se houve delegação aos estados ou DF, a competência será de seus órgãos respectivos, não do Ibama.

A **alternativa E** está correta e é o nosso gabarito. Conforme a LC nº 140/11:

Art. 7º São ações administrativas da União:

XIV - promover o licenciamento ambiental de empreendimentos e atividades:

a) localizados ou desenvolvidos conjuntamente no Brasil e em país limítrofe;

b) localizados ou desenvolvidos no mar territorial, na plataforma continental ou na zona econômica exclusiva;



44. (CEBRASPE/MPE-SC – 2021) Uma empresa pretende instalar, em determinado município, uma indústria que trabalhará com extração de cerâmica e produção de telhas. Para tanto, ela solicitou o licenciamento ambiental ao órgão de meio ambiente do estado.

A respeito da situação hipotética apresentada e dos aspectos legais a ela relacionados, julgue o item a seguir.

Para que seja viável o licenciamento da atividade em questão, a prefeitura do município deverá declarar, mediante certidão, que o local e o tipo de empreendimento estão em conformidade com a legislação aplicável ao uso e à ocupação do solo. Considerando as disposições da legislação ambiental brasileira, julgue o item que se segue.

Comentários

Segundo o art. 10, § 1º, da Resolução Conama nº 237/97:

§ 1º – No procedimento de licenciamento ambiental deverá constar, obrigatoriamente, a certidão da Prefeitura Municipal, declarando que o local e o tipo de empreendimento ou atividade estão em conformidade com a legislação aplicável ao uso e ocupação do solo e, quando for o caso, a autorização para supressão de vegetação e a outorga para o uso da água, emitidas pelos órgãos competentes.

Gabarito: certo.

45. (CEBRASPE/MPE-SC – 2021) Uma empresa pretende instalar, em determinado município, uma indústria que trabalhará com extração de cerâmica e produção de telhas. Para tanto, ela solicitou o licenciamento ambiental ao órgão de meio ambiente do estado.

A respeito da situação hipotética apresentada e dos aspectos legais a ela relacionados, julgue o item a seguir.

Antes da expedição da licença, o órgão estadual de meio ambiente deverá desenvolver o estudo prévio de impacto ambiental (EIA) e emitir o respectivo relatório de impacto ambiental (RIMA), para evitar, mitigar e compensar os impactos ambientais do empreendimento.

Comentários

Não é o órgão ambiental que desenvolve o EIA, mas sim o proponente do projeto (empreendedor).

Gabarito: errado.

46. (CEBRASPE/MPE-SC – 2021) Uma empresa pretende instalar, em determinado município, uma indústria que trabalhará com extração de cerâmica e produção de telhas. Para tanto, ela solicitou o licenciamento ambiental ao órgão de meio ambiente do estado.

A respeito da situação hipotética apresentada e dos aspectos legais a ela relacionados, julgue o item a seguir.

O órgão estadual de meio ambiente deverá expedir licença de instalação caso conclua pela viabilidade ambiental do empreendimento.



Comentários

A licença que atesta a viabilidade ambiental do empreendimento é a prévia, não a de instalação!

Gabarito: errado.

47. (CEBRASPE/MPE-CE – 2020) Considerando as disposições da legislação ambiental brasileira, julgue o item que se segue.

Durante o procedimento de licenciamento ambiental de uma atividade ou empreendimento, é obrigatória a realização de audiência pública, de acordo com a regulamentação pertinente.

Comentários

A Resolução Conama nº 237/97 menciona, como uma das etapas do licenciamento ambiental, a realização de “audiência pública, quando couber, de acordo com a regulamentação pertinente”.

Nesse sentido, a Resolução Conama nº 9/87 determina que as audiências públicas devem ocorrer sempre que o órgão de meio ambiente julgar necessário, ou quando for solicitado por entidade civil, pelo Ministério Público, ou por 50 ou mais cidadãos. Ou seja, não é sempre que irá acontecer.

Gabarito: errado.

48. (CEBRASPE/MPE-PI – 2019) Uma empresa que utiliza recursos ambientais efetivamente poluidores pretende construir um empreendimento em uma unidade de conservação do tipo área de proteção ambiental, criada por decreto estadual e localizada no mar territorial.

Nessa situação, para o desenvolvimento de suas atividades, a empresa deverá requerer o licenciamento ambiental

- a) no IBAMA.
- b) na Secretaria Estadual de Meio Ambiente.
- c) na Secretaria Municipal de Meio Ambiente.
- d) no Ministério do Meio Ambiente.
- e) no Instituto Chico Mendes de Biodiversidade.

Comentários

Foi estudado que o licenciamento ambiental é, majoritariamente, um processo que ocorre em âmbito estadual. Contudo, em determinadas situações, pode haver licenciamento ambiental promovido pelo órgão federal (IBAMA) ou por órgãos municipais, quando a área de influência do empreendimento for reduzida.

Em relação às competências federais, dispõe a LC nº 140/11 que, entre diversas outras ações administrativas, compete à União promover o licenciamento ambiental dos seguintes empreendimentos e atividades (art. 7º, XIV):

- a) localizados ou desenvolvidos conjuntamente no Brasil e em país limítrofe;



- b) localizados ou desenvolvidos no mar territorial, na plataforma continental ou na zona econômica exclusiva;
- c) localizados ou desenvolvidos em terras indígenas;
- d) localizados ou desenvolvidos em unidades de conservação instituídas pela União, exceto em Áreas de Proteção Ambiental (APAs);
- e) localizados ou desenvolvidos em 2 ou mais Estados;
- f) de caráter militar, excetuando-se do licenciamento ambiental, nos termos de ato do Poder Executivo, aqueles previstos no preparo e emprego das Forças Armadas;
- g) destinados a pesquisar, lavar, produzir, beneficiar, transportar, armazenar e dispor material radioativo, em qualquer estágio, ou que utilizem energia nuclear em qualquer de suas formas e aplicações, mediante parecer da Comissão Nacional de Energia Nuclear (CNEN); ou
- h) que atendam tipologia estabelecida por ato do Poder Executivo, a partir de proposição da Comissão Tripartite Nacional, assegurada a participação de um membro do Conselho Nacional do Meio Ambiente (CONAMA), e considerados os critérios de porte, potencial poluidor e natureza da atividade ou empreendimento;

Portanto, a princípio, atividades localizadas no mar territorial, como aponta a questão, devem ser licenciadas pelo IBAMA.

Mas será que o fato de o local ser uma área de proteção ambiental criada por decreto estadual interfere nessa competência? A resposta é **negativa!**

Isso porque, conforme vimos em aula, a Lei Complementar nº 140/11 dispõe, em seu art. 12:

Art. 12. Para fins de licenciamento ambiental de atividades ou empreendimentos utilizadores de recursos ambientais, efetiva ou potencialmente poluidores ou capazes, sob qualquer forma, de causar degradação ambiental, e para autorização de supressão e manejo de vegetação, o critério do ente federativo instituidor da unidade de conservação não será aplicado às Áreas de Proteção Ambiental (APAs).

Logo, neste caso, pouco importa que o ente estadual tenha instituído a APA, sendo o IBAMA o responsável pelo licenciamento.

Portanto, a **alternativa A** está **correta** e é nosso gabarito.

49. (CEBRASPE/MPE-PI – 2019) O estudo prévio de impacto ambiental

- a) é previsto expressamente na Constituição Federal de 1988.
- b) é exigível em todos os procedimentos de licenciamento ambiental.
- c) deve ser apresentado somente depois de concedida a licença de instalação.
- d) deve ser dispensado sempre que ocorrer uma audiência pública sobre o empreendimento.



e) é exclusivo e dispensa o relatório de impacto ao meio ambiente.

Comentários

A **alternativa A** está correta e é o nosso gabarito. Lembre-se que o art. 225, § 1º, IV da nossa Carta Magna afirma que, para assegurar a efetividade do direito ao meio ambiente, incumbe ao Poder Público exigir, na forma da lei, para instalação de obra ou atividade potencialmente causadora de significativa degradação do meio ambiente, estudo prévio de impacto ambiental, a que se dará publicidade.

A **alternativa B** está errada, pois peca ao afirmar que o estudo prévio de impacto ambiental é exigível para todos de licenciamento ambiental. Estudamos que ele é requerido quando o impacto ambiental for significativo, podendo ser exigidos outros tipos de estudos mais simplificados em outros casos.

A **alternativa C** está errada, porque afirma que o estudo prévio de impacto ambiental deve ser apresentado após a concessão da LI. Tal estudo deve ser realizado previamente às emissões das licenças ambientais.

A **alternativa D** está errada, porquanto considera a audiência pública uma justificativa para a dispensa do estudo prévio de impacto ambiental. Na verdade, a audiência pública é apenas uma das etapas exigidas nos processos de licenciamento ambiental (Res. Conama nº 237/97, art. 10).

A **alternativa E**, por fim, também está errada, haja vista que o estudo prévio de impacto ambiental (também conhecido por EIA) pode ser complementado por outros estudos ambientais e sempre deve vir acompanhado pelo Relatório de Impacto ao Meio Ambiente (RIMA).



LISTA DE QUESTÕES – LICENCIAMENTO AMBIENTAL - CEBRASPE



1. (CEBRASPE/CAGEPA - 2024) No que se refere ao plano diretor e ao licenciamento ambiental, assinale a opção correta.

a) O licenciamento ambiental para empreendimentos em aglomerações urbanas fronteiriças ou em empreendimentos localizados ou desenvolvidos em dois ou mais estados deve ser realizado por um consórcio formado por órgãos municipais ou estaduais.

b) Os estudos ambientais, entre os quais o EIA/RIMA, devem ser realizados na fase de licença prévia, quando se definem as exigências que devem ser cumpridas para a concessão das licenças seguintes.

c) Fica a cargo dos municípios o licenciamento de atividades com significativo impacto ambiental que afetem diretamente a saúde, a segurança e o bem-estar da população.

d) O licenciamento ambiental ocorre em três etapas de licenças sucessivas; a licença de instalação define o início da atividade licenciada e o funcionamento de seus equipamentos de controle de poluição.

e) São exigidos estudos de impacto ambiental para projetos de parcelamento acima de 250 ha em áreas consideradas de relevante interesse ambiental.

2. (CEBRASPE/TCE-AC - 2024) Julgue o item a seguir, relativo ao licenciamento ambiental, com base na Resolução CONAMA n.º 237/1997.

Para atividade de lavra de material radioativo em área situada em apenas um estado da Federação, o licenciamento será emitido pelo órgão estadual competente.

3. (CEBRASPE/TCE-AC - 2024) Julgue o item a seguir, relativo ao licenciamento ambiental, com base na Resolução CONAMA n.º 237/1997.

No caso hipotético da implantação de uma rodovia no Acre, cujo traçado adentre o Parque Nacional da Serra do Divisor, o licenciamento ambiental seria de responsabilidade do IBAMA.

4. (CEBRASPE/TCE-AC - 2024) Julgue o item a seguir, relativo ao licenciamento ambiental, com base na Resolução CONAMA n.º 237/1997.

A renovação da licença de operação para atividade de beneficiamento de borracha natural deve ser requerida pelo empreendedor com antecedência mínima de sessenta dias da expiração do prazo de validade da respectiva licença.



5. (CEBRASPE/PREFEITURA DE MOSSORÓ-RN - 2024) Julgue o item subsequente, referente à Resolução CONAMA n.º 237/1997.

A licença de instalação é concedida na fase preliminar do planejamento do empreendimento ou atividade, atestando a viabilidade ambiental e estabelecendo os requisitos básicos e condicionantes a serem atendidos nas próximas fases de sua implementação.

6. (CEBRASPE/PREFEITURA DE MOSSORÓ-RN - 2024) Julgue o item subsequente, referente à Resolução CONAMA n.º 237/1997.

Na renovação da licença de operação, o órgão ambiental competente poderá diminuir o seu prazo de validade, após avaliação do desempenho ambiental da atividade.

7. (CEBRASPE/PREFEITURA DE MOSSORÓ-RN - 2024) Julgue o item subsequente, referente à Resolução CONAMA n.º 237/1997.

As licenças ambientais devem ser expedidas exclusivamente de forma sucessiva de acordo com a natureza, as características ou a fase do empreendimento ou atividade.

8. (CEBRASPE/CÂMARA DE MACEIÓ-AL- 2024) Em relação ao licenciamento ambiental e ao estudo de impacto ambiental (EIA), julgue o item a seguir com base nas Resoluções n.º 1/1986 e n.º 237/1997 do Conselho Nacional do Meio Ambiente (CONAMA).

Um empreendimento pode ser licenciado por mais de um ente federativo, caso em que cada um deles deverá emitir uma certidão que declare que o local e o tipo de empreendimento estão em conformidade com a legislação que disciplina o uso e a ocupação do solo.

9. (CEBRASPE/CÂMARA DE MACEIÓ-AL- 2024) A respeito da responsabilidade ambiental, da gestão de florestas públicas, conforme disposto na Lei n.º 11.284/2006, e do Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza (SNUC), consoante dispõe a Lei n.º 9.985/2000, julgue o item a seguir.

Conforme a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça (STJ), erro na concessão de licença ambiental configura fato de terceiro capaz de interromper o nexo causal na reparação por eventuais danos ao meio ambiental.

10. (CEBRASPE/MP-GO - 2024) Considerando o licenciamento ambiental e o disposto na legislação ambiental, julgue o item a seguir.

Para a concessão da licença prévia e da autorização para supressão da vegetação, deve-se observar cada modalidade de licenciamento ambiental e atender suas peculiaridades.

11. (CEBRASPE/MP-GO - 2024) Considerando o licenciamento ambiental e o disposto na legislação ambiental, julgue o item a seguir.



De acordo com a Resolução CONAMA n.º 237/1997, a licença prévia é concedida no ato de instalação do empreendimento ou atividade de acordo com as especificações constantes dos planos, programas e projetos aprovados, incluindo-se as medidas de controle ambiental e demais condicionantes.

12. (CEBRASPE/MP-GO - 2024) Julgue o item seguinte, que trata da legislação ambiental aplicada a obras e serviços de engenharia.

A competência para licenciamento ambiental de instalação de empreendimentos com impacto local é do órgão ambiental estadual, que poderá delegá-la ao município por instrumento legal ou convênio.

13. (CEBRASPE/MP-GO - 2024) Com relação aos aspectos culturais, ambientais e institucionais do estado do Tocantins, julgue o item subsequente.

O controle ambiental efetuado pelo registro de reservas legais e o licenciamento ambiental são obrigações legais, sendo o último uma ação posterior à instalação de qualquer atividade potencialmente poluidora do meio ambiente.

14. (CEBRASPE/PREFEITURA DE CACHOEIRO DE ITAPEMIRIM-ES - 2024) Com relação à PNMA, ao CONAMA e aos instrumentos de gestão de recursos hídricos, julgue o item subsequente.

O licenciamento ambiental consiste em procedimento administrativo pelo qual o órgão competente autoriza e regulamenta a localização, instalação, ampliação e operação de empreendimentos e atividades que utilizem recursos ambientais que possam poluir ou degradar o meio ambiente.

15. (CEBRASPE/INPI - 2024) Julgue o item subsequente, à luz das resoluções do CONAMA e da legislação ambiental vigente.

Quando o impacto ambiental de âmbito regional de uma obra pública for significativo, o IBAMA estará impedido de delegar o licenciamento para estados da Federação.

16. (CEBRASPE/INPI - 2024) Julgue o item subsequente, à luz das resoluções do CONAMA e da legislação ambiental vigente.

No licenciamento de um empreendimento potencialmente poluidor, o início das obras está condicionado à obtenção da licença de instalação.

17. (CEBRASPE/SEFIN FORTALEZA - 2023) Com base na Resolução do CONAMA n.º 237/1997, julgue o item a seguir, a respeito de licenciamento ambiental.

A licença prévia é concedida durante a fase de execução do empreendimento, atestando sua viabilidade ambiental e definindo requisitos e condicionantes básicos para as etapas futuras.



- 18. (CEBRASPE/SEFIN FORTALEZA - 2023) Com base na Resolução do CONAMA n.º 237/1997, julgue o item a seguir, a respeito de licenciamento ambiental.**

A licença de operação autoriza a instalação do empreendimento ou da atividade de acordo com as especificações constantes em planos, programas e projetos aprovados.

- 19. (CEBRASPE/PREFEITURA DE SÃO CRISTÓVÃO-SE - 2023) A respeito dos procedimentos gerais de licenciamento ambiental, julgue os seguintes itens.**

I - Na fase do requerimento da licença prévia, podem ser solicitados o estudo de impacto ambiental e o relatório de controle ambiental que auxiliam na identificação de possíveis impactos ambientais do projeto.

II - O empreendedor, como interessado direto, é o principal responsável por monitorar, depois de expedida a licença de operação, o cumprimento das condicionantes determinadas nas licenças anteriormente concedidas ao longo do processo de instalação.

III - O prazo de validade da licença de operação, a ser expedida a critério do órgão ambiental licenciador, é de quatro a dez anos, improrrogáveis.

Assinale a opção correta.

- a) Nenhum item está certo.
 - b) Apenas o item I está certo.
 - c) Apenas os itens II e III estão certos.
 - d) Todos os itens estão certos.
- 20. (CEBRASPE/PREFEITURA DE SÃO CRISTÓVÃO-SE - 2023) O procedimento administrativo pelo qual o órgão ambiental competente licencia a localização, a instalação, a ampliação e a operação de empreendimentos e atividades utilizadoras de recursos ambientais, consideradas efetiva ou potencialmente poluidoras, considerando as disposições legais e regulamentares e as normas técnicas aplicáveis ao caso, é denominado**
- a) licença ambiental.
 - b) impacto ambiental.
 - c) licenciamento ambiental.
 - d) estudos ambientais.

- 21. (CEBRASPE/PREFEITURA DE SÃO CRISTÓVÃO-SE - 2023) Acerca da descentralização dos procedimentos de licenciamento ambiental, assinale a opção correta.**

a) Cabe aos estados o licenciamento ambiental de atividades ou empreendimentos localizados ou desenvolvidos em áreas de proteção ambiental (APA).



b) Incumbe ao município autorizar a supressão de vegetação em decorrência de licenciamentos ambientais dentro da sua circunscrição, mesmo quando o licenciamento for concedido pelo estado.

c) Compete à União promover o licenciamento ambiental de empreendimentos e atividades localizados ou desenvolvidos em terras indígenas.

d) Mais de um ente federativo poderá conceder, concomitantemente, licença ou autorização ambiental a empreendimentos e atividades.

22. (CEBRASPE/PREFEITURA DE SÃO CRISTÓVÃO-SE - 2023) No processo de licenciamento ambiental de uma atividade, a realização de audiência pública foi solicitada pelo Ministério Público e por um grupo de cidadãos. A licença foi concedida sem a realização da audiência, apesar de a solicitação ter sido feita dentro do prazo estabelecido em lei.

Nessa situação hipotética, a licença ambiental

a) deve ser cancelada e um novo processo de licenciamento deve ser iniciado.

b) não é válida, nos termos da lei.

c) é válida, porquanto não depende da realização da audiência.

d) deve ser suspensa até a realização da audiência.

23. (CEBRASPE/PGE-RR - 2023) A respeito das competências ambientais, das licenças ambientais, da gestão de recursos hídricos e do Sistema Nacional do Meio Ambiente (SISNAMA), julgue o item que se segue.

Conforme a Resolução n.º 237/1997 do Conselho Nacional do Meio Ambiente (CONAMA), caberá ao município definir situações que demandam licença ambiental específica, dadas a natureza, as características e as peculiaridades da atividade ou do empreendimento.

24. (CEBRASPE/PGE-PA - 2023) A Lei Complementar n.º 140/2011 fixou normas para o exercício da competência comum dos entes federados em matérias relativas à proteção das paisagens naturais notáveis, à proteção do meio ambiente, ao combate à poluição em qualquer de suas formas e à preservação das florestas, da fauna e da flora. Considerando as disposições da Lei Complementar n.º 140/2011, assinale a opção correta a respeito da competência estadual em matéria de licenciamento e fiscalização ambiental.

a) Nos casos de licenciamento ambiental fora da competência estadual, em observância ao princípio da unidade do licenciamento ambiental, o estado poderá manifestar-se de forma vinculante sobre a possibilidade de liberação da atividade ou do empreendimento.

b) É vedado que um ente federativo delegue a outro a execução de ações administrativas das atividades previstas na Lei Complementar n.º 140/2011.

c) Compete aos estados aprovar o manejo e a supressão de vegetação, de florestas e de formações sucessoras em florestas públicas estaduais ou unidades de conservação do estado, exceto em áreas de proteção ambiental.



d) O estado deve atuar em caráter subsidiário nas ações administrativas de licenciamento e na autorização ambiental quando inexistir órgão ambiental capacitado ou conselho de meio ambiente no município.

e) Compete aos estados promover o licenciamento ambiental de empreendimentos e atividades localizados ou desenvolvidos em terras indígenas situadas em seus territórios.

25. (CEBRASPE/PGE-SE - 2023) Considere-se que, no âmbito do licenciamento ambiental, determinado ato de órgão ambiental competente aprove, na fase preliminar do planejamento de um empreendimento, sua localização e concepção, atestando sua viabilidade ambiental e estabelecendo os requisitos básicos e as condicionantes a serem atendidos nas próximas fases de sua implementação.

O ato descrito na hipótese precedente é denominado

- a) autorização.
- b) licença prévia.
- c) homologação.
- d) licença de instalação.
- e) licença de operação.

26. (CEBRASPE/MP-SC - 2023) Acerca do estudo de impacto ambiental (EIA) e do licenciamento ambiental, julgue o item seguinte.

Em unidades de conservação estaduais, exceto em áreas de proteção ambiental (APA), o licenciamento ambiental compete aos estados.

27. (CEBRASPE/MP-SC - 2023) Acerca do estudo de impacto ambiental (EIA) e do licenciamento ambiental, julgue o item seguinte.

O EIA é requisito para o licenciamento de atividades ou de empreendimentos que possam, potencial ou efetivamente, causar significativa degradação da qualidade ambiental.

28. (CEBRASPE/MP-SC - 2023) Acerca do estudo de impacto ambiental (EIA) e do licenciamento ambiental, julgue o item seguinte.

Desde que haja previsão em lei estadual, estará dispensado o licenciamento ambiental estadual ou municipal se as atividades ou os empreendimentos estiverem localizados em zonas urbanas consolidadas.

29. (CEBRASPE/MP-SC - 2023) Acerca do estudo de impacto ambiental (EIA) e do licenciamento ambiental, julgue o item seguinte.

O objetivo precípua do EIA é subsidiar eventual responsabilização civil ou penal mediante a quantificação dos danos ambientais causados pelo poluidor.



30. (CEBRASPE/AGU - 2023) Considerando-se as ações de cooperação previstas na Lei Complementar n.º 140/2011, é correto afirmar que as atividades localizadas no mar territorial e caracterizadas como efetiva ou potencialmente poluidoras ou capazes, sob qualquer forma, de causar degradação ambiental sujeitam-se ao controle ambiental mediante

- a) licenciamento pela entidade ambiental federal.
- b) licenciamento conjunto entre a entidade ambiental federal e, quando existente, o órgão da polícia estadual ambiental responsável pela fiscalização da zona costeira.
- c) licenciamento conjunto entre o órgão ambiental estadual e o órgão ambiental municipal.
- d) licenciamento pelo órgão ambiental estadual.
- e) licenciamento pela entidade ambiental federal e autorização vinculante pelos órgãos ambientais estadual e municipal.

31. (CEBRASPE/AGU - 2023) Considerando o art. 225 da Constituição Federal de 1988 (CF) e a jurisprudência do STF pertinente à possibilidade de licenciamento ambiental para atividade potencialmente poluidora, julgue os itens seguintes.

I A dispensa estadual do licenciamento de atividade impactante viola o direito fundamental ao meio ambiente ecologicamente equilibrado e configura inobservância dos princípios da proibição de retrocesso em matéria socioambiental, da prevenção e da precaução.

II A definição das atividades passíveis de licenciamento ambiental está prevista em resolução do Conselho Nacional do Meio Ambiente (CONAMA).

III A Constituição Federal de 1988 exige que seja realizado estudo prévio de impacto ambiental para a instalação de uma atividade potencialmente causadora de significativa degradação do meio ambiente, a exemplo da mineração.

Assinale a opção correta.

- a) Apenas o item II está certo.
- b) Apenas o item III está certo.
- c) Apenas os itens I e II estão certos.
- d) Apenas os itens I e III estão certos.
- e) Todos os itens estão certos.

32. (CEBRASPE/PETROBRÁS – 2022) Acerca de licenciamento ambiental, julgue o item a seguir.

O estudo de impacto ambiental deve conter, necessariamente, o diagnóstico ambiental da área de influência do projeto, a análise dos impactos ambientais e a definição das medidas mitigadoras dos impactos negativos ao meio ambiente.



33. (CEBRASPE/IBAMA – 2022) Acerca de licenciamento ambiental, julgue o item subsequente.

Para fins de elaboração do EIA-RIMA, o meio físico envolve o subsolo, as águas, o ar e o clima.

34. (CEBRASPE/PGE-PB - 2021) No que se refere ao licenciamento ambiental, julgue os itens a seguir.

I. Licenciamento ambiental é o procedimento administrativo pelo qual o órgão ambiental competente licencia a localização, a instalação, a ampliação e a operação de empreendimentos e atividades utilizadoras de recursos ambientais consideradas efetiva ou potencialmente poluidoras ou daquelas que, sob qualquer forma, possam causar degradação ambiental, considerando-se as disposições legais e regulamentares e as normas técnicas aplicáveis ao caso.

II. Todo empreendimento é passível de licenciamento ambiental.

III. É possível o licenciamento ambiental tácito quando o órgão ambiental competente permanece inerte quanto à expedição da licença.

Assinale a opção correta.

- a) Apenas o item I está certo.
- b) Apenas o item II está certo.
- c) Apenas o item III está certo.
- d) Apenas os itens I e II estão certos.
- e) Apenas os itens II e III estão certos.

35. (CEBRASPE/PETROBRÁS – 2022) Acerca do licenciamento ambiental, julgue o item a seguir.

É da competência do IBAMA o licenciamento ambiental para a produção de petróleo e gás natural realizada no ambiente marinho e em zona de transição terra-mar.

36. (CEBRASPE/IBAMA – 2022) Acerca de competências ambientais e crimes ambientais, julgue o item a seguir.

Um estado da Federação terá competência para promover, no âmbito do seu território, o licenciamento ambiental de atividade utilizadora de recursos ambientais e potencialmente poluidora, desde que o respectivo conselho estadual do meio ambiente defina, previamente, a tipologia da atividade como causadora de impacto ambiental regional.

37. (CEBRASPE/IBAMA – 2022) Acerca de licenciamento ambiental, julgue o item subsequente.

É indelegável aos estados a competência do IBAMA para o licenciamento de atividade com significativo impacto ambiental de âmbito regional.



- 38. (CEBRASPE/IBAMA – 2022)** A respeito da Política Nacional do Meio Ambiente, dos crimes ambientais, da proteção da vegetação nativa, das competências ambientais e das disposições do Regimento Interno do IBAMA, julgue o item seguinte.

Inexistindo no estado órgão ambiental capacitado, o governo deverá consultar o Ministério Público antes de emitir licenças ambientais.

- 39. (CEBRASPE/DPE-PA - 2022)** O ato administrativo pelo qual o órgão ambiental competente estabelece as condições, restrições e medidas de controle ambiental que deverão ser obedecidas pelo empreendedor, pessoa física ou jurídica, para localizar, instalar, ampliar e operar empreendimentos ou atividades utilizadoras dos recursos ambientais consideradas efetiva ou potencialmente poluidoras ou aquelas que, sob qualquer forma, possam causar degradação ambiental, é normativamente definido como

- a) estudo de impacto ambiental.
- b) licença ambiental.
- c) licenciamento ambiental.
- d) licença de instalação.
- e) relatório de impacto sobre o meio ambiente.

- 40. (CEBRASPE/ICMBIO – 2022)** Com relação às ações administrativas relativas à proteção das paisagens naturais notáveis, à proteção do meio ambiente, ao combate à poluição e à preservação das florestas, da fauna e da flora, julgue o item a seguir.

Os órgãos licenciadores devem observar os prazos estabelecidos para tramitação dos processos de licenciamento, sob pena de, decorridos os prazos sem a emissão de licença ambiental, implicar sua a emissão tácita.

- 41. (CEBRASPE/IBAMA – 2022)** Acerca de licenciamento ambiental, julgue o item subsequente.

A licença prévia ambiental autoriza a imediata instalação de empreendimento de produção de fundidos de ferro e aço de acordo com as especificações constantes dos planos, programas e projetos aprovados pelo órgão ambiental competente.

- 42. (CEBRASPE/CODEVASF – 2021)** Julgue o item a seguir, à luz da Política Nacional de Resíduos Sólidos, da Política Nacional de Recursos Hídricos e da Política Nacional do Meio Ambiente.

É exigido prévio licenciamento ambiental para o funcionamento de estabelecimentos que utilizem recursos ambientais efetiva ou potencialmente poluidores.

- 43. (CEBRASPE/PGE-AL – 2021)** Compete ao Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA) o licenciamento ambiental localizado em



- a) mais de um município ou em unidades de conservação de domínio estadual ou do Distrito Federal.
- b) floresta de vegetação natural de preservação permanente.
- c) área cujo impacto ambiental direto ultrapasse os limites territoriais de um ou mais municípios.
- d) área delegada pela União por convênio aos estados ou ao Distrito Federal.
- e) zona econômica exclusiva ou desenvolvido em parceria com país limítrofe.

44. (CEBRASPE/MPE-SC – 2021) Uma empresa pretende instalar, em determinado município, uma indústria que trabalhará com extração de cerâmica e produção de telhas. Para tanto, ela solicitou o licenciamento ambiental ao órgão de meio ambiente do estado.

A respeito da situação hipotética apresentada e dos aspectos legais a ela relacionados, julgue o item a seguir.

Para que seja viável o licenciamento da atividade em questão, a prefeitura do município deverá declarar, mediante certidão, que o local e o tipo de empreendimento estão em conformidade com a legislação aplicável ao uso e à ocupação do solo. Considerando as disposições da legislação ambiental brasileira, julgue o item que se segue.

45. (CEBRASPE/MPE-SC – 2021) Uma empresa pretende instalar, em determinado município, uma indústria que trabalhará com extração de cerâmica e produção de telhas. Para tanto, ela solicitou o licenciamento ambiental ao órgão de meio ambiente do estado.

A respeito da situação hipotética apresentada e dos aspectos legais a ela relacionados, julgue o item a seguir.

Antes da expedição da licença, o órgão estadual de meio ambiente deverá desenvolver o estudo prévio de impacto ambiental (EIA) e emitir o respectivo relatório de impacto ambiental (RIMA), para evitar, mitigar e compensar os impactos ambientais do empreendimento.

46. (CEBRASPE/MPE-SC – 2021) Uma empresa pretende instalar, em determinado município, uma indústria que trabalhará com extração de cerâmica e produção de telhas. Para tanto, ela solicitou o licenciamento ambiental ao órgão de meio ambiente do estado.

A respeito da situação hipotética apresentada e dos aspectos legais a ela relacionados, julgue o item a seguir.

O órgão estadual de meio ambiente deverá expedir licença de instalação caso conclua pela viabilidade ambiental do empreendimento.

47. (CEBRASPE/MPE-CE – 2020) Considerando as disposições da legislação ambiental brasileira, julgue o item que se segue.

Durante o procedimento de licenciamento ambiental de uma atividade ou empreendimento, é obrigatória a realização de audiência pública, de acordo com a regulamentação pertinente.



48. (CEBRASPE/MPE-PI – 2019) Uma empresa que utiliza recursos ambientais efetivamente poluidores pretende construir um empreendimento em uma unidade de conservação do tipo área de proteção ambiental, criada por decreto estadual e localizada no mar territorial.

Nessa situação, para o desenvolvimento de suas atividades, a empresa deverá requerer o licenciamento ambiental

- a) no IBAMA.
- b) na Secretaria Estadual de Meio Ambiente.
- c) na Secretaria Municipal de Meio Ambiente.
- d) no Ministério do Meio Ambiente.
- e) no Instituto Chico Mendes de Biodiversidade.

49. (CEBRASPE/MPE-PI – 2019) O estudo prévio de impacto ambiental

- a) é previsto expressamente na Constituição Federal de 1988.
- b) é exigível em todos os procedimentos de licenciamento ambiental.
- c) deve ser apresentado somente depois de concedida a licença de instalação.
- d) deve ser dispensado sempre que ocorrer uma audiência pública sobre o empreendimento.
- e) é exclusivo e dispensa o relatório de impacto ao meio ambiente.



GABARITO



GABARITO

- | | | |
|------------|------------|------------|
| 1. B | 18. ERRADO | 35. CERTO |
| 2. ERRADO | 19. B | 36. ERRADO |
| 3. CERTO | 20. C | 37. ERRADO |
| 4. ERRADO | 21. C | 38. ERRADO |
| 5. ERRADO | 22. B | 39. B |
| 6. CERTO | 23. ERRADO | 40. ERRADO |
| 7. ERRADO | 24. C | 41. ERRADO |
| 8. ERRADO | 25. B | 42. CERTO |
| 9. ERRADO | 26. CERTO | 43. E |
| 10. CERTO | 27. CERTO | 44. CERTO |
| 11. ERRADO | 28. ERRADO | 45. ERRADO |
| 12. ERRADO | 29. ERRADO | 46. ERRADO |
| 13. ERRADO | 30. A | 47. ERRADO |
| 14. CERTO | 31. E | 48. A |
| 15. ERRADO | 32. CERTO | 49. A |
| 16. CERTO | 33. CERTO | |
| 17. ERRADO | 34. A | |



DANO AMBIENTAL E VALORAÇÃO

Dano Ambiental

Não temos uma referência majoritária na legislação, em normas específicas ou mesmo na doutrina/literatura que traga um conceito de dano ambiental que seja cobrado nas provas com maior incidência. Na verdade, o conceito em si de dano ambiental praticamente não é cobrado em provas. O que geralmente se cobra são aspectos relacionados ao dano ambiental, tal como a responsabilidade civil ambiental.

De todo modo, vamos tratar de modo mais amplo para que não haja surpresas na prova, começando do começo.

Um **dano** pode ser entendido como qualquer prejuízo/lesão sofrido por algo ou alguém, contra a sua vontade, em qualquer bem ou interesse jurídico, patrimonial ou moral. Sim, o dano pode ser moral (extrapatrimonial) também!

Nesse contexto, **dano ambiental** pode ser entendido como o prejuízo/lesão aos **recursos ambientais** com conseqüente **degradação ambiental** (alteração adversa das características do ambiente).

Note que, diferentemente do impacto ambiental, o dano necessariamente está relacionado a conseqüências **negativas**. Assim, pode-se considerar que um dano ambiental sempre está acompanhado de um impacto, ainda que nem todo impacto gere danos.

Alguns autores apontam duas acepções do dano ambiental: uma de alteração indesejável aos elementos do **meio ambiente** e outra que se refere aos efeitos que a modificação ambiental gera à **saúde** das pessoas e seus interesses.

Outra divisão possível é a distinção em dano ambiental **coletivo** e dano ambiental **individual**. O primeiro é aquele sofrido por toda coletividade, enquanto o dano ambiental individual atinge determinadas pessoas ou bens.

Outra classificação possível existe entre **dano material** e **dano imaterial**. O primeiro diz respeito aos danos físicos (**patrimoniais**), enquanto o segundo diz respeito aos danos morais (**extrapatrimoniais**).

De todo modo, algumas características gerais do dano ambiental podem ser apontadas:

→ **difícil reparação**: em muitos casos, os prejuízos ocasionados ao meio ambiente são de difícil reparação ou mesmo irreparáveis, devido à complexidade dos sistemas ecológicos. Daí a importância do aspecto da **prevenção**, para que se busque evitar a ocorrência do dano;

→ **pulverização das vítimas**: como o meio ambiente é um “bem de uso comum do povo” e possui o caráter da ubiquidade (onipresença), o dano ambiental afeta, necessariamente, uma pluralidade difusa de vítimas, mesmo quando alguns aspectos particulares atingem individualmente certos sujeitos específicos;



→ **difícil valoração**: o cálculo da indenização equivalente ao dano ocasionado muitas vezes é muito difícil de fazer com precisão. Como quantificar, por exemplo, quanto vale uma espécie animal extinta ou um sítio arqueológico destruído? Há valores sociais, morais e de existência (valor de não uso) que ainda não são tão facilmente definidos em termos pecuniários, embora haja métodos de valoração propostos.

Responsabilidade Civil Ambiental

A **Constituição Federal de 1988** assevera, em seu famigerado art. 225, que todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao poder público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações.

Para garantir esse direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, a CFRB/88 determina que as condutas e atividades consideradas lesivas ao meio ambiente devem sujeitar os infratores, pessoas físicas ou jurídicas, a **sanções penais e administrativas**, independentemente da obrigação de **reparar os danos** causados (art. 225, § 3º).



As pessoas físicas ou jurídicas que causarem dano ambiental estão sujeitas à responsabilização nas esferas **penal**, **administrativa** e **civil**!

Neste ponto, cumpre resgatarmos o art. 14, § 1º, da Lei nº 6.938/81, que institui a Política Nacional do Meio Ambiente:

*§ 1º Sem obstar a aplicação das penalidades previstas neste artigo, é o poluidor obrigado, **independentemente da existência de culpa**, a indenizar ou reparar os danos causados ao meio ambiente e a terceiros, afetados por sua atividade.*

Pessoal, esse dispositivo nos indica que a **responsabilidade civil** em matéria ambiental (responsabilidade de indenizar/reparar) é **objetiva**, isto é, independe de culpa! Memorize isso!!!

Desse modo, a responsabilização civil em matéria ambiental baseia-se apenas no **dano** causado e sua relação com a atividade desenvolvida pelo agente (**nexo de causalidade**), não existindo a necessidade da comprovação da culpa para que haja a obrigação de reparar o dano.

Inclusive, há precedente do STJ para adoção da **Teoria do Risco Integral**, segundo a qual não se admite a existência de excludentes do nexo causal, como o fato de terceiro, caso fortuito ou a força maior. Segundo essa teoria, o poluidor deve assumir todos os riscos da sua atividade. Vejamos parte do REsp 1818008/RO, de 2020:



[...] A ação civil, coletiva ou individual, por dano ao meio ambiente - irrelevante a natureza do pedido, se indenizatório, restaurador ou demolitório - obedece a parâmetro jurídico **objetivo, solidário e ilimitado**, pois fundada na **teoria do risco integral**.

(REsp 1818008/RO, Rel. Ministro HERMAN BENJAMIN, 2ª TURMA, julgado em 13/10/2020, DJe).



(FUNDEP/MPE-MG - 2017)

A responsabilidade por dano ambiental é objetiva, informada pela teoria do risco integral, sendo o nexo de causalidade o fator aglutinante que permite que o risco se integre na unidade do ato, sendo descabida a invocação, pela empresa responsável pelo dano ambiental, de excludentes de responsabilidade civil para afastar sua obrigação de indenizar.

Comentários

Para a teoria do risco integral, mesmo que o poluidor tenha tomado todas as precauções para evitar acidentes danosos ao meio ambiente, caso este venha a ocorrer, o dever de reparação e indenização ainda se sustentará, pois o poluidor deve assumir integralmente todos os riscos que advêm de sua atividade,

Questão **correta**.

Nessa mesma linha, a Súmula STJ nº 618 prevê que a inversão do ônus da prova aplica-se às ações de degradação ambiental

Inclusive, em alguns casos, até o nexo de causalidade pode ser fragilizado para instituição da obrigação de reparação. É o caso, por exemplo, de obrigações presentes no Código Florestal que possuem natureza **propter rem**, ou seja, são transmitidas ao sucessor no caso de transferência de domínio ou posse do imóvel rural (Lei nº 12.651/12, art. 2º, § 2º). Por esse motivo, quem adquire um imóvel sem reserva legal, por exemplo, tem de recompor a área, mesmo que não tenha sido o causador da degradação.

Súmula STJ nº 623

As obrigações ambientais possuem natureza **propter rem**, sendo admissível cobrá-las do proprietário ou possuidor atual e/ou dos anteriores, à escolha do credor.

Aliás, o STF entende que a pretensão de reparação civil de dano ambiental é **imprescritível** (RE 654833/2020)! Desse modo, ainda que a degradação tenha sido cometida há muitos anos, caberá reparação civil do dano!

A Lei de Crimes e Infrações Ambientais (Lei nº 9.605/98) prevê a **perícia de constatação do dano ambiental**, sempre que possível, deve fixar o montante do prejuízo causado para efeitos de prestação de fiança e cálculo de multa. Inclusive, a lei prevê que a perícia produzida no **inquérito civil** ou no **juízo cível** pode ser **aproveitada** no **processo penal**, instaurando-se o contraditório, nos termos do art. 19.



Ainda nesse contexto, a sentença penal condenatória, sempre que possível, deve fixar o **valor mínimo para reparação dos danos** causados pela infração, considerando os prejuízos sofridos pelo ofendido ou pelo meio ambiente.

Ainda sobre a Lei nº 9.605/98, lembre-se que ela prevê, entre as circunstâncias atenuantes da pena, o arrependimento do infrator, manifestado pela **espontânea reparação do dano, ou limitação significativa** da degradação ambiental causada (art. 14, II).

Ademais, nos crimes ambientais de **menor potencial ofensivo**, a proposta de **aplicação imediata** de pena **restritiva de direitos** ou **multa** (transação penal) prevista na Lei nº 9.099/95, que dispõe sobre os Juizados Especiais Cíveis e Criminais, somente pode ser formulada desde que tenha havido a **prévia composição** do dano ambiental, salvo em caso de comprovada impossibilidade (art. 9.605/98, art. 27).

Em outras palavras, em regra, se tratando de crimes ambientais, para haver a transação penal, exige-se a **prévia composição** do dano ambiental. A exceção é o caso de comprovada impossibilidade (há certos danos que são impossíveis de serem reparados).



JURISPRUDÊNCIA RELEVANTE

Súmula STJ nº 623

As obrigações ambientais possuem natureza *propter rem*, sendo admissível cobrá-las do proprietário ou possuidor atual e/ou dos anteriores, à escolha do credor. (Primeira Seção, julgado em 12/12/2018, Dje 17/12/2018).

Súmula STJ nº 629

Quanto ao dano ambiental, é admitida a condenação do réu à obrigação de fazer ou à de não fazer cumulada com a de indenizar. (Primeira Seção, julgado em 12/12/2018, Dje 17/12/2018).

Métodos de Valoração Ambiental

De modo simples, a **valoração ambiental** corresponde a uma ferramenta de quantificação econômica dos valores dos recursos naturais diante do mercado econômico existente. Isso é possibilitado por meio de técnicas de atribuição de valores para os bens e serviços naturais que normalmente não possuem preço definido.



Bons exemplos de atributos naturais que não possuem preço definido e que podem ser quantificados por meio de técnicas de valoração são os **serviços ecossistêmicos** fornecidos por uma floresta, tais como amenização do clima, fornecimento de oxigênio, limpeza da atmosfera, fornecimento de habitat para espécies benéficas, manutenção da qualidade das águas e do solo, fornecimento de recursos naturais (madeira, látex, ervas), entre outros.

Uma das principais aplicações dos métodos de valoração ocorre no âmbito da **Lei nº 9.605/98** (Lei de Crimes Ambientais), que prevê que a **perícia** de constatação do dano ambiental, sempre que possível, deve **fixar o montante** do prejuízo causado para efeitos de prestação de fiança e cálculo de multa (art. 19).

Além disso, a sentença penal condenatória, sempre que possível, deve fixar o **valor mínimo** para reparação dos danos causados pela infração, considerando os prejuízos sofridos pelo ofendido ou pelo meio ambiente (art. 20).

Note, portanto, que para a adequada aplicação da Lei de Crimes Ambientais, é necessário que os danos ambientais sejam **quantificados** pecuniariamente de modo a possibilitar a aplicação das respectivas sanções. Em certos casos, essa quantificação do dano ambiental para efeitos de aplicação da Lei nº 9.605/98 obedece a uma estimativa feita de acordo com as características de cada caso.

Por exemplo: se o crime cometido foi a construção de um estabelecimento em área de preservação permanente (APP), uma estimativa dos valores de recuperação dos danos ambientais poderia obedecer à seguinte lógica: o valor da remoção completa do estabelecimento construído somado ao valor necessário para a elaboração e implementação de um plano de recuperação de áreas degradadas (PRAD).

Note, porém, que esse tipo de abordagem não está valorando alguns outros bens e serviços ambientais fornecido por aquela APP, tais como a proteção da do corpo de água respectivo quanto à qualidade da água, a proteção de processos erosivos no solo, a harmonia paisagística, entre outros.

Nessa perspectiva, pois, alguns métodos podem ser utilizados para que os bens e serviços ecossistêmicos sejam valorados com maior precisão.



Os **passivos ambientais** de uma organização podem ser entendidos como os danos que ela causou ao meio ambiente e, conseqüentemente, como as obrigações de reparação e tratamento de danos que ela possui.



(CEBRASPE/TBG – 2023) A respeito de economia ambiental, julgue o item subsequente.

A valoração ambiental diz respeito à estimativa de valor monetário atribuído a determinado local, para que a população, o poder público e as empresas tenham consciência da importância da preservação patrimonial desse local.

Comentários:

Apesar de a valoração ambiental não se limitar a meramente estimar o valor monetário de um local, ela pode sim ser utilizada para tal com a finalidade de conscientizar, então a questão está correta.

De modo geral, o valor total de um bem ou serviço natural, também chamado **Valor Econômico Total** (VET) ou **Valor Econômico do Recurso Ambiental** (VERA), pode estar associado ao uso (**valor de uso - VNU**) ou ao não uso (**valor de não uso - VU**) do respectivo bem ou serviço.

O **valor de não uso** é aquele que corresponde ao valor que os recursos naturais têm independentemente da possível relação com os seres humanos. Trata-se, portanto, de um **valor de existência** (VE) do bem ou serviço ambiental, isto é, da utilidade ganha na satisfação em saber que algo existe, como a existência da floresta amazônica e a sua riquíssima biodiversidade ou a existência de uma particular espécie animal.

Quando, por exemplo, uma pessoa faz doações para a manutenção da floresta amazônica ou para salvar as tartarugas marinhas da extinção, elas estão considerando o simples **valor de existência** de tais elementos ambientais, ou seja, estão pagando para viver em um mundo onde haja floresta e tartarugas.

Já o **valor de uso** está relacionado à ideia de benefício humano em decorrência daquele bem ou serviço, como, podendo ser subdividido em **valor de uso direto** (VUD), **valor de uso indireto** (VUI) e **valor de opção** (VO).

O valor de uso **direto** é aquele atribuído ao recurso natural utilizado ou consumido **diretamente** no tempo **presente**, como a utilização da madeira de uma floresta para se fabricar papel, a utilização direta da água de um corpo hídrico para abastecimento humano ou ainda a utilização direta de uma área verde para fazer uma trilha.

Já o valor de uso **indireto** é aquele atribuído ao recurso natural utilizado ou consumido **indiretamente** no tempo **presente**. **Por exemplo:** uma área de preservação permanente auxilia na manutenção da qualidade da água que servirá ao abastecimento humano ao evitar processos erosivos e a chegada de poluentes no corpo hídrico. Note, pois, que esse serviço de proteção da água beneficia de modo indireto o serviço [direto] de utilização da água.



Por fim, o valor de **opção** refere-se à disponibilidade do recurso para o uso **futuro**, isto é, ao quanto as pessoas estão dispostas a pagar para manter os bens e serviços ambientais para que possam ser utilizados no tempo futuro. **Por exemplo:** o benefício de fármacos desenvolvidos com base em propriedades medicinais ainda não descobertas de plantas existentes nas florestas.

Esclarecidas as definições de cada classe de uso dos recursos naturais, cumpre trazer a equação geral do valor econômico total, que nada mais representa do que a soma dos valores de uso direto, de uso indireto, de opção e de existência:

$$\text{VET/VERA} = \text{VUD} + \text{VUI} + \text{VO} + \text{VE}$$



(CEBRASPE/IBAMA – 2022) A valoração ambiental é uma tentativa de estimar o valor monetário do recurso ambiental em relação aos outros bens e serviços disponíveis na economia tradicional. A respeito dessa área da economia ambiental, julgue o item a seguir.

O valor econômico de um recurso ambiental é o resultado da soma dos valores de uso, produção, descarte e reciclagem dos produtos com certificação ambiental.

Comentários:

Acabamos de ver que o valor econômico total (ou valor econômico de um recurso ambiental – VERA) é dado pela soma dos valores de uso direto, de uso indireto, de opção e de existência, não pelos valores de produção, descarte e reciclagem.

Gabarito: errado.

Tratemos agora dos principais métodos de valoração ambiental existentes.

Valoração Contingente

Este método avalia as **preferências** do consumidor em um **mercado hipotético** por meio de técnicas de **entrevista direta** (questionário) para estimar o valor econômico dos recursos ambientais nessa situação. Assim, essa técnica avalia a disposição a pagar ou a receber por determinado bem ou serviço ambiental de uma amostra de entrevistados que reflita a disposição a pagar ou receber da população. Isso acaba por refletir o impacto da variação dos bens ambientais no **nível de bem-estar** dos indivíduos.

Um exemplo de aplicação do método de valoração seria uma aplicação de entrevista com usuários de um parque municipal para se avaliar se tais pessoas possuem a **disposição a pagar** (DAP) por determinados bens ou serviços no parque, tais como entrada, segurança, iluminação, equipamentos de lazer etc.

As principais **vantagens** do método de valoração contingente são:



→ se o questionário for bem estruturado, pode ser utilizado na valoração de **qualquer serviço ambiental**;

→ pode mensurar tanto valores **de uso** como os de **não uso**; e

→ pode ser aplicado em **todas as situações**.

Como **desvantagem**, alguns autores apontam o possível comprometimento da **confiabilidade** do método por diversos vieses que podem impregnar a entrevista realizada, como a falta de compreensão dos entrevistados e a parcialidade das questões formuladas ou do entrevistador.

Custo de Viagem

Este método estima os valores de uso de um ativo ambiental por meio da análise dos gastos que os **visitantes** (turistas) têm ao visitar o local. Essa estimativa de custos de viagem normalmente é feita por meio da aplicação de **questionários**.

Desse modo, método de custo de viagem se baseia no fato de que os gastos efetuados pelas famílias ao se deslocarem a um lugar recreativo podem ser utilizados como aproximação dos benefícios proporcionados por essa recreação.

A principal **vantagem** desta técnica é que ela considera **situações reais** e não hipotéticas, como o método de valoração contingente, o que normalmente aumenta a confiabilidade da pesquisa.

Como principal **desvantagem**, pode-se mencionar **subjetividade** das informações levantadas em razão da possível grande variação das repostas. Além disso, este método não utiliza os custos de opção e de existência, contemplando tão somente os valores de uso direto e indireto relacionados aos locais de visitação.

Preços Hedônicos

Este método está fundamentado na identificação de preços implícitos de atributos ambientais característicos de bens comercializados em mercados, como o **imobiliário** e o de **trabalho**. Desse modo, o método busca identificar atributos de um bem composto privado, cujos atributos sejam complementares a bens ou serviços ambientais.

Segundo o método dos preços hedônicos, o valor de um **imóvel** é função de um conjunto de características locacionais e ambientais (ex.: estrutura ambiental, vizinhança, qualidade ambiental) que são avaliadas por meio da aplicação questionários aos consumidores sobre a disposição a pagar por um determinado benefício.

Desse modo, por exemplo, uma casa que esteja localizada próxima a uma área verde de um parque provavelmente será mais valorizada do que uma casa que se localize ao lado de uma termoeletrica que emite grandes quantidades de gases poluentes.

A principal **vantagem** desse método é que ele possibilita a mensuração do preço implícito do atributo ambiental no preço de mercado, por meio das características peculiares do imóvel. Assim, o método dos preços hedônicos permite avaliar o preço implícito de um atributo ambiental na formação de um preço



observável de um bem composto, possibilitando que se conheça o real comportamento do mercado pela observação da variação dos preços.

Como **desvantagens**, pode-se mencionar que este método considera apenas os **valores de uso** relacionados a habitação, não utilizando os valores de não uso. Ademais, as informações obtidas muitas vezes não são satisfatórias, podendo conter vieses.

Método Dose-Resposta

Também chamado de **Método da Produtividade Marginal**, esta técnica busca mensurar as mudanças da produtividade decorrentes das ações ambientais identificando a **correlação** existente entre algumas variáveis para **estimar o dano ambiental**.

Caracteriza-se por utilizar preços de mercado, adequando-se de acordo com a realidade de cada localidade. Desse modo, procura-se estabelecer uma relação quantitativa ou qualitativa entre as variáveis que retratam a realidade ambiental e o nível de produto no mercado.

Esse método permite encontrar uma ligação entre uma mudança no provimento de um **recurso ambiental** e a variação na **produção** de um bem ou serviço de mercado que necessite desse recurso, enfatizando a relação técnica entre a aplicação de uma dose de poluição e a resposta na redução da quantidade produzida de um determinado produto.

Pelo fato de este método poder valorar o recurso ambiental por meio da sua contribuição como insumo na produção de um bem final, ele é uma **importante ferramenta** para mensurar a variação na produtividade decorrente de uma variação dos fatores de produção utilizados no processo produtivo.

Todavia, pode haver grande **dificuldade** na aplicação do método devido à **indisponibilidade de dados** ambientais, o que muitas vezes impede que ele seja aplicado. Além disso, ele estima apenas uma parte dos benefícios ambientais, de modo que os valores tendem a ser subestimados.

Método de Custo de Reposição

Nesse método, também denominado método de **custo de reparação**, a valoração dos benefícios gerados por um recurso ambiental é calculada pelos gastos necessários para reposição ou reparação caso o bem **deixasse de existir** ou fosse **danificado**.

Um exemplo de aplicação deste método relaciona-se ao serviço de **filtragem de água**, que pode ser realizado naturalmente pelo ecossistema por meio de manguezais, raízes de vegetação e solo. Então, o valor desse serviço ecossistêmico de filtragem poderia ser considerado o valor demandado pela implementação e funcionamento de uma estação de tratamento de água que pudesse alcançar a mesma qualidade da água fornecida naturalmente.

A grande **vantagem** desse método é a possibilidade de **restauração** do dano ambiental causado, de modo que esse custo passa a ser uma medida para beneficiar a sociedade e o meio ambiente com um todo, com a tentativa de reparar o impacto para que o bem alcance a sua forma original.



Em **contrapartida**, as maneiras mais fáceis e diretas de se estimar o custo de reposição são as que apontam os maiores valores, **superestimando-o**. Além disso, a ausência de algum fator pode prejudicar o método e os seus resultados alcançados para a recuperação do meio ambiente.

Método de Custos Evitados

Este método busca contabilizar os gastos correspondentes para se evitar o dano ambiental com **bens substitutos**, dando importância na percepção dos indivíduos que irão realizar tais gastos.

Um exemplo de aplicação do método dos custos evitados é o valor pago pelo acesso à **água tratada**. Quando um indivíduo paga por esse serviço, deduz-se que ele esteja considerando que o valor pago é menor do que os custos em termos de saúde que ele teria ao tomar uma água não tratada.

Trata-se de um método importante, pois considera a **percepção ambiental** do indivíduo para valorar, ou seja, ele gasta de maneira preventiva, a fim de evitar os danos ambientais.

Entretanto, uma possível **desvantagem** é a **subestimação** das estimativas, uma vez que diversos fatores podem não ser considerados pelos indivíduos. Além disso, a falta de informações sobre os benefícios de um bem ambiental pode influenciar negativamente os resultados desse método.

Método de Custo de Oportunidade

Este método consiste em quantificar as perdas de rendimentos considerando as restrições ambientais à produção e ao consumo. Assim, o custo de oportunidade representa as atividades econômicas que **dêixaram de ser desenvolvidas** devido a manutenção da proteção ambiental, o que pode acarretar perdas econômicas à sociedade.

O método de custo de oportunidade corresponde a um importante mecanismo para a valoração ambiental, pois possibilita a mensuração dos custos e **benefícios** da **exploração ambiental**. Isso é importante diante do conceito de sustentabilidade, isto é, da necessidade de que as gerações futuras também possam desfrutar dos recursos naturais com qualidade.

Não obstante, este método pode **subestimar** diversos serviços ecossistêmicos associados ao meio ambiente, assim como os seus reais benefícios à população, uma vez que geralmente considera apenas os valores relacionados a exploração econômica, desconsiderando aspectos ambientais importantes para a valoração.



(IADES/MPE-GO - 2013) O valor atribuído a um recurso ambiental, em função do bem-estar que ele proporciona na atividade de produção ou no consumo, como, por exemplo, no caso da extração e da visitação, é denominado valor

a) de uso direto.



- b) de uso indireto.
- c) de opção.
- d) de existência.
- e) econômico.

Comentários:

Na situação mencionada pela questão, o uso do bem ou serviço ambiental é direto e ocorre no tempo presente. Observe que o enunciado menciona a utilização do recurso na produção, no consumo, na extração ou na visitação.

Desse modo, entende-se que se trata de uso direto dos recursos, sendo a **alternativa A** o nosso gabarito.

Para finalizar esta seção, também é válido conhecer uma divisão que classifica os métodos de valoração em dois grandes grupos: métodos de função de produção e métodos de função de demanda.

Os **métodos de função de produção** analisam casos onde o recurso ambiental está associado a produção de um recurso privado e geralmente assumem que as variações na oferta do recurso ambiental não alteram os **preços** de mercado. É o caso dos métodos de dose resposta, de custos evitados e de custo de oportunidades.

Já os **métodos de função de demanda** admitem que a variação da disponibilidade do recurso altera o nível de bem-estar das pessoas e, portanto, é possível identificar as medidas de disposição a pagar (ou aceitar) das pessoas em relação a estas variações. É o caso dos métodos dos preços hedônicos, custo de viagem e valoração contingente.



QUESTÕES COMENTADAS - DANO AMBIENTAL E VALORAÇÃO - MULTIBANCAS



1. (CEBRASPE/TBG – 2023) A respeito de economia ambiental, julgue o item subsequente.

O método de valoração contingente tem por objetivo mensurar monetariamente o impacto da variação quantitativa ou qualitativa dos bens ambientais no nível de bem-estar dos indivíduos.

Comentários

Este método avalia as preferências do consumidor em um mercado hipotético por meio de técnicas de entrevista direta (questionário) para estimar o valor econômico dos recursos ambientais nessa situação. Assim, essa técnica avalia a disposição a pagar ou a receber por determinado bem ou serviço ambiental de uma amostra de entrevistados que reflete a disposição a pagar ou receber da população. Isso acaba por refletir o impacto da variação dos bens ambientais no nível de bem-estar dos indivíduos.

Gabarito: certo.

2. (UDESC/IMA-SC - 2019) A valoração ambiental corresponde a uma importante ferramenta para a gestão do meio ambiente. Sobre a valoração de danos ambientais, é incorreto afirmar que:

a) atribui valor econômico aos ativos ambientais pela medição da variação do bem estar, provocado pela alteração dos recursos ambientais.

b) se utiliza de diferentes métodos de valoração econômica do meio ambiente, considerando as suas vantagens e desvantagens para prevenção, mitigação e compensação dos danos causados por desastres ambientais.

c) atribui valores monetários aos bens e serviços ambientais, utilizando-se de metodologia específica e exclusiva para cada bem ou serviço.

d) permite determinar se o valor econômico de um recurso ambiental está relacionado à estimativa do seu valor monetário em relação a outros bens e serviços disponíveis na economia.

e) estima os valores econômicos para os recursos naturais pela simulação de um mercado hipotético, atribuindo valores para bens ambientais que, tradicionalmente, não possuem preço definido.

Comentários



A **alternativa C** está **errada** e é o nosso gabarito. Os métodos de valoração não são específicos e exclusivos para cada bem ou serviço. Há uma pequena diversidade de métodos, cada qual pode ser aplicado a diversos bens e serviços.

As demais alternativas coadunam-se com a ideia de valoração ambiental.

3. (CESGRANRIO/PETROBRAS - 2018) Há um método de valoração econômica ambiental que busca simular cenários, cujas características estejam o mais próximo possível das existentes no mundo real. Essas preferências reveladas nas pesquisas devem refletir decisões que os agentes tomariam de fato caso existisse um mercado para o bem ambiental descrito no cenário hipotético, onde as preferências, do ponto de vista da teoria econômica, devem ser expressas em valores monetários. Esses valores são obtidos através das informações adquiridas nas respostas sobre quanto os indivíduos estariam dispostos a pagar para garantir a melhoria de bem-estar, ou quanto estariam dispostos a aceitar como compensação para suportar uma perda de bem-estar.

Pela descrição acima, o método em questão é o

- a) dose-resposta
- b) de custos evitados
- c) de preços hedônicos
- d) de produtividade marginal
- e) da valoração contingente

Comentários

O método que avalia as preferências do consumidor em um mercado hipotético por meio de técnicas de entrevista direta (questionário) para estimar o valor econômico dos recursos ambientais é o método da valoração contingente. Logo, a **alternativa E** está **correta** e é o nosso gabarito.

Lembre-se que o método de valoração contingente avalia a disposição a pagar ou a receber por determinado bem ou serviço ambiental de uma amostra de entrevistados que reflita a disposição a pagar ou receber da população.

Um exemplo de aplicação do método de valoração seria uma aplicação de entrevista com usuários de um parque municipal para se avaliar se tais pessoas possuem a disposição a pagar (DAP) por determinados bens ou serviços no parque, tais como entrada, segurança, iluminação, equipamentos de lazer etc.

As principais vantagens do método de valoração contingente são:

- se o questionário for bem estruturado, pode ser utilizado na valoração de qualquer serviço ambiental;
- pode mensurar tanto valores de uso como os de não uso; e
- pode ser aplicado em todas as situações.



Como desvantagem, alguns autores apontam o possível comprometimento da confiabilidade do método por diversos vieses que podem impregnar a entrevista realizada, como a falta de compreensão dos entrevistados e a parcialidade das questões formuladas ou do entrevistador.

4. (CESGRANRIO/PETROBRAS - 2018) Entre os principais métodos de valoração econômica de bens e serviços ambientais encontra-se um cuja base é a identificação de atributos ou características de um bem composto privado e cujos atributos são complementares a bens ou serviços ambientais. Identificando essa complementaridade, é possível mensurar o preço implícito do atributo ambiental no preço de mercado quando outros atributos são isolados. Esse método permite avaliar o preço implícito de um atributo ambiental na formação de um preço observável de um bem composto.

O método descrito acima denomina-se método de

- a) custos evitados
- b) custos de viagens
- c) dose-resposta
- d) preços hedônicos
- e) custo de reposição

Comentários

O comando da questão trouxe uma adequada descrição do método dos preços hedônicos, que está fundamentado na identificação de preços implícitos de atributos ambientais característicos de bens comercializados em mercados, como o imobiliário e o de trabalho. Desse modo, o método busca identificar atributos de um bem composto privado, cujos atributos sejam complementares a bens ou serviços ambientais.

Segundo o método dos preços hedônicos, o valor de um imóvel é função de um conjunto de características locacionais e ambientais (ex.: estrutura ambiental, vizinhança, qualidade ambiental) que são avaliadas por meio da aplicação questionários aos consumidores sobre a disposição a pagar por um determinado benefício.

Desse modo, por exemplo, uma casa que esteja localizada próxima a uma área verde de um parque provavelmente será mais valorizada do que uma casa que se localize ao lado de uma termoeletrica que emite grandes quantidades de gases poluentes.

Logo, a **alternativa D** está **correta** e é o nosso gabarito.

5. (CESGRANRIO/PETROBRAS – 2015) Dentre os métodos de valoração de danos ambientais, aquele cuja base é a identificação de atributos de um bem composto privado, que sejam complementares a bens ou serviços ambientais, para que seja possível mensurar o preço implícito de tal atributo ambiental, no preço de mercado, quando outros atributos são isolados, é o método de
- a) custo de viagem



- b) função de demanda
- c) função de produção
- d) preços hedônicos
- e) valoração contingente

Comentários

O método dos preços hedônicos está fundamentado na identificação de preços implícitos de atributos ambientais característicos de bens comercializados em mercados, como o imobiliário e o de trabalho. Desse modo, o método busca identificar atributos de um bem composto privado, cujos atributos sejam complementares a bens ou serviços ambientais.

Assim, o método dos preços hedônicos permite avaliar o preço implícito de um atributo ambiental na formação de um preço observável de um bem composto, possibilitando que se conheça o real comportamento do mercado pela observação da variação dos preços.

Logo, a **alternativa D** está correta e é o nosso gabarito.

6. (CESGRANRIO/EPE – 2014) Conceitos econômicos fundamentais como o custo de oportunidade são importantes para a valoração de danos e impactos ambientais. O conceito econômico de custo de oportunidade de um item é:

- a) o preço que se paga pela sua externalidade.
- b) a derivada primeira da função custo.
- c) aquilo que oportunamente tem um valor preciso.
- d) aquilo que se adquire por uma barganha de oportunidade.
- e) aquilo de que se abre mão para se obter aquele item

Comentários

Conforme vimos, o custo de oportunidade representa as atividades econômicas que deixaram de ser desenvolvidas devido a manutenção da proteção ambiental. Em outras palavras, ele representa aquilo de que se abre mão para se obter determinado item.

Assim, a **alternativa E** está correta e é o nosso gabarito.

7. (CESGRANRIO/PETROBRAS – 2014) Os métodos de valoração ambiental são separados didaticamente em métodos de função de produção e métodos de função de demanda.

São métodos de função de produção os métodos

- a) da produtividade marginal e os dos mercados de bens substitutos
- b) de valoração contingente e os da produtividade marginal



- c) de preços hedônicos e os do custo de viagem
- d) dos mercados de bens substitutos e os de preços hedônicos
- e) do custo de viagem e os de valoração contingente

Comentários

Logo, a **alternativa A** está correta e é o nosso gabarito. São métodos de função de produção o da produtividade marginal (dose-resposta) e o de mercados de bens substitutos (custos evitados).

A **alternativa B** está errada, pois o método de valoração contingente é de função de demanda.

A **alternativa C** está errada, pois trouxe somente métodos de função de demanda.

A **alternativa D** está errada, pois o método dos preços hedônicos é de função de demanda.

A **alternativa E** está errada, pois trouxe somente métodos de função de demanda.

8. (CESGRANRIO/PETROBRAS – 2012) Atribuir valor à biodiversidade e aos recursos naturais é complexo, tendo em vista que o valor é determinado por uma grande variedade de fatores econômicos e éticos. Uma abordagem para atribuir valores à diversidade biológica considera os bens e os serviços naturais de usos direto e indireto. De uma forma geral, podem-se atribuir aos recursos naturais os seguintes valores: valores de uso direto, de uso indireto, de opção e de não uso.

São exemplos de valores de opção:

- a) a agricultura
- b) a diversidade genética
- c) a proteção às baleias
- d) a preservação de espécies raras
- e) os produtos da pesca

Comentários

A **alternativa A** está errada, pois a agricultura é um exemplo de valor de uso direto.

A **alternativa C** está errada, pois a proteção às baleias é um exemplo de valor de existência.

A **alternativa D** está errada, pois a preservação de espécies raras é um exemplo de valor de existência.

A **alternativa E** está errada, pois os produtos da pesca são exemplos de valor de uso direto.

Agora, vamos à alternativa B. A diversidade genética pode ser considerar um valor de não uso (valor de existência), mas também pode ser considerada um valor de opção, que se refere à disponibilidade do recurso para o uso futuro (ex.: utilizar a diversidade genética para fabricação de fármacos).



Como as demais alternativas de fato não trouxeram valores de opção, o nosso gabarito é mesmo a **alternativa B**.

9. (CESGRANRIO/TRANSPETRO – 2012) A estimativa da valoração dos danos ambientais resultantes da implantação de uma atividade ou empreendimento pode ser realizada por diversas técnicas ou métodos que expressam, por vezes, a preferência dos usuários dos recursos ambientais. Nesse sentido, a técnica ou método apropriado para os casos da valoração dos recursos ambientais recreativos, como parques, áreas de lazer e de proteção ambiental, é denominado

- a) Custo de Reposição
- b) Custo de Viagem
- c) Valor da Propriedade
- d) Diferencial de Salário
- e) Mercado de Bens Substitutos

Comentários

É o método do custo de viagem que estima os valores de uso de um ativo ambiental por meio da análise dos gastos que os visitantes têm ao visitar o local.

Desse modo, a **alternativa B** está correta e é o nosso gabarito.

10. (CESGRANRIO/TRANSPETRO – 2012) Segundo a economia do meio ambiente, qualquer recurso ambiental possui valores associados aos seus atributos, comumente chamados “valores sociais” e que, para fins didáticos, são separados em alguns componentes ou parcelas. A mobilização da opinião pública mundial pelo salvamento, por exemplo, de baleias ou em favor da ararajuba, para preservação de sua existência, decorre da parcela dos valores sociais dos recursos ambientais conhecida como valor de

- a) uso direto
- b) uso indireto
- c) uso futuro
- d) contingente
- e) opção

Comentários

O salvamento de baleias ou das ararajubas refere-se a um valor de não uso (valor de existência), o que exige o método de valoração contingente.

Sendo assim, a **alternativa D** está correta e é o nosso gabarito.



11. (CESGRANRIO/PETROBRAS – 2012) Os métodos de valoração econômica do meio ambiente podem ser divididos em três grupos: aqueles com base nos preços de mercados reais, os com base em mercados substitutos e os que utilizam preços de mercados hipotéticos.

O método que procura quantificar a relação entre a poluição e algum efeito mensurável, aplicando uma medida de valor econômico para o efeito baseada em preços de mercados reais e que, por isso, é mais utilizado na avaliação da degradação da água, do ar e do solo é o método

- a) de custos evitados
- b) de custos de viagens
- c) de preços hedônicos
- d) de valoração contingente
- e) dose-resposta

Comentários

É o método dose resposta que permite encontrar uma ligação entre uma mudança no provimento de um recurso ambiental e a variação na produção de um bem ou serviço de mercado que necessite desse recurso, enfatizando a relação técnica entre a aplicação de uma dose de poluição e a resposta na redução da quantidade produzida de um determinado produto.

Logo, a **alternativa E** está correta e é o nosso gabarito.

12. (CESGRANRIO/EPE – 2012) Valor Econômico Total (VET) de um bem ambiental é uma medida útil para identificar, em qualquer escala, os diversos valores associados aos recursos ambientais. O cálculo e a consideração desse valor constituem importantes instrumentos de gestão ambiental, pois podem alterar decisões estratégicas de investimentos e a legislação ambiental. Na avaliação de um recurso ambiental, deve-se considerar a fórmula:

$VET = VUD + VUI + VUO + VNU$, onde:

VET = valor econômico total de um bem ambiental

VUD = valores de uso direto da biodiversidade

VUI = valores de uso indireto da biodiversidade (funções ecológicas)

VUO = valores de uso de opção (derivam da opção de usar o recurso no futuro)

VNU = valores de não uso ou atribuídos sem que estejam ligados a algum de seus usos

Disponível em: <<http://www.ibama.gov.br/ecossistemas/conceito.htm>>. Acesso em: 23 jan. 2012.
Adaptado.

De acordo com esse conceito de VET, é(são) valor(es) de uso indireto da biodiversidade:

- a) benefício econômico de saber que outros usufruirão, no futuro, do recurso ambiental.



- b) benefício econômico da existência de um recurso ambiental, mesmo que ele nunca seja conhecido nem usado.
- c) manutenção da biodiversidade para proteção de bacias hidrográficas, para a preservação de hábitat para espécies migratórias, para a estabilização climática e para o sequestro de carbono.
- d) atividades de recreação, de lazer, de colheita de recursos naturais, de caça, de pesca e de educação.
- e) usos futuros diretos ou indiretos, que podem incluir o valor futuro da informação derivada do recurso em questão.

Comentários

O valor de uso indireto é aquele atribuído ao recurso natural utilizado ou consumido indiretamente no tempo presente. Por exemplo: uma área de preservação permanente auxilia na manutenção da qualidade da água que servirá ao abastecimento humano ao evitar processos erosivos e a chegada de poluentes no corpo hídrico.

Outro exemplo seria a manutenção da biodiversidade para proteção de bacias hidrográficas, para a preservação de hábitat para espécies migratórias, para a estabilização climática e para o sequestro de carbono, mencionada na **alternativa C**, nosso gabarito.

13. (CESGRANRIO/BR DISTRIBUIDORA – 2012) O valor econômico dos recursos ambientais (VERA) pode ser expresso pela seguinte fórmula: $VERA = (VUD+VUI+VO)+VE$, onde VUD e VUI são o valor de uso direto e indireto, respectivamente; VE é o valor de existência, e o VO é o valor de opção que expressa o valor que o indivíduo atribui

- a) a um recurso ambiental como, por exemplo, o uso na forma de extração, de visitação ou consumo direto.
- b) a um recurso ambiental quando o benefício deriva de funções ecossistêmicas como, por exemplo, a contenção de erosão e reprodução de espécies marinhas pela conservação de florestas.
- c) a uma posição moral e cultural, como, por exemplo, a mobilização da opinião pública para salvamento dos ursos pandas, mesmo em regiões em que a maioria das pessoas nunca poderá estar ou fazer qualquer uso de sua existência.
- d) à preservação de recursos que podem estar ameaçados, como, por exemplo, o benefício advindo de terapias genéticas com base em propriedades de genes ainda não descobertos de plantas em florestas tropicais.
- e) à possibilidade de investir os recursos financeiros em recursos ambientais, levando em consideração a taxa básica de juros do mercado

Comentários

O valor de opção refere-se à disponibilidade do recurso para o uso futuro, isto é, ao quanto as pessoas estão dispostas a pagar para manter os bens e serviços ambientais para que possam ser utilizados no tempo futuro. Por exemplo: o benefício de fármacos desenvolvidos com base em propriedades medicinais ainda não descobertas de plantas existentes nas florestas.



Desse modo, a **alternativa D** está correta e é o nosso gabarito.

14. (CESGRANRIO/BR DISTRIBUIDORA – 2010) Os métodos de valoração ambiental podem ser classificados em métodos da função de produção e métodos da função de demanda. Em geral, as residências (propriedades) têm preços diferentes, dependendo dos níveis de atributos ambientais que possuem, como, por exemplo, a proximidade do mar ou de outro sítio natural, a qualidade do ar no seu entorno etc. O método de valoração que estima o valor ambiental de um bem ou serviço pela variação do preço de uma propriedade em função da mudança dos atributos ambientais associados a essa residência é denominado método

- a) da produtividade marginal.
- b) de valoração contingente.
- c) de preços hedônicos.
- d) do custo de viagem.
- e) dos mercados de bens substitutos.

Comentários

Segundo esse método, o valor de um imóvel é função de um conjunto de características locais e ambientais (ex.: estrutura ambiental, vizinhança, qualidade ambiental) que são avaliadas por meio da aplicação questionários aos consumidores sobre a disposição a pagar por um determinado benefício.

Portanto, a **alternativa C** está correta e é o nosso gabarito.

15. (CESGRANRIO/PETROBRAS – 2011) Segundo a economia do meio ambiente, qualquer recurso ambiental possui valores associados aos seus atributos, denominados valores sociais. Tais valores são didaticamente separados em alguns componentes, ressaltando-se que existem atributos de consumo associados à própria existência do recurso, independente do fluxo atual e futuro de bens e serviços derivados do uso desse recurso. Sobre esses componentes, um exemplo de valor de

- a) existência corresponde a circunstâncias em que é dado pelas pessoas, visando a um uso direto ou indireto futuro, seja pelas próprias pessoas ou pelas futuras gerações.
- b) recurso envolve situações em que o valor é dado pela soma dos valores de opção e de existência.
- c) opção é aquele gasto, hoje, pelo cidadão comum na realização de turismo ecológico.
- d) uso indireto é aquele gasto, hoje, pelo cidadão comum na compra de medicamentos.
- e) uso direto é aquele gasto, hoje, pelo cidadão comum na compra de alimentos.

Comentários

A **alternativa A** está errada, pois o valor de existência é um valor de não uso, não de uso direto ou indireto futuro.

A **alternativa B** está errada, porque nem existe um “valor de recurso”.



A **alternativa C** está errada, visto que o valor de opção se refere à disponibilidade do recurso para o uso futuro.

A **alternativa D** está errada, uma vez que o valor gasto, hoje, para compra de medicamentos, consiste em uso direto.

A **alternativa E** está correta e é o nosso gabarito. O valor de uso direto é aquele atribuído ao recurso natural utilizado ou consumido diretamente no tempo presente, como a utilização da madeira de uma área para plantar alimentos.

16. (CESGRANRIO/PETROBRAS – 2011) Os métodos de valoração ambiental podem ser classificados em métodos da função de produção e métodos da função de demanda, dentre os quais o que estima a demanda por um bem ou recurso ambiental. Em um sítio natural, por exemplo, toma-se por base a demanda por atividades recreacionais associadas complementarmente ao uso desse recurso, construindo a curva de demanda por atividades recreacionais a partir dos custos de visitação ao sítio natural. O método de valoração descrito é o de

- a) produtividade marginal.
- b) mercados de bens substitutos.
- c) custo de viagem.
- d) preços hedônicos.
- e) valoração contingente

Comentários

O método de custo de viagem estima os valores de uso de um ativo ambiental por meio da análise dos gastos que os visitantes (turistas) têm ao visitar o local. Essa estimativa de custos de viagem normalmente é feita por meio da aplicação de questionários.

Desse modo, método de custo de viagem se baseia no fato de que os gastos efetuados pelas famílias ao se deslocarem a um lugar recreativo podem ser utilizados como aproximação dos benefícios proporcionados por essa recreação.

Assim, a **alternativa C** está correta e é o nosso gabarito.

17. (CESGRANRIO/TRANSPETRO – 2011) Existem diversos modelos, métodos ou técnicas de valoração de danos, recursos e bens naturais, cada qual com suas particularidades e critérios de aplicação. Dentre eles, está o modelo de valoração denominado Custo de Viagem, que

a) tem como base a taxação dos poluidores, de maneira proporcional ao custo da poluição gerada por eles, objetivando inibir a geração de rejeitos.

b) corresponde a um método indireto, estatístico, que busca valorar um recurso por meio da relação dos seus atributos com o preço da terra ou do trabalho.



c) é apropriado para valoração de sítios com fins recreacionais, pois tem como base a relação entre o prazer oferecido pelo sítio e o valor a ele atribuído pela população local.

d) é um dos métodos de contingência que estima o preço implícito dos bens naturais, por meio dos conceitos de substituição e complementaridade.

e) consiste no estabelecimento do valor econômico dos sítios explorados com agricultura, por meio da avaliação dos preços de mercado dos produtos agrícolas produzidos.

Comentários

O método de custo de viagem estima os valores de uso de um ativo ambiental por meio da análise dos gastos que os visitantes (turistas) têm ao visitar o local. Essa estimativa de custos de viagem normalmente é feita por meio da aplicação de questionários.

Desse modo, método de custo de viagem se baseia no fato de que os gastos efetuados pelas famílias ao se deslocarem a um lugar recreativo podem ser utilizados como aproximação dos benefícios proporcionados por essa recreação.

Portanto, a **alternativa C** está correta e é o nosso gabarito.

18. (FEPESE/CELESC - 2018) Assinale a alternativa que apresenta um método de valoração de dano ambiental.

- a) Método Battelle
- b) Método de rede de interação
- c) Método de listagem de controle
- d) Método de matriz de interação
- e) Método de custo de reparação

Comentários

Durante a aula, estudamos os principais métodos de valoração dos danos ambientais. Nas alternativas, apenas a **alternativa E** traz um método correspondente a esse tipo de abordagem, sendo o nosso gabarito.

As demais alternativas apresentam métodos de avaliação de impacto ambiental, não apresentados nesta aula.

Lembre-se que no método de custo de reparação a valoração dos benefícios gerados por um recurso ambiental é calculada pelos gastos necessários para reposição ou reparação caso o bem deixasse de existir ou fosse danificado.

Um exemplo de aplicação deste método relaciona-se ao serviço de filtragem de água, que pode ser realizado naturalmente pelo ecossistema por meio de manguezais, raízes de vegetação e solo. Então, o valor desse serviço ecossistêmico de filtragem poderia ser considerado o valor demandado pela implementação e



funcionamento de uma estação de tratamento de água que pudesse alcançar a mesma qualidade da água fornecida naturalmente.



LISTA DE QUESTÕES - DANO AMBIENTAL E VALORAÇÃO - MULTIBANCAS

1. (CEBRASPE/TBG – 2023) A respeito de economia ambiental, julgue o item subsequente.

O método de valoração contingente tem por objetivo mensurar monetariamente o impacto da variação quantitativa ou qualitativa dos bens ambientais no nível de bem-estar dos indivíduos.

2. (UDESC/IMA-SC - 2019) A valoração ambiental corresponde a uma importante ferramenta para a gestão do meio ambiente. Sobre a valoração de danos ambientais, é incorreto afirmar que:

a) atribui valor econômico aos ativos ambientais pela medição da variação do bem estar, provocado pela alteração dos recursos ambientais.

b) se utiliza de diferentes métodos de valoração econômica do meio ambiente, considerando as suas vantagens e desvantagens para prevenção, mitigação e compensação dos danos causados por desastres ambientais.

c) atribui valores monetários aos bens e serviços ambientais, utilizando-se de metodologia específica e exclusiva para cada bem ou serviço.

d) permite determinar se o valor econômico de um recurso ambiental está relacionado à estimativa do seu valor monetário em relação a outros bens e serviços disponíveis na economia.

e) estima os valores econômicos para os recursos naturais pela simulação de um mercado hipotético, atribuindo valores para bens ambientais que, tradicionalmente, não possuem preço definido.

3. (CESGRANRIO/PETROBRAS - 2018) Há um método de valoração econômica ambiental que busca simular cenários, cujas características estejam o mais próximo possível das existentes no mundo real. Essas preferências reveladas nas pesquisas devem refletir decisões que os agentes tomariam de fato caso existisse um mercado para o bem ambiental descrito no cenário hipotético, onde as preferências, do ponto de vista da teoria econômica, devem ser expressas em valores monetários. Esses valores são obtidos através das informações adquiridas nas respostas sobre quanto os indivíduos estariam dispostos a pagar para garantir a melhoria de bem-estar, ou quanto estariam dispostos a aceitar como compensação para suportar uma perda de bem-estar.

Pela descrição acima, o método em questão é o

a) dose-resposta

b) de custos evitados

c) de preços hedônicos

d) de produtividade marginal

e) da valoração contingente



4. (CESGRANRIO/PETROBRAS - 2018) Entre os principais métodos de valoração econômica de bens e serviços ambientais encontra-se um cuja base é a identificação de atributos ou características de um bem composto privado e cujos atributos são complementares a bens ou serviços ambientais. Identificando essa complementaridade, é possível mensurar o preço implícito do atributo ambiental no preço de mercado quando outros atributos são isolados. Esse método permite avaliar o preço implícito de um atributo ambiental na formação de um preço observável de um bem composto.

O método descrito acima denomina-se método de

- a) custos evitados
 - b) custos de viagens
 - c) dose-resposta
 - d) preços hedônicos
 - e) custo de reposição
5. (CESGRANRIO/PETROBRAS – 2015) Dentre os métodos de valoração de danos ambientais, aquele cuja base é a identificação de atributos de um bem composto privado, que sejam complementares a bens ou serviços ambientais, para que seja possível mensurar o preço implícito de tal atributo ambiental, no preço de mercado, quando outros atributos são isolados, é o método de
- a) custo de viagem
 - b) função de demanda
 - c) função de produção
 - d) preços hedônicos
 - e) valoração contingente
6. (CESGRANRIO/EPE – 2014) Conceitos econômicos fundamentais como o custo de oportunidade são importantes para a valoração de danos e impactos ambientais. O conceito econômico de custo de oportunidade de um item é:
- a) o preço que se paga pela sua externalidade.
 - b) a derivada primeira da função custo.
 - c) aquilo que oportunamente tem um valor preciso.
 - d) aquilo que se adquire por uma barganha de oportunidade.
 - e) aquilo de que se abre mão para se obter aquele item
7. (CESGRANRIO/PETROBRAS – 2014) Os métodos de valoração ambiental são separados didaticamente em métodos de função de produção e métodos de função de demanda.



São métodos de função de produção os métodos

- a) da produtividade marginal e os dos mercados de bens substitutos
- b) de valoração contingente e os da produtividade marginal
- c) de preços hedônicos e os do custo de viagem
- d) dos mercados de bens substitutos e os de preços hedônicos
- e) do custo de viagem e os de valoração contingente

8. (CESGRANRIO/PETROBRAS – 2012) Atribuir valor à biodiversidade e aos recursos naturais é complexo, tendo em vista que o valor é determinado por uma grande variedade de fatores econômicos e éticos. Uma abordagem para atribuir valores à diversidade biológica considera os bens e os serviços naturais de usos direto e indireto. De uma forma geral, podem-se atribuir aos recursos naturais os seguintes valores: valores de uso direto, de uso indireto, de opção e de não uso.

São exemplos de valores de opção:

- a) a agricultura
- b) a diversidade genética
- c) a proteção às baleias
- d) a preservação de espécies raras
- e) os produtos da pesca

9. (CESGRANRIO/TRANSPETRO – 2012) A estimativa da valoração dos danos ambientais resultantes da implantação de uma atividade ou empreendimento pode ser realizada por diversas técnicas ou métodos que expressam, por vezes, a preferência dos usuários dos recursos ambientais. Nesse sentido, a técnica ou método apropriado para os casos da valoração dos recursos ambientais recreativos, como parques, áreas de lazer e de proteção ambiental, é denominado

- a) Custo de Reposição
- b) Custo de Viagem
- c) Valor da Propriedade
- d) Diferencial de Salário
- e) Mercado de Bens Substitutos

10. (CESGRANRIO/TRANSPETRO – 2012) Segundo a economia do meio ambiente, qualquer recurso ambiental possui valores associados aos seus atributos, comumente chamados “valores sociais” e que, para fins didáticos, são separados em alguns componentes ou parcelas. A mobilização da opinião pública mundial pelo salvamento, por exemplo, de baleias ou em favor da ararajuba, para



preservação de sua existência, decorre da parcela dos valores sociais dos recursos ambientais conhecida como valor de

- a) uso direto
- b) uso indireto
- c) uso futuro
- d) contingente
- e) opção

11. (CESGRANRIO/PETROBRAS – 2012) Os métodos de valoração econômica do meio ambiente podem ser divididos em três grupos: aqueles com base nos preços de mercados reais, os com base em mercados substitutos e os que utilizam preços de mercados hipotéticos.

O método que procura quantificar a relação entre a poluição e algum efeito mensurável, aplicando uma medida de valor econômico para o efeito baseada em preços de mercados reais e que, por isso, é mais utilizado na avaliação da degradação da água, do ar e do solo é o método

- a) de custos evitados
- b) de custos de viagens
- c) de preços hedônicos
- d) de valoração contingente
- e) dose-resposta

12. (CESGRANRIO/EPE – 2012) Valor Econômico Total (VET) de um bem ambiental é uma medida útil para identificar, em qualquer escala, os diversos valores associados aos recursos ambientais. O cálculo e a consideração desse valor constituem importantes instrumentos de gestão ambiental, pois podem alterar decisões estratégicas de investimentos e a legislação ambiental. Na avaliação de um recurso ambiental, deve-se considerar a fórmula:

$VET = VUD + VUI + VUO + VNU$, onde:

VET = valor econômico total de um bem ambiental

VUD = valores de uso direto da biodiversidade

VUI = valores de uso indireto da biodiversidade (funções ecológicas)

VUO = valores de uso de opção (derivam da opção de usar o recurso no futuro)

VNU = valores de não uso ou atribuídos sem que estejam ligados a algum de seus usos

Disponível em: <<http://www.ibama.gov.br/ecossistemas/conceito.htm>>. Acesso em: 23 jan. 2012.
Adaptado.



De acordo com esse conceito de VET, é(são) valor(es) de uso indireto da biodiversidade:

- a) benefício econômico de saber que outros usufruirão, no futuro, do recurso ambiental.
- b) benefício econômico da existência de um recurso ambiental, mesmo que ele nunca seja conhecido nem usado.
- c) manutenção da biodiversidade para proteção de bacias hidrográficas, para a preservação de hábitat para espécies migratórias, para a estabilização climática e para o sequestro de carbono.
- d) atividades de recreação, de lazer, de colheita de recursos naturais, de caça, de pesca e de educação.
- e) usos futuros diretos ou indiretos, que podem incluir o valor futuro da informação derivada do recurso em questão.

13. (CESGRANRIO/BR DISTRIBUIDORA – 2012) O valor econômico dos recursos ambientais (VERA) pode ser expresso pela seguinte fórmula: $VERA = (VUD+VUI+VO)+VE$, onde VUD e VUI são o valor de uso direto e indireto, respectivamente: VE é o valor de existência, e o VO é o valor de opção que expressa o valor que o indivíduo atribui

- a) a um recurso ambiental como, por exemplo, o uso na forma de extração, de visitação ou consumo direto.
- b) a um recurso ambiental quando o benefício deriva de funções ecossistêmicas como, por exemplo, a contenção de erosão e reprodução de espécies marinhas pela conservação de florestas.
- c) a uma posição moral e cultural, como, por exemplo, a mobilização da opinião pública para salvamento dos ursos pandas, mesmo em regiões em que a maioria das pessoas nunca poderá estar ou fazer qualquer uso de sua existência.
- d) à preservação de recursos que podem estar ameaçados, como, por exemplo, o benefício advindo de terapias genéticas com base em propriedades de genes ainda não descobertos de plantas em florestas tropicais.
- e) à possibilidade de investir os recursos financeiros em recursos ambientais, levando em consideração a taxa básica de juros do mercado

14. (CESGRANRIO/BR DISTRIBUIDORA – 2010) Os métodos de valoração ambiental podem ser classificados em métodos da função de produção e métodos da função de demanda. Em geral, as residências (propriedades) têm preços diferentes, dependendo dos níveis de atributos ambientais que possuem, como, por exemplo, a proximidade do mar ou de outro sítio natural, a qualidade do ar no seu entorno etc. O método de valoração que estima o valor ambiental de um bem ou serviço pela variação do preço de uma propriedade em função da mudança dos atributos ambientais associados a essa residência é denominado método

- a) da produtividade marginal.
- b) de valoração contingente.
- c) de preços hedônicos.
- d) do custo de viagem.



e) dos mercados de bens substitutos.

15. (CESGRANRIO/PETROBRAS – 2011) Segundo a economia do meio ambiente, qualquer recurso ambiental possui valores associados aos seus atributos, denominados valores sociais. Tais valores são didaticamente separados em alguns componentes, ressaltando-se que existem atributos de consumo associados à própria existência do recurso, independente do fluxo atual e futuro de bens e serviços derivados do uso desse recurso. Sobre esses componentes, um exemplo de valor de

a) existência corresponde a circunstâncias em que é dado pelas pessoas, visando a um uso direto ou indireto futuro, seja pelas próprias pessoas ou pelas futuras gerações.

b) recurso envolve situações em que o valor é dado pela soma dos valores de opção e de existência.

c) opção é aquele gasto, hoje, pelo cidadão comum na realização de turismo ecológico.

d) uso indireto é aquele gasto, hoje, pelo cidadão comum na compra de medicamentos.

e) uso direto é aquele gasto, hoje, pelo cidadão comum na compra de alimentos.

16. (CESGRANRIO/PETROBRAS – 2011) Os métodos de valoração ambiental podem ser classificados em métodos da função de produção e métodos da função de demanda, dentre os quais o que estima a demanda por um bem ou recurso ambiental. Em um sítio natural, por exemplo, toma-se por base a demanda por atividades recreacionais associadas complementarmente ao uso desse recurso, construindo a curva de demanda por atividades recreacionais a partir dos custos de visitaçao ao sítio natural. O método de valoração descrito é o de

a) produtividade marginal.

b) mercados de bens substitutos.

c) custo de viagem.

d) preços hedônicos.

e) valoração contingente

17. (CESGRANRIO/TRANSPETRO – 2011) Existem diversos modelos, métodos ou técnicas de valoração de danos, recursos e bens naturais, cada qual com suas particularidades e critérios de aplicação. Dentre eles, está o modelo de valoração denominado Custo de Viagem, que

a) tem como base a taxaçao dos poluidores, de maneira proporcional ao custo da poluiçao gerada por eles, objetivando inibir a geraçao de rejeitos.

b) corresponde a um método indireto, estatístico, que busca valorar um recurso por meio da relaçao dos seus atributos com o preço da terra ou do trabalho.

c) é apropriado para valoração de sítios com fins recreacionais, pois tem como base a relaçao entre o prazer oferecido pelo sítio e o valor a ele atribuído pela populaçao local.

d) é um dos métodos de contingência que estima o preço implícito dos bens naturais, por meio dos conceitos de substituiçao e complementaridade.



e) consiste no estabelecimento do valor econômico dos sítios explorados com agricultura, por meio da avaliação dos preços de mercado dos produtos agrícolas produzidos.

18. (FEPESE/CELESC - 2018) Assinale a alternativa que apresenta um método de valoração de dano ambiental.

- a) Método Battelle
- b) Método de rede de interação
- c) Método de listagem de controle
- d) Método de matriz de interação
- e) Método de custo de reparação



GABARITO



GABARITO

1. CERTO
2. C
3. E
4. D
5. D
6. E
7. A

8. B
9. B
10. D
11. E
12. C
13. D
14. C

15. E
16. C
17. C
18. E



ESSA LEI TODO MUNDO CONHECE: PIRATARIA É CRIME.

Mas é sempre bom revisar o porquê e como você pode ser prejudicado com essa prática.



1 Professor investe seu tempo para elaborar os cursos e o site os coloca à venda.



2 Pirata divulga ilicitamente (grupos de rateio), utilizando-se do anonimato, nomes falsos ou laranjas (geralmente o pirata se anuncia como formador de "grupos solidários" de rateio que não visam lucro).



3 Pirata cria alunos fake praticando falsidade ideológica, comprando cursos do site em nome de pessoas aleatórias (usando nome, CPF, endereço e telefone de terceiros sem autorização).



4 Pirata compra, muitas vezes, clonando cartões de crédito (por vezes o sistema anti-fraude não consegue identificar o golpe a tempo).



5 Pirata fere os Termos de Uso, adultera as aulas e retira a identificação dos arquivos PDF (justamente porque a atividade é ilegal e ele não quer que seus fakes sejam identificados).



6 Pirata revende as aulas protegidas por direitos autorais, praticando concorrência desleal e em flagrante desrespeito à Lei de Direitos Autorais (Lei 9.610/98).



7 Concurseiro(a) desinformado participa de rateio, achando que nada disso está acontecendo e esperando se tornar servidor público para exigir o cumprimento das leis.



8 O professor que elaborou o curso não ganha nada, o site não recebe nada, e a pessoa que praticou todos os ilícitos anteriores (pirata) fica com o lucro.



Deixando de lado esse mar de sujeira, aproveitamos para agradecer a todos que adquirem os cursos honestamente e permitem que o site continue existindo.